

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - DHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPH**

CLAUDIONICE MERLOTO DA SILVA LEMES MIKOS

**Violência e repressão na Universidade Federal do Paraná
durante a ditadura militar**

MARINGÁ
2022

CLAUDIONICE MERLOTO DA SILVA LEMES MIKOS

**VIOLÊNCIA E REPRESSÃO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ DURANTE A DITADURA MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Angelo A. Priori

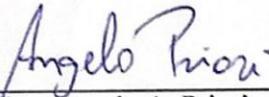
Maringá
2022

CLAUDIONICE MERLOTO DA SILVA LEMES MIKOS

**VIOLÊNCIA E REPRESSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ DURANTE
A DITADURA MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:



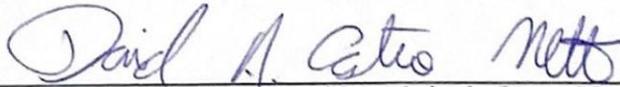
Prof./Dr. Angelo A. Piori

Presidente/Orientador



Prof.ª Dr.ª Camilla Samira de Simoni Bolonhezi

Membro Convidado (FAP)



Prof. Dr. David Antônio de Castro Neto

Membro Corpo Docente (UEM)

MARINGÁ
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M636v	<p>Mikos, Claudionice Merloto da Silva Lemes Violência e repressão na Universidade Federal do Paraná durante a ditadura militar / Claudionice Merloto da Silva Lemes Mikos. -- Maringá, PR, 2022. 248 f.: il., tabs.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Angelo Aparecido Piori. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.</p> <p>1. Ditadura militar - Brasil. 2. Violência e repressão. 3. Universidades - Ditadura militar - Paraná. 4. Delações - Universidades - Paraná. I. Piori, Angelo Aparecido, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.</p>
	CDD 23.ed. 981.62

Aos meus adorados filhos, Amanda Merloto Mikos e Raphael Merloto Mikos, inspiração para a realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

O contexto da escrita deste trabalho foi um tanto peculiar devido à pandemia de covid-19. Foram tempos difíceis, marcados por muitas incertezas. Porém, em nenhum momento me senti sozinha e por isso sou imensamente grata a todos vocês que me ajudaram a vencer os desafios dessa caminhada e, principalmente, a realizar esse que é um dos meus maiores sonhos.

Ao professor Drº Angelo A. Priori, querido orientador que aceitou encaminhar esta pesquisa, dedicando seu tempo e conhecimento com todo carinho e paciência. E que, desde nossa primeira conversa, tornou-se para mim inspiração e exemplo de sabedoria e humildade. Os meus mais profundos agradecimentos, pois sua confiança e orientação foi de fundamental importância para a minha formação acadêmica e para que essa pesquisa se concretizasse.

Aos professores Drº Reginaldo Benedito Dias e Drº David Antônio de Castro Netto, que contribuíram imensamente para o aprimoramento desse trabalho. Agradeço pelas sábias e esclarecedoras recomendações no momento do exame de qualificação.

À minha amada mãe, Mari Merloto da Silva, mulher forte e corajosa, meu exemplo maior de dignidade e caráter. Agradeço por estar presente nos melhores e nos piores momentos da minha vida, sempre respeitando minhas escolhas e apoiando meus projetos e sonhos.

À minha filha, Amanda Merloto Mikos, que tem em seu nome o significado do que ela representa para mim: “Digna de ser amada”. Uma das pessoas mais responsáveis que conheço e com quem aprendo todos os dias a ser um ser humano melhor. Te agradeço filha por ter sido até aqui minha maior incentivadora, meu braço direito e minha força. Esteve o tempo todo ao meu lado, me auxiliando em absolutamente tudo para que eu tivesse tempo e disponibilidade para concluir esse trabalho. Sem você eu realmente não teria conseguido, porque, entre outras coisas, você nunca me deixou desistir. É um privilégio dividir a vida com você, meu primeiro e grande amor.

Ao meu filho, Raphael Merloto Mikos, menino/homem de coração gigante, que desde o primeiro segundo de sua existência faz de mim a pessoa mais feliz do mundo. Agradeço por todo o amor concedido, mesmo quando não mereci. Obrigada por nunca ter me abandonado e por ser a luz que dá vida aos meus dias, fortalecendo toda a caminhada. Seu sorriso, sua alegria, seu amor por mim e o amor que sinto por ti foram a maior inspiração para o desenvolvimento desse trabalho.

À minha namorada Jessica Santos, amada e companheira de todas horas, pessoa respeitosa que muito tem me instruído sobre a vida e sobre virtudes como o caráter. Agradeço por toda a paciência e compreensão, por ter aguentado os meus choros e meus surtos nos dias mais difíceis. Obrigada por ter sido meu abrigo quando eu só precisava descansar e principalmente por nunca ter desistido de mim, do nosso amor. Tenha certeza que você também contribuiu imensamente para esta elaboração, sempre me motivando e acreditando em mim.

Aos adorados irmãos Grace Kelly Merloto, Wagner Theodoro da Silva, José Radamedes da Silva, que amo do fundo do coração, dedico toda a minha consideração e respeito, pessoas incríveis e batalhadoras que muito contribuíram (mesmo que sem perceber) para o desenrolar desse processo.

À amiga Amanda Ribeiro, com quem sempre pude contar, que aguentou todas minhas reclamações e inseguranças. Agradeço pelo companheirismo, solidariedade e apoio que tornou essa trajetória mais tranquila e suave. Além de ter contribuído com seus conhecimentos para o meu crescimento intelectual.

Amo vocês de todo o coração!

RESUMO

A presente dissertação versa sobre a violência e a repressão ocorridas dentro da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no contexto da ditadura militar. O principal objetivo é compreender o impacto das delações no cotidiano da comunidade acadêmica enquanto uma das variadas formas de violência estabelecidas pelo governo ditatorial. Nesse período organizou-se um complexo aparato repressivo dentro das universidades direcionado a conter o avanço do comunismo, que, na visão dos agentes militares, estava sendo operado pelos centros acadêmicos. No primeiro capítulo tratamos de analisar o processo que culminou no golpe civil-militar de 1964 e no estabelecimento de uma ditadura militar no Brasil, que buscou implantar uma reestruturação política e legislativa com o objetivo de conferir um caráter “legal” ao regime. Investigamos o momento em que essa reestruturação começou a ser desfeita, primeiramente através da “distensão” e posteriormente pela “abertura” política, procurando demonstrar a complexidade deste desmonte. No segundo capítulo, buscamos refletir sobre as transformações ocorridas durante o processo pelo qual foi constituída uma complexa rede de controle social, a “estrutura de vigilância” aglutinadora de dois sistemas distintos, o de informação e o de repressão, imprescindíveis para o modo de operação do regime militar. No terceiro capítulo, inicialmente, analisamos o processo de implantação da Universidade Federal do Paraná, partindo de sua fundação no início do século XX até a federalização, ocorrida na década de 1950. Em seguida, investigamos as modificações no campo educacional a partir do predomínio da concepção de “modernização autoritária” expressa por Motta (2014), que embasou a reforma universitária imposta pelos militares. Além disso, buscamos investigar o processo de aparelhamento do mecanismo de controle dentro das universidades por meio das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs) e, depois de 1975, das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs). Analisamos também a participação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no controle universitário, tanto por meio das leis e das reformas implantadas, quanto da ação da Divisão de Segurança e Informação (DSI/MEC), o braço da repressão estruturado dentro da pasta. Na sequência, analisamos os intensos confrontos ocorridos na UFPR durante a ditadura militar, sobretudo no ano de 1968, em que foi baixado o Ato Institucional nº 5 (AI-5). No quarto capítulo analisamos a prática das delações, no intuito de desvelar o alcance da participação dos “colaboradores” oriundos da comunidade universitária nos mecanismos de controle repressivo, sem que estivessem necessariamente ligados à Assessoria de Segurança e Informações (ASI) ou a outros aparelhos de controle do

governo militar. Em seguida, buscamos investigar dois momentos em que a repressão atuou fortemente sobre as universidades, contribuindo para o avanço das práticas de delação no âmbito dos campi universitários. No último tópico desse capítulo foram apresentados e discutidos os resultados das investigações realizadas a partir das delações identificadas no âmbito da UFPR, por meio das fontes produzidas pelos Órgãos de Informações (OIs) ligados ao Sistema Nacional de Informações (SNI), que se encontram catalogadas e arquivadas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). As análises realizadas nesta pesquisa serviram de subsídio para a compreensão do funcionamento e da efetividade do mecanismo de delação alocado dentro das instituições de ensino superior, sobretudo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E também permitiram ampliar as discussões sobre as delações como instrumento a serviço da ditadura militar e como forma de violência, por contribuírem para a manutenção do sistema repressivo do governo ditatorial.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Violência e Repressão; Universidades; Delações.

ABSTRACT

The present dissertation deals with the violence and repression that occurred within the Federal University of Paraná (UFPR) in the context of the military dictatorship. The main objective is to understand the impact of denunciations on the daily life of the academic community as one of the various forms of violence established by the dictatorial government. During this period, a complex repressive apparatus was organized within the universities aimed at containing the advance of communism, which, in the view of military agents, was being operated by academic centers. In the first chapter, we analyze the process that culminated in the civil-military coup of 1964 and the establishment of a military dictatorship in Brazil, which sought to implement a political and legislative restructuring with the objective of giving a “legal” character to the regime. We investigated the moment in which this restructuring began to be undone, first through “distension” and later through political “openness”, seeking to demonstrate the complexity of this dismantling. In the second chapter, we seek to reflect on the transformations that took place during the process by which a complex network of social control was constituted, the “surveillance structure” that agglutinates two distinct systems, that of information and that of repression, essential for the mode of operation. of the military regime. In the third chapter, initially, we analyze the process of implantation of the Federal University of Paraná, starting from its foundation in the beginning of the 20th century until the federalization, which took place in the 1950s. Then, we investigate the changes in the educational field from the predominance of the conception of “authoritarian modernization” expressed by Motta (2014), which supported the university reform imposed by the military. In addition, we seek to investigate the process of rigging the control mechanism within universities through the Special Advisors for Security and Information (AESIs) and, after 1975, the Advisories for Security and Information (ASIs). We also analyzed the participation of the Ministry of Education and Culture (MEC) in university control, both through the laws and reforms implemented, and through the action of the Security and Information Division (DSI/MEC), the repression arm structured within the. Next, we analyze the intense confrontations that took place at UFPR during the military dictatorship, especially in 1968, when Institutional Act nº 5 (AI-5) was enacted. In the fourth chapter, we analyze the practice of whistleblowing, in order to reveal the scope of the participation of “collaborators” from the university community in the mechanisms of

repressive control, without being necessarily linked to the Security and Information Advisory (ASI) or to other security devices. military government control. Next, we seek to investigate two moments in which repression acted strongly on universities, contributing to the advancement of whistleblowing practices within the university campuses. In the last topic of this chapter, the results of the investigations carried out from the allegations identified within the UFPR, through the sources produced by the Information Bodies (IOs) linked to the National Information System (SNI), which are cataloged and filed in the National Archive Information System (SIAN). The analyzes carried out in this research served as a subsidy for understanding the functioning and effectiveness of the whistleblower mechanism allocated within higher education institutions, especially the Federal University of Paraná (UFPR). And they also made it possible to broaden the discussions on denunciations as an instrument in the service of the military dictatorship and as a form of violence, as they contributed to the maintenance of the repressive system of the dictatorial government.

Keywords: Military Dictatorship; Violence and Repression; Universities; Betrayals.

LISTA DE SIGLAS

ADESG: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

ADIPES: Associação dos Diplomados do IPES

AERP: Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República
(1968-73)

AESI: Assessoria Especial de Segurança e Informações

AI-5: Ato Institucional nº 5

ALN: Ação Libertadora Nacional

ANDES: Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

ANMR: Associação Nacional dos Médicos Residentes

AP: Ação Popular

APML do B: Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil

APUFPR: Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná

ARENA: Aliança Nacional Renovadora

ASI: Assessoria de Segurança e Informações

BNM: Brasil Nunca Mais

CA: Centro Acadêmico

CCC: Comando de Caça aos Comunistas

CDN: Conselho de Defesa Nacional

CEIS: Comissão Especial de Investigação Sumária

CEMCFA: Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas (ESG)

CENIMAR: Centro de Informações da Marinha

CEUC: Casa do Estudante Universitário de Curitiba

CFE: Conselho Federal de Educação

CGI: Comissão Geral de Investigações

CI/DPF: Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal

CIE: Centro de Informações do Exército

CISA: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CISEx: Comissão de Investigação Sumária do Exército

CISMEC: Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação e
Cultura

CNG: Comando Nacional de Greve

COLINA: Comando de Libertação Nacional

COMAR: Comando Aéreo Regional

CRUB: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CRUSP: Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo

CSG: Curso Superior de Guerra (ESG)

CSN: Conselho de Segurança Nacional

DA: Diretório Acadêmico

DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DEIC/SP: Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo

DEOPS/SP: Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda

DNE: Diretório Nacional dos Estudantes

DNI: Departamento Nacional de Informações

DOI/CODI: Destacamento de Operações de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS: Departamento/Delegacia de Ordem Política e Social

DOPS/PR: Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná

DPF: Departamento de Polícia Federal

DR: Delegacia Regional (do MEC)

DSI: Divisão de Segurança e Informações

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

E2: Segunda Seção (Exército)

ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EMFA: Estado Maior das Forças Armadas

EPB: Estudos de Problemas Brasileiros

ESG: Escola Superior de Guerra

EsNI: Escola Nacional de Informações

FASUBRA: Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras

FEB: Força Expedicionária Brasileira

FUEL: Fundação Universidade Estadual de Londrina (PR)

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IES: Instituição de Educação Superior

INFAO: Informação

INFE: Informe

IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM: Inquérito Policial-Militar
ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITA: Instituto Tecnológico de Aeronáutica
JUC: Juventude Universitária Católica
LSN: Lei de Segurança Nacional
MCI: Movimento Comunista Internacional
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MEC: Ministério da Educação e Cultura
MJ: Ministério da Justiça
MOLIPO: Movimento de Libertação Popular
MR-8: Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MRE: Ministério das Relações Exteriores
N-SISA: Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica
N2: Segunda Seção (Marinha)
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN: Operação Bandeirante
OEA: Organização dos Estados Americanos
ONU: Organização das Nações Unidas
PB: Pedido de busca
PC: Partido Comunista
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PE: Polícia do Exército
PM: Polícia Militar
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC: Partido Operário Comunista
POLOP: Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PRP: Partido de Representação Popular
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PUCPR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná
QG: Quartel General
RM: Região Militar
RU: Restaurante Universitário

SFICI: Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligência

SIAN: Sistema de Informação do Arquivo Nacional

SI/DO/DPF: Serviço de Informações da Divisão de Operações do Departamento de Polícia Federal

SISA: Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica

SISNI: Sistema Nacional de Informações

SISSEGIN: Sistema de Segurança Interna no País

SNI: Serviço Nacional de Informações

SNI/AC: Agência Central do SNI

SNI/ACG: Agência Regional do SNI em Campo Grande/MS

SNI/ACT: Agência Regional do SNI em Curitiba/PR

SNI/ASP: Agência Regional do SNI em São Paulo/SP

SNRU: Seminário Nacional pela Reforma Universitária

SSP: Secretaria Estadual de Segurança Pública

UEE: União Estadual de Estudantes

UEL: Universidade Estadual de Londrina

UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFAL: Universidade Federal de Alagoas

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UFCE: Universidade Federal do Ceará

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFMA: Universidade Federal do Maranhão

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA: Universidade Federal do Pará

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UFPR: Universidade Federal do Paraná

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE: Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

UMG: Universidade de Minas Gerais

UnB: Universidade de Brasília

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPE: União Paranaense de Estudantes

USAID: *United States Agency for International Development*

USP: Universidade de São Paulo

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL	27
1.1 Antecedentes e golpe	27
1.2 Estruturação jurídica.....	54
1.3 Da intransigência do AI-5 ao processo de flexibilização	67
CAPÍTULO 2. COMPLEXO INFORMAÇÃO / SEGURANÇA.....	89
2.1 A estruturação do Sistema Nacional de Informações.....	89
2.1.1 O funcionamento do Serviço	96
2.1.2 A produção de informações	99
2.2 Sistema de segurança.....	103
2.2.1 Estruturação da Operação Bandeirante.....	103
2.2.2 Criação e padronização do Sistema de Segurança Interna	109
2.3. O DOI-CODI paulista	115
2.4 A DOPS do Paraná.....	123
CAPÍTULO 3. REPRESSÃO NA UFPR.....	131
3.1 Universidade Federal do Paraná: do histórico de formação até a federalização	131
3.1.1 Reforma do ensino superior.....	144
3.2 O aparelhamento do controle no campo universitário com as AESI/ASI.....	165
3.2.1 O papel do MEC no controle das universidades.....	172
3.2.2 A Universidade Federal do Paraná na mira da ditadura militar.....	178
CAPÍTULO 4. MECANISMO DE DELAÇÃO NA UFPR	187
4.1 Breve conceitualização sobre as práticas de delações.....	187
4.2 A face dos delatores nos dois ciclos da “Operação Limpeza”	201
4.3 Os delatores da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	220
CONCLUSÃO.....	240
REFERÊNCIAS	245

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, buscamos realizar uma investigação acerca da violência e da repressão ocorridas no âmbito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) de 1964 a 1985, contexto marcado pela ditadura militar. O principal objetivo é compreender o impacto das delações no cotidiano da comunidade acadêmica, enquanto uma das variadas formas de violência estabelecidas pelo governo ditatorial. No período estudado, organizou-se um complexo aparato repressivo direcionado a conter o avanço comunista, que, segundo a visão dos agentes militares, era perpetrado nos centros acadêmicos. Assim, como parte do mecanismo de controle e repressão, consolidou-se o projeto de expurgos em massa, pautado, num primeiro momento, no Ato Institucional nº 1, de 1964, e retomado em um novo ciclo de perseguições instituído pelo Ato Institucional nº 5, de 1968, e outros decretos e Atos Complementares que se sucederam. O intuito era elevar o número de afastamentos de docentes, reitores e diretores, bem como promover expulsões de estudantes contrários à lógica da ditadura militar. Esse e outros projetos de “limpeza” seguiram sustentados pela sistematização dos mecanismos de informação que controlavam a comunidade acadêmica e facilitavam a prática de denúncias no ambiente universitário, que, por sua vez, resultaram em casos variados de violência contra a integridade civil e democrática dos cidadãos por elas atingidas.

Nas últimas décadas houve um crescente interesse pelo tema e vários pesquisadores realizaram estudos sobre o mecanismo de delação. Rodrigo Patto Sá Mota (2014) trouxe para a discussão casos de delações ocorridos em universidades brasileiras; Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes (2021) concentrou sua pesquisa nos casos de delações oriundos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Angelo Priori e Leandro Brunelo (2021) estudaram casos de delações ocorridos em setores diversos da sociedade para compreender o papel dos delatores enquanto colaboradores dos órgãos de segurança e informação em nível nacional. Daniel Lvovich (2017) desenvolveu, por meio de sua pesquisa, uma das principais bases teóricas para a compreensão da lógica funcional das práticas de delações e o perfil dos delatores, destacando que as queixas, em geral, eram feitas por pessoas comuns e partiam de uma colaboração espontânea. As motivações eram diversas: adesão ideológica, razões instrumentais, pelo medo, com objetivo de proteger a si e membros da família e interesse de se beneficiar com cargos e promoções que seriam direcionadas ao delatado. É importante destacar que havia distinção entre o delator e o informante, embora suas práticas estivessem relacionadas. O primeiro não era

remunerado, tampouco se relacionava com algum órgão do governo. Já o segundo era remunerado pelo Estado, pois normalmente estava ligado a alguma agência de segurança e informação.

Partindo desse embasamento teórico, ao nos depararmos com nosso objeto de pesquisa, buscamos responder aos seguintes questionamentos: Como os mecanismos de delação funcionaram e como influenciaram o meio acadêmico? Como a ditadura militar se organizou em relação às universidades? Qual a relação entre o sistema de informação e as práticas de denúncias oriundas de membros do meio universitário? Quais razões levaram os indivíduos a denunciar uns aos outros?

A hipótese inicial por nós levantada partiu do fato de que a frequência e a duração desses apoios variaram amplamente, assim como as razões que motivaram os delatores. Muitas pessoas colaboraram de forma espontânea, por simpatizarem com o regime, ou pelo fato de entenderem que a “Revolução de 1964” seria menos ameaçadora quando comparada ao “perigo” comunista. Outras, por conta da expectativa de alcançar benefícios pessoais ou profissionais. No entanto, existiram aquelas que se viram forçadas a denunciar por receberem ameaças de torturas físicas ou psicológicas e até mesmo por terem sido inquiridas pelos órgãos de segurança e informação por meio de Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Como naquele contexto bastavam suspeitas para se tornar alvo dos órgãos de repressão, muitos utilizaram meios variados de autoproteção, fossem eles espontâneos ou colaborativos, derivados do medo ou da coerção. Diante dessa realidade, mesmo a colaboração espontânea poderia ser motivada por uma espécie de coação indireta, proveniente do clima de medo generalizado criado pelo modo repressivo como funcionava o sistema de controle da ditadura militar brasileira.

Sendo assim, essa pesquisa buscou contribuir para ampliar as discussões que relacionam a prática de delações aos mecanismos de controle ditatoriais instituídos nas universidades, a partir da análise de casos ocorridos na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Também buscou a compreensão crítica sobre os aspectos históricos e contextuais que permearam as causas e as consequências das delações identificadas na UFPR, enquanto mais uma forma da violência repressiva, análoga aos preceitos políticos e organizacionais da ditadura militar.

Para a construção teórica recorreremos aos diferentes estudos bibliográficos do campo das ciências sociais, mediante a análise sistemática de livros, sites da internet e revistas pedagógicas, entre outros materiais relacionados ao assunto em questão. Como fontes primárias, foram utilizados documentos produzidos pelos órgãos de informações

nacionais e estaduais, localizados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Após a investigação sistematizada desses documentos, foi possível encontrar e analisar registros de delações efetivadas entre os próprios membros da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em conformidade com o objetivo dessa pesquisa.

No primeiro capítulo da pesquisa tratamos de analisar o processo que culminou no golpe civil-militar de 1964 e no estabelecimento da ditadura militar no Brasil. Buscamos abordar a emergência no cenário político nacional de novos sujeitos políticos, dentre esses, os que desejavam extinguir o nacional-estatismo estabelecido após a destituição da denominada República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas. Foi realizada também uma investigação sobre as múltiplas forças que se empenharam em extinguir qualquer resquício de participação popular nas decisões políticas, pautadas no nacionalismo econômico, reformas democráticas e medidas redistributivas, intento materializado por meio do golpe civil-militar de 1964 e que avançou pelos anos que se seguiram.

Concluimos que o período ditatorial estabelecido logo após o golpe de 1964 implicou em uma reestruturação política e legislativa, com o objetivo de conferir um caráter “legal” à ditadura militar. Um acelerado desmonte da estrutura jurídica democrática foi implementado, por meio de inúmeros Atos Institucionais, Atos Complementares, Decretos-Leis, que deturparam o sistema político em prol da institucionalização de um Estado de direito autoritário, estabelecido através de espionagem, censura, expurgos, controle da imprensa, repressão e violência.

A pesquisa investigou, ainda, o momento em que a estruturação jurídica autoritária começou a ser desfeita, primeiramente, através da “distensão” e posteriormente pela “abertura” política, procurando demonstrar a complexidade deste processo, que não ocorreu de maneira linear, mas entre idas e vindas causadas pelos “limites” da “distensão”. Limites estes impostos pelos oficiais-presidentes – principalmente pelo Presidente Geisel – seja por vontade própria, seja por pressões de todos os lados, sobretudo dos órgãos repressivos que aparentemente estavam sob seu comando. Esse processo envolveu, além da reconstrução política para a passagem do poder aos civis, o desmantelamento de um amplo sistema de informação e segurança constituído para dar suporte ao regime militar, mas que acabou obtendo peculiar autonomia, tornando-se um entrave nos planos de redemocratização, conforme a discussão que será analisada no segundo capítulo desta pesquisa.

Em relação ao segundo capítulo, buscamos refletir sobre as transformações ocorridas nos campos político, econômico e legislativo, por meio da imposição de um modelo de Estado ajustado ao militarismo autoritário. Seguindo a linha de transformações, realizamos análises concernentes ao processo pelo qual foi constituída uma complexa rede de controle social, a “estrutura de vigilância” aglutinadora de dois sistemas distintos, o de informação e o de repressão, imprescindíveis para o modo de operação do regime militar. Tais estruturas abarcavam órgãos civis e militares reformulados e novos, que teoricamente deveriam atuar em regime de colaboração e de maneira subordinada ao poder Executivo, representado na figura do Presidente da República. Entretanto, foram muitas as nuances geradas por conflitos existentes dentro de cada sistema, igualmente entre os dois sistemas que formavam o complexo Informação/Segurança, causadores de descontroles e excessos, que em muitos casos ultrapassaram a jurisprudência do próprio regime que os cunhou.

Durante a pesquisa, ficou evidenciado que a ditadura militar, por meio das transformações impostas nos campos jurídicos, econômicos, culturais e ideológicos, e com a criação da “comunidade de segurança e informações”, expandiu-se por todos os lados e abarcou sobre seu controle praticamente todos os setores sociais. Em relação ao campo educacional, especificamente a educação superior, as transformações foram implementadas, tanto ou mais complexamente, por meio de alterações jurídicas que promoveram expurgos de forma deliberada, investimentos econômicos para ampliação de oferta de pessoal qualificado, sobretudo engenheiros, físicos, químicos, matemáticos e economistas. Aumento de verbas para pesquisas, pós-graduações e salários de docentes. Maior oferta de bolsas e de laboratórios de pesquisa e reestruturações e modernizações arquitetônicas das edificações universitárias. Reformulações nas propostas curriculares educacionais e estruturação de um sistema de informações e vigilância específico para as universidades, conforme será tratado no terceiro capítulo desta pesquisa.

No terceiro capítulo desse trabalho também investigamos as modificações ocorridas no campo educacional a partir da concepção de “modernização autoritária”, que contou com investimentos nacionais e internacionais direcionados não apenas ao setor estrutural, mas também em forma de contribuição teórica e filosófica. Os investimentos internacionais vieram, sobretudo, dos Estados Unidos, por meio do acordo MEC/USAID no contexto de implementação da reforma universitária. A partir desse conjunto de informações, analisamos o impacto do regime militar sobre as universidades e o choque

dos expurgos políticos no âmbito universitário, principalmente no que se refere à resistência contra a ditadura militar e aos prejuízos causados na produção acadêmica.

Ao tratarmos das delações ocorridas no âmbito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), surgiu a necessidade de formular um breve histórico sobre a instituição, partindo de sua fundação, no início do século XX, até o processo de federalização, ocorrido na década de 1950. Discorreremos sobre esse longo processo de estruturação movido pelo interesse de um grupo de intelectuais curitibanos em consolidar uma identidade social sólida, capaz de conduzir o Paraná rumo à modernidade, além de formar uma nova elite econômica e dirigente, adequada às dinâmicas modernizantes decorrentes daquele século.

A partir da investigação sobre o processo de federalização, foi possível constatar que Flávio Suplicy de Lacerda exerceu um papel fundamental na organização e mobilização da comunidade acadêmica em prol da Universidade do Paraná, que, através da Lei nº 1254 de 4 dezembro de 1950, aprovada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, se tornou Universidade Federal do Paraná. Além disso, destacamos que as ações de Flávio Suplicy de Lacerda à frente da reitoria da UFPR, foram influenciadas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e pela Escola Superior de Guerra (ESG), na busca de criar uma identidade cultural regional, associada à cultura brasileira e identidade nacional. No período classificado de “experiência democrática” o reitor esteve associado ao Partido Social Democrático (PSD). Por ocasião da ditadura militar, o partido foi extinto e a maioria de seus membros migraram para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que deu a base de sustentação política do regime autoritário. Nesse caso, percebeu-se que a consolidação da universidade na década posterior à federalização foi marcada por uma posição ideológica aliada à Segurança Nacional e políticas alinhadas.

Contudo, ao mencionar o ISEB e a ESG, deve-se levar em consideração que Flávio Suplicy de Lacerda manteve-se profundamente vinculado aos aparatos ideológicos que regiam tais instituições. Isso explica o porquê da forte ligação da UFPR com a lógica do governo ditatorial instituído depois do golpe civil-militar de 1964, além da rápida entrada dos mecanismos de controle no âmbito universitário e da intensa vigilância e repressão direcionada aos membros da comunidade acadêmica contrários ao regime.

Em relação ao processo de implantação da reformulação da educação superior, verificou-se que a Lei nº 5540, que implementou a reforma universitária em 28 de novembro de 1968, adotou as medidas modernizantes necessárias ao modelo econômico capitalista e projetos que reduziram a oposição nos meios universitários, principalmente

as de cunho comunista. Os estudantes tiveram menos participação nos processos decisórios e seu principal projeto de universidade popular e crítica não passou. Portanto, a decisão de reformar as universidades estava ligada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica para fins desenvolvimentistas. A perspectiva modernizadora dos militares e de alguns de seus apoiadores tinha como base um caráter autoritário e repressor, influenciado por matizes conservadoras, que resultaram na edição do Ato Institucional nº 5, responsável por garantir a anunciada modernização autoritária e o desmantelamento do movimento estudantil.

Ainda nesse capítulo buscamos investigar como se deu o processo de implementação do mecanismo de controle dentro das universidades por meio do aparelhamento das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs) e, depois de 1975, das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs). Tais agências foram criadas a partir de 1971 para servir como uma espécie de elo entre as instituições de ensino superior e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC). Além disso, foram analisados os sistemas de funcionamento e organização das ASIs no âmbito acadêmico, bem como a rede de interesse que atendiam.

A partir da criação dessas ASIs, um amplo leque de possibilidades foi aberto, uma vez que passou a existir dentro das universidades mecanismos voltados especificamente para a coleta de informações, alcançadas, sobretudo, através de delações. Nesse caso, verificou-se que a existência desses mecanismos esteve estreitamente relacionada com as práticas de denúncias originárias de membros do meio universitário, cumprindo, com isso, seu papel de estender o controle ditatorial a todos os componentes da comunidade acadêmica, especialmente aos docentes e discentes.

Além disso, foi analisada a participação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no controle universitário, tanto por meio das leis e reformas implementadas por essa pasta, quanto, através de sua Divisão de Segurança e Informação (DSI/MEC). Isto é, foi possível perceber que no contexto da ditadura militar o MEC funcionou de maneira predominante em prol da “Operação Limpeza”, tornando-se intensamente ativo em meio às universidades nacionais graças ao alastramento dos seus “tentáculos” por meio das ASIs. Ou seja, no campo universitário a representatividade do Ministério de Educação e Cultura (MEC) em ações de controle social, cresceu rapidamente, pois contou com uma estrutura própria de informações composta pelo CISMEC, DSI/MEC e ASI/AESI, órgãos de segurança e informações diretamente subordinados ao seu comando.

No último tópico referente especificamente à UFPR, foram realizadas investigações sobre os intensos acontecimentos no contexto da ditadura militar, sobretudo no ano de 1968, quando foi baixado o AI-5. Nesse período, devido aos fatores elencados acima, foi possível perceber que a UFPR não passou despercebida aos olhos da comunidade de informação e segurança do regime. O fato peculiar de o reitor (Flávio Suplicy de Lacerda) ter assumido o Ministério da Educação no governo de Castello Branco – primeiro presidente do regime – parece ter colocado a Universidade do Paraná, desde o início, na mira da ditadura militar.

Flávio Suplicy de Lacerda exerceu o cargo de ministro da Educação até 1966 e foi responsável pela Lei 4.464/64, que proibiu as atividades políticas e extinguiu os órgãos de representação estudantil. Após findar seu mandato, reassumiu entre 1967 e 1971 as funções de reitor da UFPR. Mas, por se manter alinhado aos preceitos do regime militar e ter sido artífice de diversos acordos de cooperação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) enquanto ministro da Educação, sua gestão foi marcada pelos mais intensos confrontos com estudantes, docentes e todos aqueles que se opunham às intervenções do regime na universidade e que resistiam à ditadura. O que, por sua vez, exigiu a máxima atenção dos órgãos de vigilância.

Aproximando-se do objeto em foco, no quarto e último capítulo foi realizada uma breve conceitualização sobre as práticas de delação, teoria que rege o objetivo geral desta pesquisa. Buscou-se desvelar o alcance participativo dos “colaboradores” oriundos da comunidade universitária, nos mecanismos de controle repressivo, sem que estes estivessem necessariamente ligados à Assessoria de Segurança e Informações. A ASI era o órgão responsável por produzir e fazer circular as informações necessárias para que se completassem os ciclos repressivos, que culminavam, na maioria dos casos, nos processos geradores de expurgos, afastamentos, aposentadorias compulsórias e outros tipos de violência promovidos dentro do campus universitário. Para tanto foram feitos estudos sobre o modo de funcionamento, as motivações, os resultados atingidos pelas delações, bem como as causas e consequências que giraram em torno do ato de denunciar, visto que a prática de delação estimulada por mecanismos repressivos foi um dos instrumentos que viabilizaram a manutenção das ditaduras militares. Como no caso do Brasil, onde tal prática cumpriu o propósito das políticas controladoras e repressivas direcionadas às universidades no contexto da ditadura militar.

Além disso, buscou-se investigar detalhadamente dois momentos em que a repressão militar atuou com intensidade sobre as universidades e ampliou o leque de

possibilidades que contribuíram para o avanço das práticas de delações no âmbito do campus universitário. O primeiro ciclo repressivo foi decorrente do imediato pós golpe civil-militar de 1964, quando as instituições de ensino superior se tornaram alvo dos expurgos realizados pelo processo repressor resultante do 1º Ato Institucional do Estado autoritário, de 9 de abril de 1964, classificado como “Operação Limpeza”. Já o segundo ciclo de expurgos ocorreu na edição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que trouxe uma nova onda de perseguições no meio universitário.

Frente a isso, foi traçado um panorama sobre as formas pelas quais se deram os expurgos, bem como os mecanismos utilizados em dados processos. Além disso, atentou-se para o fato de que a comunidade acadêmica abarcava sob seu domínio uma gama de indivíduos e grupos com pensamentos diversos sobre o contexto político da época. Ao analisar essas cisões decorrentes de posturas ideológicas diversas no âmbito acadêmico, foi possível chegar ao cerne da questão que circunda essa pesquisa, uma vez que o fato de haver uma direita atuante, sobretudo na esfera docente, fez com que surgissem denúncias contra colegas de esquerda, que foram delatados à polícia ou aos reitores, sendo que tais delações, de forma consciente ou inconsciente, acabaram colaborando com a “limpeza” e com o governo militar.

Para confirmar essa hipótese, recorreu-se aos trabalhos realizados por Angelo Priori e Leandro Brunelo (2021), Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes (2021), Marionilde Dias Brepohl Magalhaes (1997) e (2019), Rodrigo Patto Sá Motta (2014), Rodrigo Pereira Silva (2017), através dos quais, foi possível identificar e demonstrar a ocorrência, no contexto da ditadura militar, de delações advindas de membros pertencentes ao mesmo núcleo acadêmico, sobretudo nos dois ciclos da “Operação Limpeza”. Cartas e outros documentos que se encontravam arquivados foram apresentados por esses autores em suas pesquisas e auxiliaram na compreensão do teor das denúncias e dos motivos que levaram a denunciar, e no desnudamento da “face” dos delatores.

Finalizando, no último tópico desse capítulo foram apresentados e discutidos os resultados da investigação das fontes produzidas pelos Órgãos de Informações (OIs) ligados ao Sistema Nacional de Informações (SNI), que se encontram catalogadas e arquivadas pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Por meio desses documentos foi possível atingir o objetivo dessa pesquisa, que tratou de identificar práticas de delações na Universidade Federal do Paraná, motivadas, sobretudo, por questões ideológicas, tendo como consequência abertura de (IMPs), cassações de diplomas, aposentadorias compulsórias, afastamentos e até mesmo prisões, que fizeram

parte das práticas violentas da ditadura militar contra a comunidade acadêmica. Além disso, as análises realizadas subsidiaram a compreensão do funcionamento e da utilidade do sistema de delação implantado nas universidades brasileiras, especialmente na Universidade Federal do Paraná (UFPR), enquanto um serviço prestado à repressão empreendida pela ditadura militar.

CAPÍTULO 1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL.

1.1 Antecedentes e golpe

A ditadura militar brasileira ainda está longe de ser definitivamente compreendida. Sua implantação e sua manutenção basearam-se numa complexa relação entre militares e sociedade civil, bem como nos objetivos alimentados pela elite conservadora de destruir o nacional-estatismo – legado da cultura política iniciada no governo de Getúlio Vargas – e no desígnio do empresariado em exceder a produção para a substituição de importações e a consequente associação ao mercado multinacional. Está relacionada também a fatores externos, ligados ao contexto da Guerra Fria, como o combate ao comunismo estabelecido pelos Estados Unidos em nível global. Para abordar o tema, se faz necessária uma reflexão sobre os acontecimentos que antecederam o processo de implantação da ditadura militar, estabelecida por meio de um golpe de Estado no início de abril de 1964. O termo ditadura militar aqui adotado se explica a partir da análise historiográfica que tem como referência autores de teses relevantes sobre o assunto e que por meio de estudos específicos chegaram à conclusão que a participação tanto de civis quanto de militares foi crucial para o processo como um todo, tendo em vista, porém, que o peso participativo desses dois grupos se alterou conforme as necessidades e as especificidades conjunturais de cada momento. Ou seja, quando se refere ao golpe de 1964, defende-se que esse foi civil-militar, mas, em se tratando da ditadura implantada logo após o golpe, segue-se a linha de pensamento de Carlos Fico definindo-a como essencialmente militar. Nesse sentido, Carlos Fico enfatiza a relevância participativa dos militares, da seguinte maneira:

Porém, se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. Por certo, como demonstrou Dreifuss, importantes cargos do primeiro escalão foram destinados aos ipesianos civis e, mais importante, a política econômica do primeiro governo militar pautou-se pelos ditames do saneamento financeiro que interessava ao capital internacional. Mas as sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes

agências governamentais. Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar em duas palavras: de uma ditadura militar. (2004, p. 52).

Para compreender os fatores que levaram ao golpe civil-militar de 1964, é preciso retroceder à década de 1930, quando foi construída e consolidada a cultura anticomunista no Brasil e também a cultura política do trabalhismo, contra a qual o golpe foi urdido. Nesse caso, a análise parte do início da década de trinta, quando setores das oligarquias destituídas do poder aproveitaram-se das agitações causadas pelos movimentos tenentistas dos últimos anos para criar a Aliança Liberal entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul e lançar o gaúcho Getúlio Vargas para presidência da República.

Entretanto, a chegada de Vargas à presidência da República em 1930, levada a cabo por militares do setor rebelde do Exército, tornou as relações sociais, políticas e militares, extremamente complexas. Para extinguir de vez a política oligárquica ruralista, o presidente estreitou relações com os militares tenentistas. Isto é, procurou reunir o aparato militar em torno de si, mas, não somente os militares, igualmente o setor do operariado que fazia parte das camadas populares, e outros grupos distintos, como os industriais e a elite comercial. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti:

A análise da cultura nacional-estatista em sua gênese, por meio dos discursos de seu líder, Getúlio Vargas, evidencia alguns dispositivos estratégicos, entre os quais são relevantes: a) um Estado centralizado e integrador, ao qual se subordinam todas as “particularidades egoísticas” – a ideia é assinalada como marca registrada de uma “nova era”; b) um ideário nacionalista, unificador; c) o esteio das Forças Armadas – Getúlio é um líder civil, mas o poder é exercido com base no e sob supervisão do Exército (coadjuvado pela Marinha); d) amplas alianças sociais, incluindo-se os trabalhadores urbanos e rurais, sempre sob vigilância e tutela; e) concepções de modernização e industrialização em nome das quais todos os sacrifícios são demandados; f) uma política externa de afirmação nacional. (2014, p. 19).

Questões internas como o plano econômico e político instituído, e externas, a exemplo do avanço do comunismo na conjuntura que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, bem como, as imposições norte-americanas sobre o Brasil para abandonar a política comercial ambígua adotada por Vargas e garantir a liderança econômica norte-americana em detrimento da Alemã, foram determinantes para as tomadas de decisões de Getúlio Vargas enquanto presidente do país. Ao enfrentar em campo de batalha os setores agrários paulistas, o governo federal, embora vitorioso, decidiu ceder às exigências dos

adversários promulgando em 1934 uma nova Constituição para o Brasil. Atitude vista pelos setores racionais do tenentismo como traição, devido ao fato de que Getúlio Vargas estaria privilegiando a antiga instituição na qual os movimentos tenentistas combateram até que ele chegasse ao poder. De fato, os principais líderes tenentistas sempre olharam com desconfiança para a Aliança Liberal, mas se tornaram rancorosos de Getúlio Vargas após os resultados do movimento paulista de 1932.

Na esfera econômica, o Estado passou a promover os interesses dos industriais, ainda que esses não compusessem uma base economicamente forte e capaz de centralizar o governo em torno de si. Deste modo, a política de Vargas caracterizou-se pela ausência de um setor hegemônico tal qual o existente no período em que a oligarquia esteve no poder, mas buscou para si o apoio de grupos distintos tornando-se árbitro das disputas sociais. Além disso, procurou estruturar a política lançando as bases do nacional-estatismo, para a pretensa conquista da autonomia nacional. Vargas adotou para seu governo uma política estatal intervencionista, legalizou os direitos trabalhistas e organizou os sindicatos, transformando-os em instituições controladas pelo governo. Isto é, através do corporativismo sindical a política presidencial “apoiou” e controlou simultaneamente as classes trabalhadoras.

A ameaça comunista era um problema a ser enfrentado fora e dentro do país. Desde sua ascensão em 1917 com a Revolução Russa, e dado fortalecimento com o fim da Primeira Guerra Mundial, presumíveis reflexos deixaram líderes capitalistas de várias partes do mundo em alerta. No Brasil, o ano de 1935 marcou o processo de formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), agrupamento de comunistas, progressistas e nacionalistas que já se articulavam desde 1922, com a fundação do Partido Comunista, como uma resposta à Aliança Liberal. Foi nesse contexto, e sob ordens de Getúlio Vargas no combate ao levante insurrecional denominado como “Levante Comunista” – liderado, sobretudo por remanescentes do tenentismo, a exemplo de Luís Carlos Prestes – que o Exército Brasileiro assumiu uma postura fortemente repressiva frente ao comunismo, conforme retratado nos estudos realizados pela Arquidiocese de São Paulo:

É nesse contexto que o Exército terá seu grande batismo como força violentamente anticomunista, a partir de um levante que, embora sufocado prontamente, é mantido até hoje na memória das Forças Armadas como pira permanente em torno da qual celebram, a cada dia 27 de novembro, as solenidades de reafirmação e realimentação dos ideais sagrados do combate ao comunismo, pedra angular da ideologia assumida pelo Estado após 1964. (1985, p. 9).

Em meio às pressões das esquerdas, e da breve proximidade entre a burguesia e a elite rural movidas pelo pretexto de conter o “Levante Comunista”, mas com objetivo primeiro de acabar com as demandas democráticas, políticas e econômicas trazidas no bojo dos movimentos tenentistas – combate às fraudes eleitorais, implantação do voto secreto, reforma do ensino público, obrigatoriedade do ensino primário, moralização da política e valorização industrial em detrimento da política que priorizava os investimentos majoritariamente para setor cafeeiro – Getúlio Vargas aproximou-se de algumas frações da alta hierarquia das Forças Armadas, que lhe serviram de base de sustentação no momento da implantação da ditadura do Estado Novo, governo autoritário e centralizador. Após isso, dotado de ideologias políticas de viés autoritário, o governo dedicou-se a um espantoso processo repressivo, com interrogatórios e torturas contra os revoltosos do movimento ocorrido no ano de 1935, seguido de perseguições a toda organização comunista ainda existente. De acordo com as análises realizadas pela Arquidiocese de São Paulo, presentes na obra *Brasil Nunca Mais* (1985), nesse período as forças repressivas foram articuladas da seguinte maneira:

[...] a polícia política dedicou-se a uma sanha repressiva desmesurada, voltando-se de início contra os revoltosos de 35, depois contra qualquer organização comunista, para finalmente voltar-se contra todo pensamento progressista, censurar, liquidar a liberdade de imprensa, perseguir chegando mesmo a arquitetar falsos planos de sedição comunista para redobrar a fúria repressiva. Os dirigentes e membros do PC sofreram torturas cruéis. Prestes, após duras coações é confinado num cubículo de três paredes, levando seu advogado Sobral Pinto a reivindicar que pelo menos fossem aplicados em favor do seu cliente os atributos da Lei de Proteção aos Animais. Sua mulher é deportada para a Alemanha de Hitler, onde encontraria a morte em um campo de concentração. (1985, p. 10-11).

No contexto internacional, com a deflagração da Segunda Guerra mundial (1939-1945), as potências buscaram aliados e o Brasil ganhou importância como elo no Atlântico Sul. Vargas, por sua vez, assumiu uma política “equilibrada” retardando a escolha entre apoiar a Alemanha ou os Estados Unidos, de modo que o alinhamento declarado aos Estados Unidos se realizou porque Vargas priorizou muitos dos interesses concernentes ao processo de modernização do país, conforme esclarece Francisco César Ferraz:

Dessa forma, o governo brasileiro, que desde o início da guerra manifestava sua neutralidade, aos poucos tornava-se aliado dos Estados Unidos, incluindo na pauta das discussões diplomático-militares não

apenas a defesa de suas costas marítimas, mas também recursos para o seu desenvolvimento econômico, dos quais o país manifestava uma carência flagrante, ainda mais quando a guerra se tornara tão próxima. A guerra poderia ser, assim, o “atalho” para o desenvolvimento econômico e social de um país profundamente carente. Percorrê-lo, porém, foi muito mais difícil do que se esperava. (2005, p. 13).

Sua deposição aconteceu logo após o final da Segunda Guerra Mundial, movida por uma onda democrática que se instalou com a derrota internacional do fascismo, incluindo ampla reorganização partidária, formação de nova Assembleia Constituinte, proliferação das camadas populares e exigência de direito a manifestações operárias. Isto é, com o fim do Estado Novo e início do processo de redemocratização, houve a necessidade de transformações profundas no panorama brasileiro, fossem elas num sentido nacionalista-democrático, ou na contramão, por meio do autoritarismo militar. Desta feita, se deu o conhecido período democrático do Brasil (1946-1964), que, por sua vez, foi marcado por crises políticas provocadas sobretudo por conflitos com as Forças Armadas, que, apoiadas por alguns setores da elite civil, foram se organizando até deflagrarem o golpe de 1964, marcando, com isso, o desaparecimento da democracia brasileira por cerca das duas décadas seguintes.

No primeiro momento após a destituição de Vargas, o que se viu foi uma clara polarização à direita do cenário político brasileiro promovida pelo governo do general Eurico Gaspar Dutra no início de 1947. Entretanto, desde 1946 as manifestações comunistas já estavam sendo reprimidas. Aliado às elites conservadoras, e em concordância com os princípios da Guerra Fria de eliminação do comunismo, o presidente Dutra aproveitou para restringir as conquistas democráticas estabelecidas pelo nacional-estatismo de Vargas. Cada vez mais coeso com os Estados Unidos, deu-lhes permissão para que ditassem os rumos que a política do próprio governo deveria tomar. Desde então, o Partido Comunista Brasileiro foi novamente colocado na clandestinidade, parlamentares foram cassados, muitos sindicatos sofreram intervenções governamentais, a Confederação dos Trabalhadores foi fechada e rompeu-se relações exteriores com a União Soviética. Por outro lado, foram permitidas infiltrações do capital norte-americano e ampla desnacionalização do Brasil em prol dos Estados Unidos. Sobre a repressão ao Partido Comunista Brasileiro durante o governo Dutra, Sidnei Munhoz esclarece que:

Imediatamente após o PCB ser posto na ilegalidade, muitas das suas sedes foram invadidas, documentos foram confiscados, militantes foram destratados, agredidos ou aprisionados. Prestes, ao recordar o período, afirma que no Rio foram fechadas cerca de 600 células do

partido, 222 núcleos distritais e 102 comitês e, em Porto Alegre 123 comitês (MORAES, 1982, p.118). Pode haver algum exagero nesses dados, contudo a repressão foi bastante intensa e atingiu as mais diversas regiões do país. Os comunistas, por meio do Tribuna Popular, acusaram o governo de seguir as imposições dos EUA para colocar o PCB na ilegalidade. (2010, p. 192).

Paradoxalmente, entre as décadas de 1930 e 1940, a sociedade brasileira conheceu políticas públicas implementadas por um Estado que passou a intervir em diversos setores sociais. Aparentemente contrária ao liberalismo econômico, a nova ordem política pautada em ideologias de cunho autoritário constituiu-se através de transformações que envolveram crescimento econômico, modernização da máquina do Estado, formação de uma burocracia estatal técnica, industrialização, legislação social protetora do trabalho, extensão da educação pública fundamental, valorização de um padrão nacional, entre outras medidas que atingiram fortemente a maneira pela qual as pessoas se organizavam.

Entretanto, no começo de 1945, com a imprensa livre de censura e o restabelecimento do direito de manifestações públicas nas ruas, surgiram grupos organizados que passaram a defender a retomada da tradição liberal, interrompida pela política varguista dos anos 1930, de um lado, e grupos favoráveis à continuidade do intervencionismo estatal iniciado por Vargas, do outro. Desta feita, dois grandes projetos se sobressaíram e passaram a disputar a preferência do eleitorado brasileiro, o nacional-estatismo e o liberal-conservador.

Conhecido como *getulismo* e passando a *trabalhismo* após ter sido institucionalizado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o primeiro projeto defendia a continuação da nacionalização, a industrialização com base em bens de capital, o fortalecimento de um capitalismo nacional, a criação de empresas estatais em setores estratégicos, a valorização do capital humano, políticas públicas em setores educacionais, saúde e infraestrutura. Propostas que de certa forma foram ao encontro das demandas defendidas pelos comunistas. Desse modo, com pensamentos aproximados, trabalhistas e comunistas aderiram a um projeto de ação contrário ao liberalismo econômico, sobretudo o dos norte-americanos. Este, por sua vez, passou a ser considerado nacional e estatista, visto que se baseava no fortalecimento do poder do Estado e na expansão de empresas estatais no país.

Já o segundo projeto interessava às elites empresariais, políticas, militares e também às classes medias conservadoras, pois era favorável à abertura irrestrita para

investimentos, empresas e capitais estrangeiros em território nacional. Valorizava as leis de mercado e renegava firmemente o intervencionismo estatal na economia e nas relações de trabalho. Era receptiva ao modelo econômico norte-americano e buscava cada vez mais alinhar-se a ele. Por fim, e não menos importante, era avessa às manifestações sociais, à participação social em assuntos políticos e econômicos e, sobretudo, ao movimento operário e sindical. Ou seja, a concepção que pregava o antigetulismo, o anticomunismo, o moralismo e o elitismo produziu o projeto liberal-conservador, uma vez que, no Brasil, liberalismo era sinônimo de conservação da ordem social. O partido político defensor desse projeto foi a União Democrática Nacional (UDN), agrupamento que defendeu a organização da sociedade aos moldes liberais.

Desse modo, durante toda a experiência democrática brasileira vivida entre os anos de 1946 e 1964 esses dois projetos disputaram a preferência dos eleitores do Brasil. Entretanto, três momentos resultaram em situações conflituosas que quase levaram o país à guerra civil. A primeira crise foi em agosto de 1954 e culminou com o suicídio de Vargas; a segunda repercutiu com o golpe preventivo liderado pelo general Teixeira Lott, em novembro de 1955; e a terceira crise foi geradora da Campanha da Legalidade, de 1961.

Em 1951 Getúlio Vargas retornou ao poder em um cenário marcado por confrontos políticos entre vários partidos. Derrotado, Dutra, representante dos monopólios estrangeiros, dos latifundiários e do grande capital nacional, saiu do poder, mas deixou como legado para seu sucessor o imperialismo americano, sendo esse um entrave praticamente impossível de ser removido. Defensor do nacionalismo econômico, Getúlio não aceitava todas as imposições do capital estrangeiro. Tanto que a cultura política e as instituições centrais do nacional-estatismo, implementadas por ele nos idos dos anos 1930, foram sendo retomadas e rearticuladas em seu último mandato. Mas, visando manter certo equilíbrio de forças, passou a atrelar desenvolvimento dependente dos capitais internacionais. Sobre esse projeto econômico Daniel Araão Reis, esclarece que:

A proposta de um desenvolvimento dependente e associado aos capitais internacionais ganhou força, sobretudo a partir da segunda metade dos anos de 1950, quando novas reestruturações da divisão internacional do trabalho permitiram a alguns países – Brasil, Argentina e México – estabelecer políticas de atração aos capitais internacionais e dispor de condições para empreender surtos industrializadores. As alianças então constituídas continuaram a minar, mas não chegaram a destruir as bases do nacional-estatismo. (2014, p. 23).

Porém, a estratégia de comedimento adotada por Vargas, acirrou as tensões com os udenistas, liderados por Carlos Lacerda, que se encontravam associados à ideologia da Escola Superior de Guerra (ESG), de caçada aos comunistas. Também alimentou a desconfiança das classes trabalhadoras insufladas pelos grupos comunistas, de tal maneira, que não poderia mais contar com elas para se proteger dos ataques internos e externos encabeçados pelos Estados Unidos. Nos quartéis, as agitações contra as Leis Trabalhistas e as exigências de deposição de João Goulart, Ministro do Trabalho de Vargas – que promoveu um aumento de cem por cento no salário mínimo – se intensificaram entre a alta oficialidade. De acordo com Marcos Napolitano:

Pressionado pelos setores militares, que lançaram o “Memorial dos Coronéis”, com 82 signatários, Vargas demitiu o jovem ministro em fevereiro de 1954. Conforme o manifesto, a política salarial de aumento para os operários se deslocava de tal maneira das bases de remuneração dos militares, sobretudo dos soldados e das baixas patentes, que poderia gerar um clima de insatisfação nos quartéis. Mas, na verdade, os militares estavam preocupados com a reaproximação do getulismo com os sindicatos operários, que poderia criar as bases de uma “República sindicalista”, depois de um começo de governo mais moderado. Os militares, ecoando a fala da oposição conservadora, consideravam “uma aberrante subversão de todos os valores profissionais” um trabalhador ganhar um salário mínimo que, caso fosse aumentado em 100%, se aproximaria do soldo de um oficial graduado, dificultando “qualquer possibilidade de recrutamento, para o Exército, de seus quadros inferiores”, e enfraquecendo, por tabela, a única instituição que poderia defender o país da ameaça comunista. Assim, sob uma linguagem corporativa e de defesa dos interesses profissionais das Forças Armadas, insinuava-se o profundo conservadorismo dos setores civis e militares que viam na política de massas e na retórica nacionalista de Vargas uma grande ameaça aos seus interesses privados e à sua concepção de ordem pública, como se o presidente preparasse um novo golpe de 1937, só que à esquerda. (2014, p. 28-29).

A grande imprensa atuou junto aos parlamentares udenistas para a desestabilização do governo. Diferentemente do que ocorreu no período em que Getúlio esteve no poder, entre 1937 e 1945, no qual mantinha-se o controle da imprensa e da grande mídia, sobretudo, por meio da censura, na década de 1950 a imprensa ganhou espaço e passou a representar a oposição. Sua atuação foi fundamental para desqualificar o governo junto à opinião pública, trabalhando para insuflar a indignação popular e promover agitações sociais contra o presidente da República.

Em meio às tensões, o estopim para a deflagração do golpe militar foi ativado. Isto é, a crise do governo Vargas se agravou com o atentado que vitimou Rubens Vaz,

major da Aeronáutica, e feriu o jornalista Carlos Lacerda, líder da UDN, que ficou conhecido como o atentado da rua Tonelero. Sem saber que a tentativa de assassinato teria partido do comando de Gregório Fortunado, seu segurança pessoal, Getúlio, acabou responsabilizado. Logo após o atentado, as elites conservadoras, que esperavam pelas eleições para destituir Vargas do cargo de presidente, aproveitaram para intensificar os ataques destinados a ele, de modo que transformaram a morte do major em um símbolo de luta contra o presidente da República.

A oficialidade da Força Expedicionária Brasileira (FAB) também se levantou contra o presidente, exigindo sua renúncia. Oficiais das três Armas – devido ao histórico de conflitos com Vargas – passaram a declarar abertamente posição favorável à sua renúncia. No âmbito do clube da Aeronáutica, sob a chefia do brigadeiro Eduardo Gomes, militares de escalões variados ouviram calorosos discursos favoráveis ao golpe militar.

Aproveitando-se do clima insurrecional das Forças Armadas, os políticos da UDN, a exemplo de Otávio Mangabeira, passaram a difundir a necessidade de o Exército tomar o poder. Desse modo, os contatos entre os civis e militares progrediram e em 12 de agosto de 1954, a UDN lançou nota assinada pelo Diretório Nacional, declarando apoiar as Forças Armadas na derrubada de Vargas do poder. Entretanto, torna-se necessário lembrar que as Forças Armadas tinham uma relação com Getúlio Vargas marcada por diversas fases, com aproximações e distanciamentos. Sobre a atuação da oficialidade militar no período mais intenso do processo que exigia a renúncia de Vargas, Jorge Ferreira esclarece:

Nesse momento, a oficialização da FAB se encontrava em estado de rebelião contra o presidente, exigindo sua renúncia. A Marinha, arma tradicionalmente hostil a Vargas, encampou a tese, ao lado do Exército. Em reuniões, militares indignados pregavam o golpe sem rodeios. Em 11 de agosto, no clube da Aeronáutica, oficiais superiores e subalternos das três Forças discutiram livremente os rumos a tomar. Centenas de militares, sob a presidência de Eduardo Gomes, ouviram de vários colegas de farda discursos inflamados de pregação do golpe (2003, p. 308).

De fato, o presidente encontrava-se acuado, tinha perdido o prestígio da classe trabalhadora e mobilizá-la poderia resultar em conflitos violentos. Na imprensa contava tão somente com o apoio do jornal Última Hora, que, apesar do máximo esforço, não conseguia dar conta de rebater o elevado número de acusações que chegavam a todo o momento contra ele. No dia 22 de agosto, Getúlio Vargas recebeu um abaixo-assinado,

enviado pelos brigadeiros da Aeronáutica, exigindo sua renúncia. No dia seguinte, oficiais da Marinha se manifestaram em solidariedade aos oficiais da FAB, e ao anoitecer, outro grupo de generais do Exército se uniu aos brigadeiros. Por fim, ao presidir sua primeira reunião do dia 24 de agosto de 1954, Vargas tomou conhecimento, através da argumentação proferida pelo ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, que dificilmente os oficiais do Exército agiriam contra a Marinha e a Aeronáutica; segundo ele, seria muito sangue derramado.

No âmbito do Congresso Nacional, alguns políticos votaram pela renúncia de Vargas. Por outro lado, políticos como Amaral Peixoto propuseram que Getúlio se afastasse até que o atentado da rua Tonelero fosse esclarecido. O presidente aceitou a proposta. Contudo, poucas horas depois, um grupo de generais chegou ao Palácio do Catete e exigiu que a licença de Getúlio se transformasse em renúncia. Nesse momento Vargas já estaria sofrendo um golpe. Restava-lhe apenas duas opções, a renúncia desmoralizante ou a deposição por meio de golpe militar. Assim, acusado de ser o mandante do atentado contra Lacerda, que resultou na morte do major da Aeronáutica, e pressionado por vários setores da elite conservadora e militar, o presidente se suicidou.

Segundo Ferreira (2003), com o tiro no peito Getúlio Vargas reverteu o cenário de acusações e denúncias em direção dos udenistas, uma vez que a população, ao tomar conhecimento da sua morte, acusou a UND de ter cometido grave injustiça contra o presidente, o que resultou na sua morte. Posteriormente, os protestos se direcionaram aos “inimigos externos”, isto é, contra o imperialismo norte-americano e suas agremiações, conforme elucidada Jorge Ferreira:

A primeira vítima foi a representação diplomática norte-americana, invadida, saqueada e totalmente destruída. O National City Bank, símbolo do capital estrangeiro, foi atacado por outros grupos. O sentimento antinorte-americano da população pôde ser percebido não apenas pelas agressões ao consulado e ao banco, mas também pelo ataque a algumas empresas, como a Importadora Americana S. A., loja de importação de automóveis dos EUA, e a Importadora de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias. Até mesmo uma casa noturna, a América Boite, foi tomada à força pelos manifestantes; centenas de vitrinas e letreiros luminosos foram quebrados. (2003, p. 312).

O suicídio paralisou, ainda que por pouco tempo, os grupos que apostavam em uma crise institucional para que, através de um golpe militar, se destituísse o governo democrático vigente. O dispositivo militar do golpe político certamente já estava planejado, e foi na madrugada de 24 de agosto que ele começou a ser posto em prática.

Restava apenas a iniciativa das lideranças civis para a deflagração do movimento. Porém, o suicídio de Vargas neutralizou os golpistas e a reação popular os fez recuar. Nesse momento, entraram em cena trabalhadores e populares, furiosos e chocados, atacando os partidos e a imprensa antigetulista, que de certa forma deram fim ao golpe. Mas, mesmo desaparecendo, o golpe político-militar ainda não estaria descartado. Visto que, por ordens dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica de várias regiões militares, os quartéis e regimentos a eles subordinados entraram em estado de prontidão.

Após a morte de Getúlio Vargas, a consecutiva posse do vice-presidente João Café Filho passou a ser criticada pelos partidos de base do governo anterior – por ser considerado reacionário e aliado dos udenistas –, que dispararam em oposição acentuada ao então chefe do governo federal. Ao chegar à presidência da República, Café Filho organizou um ministério composto por políticos antigetulistas, como, por exemplo, Eugênio Gudin, indicado para o ministério da Fazenda, e Prado Kelly, da UDN, para o ministério da Justiça. A cúpula militar também foi formada quase que inteiramente por rivais de Getúlio, como o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Juarez Távora. Destacasse desse conjunto o general Henrique Batista Duffes Teixeira Lott, visto como partidário de centro e legalista. É certo que a UDN voltou a concentrar o poder, porém, essa retomada não se deu por meio de eleições, e sim através de indicações.

Seguindo o curso das eleições que se aproximavam, em outubro de 1955, compondo a maioria no Congresso, o Partido Social Democrático (PSD), lançou Juscelino Kubistchek como candidato à presidência. Visto como “getulista” pelos udenistas e “esquerdista” até por conservadores do próprio partido, a candidatura de Juscelino causou ainda mais polêmica ao oficializar a aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sobretudo ao lançar João Goulart como vice-presidente, e também por contar com o apoio de Luís Carlos Prestes para a eleição.

Para a UDN, a aliança entre PSD e PTB era imbatível, principalmente por trazer ao cerne dos debates elementos do nacional-estatismo de Vargas. Tendendo a concorrer às eleições, o partido lançou o general Juarez Távora, líder militar antigetulista. Ademar de Barros do Partido Social Progressista (PSP) e Plínio Salgado do Partido de Representação Popular (PRP), também entraram para a disputa do pleito eleitoral. Entretanto, de acordo com os grupos conservadores, a eleição marcada para o dia 3 de outubro de 1955 deveria ser suspensa, fator que contribuiu para que as disputas se radicalizassem cada vez mais. Desta feita, Carlos Lacerda – líder da extrema-direita e da ala golpista da UDN – passou a questionar chefes militares, sobre as razões que os

levaram a permitir a realização de uma eleição que, visivelmente, elevaria ao cargo de presidente um candidato representante do governo combatido.

No dia 5 de agosto, o general Canrobert Pereira da Costa, presidente do Clube Militar e chefe do Estado Maior das Forças Armadas, já teria se pronunciado e demonstrado o dilema militar em decidir entre o que ele considerou como uma “pseudolegalidade”, imoral e corrompida, ou o restabelecimento da verdade e da moralidade democrática mediante a uma intervenção aparentemente ilegal, argumentos que foram ao encontro dos interesses dos liberais antigetulistas.

Entretanto, a questão primordial não era apenas a volta do “getulismo” ao poder na figura de Juscelino Kubistchek, sobretudo, na de João Goulart, visto como herdeiro político de Vargas. Tratava-se de reagir a maneira pela qual os trabalhadores alcançaram seus direitos de cidadania social e as consequências políticas que surgiram desse processo. Isto é, primeiro os trabalhadores se beneficiaram com direitos sociais – considerados pelos operários como frutos do governo Vargas – depois passaram a exercer seus direitos políticos através do voto. Para os diversos grupos liberais e conservadores, as leis trabalhistas eram interpretadas como produto da demagogia da conjuntura nazifascista e do trânsito de influência entre políticos corruptos e “pelegos”, que teriam comprometido a consciência política dos trabalhadores, que continuariam a votar em lideranças demagógicas, induzindo o processo democrático ao fracasso. Sendo assim, os conservadores apelaram às Forças Armadas, articulando sobre “saneamento político”, isto é, visavam algo muito maior do que combater o “fantasma” de Vargas, já que “sanear” significava destituir os trabalhadores de seus direitos políticos.

Nesse contexto, grupos organizados surgiram para defender a democracia e as eleições. As mobilizações atingiram seu ápice quando o advogado Sobral Pinto lançou um movimento pela preservação da legalidade constitucional. A Liga de Defesa da Legalidade buscou reunir trabalhadores, intelectuais, comerciantes, empresários, militares e todos os legítimos democratas, para defender as instituições legais. No entanto, grupos civis e militares, interessados no aniquilamento institucional, continuaram suas investidas, principalmente através das denúncias de Lacerda dirigidas a Goulart, bem como na tentativa de adiar as eleições, que definitivamente aconteceram na data marcada. De acordo com Jorge Ferreira:

Embora diversos setores da sociedade civil se mobilizassem em defesa da legalidade, os grupos civis-militares interessados no rompimento

institucional continuaram suas investidas, sobretudo por meio da *Tribuna da Imprensa*. Os ataques, em setembro, voltaram-se fundamentalmente contra João Goulart. Notícias sobre o contrabando de armas pela fronteira com a Argentina e, inclusive, acusações de práticas criminosas, como o lenocínio, tornaram-se comuns. Contudo, em meados deste mês, uma denúncia, muito grave, foi anunciada por Carlos Lacerda na TV-Rio. Segundo uma carta endereçada a Goulart – na época em que era ministro do Trabalho – mas interceptada no hotel Ambassador, o deputado peronista Antônio Brandi, envolvendo os nomes de Perón, do vice-governador de Corrientes, de um advogado brasileiro, entre outros, respondia aos supostos interesses do líder trabalhista de formar “brigadas de choque obreiras”. Indicava, também, contatos com o ministro argentino Borlenghi, que conhecia a experiência de luta do movimento sindical daquele país. Mais grave, no entanto, foi a confirmação da compra que Goulart teria feito na “fábrica militar de Córdoba”, cujas “mercadorias” entrariam clandestinamente no Brasil pela cidade de Uruguaiana. Não era a primeira vez que Carlos Lacerda acusava João Goulart de estocar armas. No entanto, agora, as revelações contidas na carta eram muito graves. Afinal, um deputado peronista informava a Goulart a entrada clandestina de armas para o Brasil e meios para assessorá-lo a formar brigadas de choque operárias. (2003, p. 318-319).

Com a vitória de Juscelino no pleito presidencial, uma nova campanha começou: tratava-se de impedir a sua posse. Isto é, políticos opositores e oficiais militares favoráveis ao rompimento democrático, sobretudo da Aeronáutica, continuaram a se manifestar em público. Por outro lado, havia amplos setores legalistas, inclusive no Exército, que, rompendo o silêncio, manifestaram-se publicamente a favor da legalidade. No dia 17 de outubro, o inspetor geral do Exército, general Euclides Zenóbio da Costa, dirigiu-se aos generais, convocando-os para a luta do direito constituinte.

Diante disso, verificou-se que a defesa da legalidade não era uma novidade dentro do Exército, mas foi no contexto do impedimento da posse de Juscelino que, pela primeira vez, um militar decidiu dar voz às demandas advindas dos “nacionalistas de esquerda”. Entretanto, o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, visando enquadrar o Exército nos códigos disciplinares, puniu Zenóbio por seu manifesto. Em seguida, Lott conversou com o ministro Luis Gallotti, ouvindo dele que a Constituição estava sendo respeitada. Não satisfeito, procurou os ministros da Marinha e da Aeronáutica, argumentando que não havia motivos legais para o impedimento da posse de Juscelino. Entretanto, os dois ministros confirmaram que Juscelino não podia assumir a presidência da República. O ministro da Guerra, então, percebendo a grave divisão das Forças Armadas, decidiu se afastar dos outros ministros militares.

A crise política e a ameaça da implantação de um golpe de Estado chegaram a uma situação crítica em novembro de 1955. No dia 1º desse mês, o coronel Jurandir

Mamede, um dos líderes da conspiração golpista, defendeu abertamente impedir a posse de Juscelino Kubistchek por meio de um golpe militar. Dois dias depois, outro episódio agravou ainda mais as tensões no cenário político brasileiro. Em decorrência de problemas de saúde, Café filho delegou seus poderes a Carlos Luz, ferrenho defensor do golpe militar. A partir de então, as atenções se voltaram ao general Henrique Teixeira Lott, uma vez que os líderes partidários conheciam sua posição favorável à legalidade democrática.

Diante da disjunção da tropa, sobretudo por razões políticas, e de todos os riscos que isso implicaria para a integração da corporação, o general Henrique Teixeira Lott decidiu agir, determinando a punição do coronel Mamede com o intuito de restabelecer o respeito, a hierarquia e a disciplina, e preservar os militares das lutas partidárias, garantindo assim a legalidade democrática. Contudo, a circunstância ocupacional de Mamede o protegia, somente o presidente da República poderia permitir que o ministro da Guerra punisse o coronel. No dia 10 de novembro, o general Henrique Teixeira Lott foi convocado por Carlos Luz para uma audiência que decidiria o futuro de Mamede. Após a longa espera a que o ministro da Guerra foi submetido, saiu o veredito já esperado: Carlos Luz comunicou ao general Henrique Teixeira Lott que decidira, por meio do parecer do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), brigadeiro Gervásio Ducan, pelo impedimento da punição ao coronel Mamede. Descontente com a decisão, Henrique Teixeira Lott imediatamente pediu exoneração do cargo de ministro. Atitude que, de certa forma, abriu espaço para que o golpe de Estado fosse consumado.

O general Henrique Teixeira Lott estava convencido de que as forças da Marinha e da Aeronáutica tramavam um golpe militar. De modo que os objetivos dos conspiradores civis e militares era dissolver o Congresso, intervir no Judiciário e impor um militar na presidência da República, planos propagandeados publicamente por Carlos Lacerda. Outros militares também estavam atentos a esses movimentos e começaram a reagir ao rompimento institucional, a exemplo do general Augusto Correia Lima, que passou a articular uma revolta militar, pois, entre outras coisas, ficou indignado com a humilhação imposta ao chefe do Exército, Henrique Teixeira Lott, atitude considerada por ele como uma afronta a todos os generais. Para tanto, se uniu aos generais Odílio Denys e Azambuja Brilhante, dando início à rebelião, que contou com cerca de trinta generais liderados por Lott. Imediatamente, o general Denys fez um comunicado estabelecendo que não se tratava de uma rebelião e sim de um contragolpe em defesa da Constituição.

Assim, apoiado pelas guarnições do Exército da capital da República, o general Henrique Teixeira Lott sentiu-se fortalecido para se insurgir contra Carlos Luz e, no dia 11 de novembro, deu início ao movimento a favor da legalidade constitucional, conhecido como “novembrada”, expressão empregada por Jorge Ferreira (2003). Tropas do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo imediatamente se alinharam favoravelmente ao direito constitucional. Todavia, o ex-ministro da Guerra não queria uma solução estritamente militar para a crise. Tanto que se comunicou com o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, e o líder da maioria na Câmara, José Maria Alkmin, para que junto com outros generais, pudessem dar uma saída legal ao movimento, indicando outro civil para a presidência. Por fim, em solução negociada entre o PSD, os militares, a Câmara de Deputados, e também com apoio do PTB, foi eleito – mesmo com votos contrários da UDN – Nereu Ramos para a presidência da República. Com o apoio dos militares prestado ao General Henrique Teixeira Lott, as forças de Carlos Luz foram cercadas. Logo após, Carlos Luz enviou mensagem para as lideranças militares golpistas para que cessassem a resistência. Henrique Teixeira Lott assumiu a pasta da Aeronáutica e indicou o novo ministro da Marinha, um oficial defensor da legalidade constitucional. Encerrava-se, assim, a tentativa de rompimento constitucional, com a vitória do grupo legalista do Exército.

O produto final do contragolpe liderado pelo general Henrique Teixeira Lott possibilitou maior movimentação de tendências legalistas, sobretudo próximas ao PTB, no âmbito das Forças Armadas, que até então atuavam com certa descrição. Além disso, os trabalhistas deram-se conta de que os udenistas não tinham controle total sobre o Exército e passaram a disputar o apoio da maioria dentro das Forças Armadas. Ou seja, ganhar a oficialidade para a causa trabalhista tornou-se uma das vias de ação do PTB. Contudo, a infiltração do partido trabalhista e das esquerdas em meios às Forças Armadas feriu valores e códigos comportamentais da instituição militar. Dessa forma, não só o partido, mas todas as esquerdas passaram a ser consideradas como piores inimigos dos oficiais conspiradores do golpe.

Um terceiro momento de crise política em que a legalidade democrática esteve ameaçada foi logo após a renúncia de Jânio Quadros do poder presidencial, em 25 de agosto de 1961, fator que movimentou novamente setores da sociedade em prol da demanda democrática. No mesmo dia, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, desconfiado das condições pelas quais o cargo de presidente teria ficado vago, procurou saber se de fato Jânio Quadros tinha renunciado ou se teria sido deposto por militares. O

motivo do interesse do governador, nesse primeiro momento, concentrava-se em oferecer apoio e asilo político no Rio Grande do Sul caso Jânio quisesse resistir, se de fato o golpe fosse confirmado. Porém, Brizola descobriu que Jânio Quadros teria realmente renunciado ao cargo de presidente da República.

Diante da renúncia, e com a ausência do vice-presidente João Goulart devido a uma viagem ao exterior, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli assumiu o poder no lugar de Jânio. Submisso aos grupos civis e militares conservadores, Ranieri Mazzilli enviou mensagem ao Congresso Nacional expondo que os três ministros militares teriam se expressado contra o regresso de Goulart ao Brasil, sendo esse o gatilho de uma nova crise política.

Prontamente, ao saber da notícia de que os ministros militares vetaram a posse de Jango, Brizola resolveu agir e sua primeira atitude foi estabelecer contatos com generais dos comandos de tropas. Porém, só encontrou apoio no Rio de Janeiro, através do general Henrique Teixeira Lott, possuidor de grande prestígio político, mas, que imediatamente após a renúncia de Jânio, teria sido preso a mando do ministro da Guerra, Odílio Denys, sobretudo pelo fato de ter articulado um manifesto a favor da ordem legal e da posse de Jango. Porém, antes disso, orientou Brizola a procurar alguns militares no Rio Grande do Sul que também eram favoráveis à manutenção da ordem legal para administrar a crise.

No dia seguinte, o governador Brizola, apoiado por alguns coronéis e generais, e sustentando pelos protestos populares, deu início ao movimento conhecido como Campanha da Legalidade, visto que o Brasil tinha amanhecido em Estado de Sítio não oficial, sob a “liderança” de Ranieri Mazzilli tutelada por uma junta militar. Porém, Brizola tinha consciência de que somente as guarnições rio-grandenses e o entusiasmo da população local não seriam suficientes para desmantelar o golpe.

Sendo assim, tornou-se imprescindível que as forças do Brasil inteiro fossem mobilizadas rapidamente, pois o governo provisório de Mazzilli em pouquíssimo tempo já havia fechado a maioria dos veículos de comunicação do Rio Grande do Sul. Para tanto, foi criada a Cadeia Radiofônica da Legalidade, com objetivo de centralizar as transmissões de cerca de 150 rádios do estado e assim expandi-las para o restante do país, inclusive para o exterior, através de ondas curtas.

Nesse interim, o governador tomou conhecimento de conversas entre o ministro da Guerra e José Machado, comandante do III Exército do Rio Grande do Sul, nas quais procedeu a ordem de bombardeio ao Palácio de Piratini, marcado para o dia 28. Frente a

isso, Brizola passou a criticar e denunciar o ministro Odílio Denys ferrenhamente. Logo depois, as tensões em torno do Palácio e da praça da matriz se acirraram ainda mais, principalmente quando o governador proferiu um discurso contundente para uma multidão de cerca de cem mil pessoas, ao mesmo tempo em que o Palácio estava sendo invadido por tropas militares do III Exército sob o comando do General Machado Lopes. Desse episódio esperava-se que o general anunciasse a deposição do governador Brizola. Porém, de forma inesperada, Machado Lopes rompeu com o ministro da Guerra e se aliou a Brizola para garantir a legalidade e a posse de Jango. Consequentemente, a adesão do general à causa da legalidade resultou na organização da resistência civil junto com a militar.

Desta feita, constituiu-se o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, composto pelo III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças Públicas, todas sob o comando do general Machado Lopes. A força pública foi composta por milhares de pessoas, entre universitários, secundaristas, bancários, artistas, intelectuais, enfermeiros, operários da construção civil, metalúrgicos, escoteiros, militares reformados. Assim, civis e militares reuniram-se em torno da praça da matriz no intuito de colaborar com a defesa do Palácio Piratini.

Segundo Ferreira (2003), a Campanha da Legalidade se alastrou pelo país e a possibilidade de uma guerra civil tornou-se iminente. Enquanto Brizola desafiava os ministros militares através do *Jornal da Tribuna*, do qual era proprietário, Carlos Lacerda emitia nota dirigida ao ministro da Guerra, alertando-o sobre a necessidade de agir em prol da democracia em detrimento do comunismo. No centro da Guanabara e do Rio de Janeiro as manifestações populares continuaram e diante das agitações a polícia utilizou armamento pesado, atingindo várias pessoas. Especificamente no estado da Guanabara – sob o governo de Carlos Lacerda – diversos sindicatos foram invadidos, fechados, e seus líderes terminaram presos pela força policial. Além disso, Lacerda impôs forte censura aos meios de comunicação do estado. Porém, tais atitudes não foram suficientes para impedir o avanço militar, nem as mobilizações populares. Contrário aos amplos setores sociais que defendiam as regras democráticas presentes em seu próprio partido, Lacerda foi o único líder político com poder expressivo a defender e estimular a intervenção militar.

Em outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, os movimentos populares e grevistas intensificaram-se cada vez mais. No Paraná, cerca de 1200 pessoas se inscreveram como voluntários para participar do Comitê de Arregimentação

Democrática. Entretanto, mesmo com toda a campanha difundida pelo governador Brizola em defesa da posse de Goulart, somente o governador de Goiás, Mauro Borges, se aliou a ele em uma resistência frontal contra os ministros militares.

Além disso, instituições democráticas como a OAB, CNBB e a UNE exigiram a permanência da ordem democrática no Brasil. Líderes políticos de expressão também se manifestaram contra a tentativa de golpe. Os partidos não aceitaram o golpe e tanto dentro quanto fora do Congresso e uma ampla frente de coalizão foi formada, incluindo grupos de esquerda, nacionalistas e até mesmo conservadores, justificada pelo interesse da preservação da ordem democrática.

Os primeiros defendiam a posse imediata de Goulart no regime presidencialista. Já os segundos, incluindo os conservadores da UDN, do PSD e da ala legalista das Forças Armadas, conduziram as negociações que culminariam no parlamentarismo. Isto é, diante do avanço das forças legalistas, no dia 31 de agosto o vice-presidente João Goulart desembarcou em Montevidéu e, em solo uruguaio, encontrou-se com Tancredo Neves para acertar os detalhes da posse. Na madrugada do mesmo dia o Congresso aprovou por 233 votos contra 55 a emenda do parlamentarismo. Logo depois, Goulart chegou a Porto alegre, onde, ao lado de Brizola, foi recebido por cerca de 70 mil pessoas. Porém, sem demonstrar o entusiasmo esperado, não discursou para as massas, que tiveram suas expectativas frustradas. De qualquer forma, João Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961, data simbólica para o Brasil.

Segundo Ferreira (2003), o temor de uma guerra civil no país e o desejo de se tornar presidente da República foram fatores primordiais para que Jango aceitasse o parlamentarismo. Para os ministros militares, a implementação do parlamentarismo representou uma espécie de “saída honrosa”, uma vez que os mesmos se encontravam isolados politicamente. No caso da ala legalista das Forças Armadas, até então contrária ao rompimento democrático, aceitar o parlamentarismo foi uma saída intermediária para resolver a crise, sem ter que necessariamente apoiar Jango. Por outro lado, representando os grupos de esquerda, Brizola não aceitou o acordo, e continuou a denunciar o processo, porém, nada mais poderia fazer, já que Goulart teria cedido ao parlamentarismo.

De acordo com Napolitano (2014), Goulart foi empossado por meio de um golpe civil para evitar um golpe militar e o fato de não ter havido uma guerra civil no país deveu-se muito provavelmente a esse emaranhado de articulações políticas, que envolveram, sobretudo, a implantação do parlamentarismo, isto é, uma solução golpista para limitar o poder de Goulart.

Assim, ao retroceder a tais acontecimentos, percebeu-se que parte considerável da sociedade brasileira nessa época encontrava-se certa da necessidade de manter a legalidade democrática, visto que, entre os grupos sociais, houve aqueles que recusaram quaisquer soluções para a crise política que não fossem ao encontro da legalidade democrática. Frente a isso, os articuladores do golpe, a exemplo dos ministros militares e de Carlos Lacerda, saíram combalidos, uma vez que todas as tentativas de golpe no ano de 1961 não receberam nenhum respaldo político, tampouco social, ainda que mínimas.

Paradoxalmente, quase três anos depois, em março de 1964, a sociedade assistiu, sem maiores reações ou protestos, ao movimento que deu origem ao golpe de civil-militar de 1964. No entanto, para além das explicações que trouxeram no bojo a conspiração direitista, a influência norte-americana e os implacáveis fatores econômicos estruturais como causa da deflagração golpista, vieram à tona questionamentos sobre como que, em um período tão curto, a sociedade brasileira combativa e defensora da legalidade constitucional de 1961 teria sucumbido ao golpe autoritário de 1964, como se não existisse outra solução para a crise.

É preciso considerar que no primeiro ano da década de 1960 a sociedade brasileira encontrava-se em processo elevado de organização e mobilização, sobretudo porque a maioria dos grupos políticos e sociais estava determinada em manter os preceitos democráticos. As instituições democráticas funcionavam, mesmo que de maneira limitada. Havia projetos políticos e a população sabia reconhecê-los. Ou seja, tratava-se do nacional-estatismo dos trabalhistas, afiançado pelos comunistas, e do liberalismo-conservador da UDN. Quem votava no PTB, sabia que estava votando a favor do nacionalismo, da reforma agrária e das políticas sociais em geral. Quem votava na UDN, sabia exatamente o que estava fazendo, isso é, votando contra o trabalhismo e o comunismo, mas a favor da abertura do país ao capital estrangeiro e da democracia restritiva. Logo, a identificação do eleitorado com os partidos políticos foi marcante, fator que, unido aos outros aqui elencados, contribuiu para desarticular qualquer tentativa de golpe naquele momento.

Jango assumiu o governo em 7 de setembro de 1961 com poderes presidenciais limitados. Entretanto, o projeto conciliador de parlamentarismo presidencial logo foi colocado em xeque, tanto pelas forças de esquerda, sobretudo pelo PTB – detentor de crescente representatividade dentro do Congresso Federal, que desde o início desaprovou tal combinação – quanto por partidos considerados moderados ou centralizados, a exemplo do PSD. As alas de direita, especialmente a UDN, igualmente se encontravam

desacreditadas de que tal projeto governamental fosse adequado. Tampouco o bloco conservador das Forças Armadas se desfez de seus planos conspiradores. “Os generais golpistas da junta, mesmo desprestigiados pela opinião pública e fora do governo, continuaram tramando para depor o presidente”, (NAPOLITANO, 2014, p. 35).

Pressionado, sobretudo, pelos brizolistas, e movido por condições internacionais favoráveis – a vitória da Revolução Cubana e o avanço dos nacionalistas revolucionários –, Goulart, desvencilhando-se das limitações que lhe foram imputadas, passou a questionar o parlamentarismo, determinando a necessidade da instauração de uma Assembleia Constituinte para dar vasão à reforma constitucional pautada nas Reformas de Base. Em 1963, o plebiscito convocado antecipadamente conferiu a João Goulart pleno poder executivo, e ocorreu sem maiores resistências por parte da direita conservadora, decidida a dar credibilidade ao presidente da República, conforme retratado por Rodrigo Patto Sá Motta e Suely Robles Reis de Queiroz:

Neste ponto, deve-se fazer uma observação importante sobre a postura dos setores conservadores em relação ao Presidente Goulart. Embora temesse as “más companhias” das quais *Jango* se acercava, a maioria conservadora resolveu dar-lhe um voto de confiança e aceitar a volta do presidencialismo. Poucas vozes se levantaram para defender o parlamentarismo, mesmo porque os candidatos em potencial à presidência gostariam de ver o Executivo restaurado em seu poder tradicional. Neste momento, Goulart não era considerado um aliado incondicional e irrecuperável dos comunistas. Significativamente, a mobilização eleitoral anticomunista de outubro de 1962 poupou o Presidente, que por seu turno procurava quebrar as resistências conservadoras e distribuía “afagos” e “acenos” à direita. A observação é interessante por colocar em questão a crença de que a derrubada de *Jango* era um processo inexorável. (2000, p. 310).

Desde então, as esquerdas, em luta permanente contra o parlamentarismo, sentiram-se fortalecidas frente à dissolução dos obstáculos que impediam seus projetos reformistas, quiçá, revolucionários. Entretanto, era preciso o apoio total do presidente, que, a princípio, preferiu consolidar uma conduta conciliadora.

Na tentativa de solucionar a crise, Goulart promoveu o Plano Trienal criado pelo economista Celso Furtado, e tentou negociar com o Congresso uma reforma agrária possível. Essas atitudes desagradaram completamente a esquerda radical, que exigia o fim da política de conciliação, e não aceitava em hipótese alguma a reforma agrária possível e nem o Plano Trienal. Na perspectiva das esquerdas, o voto contra o parlamentarismo tornara-se sinônimo de apoio às reformas, o que não aconteceu de imediato. Desse modo,

a Frente de Mobilização Popular – FMP, liderada pelos brizolistas, tornou-se foco do reformismo dito “radical” e um dos principais grupos de pressão sobre o parlamento e sobre o próprio presidente. Os setores empresariais também se sentiram contrariados com algumas medidas que envolviam controle de preços e limites sobre o livre comércio, retirando, em 1963, o apoio dado inicialmente. Logo depois, tal projeto acabou suspenso, deixando a economia sem controle, com excessiva alta na inflação e aumento da recessão.

Tais acontecimentos fizeram emergir múltiplas correntes de oposição às reformas democráticas que estariam em curso. As críticas vieram de todos os lados: das elites tradicionais reacionárias, inteiramente contrárias ao nacional-estatismo; dos grupos empresariais modernizantes; dos profissionais liberais (advogados, promotores e juízes); de grande parte dos políticos do Congresso; dos oficiais das Forças Armadas – como já descrito –, de professores; estudantes; jornalistas; da imprensa; dos trabalhadores autônomos, entre outros.

Nesse contexto conturbado, tanto a esquerda quanto a direita se radicalizaram e exigiram que o presidente, habituado a conciliar, acordar e acomodar, tomasse uma posição concreta. As relações entre o Presidente da República e seu cunhado (Brizola) se tornaram cada vez mais tensas. Brizola, ao lado de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, eram as lideranças mais à esquerda daquele período. Superavam até mesmo o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que desde 1960 estava mais inclinado ao gradualismo reformista do que às atitudes radicais. O PCdoB era favorável ao radicalismo, porém, ainda se encontrava em processo de estruturação, pois foi fruto do racha com o PCB, ocorrido em 1962.

A União Democrática Nacional (UDN), eventualmente aproximada do Partido Social Democrata (PSD) e de amplos setores da direita conservadora reacionária, ratificou seu caráter antirreformista, visto que para os udenistas as forças populares – apoiadas pelo líder do governo federal – estariam arquitetando o caminho para o golpismo, seguido de revolução sindicalista. Para os líderes da esquerda reformista, o Congresso estaria recebendo extrema atenção de Jango na manutenção do conservadorismo antirreformista. Em meio a inúmeras acusações, Goulart lançou um comunicado ao Congresso, no qual versava sobre os trâmites da implantação de um Estado de Sítio, confrontando, de tal modo, todas as alas parlamentares. Sobre isso, Marcos Napolitano esclarece que:

O presidente, um tanto hesitante, enviou um projeto para o Congresso solicitando a medida emergencial. Mas conseguiu ser criticado por todos os setores, da direita à esquerda. As posições de direita do

governo viam no Estado de Sítio o “autogolpe” janguista em marcha, semelhante ao golpe de 1937, liderado por Getúlio Vargas, que implantou o Estado Novo. A esquerda, sobretudo o PCB e os sindicatos operários, reagiu à proposta de Estado de Sítio, temendo que o governo quisesse se livrar da incômoda aliança com os setores mais radicais da esquerda. Isolado, Jango retirou do Congresso a mensagem presidencial que pedia a decretação do Estado de Sítio. Para muitos, seu governo começou a naufragar a partir desta crise. Por outro lado, as posições à esquerda e à direita ficavam mais delineadas, exigindo que o presidente, acostumado a acordos e acomodações políticas, tomasse posição. (2014, p. 40).

A porta para o golpe estava aberta, os jornais e a imprensa prepararam o caminho para que os planos conspiradores fossem efetivados. Organizações como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) deram voz às críticas ao governo, produzindo – através do financiamento internacional vindo dos Estados Unidos – materiais de propaganda que intensificaram a ideia de uma latente ameaça comunista. Isto é, as Organizações IPES/IBAD, lideradas pelo general Golbery de Couto e Silva, e financiadas pela Agência Central de Inteligência (CIA) estadunidense, foram fundadas por interesse nacionais e internacionais em articular o golpe de Estado. Referente a tais financiamentos, Rodrigo Patto Motta e Suely Robles de Queiroz estabeleceram a seguinte reflexão:

A atuação da entidade despertou a atenção dos contemporâneos, pois havia fortes indícios de envolvimento com organizações estrangeiras. Um dos elementos a causar maior espécie era a visível riqueza do IBAD. A revista, composta em material caro, tinha tiragens muito altas e distribuição gratuita. No auge, chegou-se a tirar mais de 200.000 números de Ação Democrática. A participação da organização na campanha eleitoral de 1962 levantou ainda maior suspeita, pois foram gastos alguns milhões de dólares no financiamento a candidatos anticomunistas. Preocupados, os grupos progressistas conseguiram criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso, para investigar o IBAD. Como os dirigentes responsáveis não conseguiram explicar a origem do dinheiro, consolidaram-se as suspeitas de que o IBAD era sustentado por grupos estrangeiros. Os resultados da CPI não foram conclusivos, já que muitos parlamentares conservadores tentaram bloquear os trabalhos. Mas a entidade foi fechada mesmo assim, através de Decreto baixado pelo Presidente Goulart. (2000, p. 299-300).

Sobre o IPES, Motta e Queiroz reiteraram que:

O IPES surgiu cerca de dois anos após o IBAD, em meados de 1961. Foi constituído por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais estavam temerosos com o crescimento da esquerda, em geral, e especificamente com a ascensão de Goulart. Os objetivos

iniciais do grupo se resumiam a propagandar os ideais liberais e democráticos, notadamente as vantagens da livre-iniciativa sobre o comunismo e o estatismo. Para tanto financiaram publicações, distribuíram encartes através da grande imprensa e organizaram palestras. Mas, desde o início, alguns elementos filiados ao IPES se dedicaram a conspirar pela derrubada de Jango, para tanto estocando armas e fazendo contatos na área militar. Além disso, sob iniciativa da organização, foi estruturado um serviço de informações para acompanhar os passos dos inimigos esquerdistas. (2000, p. 300).

Em outra frente, a recusa do Supremo Tribunal Federal em empossar militares eleitos como deputados e vereadores acirrou as divergências entre a Política de Estado e as Forças Armadas. Em contrapartida, para conter uma rebelião de sargentos e cabos – que em sua maioria, faziam parte da Marinha e da Aeronáutica – o governo reagiu decretando a prisão dos revoltosos. Diante dessas ações, aumentaram ainda mais as desconfianças de que Jango, juntamente com os brizolistas e a baixa oficialidade do Exército, estariam preparando um golpe.

Uma crise se instalou dentro das Forças Armadas entre os que queriam manter a disciplina e a hierarquia e os que desejavam subverter essa ordem, defendendo inclusive o projeto reformista. Entre sargentos, cabos e soldados da Marinha e do Exército formaram-se organizações e mobilizações em prol das Reformas de Base, tendo como influência eminente o nacionalismo revolucionário brizolista. Tal crise acabou servindo como estopim para o golpe, que também contou com a interferência norte-americana: os Estados Unidos ultrapassaram a função de subsidiar e apoiar, passando a agir efetivamente na conspiração golpista.

Os Estados Unidos já há algum tempo se interessavam pelos assuntos políticos brasileiros. Entre 1961 e 1964 enviaram para o Brasil cerca de sete mil voluntários e alguns espões da CIA, com intuito de solucionar a crise do Nordeste brasileiro, visto como porta de entrada para o comunismo. Isto é, movidos pelo contexto de Guerra Fria, os Estados Unidos enquanto maiores reprodutores do anticomunismo, organizaram projetos que visavam combater a expansão do comunismo pela América do Sul. Em 1962, o padre norte-americano Patrick Peyton chegou ao Brasil com a missão de ensinar os brasileiros a utilizar o rosário contra o comunismo. Sob o lema “A família que reza unida permanece unida”, implementou a técnica do rosário contra o comunismo, que foi largamente incorporada pela classe média. Diante do governo Goulart, em 1963 os Estados Unidos preferiram dialogar e direcionar dinheiro diretamente aos governantes da oposição, a exemplo de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, e de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, ao invés de negociar com o governo federal.

Após o assassinato do presidente estadunidense John Fitzgerald Kennedy, tomou posse Lyndon Baines Johnson, que manteve um perfil mais direto e duro, especialmente para conter o comunismo. Seu governo, ao tratar da crise política do Brasil, queria um golpe de Estado com atributos de legalidade. Para tanto, os agentes da CIA passaram a atuar mais diretamente apoiados pela embaixada norte-americana estabelecida no Brasil. Com o apoio do embaixador Lincoln Gordon, os norte-americanos puderam traçar um plano mais claro sobre qual grupo deveriam apoiar. Em outra frente o coronel estadunidense Vernon Walters, movido pela recomendação do embaixador Lincoln Gordon de que sua missão era evitar surpresas desagradáveis, aproximou-se do general Humberto Castelo Branco para obter informações sobre os acontecimentos.

A partir de 1964, os Estados Unidos passaram a atuar decisivamente nos acontecimentos da política brasileira, tinham um plano traçado. Primeiro, deveriam criticar publicamente o governo e apoiar secretamente, na forma de “ações de cobertura”, enviando armas e apoio logístico aos grupos golpistas. E somente em segundo plano, caso a situação exigisse, poderia agir por meio de intervenção direta. Nesse caso, a ação seria brasileira e o apoio logístico e diplomático viria dos Estados Unidos, através da “Operação Brother Sam”. Entretanto, de acordo com Fico (2008), a campanha de desestabilização do governo Goulart teria sido iniciada ainda em 1962, evoluindo no final de 1963 para um possível golpe. Frente a isso, no segundo semestre desse mesmo ano, o embaixador americano Lincoln Gordon teria iniciado a discussão sobre o golpe, com estudos chamados de “planos de contingência”. Sendo assim, a “Operação Brother Sam”, seria um “plano de contingência” preparado para o Brasil. Entretanto, no ano de 1964 as ações de Gordon junto a Washington se ampliaram através dos “planos de emergência”, que previam o fornecimento de mais armas e munições. Porém, isso tudo já constava no “plano de contingência” desde 1963, desmitificando a ideia de que o mesmo tenha sido feito às pressas, nas vésperas do golpe civil-militar de 1964.

Segundo Fico (2008), o “plano de contingência” norte-americano não previa apenas a “Operação Brother Sam”, mas também estabelecia linhas de ações estratégicas que foram realmente implementadas no Brasil três meses depois. Tais ações visaram sucessivamente: o controle militar temporário; a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli; e a eleição de um novo presidente. Somente em caso de confronto o plano estabelecia que os Estados Unidos deveriam providenciar apoio secreto ou aberto aos golpistas. Ou seja, intervir com forças somente se houvesse clara evidência de intervenção

soviética do outro lado, diretriz que estabeleceu a força naval que futuramente se chamaria “Brother Sam”.

Para que o plano fosse aprovado pelo Departamento de Estado norte-americano foi necessário um dispendioso processo de convencimento por parte de Lincoln Gordon de que o Brasil corria risco, devido à possibilidade de Goulart implantar uma ditadura do tipo “peronista”, que depois acabaria sendo tomada pelo comunismo em função dos acordos que o presidente seria obrigado a fazer com a extrema esquerda. Além disso, Lincoln Gordon sabia do seu compromisso em se responsabilizar pela a culpa caso o plano “secreto” desse errado ou fosse descoberto (FICO, 2008).

É certo que a “Operação Brother Sam” teve início por motivações e avaliações extremadas do embaixador Gordon, porém contou com a participação, desde seu planejamento, da liderança golpista, sobretudo a militar, representada pela figura de Castelo Branco, que, estando em contato direto com a embaixada de Gordon, em 1º de abril relatou que não precisaria mais do apoio logístico dos Estados Unidos. Desta forma a “Operação Brother Sam” começou a ser desmantelada. Conforme esclarece Carlos Fico:

Outra polêmica a respeito da “Operação Brother Sam” pode agora ser esclarecida: ela era conhecida e foi planejada com a cumplicidade de brasileiros, como o general Ulhoa Cintra, dileto auxiliar de Castelo Branco, que também estava informado da operação. Portanto, se as principais causas do golpe estavam de fato no Brasil e sua deflagração deveu-se a personagens brasileiros, também é certo que a participação norte-americana foi decisiva: a “Operação Brother Sam” não foi pouca coisa. Ela foi importante não apenas porque expressou a disposição intervencionista dos Estados Unidos, mas também porque comprometeu seus idealizadores com um longo processo de justificação da ditadura militar brasileira. (2008, p. 101).

Seguindo os rumos dos acontecimentos, a decisão de Jango de se aproximar dos movimentos populares parecia confirmar as afirmativas provenientes dos setores conservadores ligados ao governo norte-americano. Além disso, como parte da virada para a esquerda, o presidente aderiu ao comício ocorrido no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil. A fim de impor pressão, Carlos Lacerda, então governador udenista de Guanabara, tentou boicotar o comício (REIS, 2014). Entretanto, nada pôde conter a explosão do movimento popular durante sua fala. Suplantando o nível das promessas, Goulart assinou alguns decretos que finalmente colocariam as Reformas de Base em curso.

No Congresso, o centro liberal conciliador, sobretudo o PSD, rompeu de vez com o governo, aproximando-se ainda mais da direita golpista, que respondeu à

mobilização popular e sindicalista com uma mobilização de direita gigantesca realizada em São Paulo no dia 19 de março de 1964, mesclada por donas de casa, empresários, lideranças civis e militares, jovens burgueses e de classe média e representantes do alto setor industrial. A “Marcha da Família com Deus para a Liberdade” reuniu aproximadamente 500 mil pessoas, demonstrando os sintomas de que o golpe estava próximo. Assim, ainda que Jango não tenha se sobreposto as movimentações de direita, nem tão pouco aos elementos institucionais do governo, esses já se encaminharam para uma solução golpista.

O golpe final foi desferido quando, no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, cerca de dois mil marinheiros se rebelaram a favor das Reformas de Base, imediatamente apoiados pelos fuzileiros navais enviados para reprimir o movimento. No dia 30 de março o presidente reuniu-se com os sargentos e subordinados da polícia militar no Automóvel Club do Brasil para ouvir suas reivindicações, irritando profundamente os oficiais da alta hierarquia das Forças Armadas, que julgaram tal ação uma afronta, pois Goulart teria passado por cima da cadeia de comando quando deu voz aos subalternos. Todavia, em meio à crise, Jango não soube utilizar-se da amotinação de parte dos subalternos das Forças Armadas a seu favor e na noite de 30 de março de 1964 o general Olympio Mourão Filho, aproveitando-se da crise instaurada, mobilizou uma coluna de recrutas que partiu de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro, com objetivo de assegurar a democracia brasileira e “salvar” o país dos comunistas. O cenário geopolítico internacional estava preparado para o desfecho do golpe. Entretanto, a iniciativa do general acabou surpreendendo não somente o presidente e sua base governista, sobretudo as esquerdas, mas também os próprios conspiradores golpistas. Conforme retratado por Daniel Aarão Reis:

A crise na Marinha mudou o foco do processo político. Não foi algo que aconteceu de modo espontâneo. Para que a mudança se verificasse, trabalharam com afincos as forças conservadoras, e aí o papel da mídia foi essencial. O enfrentamento entre as propostas de reformas e contrarreforma foi substituído por uma luta entre os que defendiam a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas e os que desejavam subverter esses valores. Se a interpretação pegasse, e ela pegou, seria, como foi, um desastre para Jango e para as forças de esquerda, cujo dispositivo militar começou a ruir. (2014, p. 43).

O presidente, avaliando a melhor forma de agir, sabia que qualquer decisão para conter o golpe culminaria em uma guerra civil sobre a qual não teria controle, então concentrou suas ações em debates conciliatórios. Mas nesse momento não havia mais

possibilidade de negociar. Em 31 de março de 1964, Jango perdeu seu principal aliado, o general Amaury Krueel, sob a afirmativa de que somente apoiaria o presidente se ele se afastasse da esquerda comunista e dos sindicalistas. Já o general Ladário Pereira Telles pretendia resistir e esperou pelas ordens superiores vindas do governo federal. Igualmente, os comandos reformistas e as esquerdas revolucionárias esperavam por um sinal, o que aparentemente não chegou a acontecer, uma vez que Goulart decidiu não partir para o conflito armado. No dia 1º de abril Goulart encontrava-se em viagem pelo país, à procura de um lugar onde pudesse aportar seguramente para tentar articular uma saída para a crise. Chegou ao Rio Grande do Sul – local de resistência da crise de 1961 – tomando conhecimento de que a rebelião militar teria se intensificado e se transformado em um golpe de Estado.

Contudo, ainda que movido por articulações conspiratórias de diversos setores civis e militares, o golpe final que derrubou o governo Goulart foi desferido, principalmente, pelo organismo que deveria resguardar a jurisprudência constitucional. As forças conservadoras presentes no Congresso Nacional declararam a vacância da Presidência da República em 2 de abril de 1964, a portas fechadas e com João Goulart ainda em território nacional. Com o cargo de Chefe de Estado desocupado, os golpistas primeiramente permitiram a posse de Ranieri Mazzilli, até então presidente da Câmara dos Deputados, imprimindo um caráter de legalidade à substituição presidencial. Porém, já estavam sendo articuladas as definições sobre quem governaria o país e de que forma se daria o novo governo. Alguns dias depois, o Congresso Nacional, que já se encontrava expurgado por meio da cassação de 40 deputados, elegeu presidente, pelo voto indireto, o chefe da conspiração que definitivamente iria derrubar Goulart. No dia 11 de abril Castelo Branco foi eleito com 361 votos ao seu favor e 72 abstenções.

Portanto, as crises republicanas de agosto de 1954, que culminou no suicídio de Vargas; de novembro de 1955, que repercutiu com o golpe preventivo liderado pelo general Teixeira Lott para garantir a posse presidencial de Juscelino Kubistchek; e a crise geradora da Campanha da Legalidade, visando garantir a posse de Goulart em 1961, podem ser compreendidas, inicialmente, como momentos limites em que os grupos conservadores mais radicalizados não se conformaram com os avanços democraticamente conquistados pelos trabalhadores. Frente a isso, grupos minoritários de oficiais militares aliados a lideranças civis de extrema-direita, desrespeitando as regras democráticas, atentaram contra a ordem legal. O resultado foi a reação da sociedade pela manutenção dos preceitos constitucionais.

Em outras palavras, o discurso oposicionista pautava-se de forma explícita durante o governo Vargas em combater o autoritarismo e impedir o avanço do projeto “nacional-estatista”. Todavia, nos anos que consagraram a experiência democrática, observou-se o aprofundamento da mais enfática discordância que políticos da União Democrática Nacional (UDN), setores das Forças Armadas, segmentos do empresariado nacional e internacional e órgãos da grande imprensa tinham em relação ao que restava do projeto nacionalista e do trabalhismo.

O golpismo nunca aceitou a presença das massas, seja como eleitores ou como militantes de movimentos sociais, e o interesse de consolidar o capitalismo internacional como plano de desenvolvimento fez com que se projetasse um cenário de crise propício para a concretização do golpe civil-militar de 1964. Muitos que compactuaram com a queda de Goulart provavelmente não tiveram plena consciência do que isso significaria para a experiência democrática. Entretanto, o núcleo que comandou o golpe sabia exatamente qual seria o resultado do rompimento democrático para a história do país. As direitas defenderam com determinação e força a ordem “democrática” e o resultado foi a vitória relativamente fácil do golpe de 1964, que rapidamente se transformaria em um regime militar de longa duração.

1.2 Estruturação jurídica

No dia 2 de abril de 1964, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência da República. Entretanto, em seu curtíssimo mandato, as ações deliberativas concentraram-se de fato nas mãos do “Comando Supremo da Revolução”, dirigido por um dos líderes da conspiração, o general Artur da Costa e Silva, que já se articulava com os grupos civis da coalizão para a consolidação do golpe. Apesar da hesitação do próprio Costa e Silva, o nome do general Humberto de Alencar Castelo Branco foi cotado para ocupar o cargo de primeiro presidente militar. A intenção era que ele fosse o representante dos interesses do “Comando Supremo da Revolução”, bem como da ala mais radical do comando do Exército que, concentrada ao redor do ministro da Guerra, Costa e Silva, aspirava pelo fechamento do Congresso Nacional e pela implementação de medidas que “limpassem” do cenário político os “indesejáveis” opositores da “revolução”. As relações entre Castelo Branco e os militares do Comando da Revolução, também denominado como grupo da “Linha Dura”, foram um tanto conflitantes, mas não impediram que as pretensões militares fossem constituídas, seja por

meio de pressão, seja por vontade própria. Portanto, de acordo com os desígnios militares e com o objetivo de conferir um caráter legal aos procedimentos pós-golpe, medidas ordenadas pelo “Comando Supremo da Revolução”, começaram a ser contempladas a partir do primeiro Ato Institucional do governo militar. Conforme esclarece Carlos Fico:

No dia 9 de abril, o “Comando Supremo” baixou um “Ato Institucional”, que, posteriormente à decretação de outros, nos anos seguintes, passaria a ser conhecido como AI-1. Este primeiro ato conferia ao “Comando Supremo da Revolução” o poder de promover as punições desejadas pelos radicais. Tal poder passaria às mãos do presidente da República, por sessenta dias após a posse. Porém, demonstrando claramente seu ânimo e sua preeminência, Costa e Silva, através do “Comando”, fez expedir, na antevéspera da posse de Castelo, o “Ato do Comando Supremo da Revolução nº 9” e a “Portaria nº 1”. O primeiro estabelecia que os encarregados de inquéritos e processos (visando às suspensões de direitos políticos, às cassações de mandatos, etc.) poderiam delegar atribuições referentes às diligências ou a investigações, bem como requisitar inquéritos ou sindicâncias levadas a cabo em outras esferas. A Portaria determinava a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar crimes militares praticados contra o Estado e a ordem política e social. Com isso, foram criadas as condições para que vários coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães exaltados persistissem na “caça às bruxas”, mesmo depois da posse de Castelo Branco, pois eles assumiram a responsabilidade pela condução dos IPM. (2001, p. 36).

Após as articulações viabilizadas pelo AI-1, Castelo Branco foi eleito via um Congresso expurgado e controlado pela agência militar e por políticos que foram coniventes com o golpe que derrubou Goulart. Até mesmo Juscelino Kubitschek, a princípio inseguro, acabou cedendo às pressões dos militares e votando em Castelo Branco em nome da “conciliação nacional”. Os objetivos do primeiro Ato Institucional eram claros, tratavam de desarticular não apenas as forças de esquerda, mas também destruir as elites enviesadas às ideias reformistas, bem como de reprimir os movimentos sociais, sobretudo os sindicalistas que vinham constituindo expoente força no cenário brasileiro. O empenho em extinguir qualquer resquício que possibilitasse a participação popular nas decisões políticas, pautada no nacionalismo econômico, reformas democráticas e medidas redistributivas foi o que moveu o golpe de 1964.

Entretanto, os conspiradores da coalizão golpista civil-militar cogitaram uma intervenção militar de breve duração, isto é, somente para combater a esquerda, sendo que, uma vez ultrapassada essa barreira, os poderes poderiam voltar rapidamente para as mãos dos civis. Porém, na realidade, observou-se que tanto o presidente indicado pelo “Comando”, quanto os membros e lideranças da ala radical das Forças Armadas não

demonstraram qualquer interesse em abandonar o posto de poder do qual há muito ambicionavam. De acordo com Marcos Napolitano:

Ao que parece, todos, conspiradores e governistas, acreditaram que se tratava de mais uma intervenção militar à brasileira: cirúrgica, de curta duração, que logo devolveria o poder aos civis, em um ambiente político “saneado”, como as direitas gostavam de dizer. Em 1945, tinha sido assim. Em 1954, de certa maneira, também. Em ambos, a queda de Vargas, provocada pela combinação de crise política promovida por golpistas, não tinha aberto o caminho para uma ditadura militar de direita. (2014, p. 63).

Indicado para o cargo supremo da República, após a concretização dos devidos expurgos do quadro político, Castelo Branco utilizou mecanismos autoritários e dispositivos condizentes com os interesses dos militares que o cercavam. Porém, a preocupação era dar um caráter legal a um governo que por si só nasceu ilegal. “Seus atos indicavam que ele supunha ser possível governar dentro dos limites da lei, depois de afastados da vida pública alguns ‘elementos que perturbavam’”, (FICO, 2001, p. 39).

Em 13 de junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), visto com desconfiança por inúmeros políticos e parlamentares. O SNI foi gestado pelo general Golbery do Couto e Silva – colaborador da Escola Superior de Guerra e emissário da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) – sob a influência de ideólogos estadunidenses. O Serviço Nacional de Informações (SNI) era basicamente um órgão de inteligência, ou seja, não realizava ações repressivas. Para fins repressivos, diferente projeto estaria sendo preparado em consonância com os generais vinculados a Costa e Silva. Tratava-se da criação de uma polícia política, isto é, de uma divisão claramente repressiva.

A conjuntura dos primeiros tempos do pós-golpe apresentou algumas insatisfações dentro dos quartéis. As elites civis e os políticos de direita que compactuaram com o golpe também se sentiram descontentes, uma vez que nutriam a expectativa de que, após o golpe que ajudaram a executar, se desse uma breve intervenção militar com missão de “higienizar”, mas que em seguida o poder voltasse para as camadas civis. A crise econômica e a afirmação da modernização conservadora, que envolvia abrangente reforma fiscal, limitadas ações redistributivas – principalmente em se tratando da questão da terra –, reordenamento salarial e alinhamento excessivo junto ao capital internacional americano, fizeram com que inquietações se alastrassem por distintos meios sociais, atingindo igualmente estudantes, classe média, intelectuais e artistas apoiadores

ou não do golpe. Os trabalhadores urbanos e rurais, sindicalistas e lideranças de esquerda, ainda que se recompondo do baque direitista que os desarticulou provisoriamente, voltaram a se organizar. Conforme esclarece Daniel Araújo Reis:

Formou-se, assim, uma atmosfera de descontentamento. Não apenas entre os derrotados, mas, também entre setores expressivos da grande frente que apoiara o golpe. Líderes civis importantes do movimento vitorioso, como Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, preocupados com a impopularidade do governo com o qual eram identificados pela opinião pública, inquietavam-se com as eleições que se avizinhavam, em 1965 e 1966. Começaram a pedir a substituição de Roberto Campos, Ministro do Planejamento, e de Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda, no que seriam acompanhados por boa parte da mídia conservadora, porém rebelde às determinações governamentais, e por todos aqueles que se mantinham adeptos de um Estado forte e intervencionista. (2014, p. 58).

Assim, a necessidade de um segundo Ato Institucional estava posta, instigada sobretudo pela preocupação dos militares com as eleições para governadores, marcadas para outubro de 1965. Era imprescindível seguir com os Inquéritos Policiais Militares e outros instrumentos punitivos que pudessem barrar a candidatura de políticos que representassem uma ameaça à consolidação do governo militar. “Um dos problemas políticos que mais mobilizava o descontentamento da linha dura era o risco de, nas eleições para governadores marcadas para outubro, vir a ser eleito um político “inimigo”, ou pior ainda, alguém investigado pelos IMPs”, (FICO, 2001, p. 47)

Em junho de 1965 o governo de Castelo Branco aprovou as leis de inelegibilidade e incompatibilidade. Porém, essas medidas não impediram o fracasso eleitoral dos representantes do governo para os estados de Guanabara e Minas Gerais, desagradando com isso Carlos Lacerda, chefe civil ligado aos militares, bem como a outros setores do grupo golpista. Diante da derrota eleitoral, Castelo Branco estabeleceu que fosse lavrado sob seu comando, no dia 27 de outubro de 1965, o segundo Ato Institucional, conforme explica Daniel Araújo Reis:

[...] o AI-2 reinstaurou a dinâmica do estado de exceção, da ditadura: entronização de eleições indiretas para presidente da República, dissolução dos partidos existentes, com a imposição, de cima para baixo, de um sistema bipartidário; milhares de novas cassações (no fim do governo de Castello, mais de 3.500 pessoas haviam sido punidas pelos atos de exceção); deposição dos governadores legalmente eleitos; recesso temporário do Congresso Nacional (entre 20 de outubro e 22 de novembro de 1966); decretação de eleições indiretas também para governadores, em sessões públicas e com voto nominal dos parlamentares, o que facilitava o controle e a decretação de medidas repressivas, no caso de eventuais rebeldias (o mesmo expediente já fora

adotado para eleição de presidente da República); extinção de eleições para prefeitos das capitais, a serem designados por governadores, após anuência das respectivas assembleias legislativas (Ato Institucional n.3 – AI-3, editado em fevereiro de 1966). (2014, p. 61-62).

Após a implementação das medidas autoritárias do AI-2, a classe média conservadora e apoiadora do golpe passou a questionar Castelo Branco. Porém, o governo ainda conseguiu manter certo domínio sobre as principais lideranças civis, articulando-as a seu favor. Isto é, permitiu, por meio do bipartidarismo imposto, a estruturação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), congregada por parlamentares provenientes do PSD e da UDN, e sua instituição como partido apoiador e aliado da ditadura militar. Outras entidades que perpetraram oposição ao golpe – a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – seguiram apoiando ou conciliando-se durante um bom tempo com o regime militar. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição também criado sob os auspícios do bipartidarismo, não representava, pelo menos em um primeiro momento, preocupação para o governo devido a sua conduta moderada. “O que esta desejava, apoiada na clandestinidade pelo que restara do PCB, era o restabelecimento da democracia, mas sem embates violentos nem recurso à força, de resto, inexistente nos arraiais oposicionistas”, (REIS, 2014, p.63).

Além disso, as ações fixadas pelo AI-2 foram complementadas através do AI-3, de fevereiro 1966, estabelecendo que as eleições para governadores também seriam indiretas e que os cargos para prefeitos das capitais fossem assumidos por meio de nomeações. Entretanto, as medidas presentes no AI-2 e no AI-3, que visavam impedir que os governadores da oposição fossem eleitos ou pudessem se tornar elegíveis, acabaram se voltando contra os mesmos militares que as propuseram, isto é, os mais radicais acabaram punidos devido a atitudes exaltadas ou não condizentes com a estrutura governamental. O próprio Castelo Branco foi atingido à medida que aprovou a sua própria inelegibilidade, pois o artigo 26 do AI-2 estabeleceu eleição indireta para presidente da República e impedimento à reeleição. A consequência desta aprovação foi a abertura do caminho para ascensão de Costa e Silva ao poder.

Em seguida, Castelo Branco materializou o quarto Ato Institucional. Por meio dele convocou parlamentares, organizou e aprovou em tempo recorde uma nova Constituição para o Brasil. De acordo com a pesquisa realizada pela Arquidiocese de São Paulo:

Em 6 de dezembro, mediante o Ato Institucional nº 4, Castello confere poderes constituintes ao Congresso, e suspendendo o recesso, convocando para discutir e votar, no período de 12 do mesmo mês até 24 de janeiro de 1967, o projeto de Constituição elaborado pelo Executivo. (1985, p. 26).

Quase que simultaneamente à consolidação da nova Carta Magna, foram criados dois importantes instrumentos de controle e repressão, aprovados ainda durante o governo de Castelo Branco, no mês de fevereiro de 1967. O primeiro tratava do estabelecimento da Lei de Imprensa e o segundo da concretização da Lei de Segurança Nacional. A pesquisa realizada pela Arquidiocese de São Paulo coloca que a Lei de Imprensa:

[...] restringe profundamente o direito de crítica e prevê condenações em até 10 anos para os infratores de seus dispositivos penais. Ao assegurar o “direito de prova” ao profissional de imprensa acusado do crime de calúnia, por exemplo, a lei estabelece a infalibilidade de alguns mandatários do regime em seu parágrafo 3º do artigo 20. (1985, p. 27).

Nota-se, portanto, que todas as medidas estabelecidas durante o governo Castelo Branco viabilizaram a transição de um Estado de direito democrático para um regime militar bem estruturado, movido pela institucionalização de regras que lhe conferiu certificação processual para governar. Assim, a incorporação de medidas autoritárias estabelecidas nos Atos Institucionais, Atos Complementares e Decretos-Lei à nova Constituição colaboraram em grande medida para a radicalização do sistema. Entre outras coisas, o texto constitucional, ao estabelecer medidas punitivas e irrestritas a todo cidadão que atentasse contra as ordens do Estado, acabou abrindo brechas para que se cunhasse o conceito de “inimigo interno” e, simultaneamente, para a necessidade de colocar em prática uma Lei de Segurança Nacional que fornecesse os meios para a imputação criminal aos cidadãos brasileiros sem qualquer distinção. Não tardando, em 13 de março de 1967, após ter sido reformulada, a nova Lei de Segurança Nacional foi decretada (a LSN existia no Brasil desde 1935). Segundo Carlos Fico:

Portanto, coube a Castelo Branco tornar legal a noção de “guerra interna” e permitir que brasileiros civis fossem indiscriminadamente acusados de “subversivos” – base jurídica e conceitual indispensável para que a linha dura passasse de simples condição de grupo de pressão para a perigosa posição de “sistema de segurança”, com permissão para investigar, prender e interrogar, erigindo-se em polícia política. (2001, p. 58).

Os anos seguintes ao golpe civil-militar de 1964 configurou-se grande movimentação encabeçada pelos militares para constituir um sistema que, além de

identificar os denominados pela doutrina ideológica oficial das Forças Armadas de “inimigos internos”, pudesse agir repressivamente para combatê-los. Esse contexto, agravado pela atmosfera da Guerra Fria, intensificou a preocupação generalizada desse grupo de poder com o “inimigo” e com a tensão de uma possível guerra.

Para compreender melhor o conceito de “inimigo interno”, é necessário reportar-se à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), colocada em prática no país a partir de 1967 por meio da nova Lei de Segurança Nacional. Sua função era garantir os interesses e a segurança interna do país, bem como subsidiar as ações do governo militar contra ameaças externas e internas. Entretanto, a grande preocupação da DSN era com a subversão comunista, intensificada com a polarização mundial estabelecida pela Guerra Fria. Segundo os preceitos ideológicos difundidos por essa Doutrina, o inimigo não era mais aquele relativo ao panorama de guerra global, com desígnios políticos frequentemente reconhecíveis. De acordo com Nilson Borges:

Em meio a esse contexto, houve uma redefinição do conceito de “segurança nacional” na maior parte dos países, começando pelos Estados Unidos. Tal redefinição acarretou o ressurgimento da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) cujo nome posteriormente seria acrescentado a palavra “Desenvolvimento”. A essência da Doutrina de Segurança Nacional reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de características anti-subversivas contra um inimigo comum. (2009, p. 29).

A partir da DSN, a guerra passou a ser subversiva e revolucionária, em que o inimigo se encontrava em grupos sociais interessados em derrubar o governo militar instituído. Assim, esse “inimigo” poderia ser qualquer cidadão e estar espalhado pela sociedade, utilizando-se de sua principal “arma”, a ideologia comunista. Frente a isso, todo um aparato repressivo foi construído pelo governo ditatorial, com objetivo de identificar e eliminar comunistas, alcunhados como “inimigos internos”. A começar pela própria Constituição de 1967, que legalizou a ideia de guerra interna e colocou todos os cidadãos brasileiros sob a suspeição do Estado. Por essa lógica aqueles que fossem considerados suspeitos de subversão se tornariam inimigos da nação.

Entretanto, a Lei de Segurança Nacional foi instituída pela primeira vez, no governo de Getúlio Vargas em 4 de abril de 1935, no contexto de agitações que culminariam no Levante Comunista, com o objetivo de proteger a nação e propiciar aos órgãos repressivos do Estado Novo os meios necessários para conter as forças oposicionistas. Sendo assim, as Leis de Segurança Nacional não foram uma invenção da

ditadura militar brasileira, mas foram aperfeiçoadas para suprir os desígnios necessários para o fortalecimento do poder do regime vigente. Conforme retratado pelos autores Marcia Pereira da Silva, Jean Carillo de Souza Silva e Luciano Pereira da Silva:

No Brasil do período militar as Leis de Segurança Nacional foram reformuladas e sancionadas por meio dos seguintes decretos: 1) o Decreto-Lei n. 314, de 13 de março de 1967, alterado pelo Decreto-Lei n. 510, de março de 1969; 2) o Decreto-Lei n. 898, de 29 de setembro de 1969; 3) a Lei n. 5786 de 27 de junho de 1972; e a 4) Lei n. 6620 de 17 de dezembro de 1978. Desse conjunto de leis, destacam-se as duas primeiras, pois elas teriam estabelecido os parâmetros de funcionamento da justiça em relação à repressão. Merece destaque, também, o fato dessas leis de Segurança Nacional sistematizarem, na verdade, as medidas anteriormente editadas nos Atos Institucionais, nos Atos Complementares e nas próprias Constituições de 1967 e 1969 editadas e promulgadas por um Estado autoritário. (2015, p. 86).

Pela lógica da DSN, ao identificar um inimigo a função do governo militar seria eliminá-lo. Para isso, poderia dispor dos meios necessários, ou seja, de medidas excepcionais para solucionar o problema. Desde então, aparelhos repressivos, tais como, o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foram criados justamente para aplicação dessas medidas excepcionais. O primeiro era responsável por apurar os supostos crimes contra a segurança nacional e o segundo, além da função de inteligência, era responsável por prender e interrogar os presos políticos para obter informações, utilizando em boa parte dos casos, a tortura como técnica de interrogatório, ainda que tais ações não fossem assumidas pelos órgãos repressivos. De acordo com Marcia Pereira da Silva, Jean Carillo de Souza Silva e Luciano Pereira da Silva:

Em tempos de Guerra Fria, o “inimigo interno” remetia quase necessariamente à figura do comunista, ou grupos comunistas que, financiado pela União Soviética, se infiltraria na sociedade e tramaria para a subversão da Ordem instituída e, conseqüentemente, para o fim da democracia e do sistema capitalista no Ocidente. Foi em nome desse “inimigo interno” que as Forças Armadas se mobilizaram em 1964, juntamente com setores e instituições de representação da sociedade civil, para a derrubada de João Goulart. Também foi em nome do mesmo “inimigo” que os governos militares montaram um forte aparato repressivo e de espionagem. (2015, p. 87).

Desse modo, compreende-se que a ditadura militar brasileira se cercou de um conjunto de leis, decretos e atos institucionais, visando garantir sua existência, moldada pelo “verniz da legalidade”, pois, apesar das medidas legais, continuava sendo um Estado

de exceção e não um Estado de direito. Cabe ressaltar que a gana de vencer o “inimigo”, ou seja, comunistas e opositores do autoritarismo militar considerados “subversivos” por atentarem contra a Segurança Nacional, deu origem ao processo de estruturação do mecanismo de repressão a partir da OBAN, em seguida, dos Destacamentos de Operações e Informações e dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIs), que se tornariam o braço persecutório e punitivo do Estado. Ou seja, ao estabelecer quem eram os “inimigos”, sobretudo por meio da lógica de suspeição, foram criados os mecanismos necessários para sua identificação e punição. “No período da ditadura militar, mais do que em qualquer outro, o comunista representou esse elemento perigoso, perturbador e nocivo; no limite, alguém possuído por forças malignas e incontroláveis, um elemento a quem se devia temer”, (MAGALHÃES, 1997, p. 13).

Assim, no período em que esteve à frente do governo brasileiro, principalmente nos últimos meses de seu mandato, Castelo Branco procurou acima de tudo institucionalizar a ditadura militar. Sendo assim, os Atos Institucionais foram essenciais para naturalizar o Estado sob o arquétipo autoritário instaurado após o golpe civil-militar de 1964, pois, atribuíram um caráter rotineiro para as decisões autocráticas, dando amparo jurídico ao processo tutelar do sistema político e da sociedade civil. Dessa forma, sendo o propulsor da ditadura militar autoritária, o governo Castelo Branco não poderia ser descrito como a uma fase “branda” do regime, uma vez que até 1967, ano em que foi sucedido pelo general Costa e Silva, Castelo Branco já havia aprovado inúmeros dispositivos de lei que iam ao encontro das ambições do “Comando Supremo da Revolução” de estabelecer uma ditadura militar rigidamente autoritária. Conforme esclarece Marcos Napolitano:

Embora tenha passado à história como o maior representante da “ditabranda”, o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário. Nele foram editados 4 Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o princípio de segurança nacional e que, doravante, deveria nortear a vida brasileira. A Comissão Geral de Inquérito esteve atuante, tocando mais de setecentos IPMs que alimentavam mais o furor persecutório da direita militar do que propriamente produziam resultados efetivos. Na dinâmica das sanções legais aos adversários do regime com base nos Atos Institucionais, o governo Castelo Branco se destaca: dos 5.517 punidos por este tipo de ato do regime, 65% (ou 3.644) o foram durante o governo Castelo. Além de civis, os militares afinados com o governo deposto foram particularmente punidos durante o governo Castelo, concentrando cerca de 90% das 1.230 sanções feitas a militares ao longo do regime. (2014, p. 69).

Dando continuidade ao já delineado contexto político militarizado, Costa e Silva, ao assumir a Presidência da República, viu-se envolto por manifestações de descontentamento de vários setores da sociedade civil e militar. Particularmente, as críticas que mais incomodavam o governo militar eram originárias dos comunistas, estudantes, de parte da Igreja Católica, operários e, principalmente, da fileira civil da coalizão golpista.

Entretanto, sentindo o truncamento do AI-2, que impôs entre outras coisas o bipartidarismo, a direita civil, representada por Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, passou a diminuir paulatinamente o apoio dado aos militares no momento do golpe. Além do mais, impossibilitado de concorrer às eleições presidenciais, devido ao fechamento do regime militar, Carlos Lacerda aproximou-se de Juscelino Kubitschek e de João Goulart para formar a “Frente Ampla”, que previa a união inédita desses representantes políticos, movidos pelo objetivo comum de retomar a agenda democrática, destituída pelo golpe de Estado.

Tal aliança agitou o cenário político, pois era incompreensível para o comando militar que fosse possível a união entre o líder do governo destituído em 1964 e seu algoz. Sendo assim, ao se aliar a João Goulart, Carlos Lacerda, ex-líder da direita civil, se tornou o inimigo número um do governo militar. Contudo, visando impedir que essa frente oposicionista pudesse dar “voz” aos movimentos populares que já se encontravam em franco processo de conflagração a “‘Frente Ampla’, seria fechada em abril de 1968, e Carlos Lacerda, cassado em dezembro”, (FICO, 2001, p. 59).

Por outro lado, o general Costa e Silva, a princípio, assumiu um discurso “democrático”, e prometeu agir dentro dos parâmetros legais. Como primeira providência, reorganizou a economia que passava por um longo período de recessão. Junto ao seu ministro da Fazenda, Delfim Neto, tratou de promover a baixa dos juros, o aumento dos créditos e incentivos aos investimentos e exportações. Essas medidas governamentais, aliadas a algumas condições internas adequadas, garantiram um animador crescimento comercial em níveis nacional e internacional. Entretanto, o cenário econômico favorável não amenizou o descontentamento das classes sociais com ditadura militar.

As lutas operárias surgiram, tecendo críticas e se rearticulando contra o regime. Do mesmo modo, parte de membros da Igreja Católica e de algumas correntes liberais, a exemplo da imprensa, jornalistas, intelectuais, advogados e classe média, mobilizam-se

em defesa das liberdades democráticas. Sobre tais mobilizações Daniel Aarão Reis discorre que:

Entre os intelectuais, eram visíveis as manifestações contra o governo, cujas repercussões têm sido superdimensionadas pela memória social, mas que realmente foram efetivas. No teatro, no cinema, nas artes plásticas, na literatura e na imprensa, com destaque para cronistas e humoristas, eles não poupavam críticas ao regime. No mundo musical – de importância capital no universo cultural do povo brasileiro – destaca-se a chamada música de protesto, com denúncias, incentivos e sugestões de luta (Geraldo Vandré e Chico Buarque de Holanda, entre muitos outros). (2014, p. 68).

De modo análogo, as alas esquerdistas e comunistas colocadas na clandestinidade pelo golpe de 1964 começaram a se reorganizar. Ou seja, com a concretização do golpe e o fracasso das esquerdas brasileiras em contê-lo, surgiram densas discussões e análises autocríticas, envolvendo as alas alinhadas ao comunismo, que desde então buscaram compreender não apenas como haviam errado, mas quais foram os culpados. As queixas e acusações recaíram tanto sobre as atitudes de João Goulart e sua ineficaz política conciliadora, quanto sobre o PCB, maior organização de esquerda no Brasil, que não demonstrou a força que possuía para impedir o golpe, preferindo arriscar-se através de recursos pacificadores e meios legais, apenas. Tais impasses e dissensos fizeram com que as esquerdas radicais optassem pela a luta armada.

A partir de agosto de 1967, movidos pela Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana, os grupos comunistas adotaram a ideia de guerrilha rural, movida por um pequeno grupo revolucionário junto aos camponeses que se basearam na teoria pensada por Che-Guevara de criar focos revolucionários para lutar contra o sistema (foquismo cubano). Partiu daí a iniciativa de Carlos Marighela, membro executivo do PCB e dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), de enveredar para a luta armada. As ações guerrilheiras se moviam junto ao movimento estudantil, porém não tinham ligação organizacional com eles. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – grupo formado por dissidentes do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), de base brizolista e que fora dissolvido em 1967 – já atuava em ações revolucionárias movidas pela força armada, praticando assaltos a bancos, roubo de armas, sequestros de personalidades políticas nacionais e internacionais.

As esquerdas, fragmentadas em inúmeras siglas, passaram a preocupar significativamente o governo Costa e Silva, especialmente a ala esquerda do movimento estudantil. Isso fez com que o presidente Costa e Silva acirrasse o processo repressivo

característico do militarismo de governo. Ou seja, vendo-se confrontado, o líder do “Comando Supremo da Revolução”, não hesitou em dar continuidade à escalada de radicalização do regime militar, que ele próprio ajudou a promover. “Contra todas as oposições, o governo Costa e Silva jogou de forma pesada, como se mobilizasse canhões contra passarinhos”, (REIS, 2014, p. 72)

Em março de 1968 as manifestações estudantis, promovidas pela União dos Nacionais do Estudantes (UNE), voltaram a acontecer. Os protestos intensificaram-se com a morte do estudante Edson Luís, baleado durante uma ação da Polícia Militar (PM) no Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro em 28 de março de 1968. Fato que converteu a opinião pública e acabou comovendo boa parte da sociedade, até mesmo a classe média e setores da elite burguesa. Assim, nos dias que se seguiram os movimentos estudantis e populares, apesar de estarem concentrados nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, acabaram explodindo em outras cidades universitárias e foram violentamente contidos pela polícia com prisões e mortes de estudantes.

Devido à forte repressão, os estudantes, impossibilitados de se manifestar, decidiram reorganizar suas instituições. Integrantes de correntes de esquerda que faziam parte da UNE aderiram à luta armada. O tom dos protestos passou de reivindicações relacionadas a bandeiras defendidas pelo movimento estudantil para luta política revolucionária. Porém, continuavam agregando interesses convergentes. Para tratar dessas discordâncias foi realizado clandestinamente em Ibiúna (SP) o XXX Congresso da UNE que, descoberto pela polícia, teve 920 participantes presos.

Esses episódios reforçaram a participação de estudantes na luta armada, opção encontrada por uma ala da esquerda para enfrentar a violência do regime opressivo. Já para os militares, o ano de 1968 traria à tona o que eles mais temiam: a convergência entre a radicalização da esquerda que partiu para ações de guerrilha e os movimentos estudantil e operário, de caráter contestatório, além do crescente oposicionismo da classe média e das duras críticas vindas da ala intelectual e de artistas de esquerda. No Congresso os ânimos também se encontravam acirrados devido às denúncias feitas por políticos remanescentes da fileira moderada sobre as torturas e a repressão violenta contra os estudantes e outros manifestantes.

Frente às sucessivas derrotas no Congresso Nacional e o acirramento dos movimentos oposicionistas, o governo Costa e Silva agiu desferindo um dos mais duros golpes na democracia brasileira com o Ato Institucional de nº 5, que acirrou o fechamento

político e legitimou a repressão sistemática unida à violência policial. Conforme a análise de Marcos Napolitano:

Derrotado no Congresso que se supunha dócil, pressionado nos quartéis e criticado pelas oposições nas ruas, o governo resolveu agir, convocando o Conselho de Segurança Nacional. A reunião foi chamada pelos cronistas como “A Missa Negra”, pois dela resultaria a edição do AI-5. Os conselheiros desconsideravam a proposta de Pedro Aleixo, de decretação do Estado de Sítio dentro do modelo constitucional. Ao final, ouviu-se o “cântico lúgubre das liberdades perdidas”, na voz “grave e pausada” do ministro da Justiça Gama e Silva, que na noite de 13 de dezembro de 1968 anunciou, em cadeia de rádio e TV, o Ato Institucional nº 5. Através desse instrumento, estima-se que cerca de 500 cidadãos (sobretudo professores, jornalistas e diplomatas) tenham perdido direitos políticos, 5 juízes de instâncias superiores, 95 deputados e 4 senadores, seus mandatos. Se os efeitos diretos foram impactantes sobre o sistema político, os efeitos indiretos seriam bem maiores sobre todo o tecido social. (2014, p. 87).

A escalada da radicalização do governo militar, consumada por Costa e Silva através da decretação do AI-5, se esclarece mais por um viés de promoção da institucionalização de um regime que veio para ficar, e menos como necessidade de se combater a radicalização da guerrilha urbana e rural. Tal explicação é passível de comprovação devido à afirmação efetivada – nos primeiros anos da ditadura – no segundo Ato Institucional e citada por Marcos Napolitano (2014): “Não se disse que a Revolução foi, mas que é, e continuará”, (NAPOLITANO, 2014, p. 87). A partir disso, tornou-se manifesto o interesse dos militares em se perpetuar no poder. Igualmente, segundo Fico (2001), a radicalização das guerrilhas esquerdistas teria se dado por desígnios que iam além do puro combate à repressão da ditadura militar. Isto é, seus interesses eram mais extensivos, pois visavam à concretização de uma revolução que acabasse com o capitalismo e estabelecesse um sistema comunista no Brasil. Assim, a conversão dos movimentos revolucionários em luta armada não se explicaria como sendo uma consequência do AI-5, bem como o AI-5 não teria sido uma consequência da radicalização das guerrilhas urbanas e rurais. A definição mais aproximada é que o Ato Institucional nº 5 teria representado o ápice da escalada do processo da radicalização e do autoritarismo do regime militar brasileiro. Dado avanço não pararia por aí, pois a partir dele foram criados meios favoráveis para a estrutura institucionalizada de um complexo sistema de segurança e informações.

1.3 Da intransigência do AI-5 ao processo de flexibilização

O presente tópico tem como objetivo refletir sobre os anos seguintes à decretação do Ato Institucional nº 5, bem como o processo que levou à “distensão” e a posterior “abertura” do regime ditatorial. De forma não definitiva, tal discussão conclui o breve delinear aqui proposto – iniciado e desenvolvido nos tópicos acima – sobre anos em que o Brasil esteve sob o governo dos agentes das Forças Armadas. Existem muitos questionamentos e lacunas a serem verificados e preenchidos através de futuras pesquisas que busquem elucidar os mistérios que rondam o período do regime militar ditatorial do Brasil. Destacando, inclusive, que muitas fontes de pesquisa se encontram submersas nos arquivos secretos do governo brasileiro e, quando da sua liberação, novos rumos poderão ser traçados em busca de uma compreensão mais aprofundada dos fatos.

Com um legado para lá de cruel, estabelecido sobretudo após a normatização do AI-5, o general Costa e Silva, afastado da presidência por motivos de saúde, acabou substituído por uma junta militar composta por representantes das três armas, sendo eles, o ministro do Exército, General Aurélio de Lyra Tavares; ministro da Marinha, Almirante Augusto Rademaker; e o ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Márcio de Souza Melo. A junta militar, apoiada por outros generais do Comando do Exército, impediu a posse de Pedro Aleixo, vice-presidente de Costa e Silva, através do Ato Institucional Nº 12, fruto de uma sucessão de atos referentes a diversos assuntos que arregimentaram cada vez mais a máquina repressiva. Entretanto, o fato de Pedro Aleixo ter sido contra a aprovação do AI-5 foi decisivo para que os militares não o aceitassem como chefe de governo no lugar de Costa e Silva.

Nesse contexto marcado pelo Estado de exceção, a junta militar se articulou na busca de um novo presidente, que tivesse acesso facilitado entre as várias instâncias militares. Mas, que desse prioridade aos projetos institucionais da ditadura e à destruição de todos os grupos de luta armada de esquerda. Novos Atos Institucionais foram materializados, como, por exemplo, o de número 13, que previa a estruturação jurídica para ações de banimento; e o AI-14, com abordagem sobre a pena de morte, tema presente desde 1967 no Artigo nº 150 da Constituição Brasileira, prevista apenas em caso de guerra externa. O AI-14 estendeu a pena de morte para crimes que envolviam guerra “psicológica”, “revolucionária” e “subversiva”. Além disso, a intensificação da repressão por meio dos Atos também contou com o Decreto-Lei 698, que reorganizou a Lei de Segurança Nacional. Tais Atos e Decretos-Leis incidiram conforme a necessidade de

fortalecer a estrutura repressiva no combate à luta armada, que assumia papel relevante contra a tirania governamental assentada sobre bases ditatoriais.

Foi através de mais um Ato Institucional, o de nº 16, que se determinou a vacância do cargo presidencial devido ao afastamento do general Costa e Silva por motivos de saúde. Após tal ocorrência, coube à junta militar escolher quem ocuparia o cargo vago. Indicado por militares para ser o presidente do Brasil, o general Emílio Garrastazu Médici tomou posse em 30 de outubro de 1969, por meio de breve abertura do Congresso Nacional, fechado por dez meses desde a instituição do AI-5. Tal artimanha serviu para dar um caráter legal ao processo de eleição presidencial. Entretanto, como a escolha não agradou a todos os setores do Exército, a data da posse do presidente Médici marcou também a decretação do AI-17, que dava plenos poderes ao presidente da República para afastar ou punir qualquer militar que atentasse contra o poder Executivo ou a ordem nacional.

Em meio às invenções políticas para a manipulação das governanças ditatoriais concretizadas entre os anos de 1968 e 1972, ocorriam ações das guerrilhas urbanas em vários pontos das cidades grandes, envolvendo roubos de armas, ataques a bancos, a quartéis ou postos policiais e sequestros de diplomatas e políticos estrangeiros. A “captura”, como foi denominada pelos guerrilheiros, a princípio surtiu alguns efeitos que fortaleceram a luta armada. Mas o sucesso das ações foi contido por Atos Institucionais e outros dispositivos legais que deram cada vez mais autonomia aos órgãos repressivos para perseguir, prender, torturar, assassinar e desaparecer com corpos, fazendo-se cumprir o principal desígnio da estrutura repressiva – visto que as ordens vinham de “cima”, das lideranças militares – que era aniquilar todos os grupos guerrilheiros urbanos e rurais. Esse período destacou-se, então, como o mais violento da ditadura militar, isto é, seria verdadeiramente os “anos de chumbo”.

Uma das ações mais impactantes realizadas pela guerrilha urbana foi a captura do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, ocorrida no Rio de Janeiro em 4 de setembro de 1969, ainda sob o governo da junta militar. Por meio de uma carta-protesto enviada ao governo federal, fez-se algumas exigências, como, por exemplo, a leitura da mesma pelo governo militar em rede nacional e a libertação de 15 presos políticos. A carta continha também várias denúncias de torturas e assassinatos que vieram à tona, ao passo que os militares cederam às exigências estabelecidas para a soltura do embaixador. Outras ações envolvendo o sequestro de diplomatas e políticos estrangeiros foram executadas e apresentaram como resultado um total de 115 militantes presos e torturados

sendo liberados das prisões da ditadura militar. Entretanto, o plano tático da maioria dos grupos guerrilheiros era atingir a etapa de “guerrilha rural”, inspiradas no “foquismo” cubano, e no modelo chinês.

Em contrapartida, o aparelho repressivo intensificou suas práticas, apoiando-se em três importantes eixos de funcionamento: segurança, censura e repressão. Desse modo, não demorou muito para que todos os focos da guerrilha revolucionária urbana fossem reprimidos. Tanto que Carlos Marighela, líder da (ALN), foi assassinado dois meses após o sequestro do embaixador norte-americano. Desfalcada de sua principal liderança, entre os anos de 1969 e 1970 a Ação Libertadora Nacional ainda perdeu importantes membros do grupo em combate. Em 1972, a guerrilha urbana havia sido destruída nas cidades. No campo os conflitos seguiam de maneira intensificada. Tanto que em 1971 o capitão Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), também acabou assassinado quando preparava uma ação guerrilheira na Bahia. A última ação guerrilheira a ser derrubada foi a do PCdoB, que desde de 1967, estabelecido na região do Araguaia, destacou-se por ser a organização que mais se aproximou da finalidade de consolidar uma guerrilha rural ao molde chinês – os grupos combatentes chineses foram apoiados pela população rural, que vivia precariamente nas regiões das guerrilhas. Mas, ao contrário das suas pretensões, o PCdoB foi denunciado pela mesma população que almejava defender da miséria e da repressão naquela região. Devido às delações, rapidamente as tropas do Exército descobriram os guerrilheiros e iniciaram as ações de repressão. Em 1972, os focos da guerrilha começaram a ser desmantelados, mais soldados foram enviados para o Araguaia e, em outubro de 1973, a guerrilha estava inteiramente suplantada. Porém, mesmo com as frentes de luta armada do PCdoB contidas, a presença do Exército na região persistiu até 1974.

Semelhante aos acontecimentos de 1964, os dissensos em torno de questões sobre o modelo de revolução a ser assumido, as formas sobre as quais se iria lutar e o arquétipo de aparelhamento mais apropriado para derrubada do regime, continuavam separando os militantes. Conseqüentemente, foi a fragmentação dos grupos guerrilheiros, persistente entre as esquerdas, que facilitou as ações do comando repressivo. Entretanto, se a esquerda não superou seus problemas internos, tendo como consequência sua quase total aniquilação, a estrutura repressiva foi reformulada em vários âmbitos. Uma vez instigada por novas leis, que lhe garantiam a autonomia necessária, ampliou-se o foco de visão. Diferente do que vinha acontecendo até então, entre os anos de 1969 e 1974 as punições passaram a atingir todas as classes sociais da mesma maneira. Nenhuma pessoa

considerada “inimiga” do regime sairia ileso dos castigos e penalidades impostos pela repressão. Mas, o fato de que muitos presos políticos eram jovens, estudantes universitários, secundaristas ou pessoas envolvidas com o campo educacional fez com que fossem criadas estratégias para o não comprometimento dos militares: forjavam-se incidentes, suicídios ou fugas a fim de justificar as mortes sob tortura de prisioneiros envolvidos com a luta armada, em período inicial.

A partir de 1971, os agentes da repressão acrescentaram mais uma manobra entre seus procedimentos: o desaparecimento, que isentava o governo ditatorial e qualquer órgão do complexo repressivo de prestar informações sobre militantes sob sua custódia. Pois estes, oficialmente, não estariam nem presos nem mortos. Contudo, a institucionalização da repressão policial como princípio de Estado ocorreu simultaneamente à elevação da autonomia dos órgãos repressivos, que prenderam, torturaram e mataram clandestinamente. Embora, em momento algum se encontrassem completamente fora do controle governamental do regime militar.

Paralelamente ao período em que mais se perpetraram métodos de violência, promovidos, sobretudo, pelo aparelhamento do sistema de segurança para vencer a “guerra interna”, o governo Médici apresentava índices altíssimos de desenvolvimento econômico. Isto é, os “anos de chumbo” também foram os “anos dourados” da ditadura militar. Muito se falava em “milagre econômico”. Entretanto, as condições que fizeram a economia brasileira crescer se deram mais por causa do avanço do capitalismo no exterior, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, do que por obras “milagrosas” dos militares. Mas, seria desonesto negar o excepcional salto econômico dado pelo Brasil no início da década de 1970, avançando, sobretudo, em propósito do capitalismo internacional. Os números do Produto Interno Bruto, que em 1970 registravam crescimento de 9,5%, no ano seguinte marcaram 11,3 %, recuando minimamente para 10,4% em 1972 e atingindo sua máxima, 11,4 %, em 1973. O setor industrial atingiu marcas importantes de crescimento, cerca de 14 % ao ano. Entretanto, nada superou as taxas superiores a 20 % ao ano da construção civil. No campo, o projeto de reforma agrária, pautado na agricultura familiar, foi suplantado por investimentos do governo em grandes fazendas agrícolas mecanizadas, que aumentaram a produção de novas culturas como soja, frutas e de derivados cítricos. Outros setores, como o da Educação Superior, e as áreas de pesquisas científicas e tecnológicas, também receberam incentivos do governo – conforme será melhor apresentado na terceira seção desta pesquisa. Mas o salário mínimo, que entre 1964 e 1966 teve uma perda real de 25%, causada pelo arrocho

imposto pelo governo Castelo Branco, entre 1967 e 1973 registrou perda de 15 %. Apesar disso, a ampliação da oferta de emprego e a inflação controlada atenuavam a sensação de empobrecimento, conforme explica Marcos Napolitano:

O sucesso deste modelo administrativo tinha como base material o impressionante crescimento econômico obtido entre 1968 e 1973, conhecido como “milagre brasileiro”. A bem da verdade, esse milagre não era o resultado da ação dos santos de casa. O ambiente internacional excepcionalmente favorável no final dos anos 1960, aliado às políticas internas repressivas que estavam mais para o inferno do que para o céu, é que lhe sustentavam. Em relação aos fatores externos, vale lembrar que o capitalismo mundial vivia o auge do seu “Trinta Anos Gloriosos”, como ficou conhecida a época que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial e terminou com a crise do petróleo em 1973. Sobrava dinheiro entre os banqueiros e investidores, dólares a custo baixo, ávidos por investir em mercados seguros. O Brasil precisava de grandes (e caras) obras estruturais, tais como hidrelétricas, portos e estradas, para desafogar seus gargalos produtivos, mas não tinha poupança interna suficiente para financiá-las. Cabe reiterar que a expansão econômica a partir de 1967 foi preparada pelas medidas impopulares e amargas contidas no Paeg de Castelo Branco, ancoradas em um pensamento econômico ortodoxo e ultraliberal de combate à inflação, controle do reajuste salarial e disciplina fiscal. (2014, p. 146).

No início dos anos 1970, boa parte da sociedade vivia a animação do processo de desenvolvimento econômico pelo qual o Brasil passava. Pouco, ou nada, engajada nas questões políticas que despertaram a onda revolucionária, tal camada social desfrutava de total emprego, de créditos bancários abundantes e a longo prazo, entusiasmo na bolsa de valores, construção civil aquecida, com obras grandiosas, Brasil tricampeão da Copa do Mundo, entre outras coisas que davam um ar de pleno contentamento. Aproveitando-se do frenesi social e visando solidificar os êxitos econômicos alcançados em seu governo, o presidente Médici utilizou-se amplamente de propagandas para se autopromover e disseminar princípios nacionalistas e ufanistas. Conforme esclarece Daniel Aarão Reis,

O país, comparado a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista. O governo Emílio Garrastazu Médici criou então uma agência própria de propaganda, a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), para martelar slogans otimistas, animando, encorajando, com mensagens positivas, construtivas e ufanistas: *O futuro chegou. Brasil, terra de oportunidades. Brasil, potência emergente*. Para os que ainda discordavam, restava a porta de saída, segundo plágio da conhecida campanha estadunidense: *Brasil, ame-o ou deixe-o*. (2014, p. 81).

As propagandas também serviram para solapar as críticas que denunciavam o elevado nível de desigualdade social atingido nesse período. Isto é, o “milagre”, não havia beneficiado todas as camadas sociais. A concentração de renda, o arrocho salarial e a alta inflação que, embora controlada, corroía o valor do salário mínimo, gerou grande insatisfação nas classes populares. O próprio presidente Médici, em uma de suas frases emblemáticas, chegou a reconhecer a situação, dizendo que o “Brasil ia bem, mas a população ia mal”. Sendo assim, pode-se notar que a miséria e o subdesenvolvimento preocupavam o governo. Paralelamente, na perspectiva da Lei Segurança Nacional, o aprofundamento da pobreza e da desigualdade social serviram como porta de entrada para as esquerdas “subversivas” desejosas em derrotar a ditadura e fazer a revolução. Por isso a necessidade de intensificar a repressão.

Ao contrário do que se propagandeava, a crise internacional do petróleo de 1973 trouxe à tona a fragilidade do “milagre brasileiro”, que tinha como principal precursor laços arraigados de dependência internacional, especialmente no consumo de insumos básicos para girar a economia desenvolvimentista, a exemplo do petróleo. Assim, com a conjuntura do comércio exterior desfavorável, automaticamente a economia do Brasil começou a declinar. Nos últimos meses de 1973, “o preço do barril pulou de US \$2,90 para US \$11, 65”, (REIS, 1914, p. 94). O aumento exagerado deu-se por consequência de novos conflitos entre árabes e israelenses. Essa medida foi tomada pelos países árabes produtores de petróleo para pressionar as potências ocidentais e frear as pretensões expansionistas de Israel. Para o contexto árabe, a ação surtiu os efeitos desejados, pois fez Israel recuar e a economia dos países produtores de petróleo saltar absurdamente com os lucros gerados pelo aumento expressivo do petróleo. Os países europeus foram os que mais sentiram os efeitos da crise, pois eram extremamente dependentes do petróleo árabe. Os Estados Unidos, ainda que de maneira menos intensa, também foram afetados pela crise. Entretanto, para o Brasil as consequências foram catastróficas. Segundo Marcos Napolitano:

O Brasil, que importava mais de 90% do petróleo consumido no país, principal matriz energética da economia brasileira, sentiu profundamente os efeitos do “choque do petróleo”, que era um componente de preços importante em quase todos os produtos do mercado. O efeito só não foi mais devastador porque o dinheiro do mundo, agora nas mãos dos árabes – os chamados “petrodólares” –, continuava nos bancos ocidentais, os quais, por sua vez, continuavam emprestando para o Brasil. (2014, p. 153).

Apesar dos progressos econômicos alcançados, o governo Médici encerrou seu mandato sob duras críticas, passando à história como o que mais perseguiu, torturou, exilou, assassinou e “desapareceu” com opositores durante a ditadura militar. Mas, tinha consciência de que o uso e abuso da violência não seria suficiente para manter a constância do projeto de desenvolvimento (conservador) para o qual o Brasil se encaminhou logo após o golpe. Em 1964 iniciou-se a implantação de um plano de modernização voltado à sociedade brasileira, articulado desde o início da década de 1960. Entretanto, para consolidá-lo foi necessário reestruturar a economia nacional capitalista através de transformações políticas subsidiadas por um Estado autoritário. Assim, tais concepções foram aprofundadas nos idos dos anos 1969 quando o diagrama desenvolvimentista, pautado no autoritarismo de Estado, foi retomado pelo presidente Médici, que simultaneamente, agenciou o aprimoramento da máquina repressiva com intuito de combater todos os opositores das iniciativas que promoviam a plena absorção do sistema capitalista pela sociedade brasileira.

Sendo assim, a reestruturação do capitalismo se tornou o eixo central das transformações políticas que culminaram na intensificação das práticas repressivas, justificadas pela necessidade de conter a desordem para que a economia pudesse avançar. Do mesmo modo, a ditadura passou a apoiar-se no sucesso da modernização por ela promovida, a fim de sustentar seu plano de legitimação, máxima defendida por todos os governos militares.

Inegavelmente, o *boom* econômico garantiu lucros exorbitantes para o capitalismo monopolista, beneficiando também parcelas da sociedade pertencentes às camadas altas e médias. Entretanto, o “milagre econômico” como foi amplamente difundido, se deu às custas de intensa violência repressiva contra os oponentes do sistema, clara exploração das classes assalariadas – ocasionada por políticas de arrocho salarial de duração permanente – e ínfima disponibilização de recursos assistenciais, com vistas a manter a ordem nacional. Mas, todas as articulações utilizadas para garantir o sucesso do sistema econômico não foram suficientes para suportar a crise econômica gerada pela elevação excessiva do preço do barril de petróleo, no final de 1973, marco final do mandato presidencial do general Médici, conforme destacam Rodrigo Patto Sá Motta, Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti:

A repressão e o desenvolvimento desarticularam as oposições por algum tempo, até porque uma boa parte delas compartilhava as

iniciativas modernizadoras do governo. Mas o “milagre” não duraria muito, em 1973 e 1974 já surgiam sinais de crise econômica, levando o regime a buscar novas âncoras para manter sua estabilidade. A repressão, o êxito econômico, medidas modernizadoras e de assistência social não bastavam para assegurar a ordem. (2014, p.36).

A transição do poder para o general Ernesto Geisel ocorreu dentro dos padrões tradicionais da política das Forças Armadas e contou com a indicação direta do até então presidente Médici. Assim como na eleição antecessora, o Congresso Nacional foi convocado em 15 de janeiro de 1974 para garantir e legitimar o processo eleitoral que elevou Geisel à Presidência. O novo presidente foi eleito, sumariamente, através do voto de candidatos que compunham a base apoiadora do governo (ARENA). A bancada oposicionista (MDB) encontrava-se inteiramente alijada em decorrência da intensificação dos expurgos e cassações e das artimanhas realizadas em meio aos procedimentos eleitorais, com vistas a incorporar, tanto no Congresso Nacional, quanto nas Assembleias Legislativas, políticos favoráveis ao governo central, de preferência os partidários da ARENA.

Geisel assumiu um governo fragilizado pelos desacordos com o sistema de segurança, seguidos de constantes críticas – de vários setores sociais, até mesmo os que outrora foram apoiadores do golpe – aos “anos violentos”. No âmbito político, tinha como encargo reverter os efeitos causados pelo endurecimento do aparelho repressivo, que, movido pela elevada autonomia consentida pelo governo anterior, quase pôs em risco a hierarquia da própria instituição que o criara. Além disso, caberia a Geisel a tarefa de cunhar mecanismos para que a economia voltasse a crescer, dentro de uma proposta renovada de superar o Estado de exceção da ditadura militar através da legitimação institucional de um Estado de direito autoritário. Assim, escolhido pelas alas militares contrárias a manter o fechamento total do Estado, Geisel iniciou seu governo trazendo no bojo do plano político a proposta de uma distensão, “lenta, gradual e segura”.

No ano em que o general Geisel tomou posse, as economias nacionais e internacionais encontravam-se totalmente desfavoráveis. Para driblar a crise do petróleo de 1973 – que apunhalou diretamente o coração do Brasil, pois naquele momento 90% de todo o petróleo utilizado no país era importado e servia como um dos principais mecanismos reguladores dos preços dos produtos de importação e exportação – o governo Geisel lançou no mês de setembro o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Mesmo não contando com o panorama internacional favorável dos anos do governo Médici quando estabeleceu o I PND, Geisel insistiu em dar continuidade à política

econômica dos “anos dourados”. Excetuando a manutenção do arrocho salarial, o II PND reduziu as práticas pautadas no liberalismo internacionalista adotado como economia de Estado por Castelo Branco em favor da intensificação dos investimentos ligados ao setor nacional. Conforme esclarece Marcos Napolitano:

O Plano enfatizava a indústria de bens de capital e a infraestrutura energética, tentando, no médio prazo, diminuir a dependência brasileira dos insumos importados. Essa mudança de foco exigiu o deslocamento do sistema decisório para outros órgãos, mais propriamente burocráticos e centralistas. Neste contexto, surgiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) instituído em 1974, que também transformou o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan) em Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan). Os dois seriam, a partir de então, órgãos de assessoramento imediato do presidente da República. A função essencial do CDE era coordenar os ministérios e auxiliar o presidente da República, segundo a orientação macroeconômica definida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento”. O Conselho era presidido diretamente por Geisel. (2014, p. 154).

A tentativa de superar a ditadura através da distensão proposta por Geisel contou com o apoio do general Golbery do Couto e Silva, escolhido como líder da Casa Civil, João Batista Figueiredo, à frente do Sistema Nacional Informações (SNI) e Heitor Aquino Ferreira, como secretário pessoal do presidente. De tal modo, os líderes civis, Paulo Egydio Martins, Aureliano Chaves e Sinval Guazzelli, empreenderam ações relevantes em prol da abertura política. Algumas alas do Exército, opositores e extensa parcela da sociedade, descontentes com o “milagre” fracassado e o excesso de violência atribuído pelos órgãos de segurança, se manifestavam favoráveis à abertura. Em nível internacional, países europeus que tinham suplantado regimes ditatoriais, como, por exemplo, Portugal em 1974, passaram a apoiar o fim do regime ditatorial no Brasil. Os Estados Unidos, em manobras adversas às utilizadas no apoio do golpe de 1964 e os primeiros anos de regime militar, assumiu uma postura crítica em relação às ditaduras estabelecidas na América Latina e, conseqüentemente, para com a do Brasil.

As discussões sobre a descompressão política ocorreram a portas fechadas, onde a amálgama dos acontecimentos foi gerenciada diretamente pelo presidente Geisel, que pontuou a distensão, passo a passo, como meio de evitar o avanço da máquina repressiva sobre o Estado – pois essa poderia a qualquer momento se voltar contra ele próprio – e também para inibir a participação política das “massas populares” no processo. Isto é, a transição viria de “cima” para “baixo”, por meio do “gradualismo”, como estratégia institucional em busca de remodelar e não transformar radicalmente o sistema. Para tanto,

eventuais medidas liberalizantes foram incluídas no projeto, porém, a todo tempo houve recuos que levaram para longe a esperança do retorno à democracia. “Será um governo de gestos pendulares, precisamente calculados, abrindo num momento para retomar em seguida medidas repressivas que marcassem claramente o limite restrito, da abertura pretendida”, (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 36). Ou seja, dentro dos planos governamentais de Geisel, a efetiva “abertura” seria parte de uma política transitória e gradual de passagem do poder para os civis, mas tutelada pelos militares.

Frente aos impasses do próprio presidente Geisel entre restringir ou afrouxar o sistema político, as forças oposicionistas mobilizaram-se veementemente de forma contrária ao projeto de distensão. Primordialmente, manifestou-se a ala militar que sustentava a ditadura composta pelos generais conservadores da “linha dura”, líderes e defensores da “Revolução de 1964”, e seus membros mais radicais, ocupantes de chefias dos órgãos repressivos, pois não aceitavam a distensão e se prepararam para combatê-la. Receosos de serem substituídos – se a luta armada de esquerda se encontrava esfacelada, o sistema repressivo não tinha mais razão de existir – e certos de que uma retomada democrática os enfraqueceria ainda mais, tais militares se opuseram profundamente ao projeto do governo, alegando que o arrefecimento repressivo permitiria a reorganização das esquerdas comunistas.

Oriundos de direção oposta, os sobreviventes da esquerda armada, embora dispersos, presos em cadeias ou exilados em outros países, cientes da sua derrota e da impossibilidade da reorganização da luta iniciaram um movimento contestatório, por meio de denúncias e queixas no exterior, criticando a ditadura militar, a tortura como “política de Estado”, a questão dos desaparecimentos, o sistema econômico causador de intensa desigualdade social, entre outras coisas. Reconstituíram-se em uma esfera oposicionista de esquerda, com modesta influência no setor midiático, entre os meios acadêmicos e intelectuais e quase nada na sociedade. Mas, incomodavam, porque exigiam cotidianamente o fim da estrutura de tortura, apresentação de contas orçamentárias e gastos públicos e, principalmente, uma abertura, “ampla, geral e irrestrita”. O PCB, praticamente desconstruído desde o AI-5, recobrou as forças, e envolveu-se nos movimentos contestatórios da ditadura, que exigiam a abertura política do país.

No centro das discussões estavam os grupos de oposição moderada, o MDB e a Igreja Católica. Essa última abrigava como que uma espécie de guarda-chuva, sem distinções e discriminações, todos aqueles que não concordavam com a ditadura militar e estavam dispostos a lutar contra ela por meios lícitos, mesmo que restritos. O MDB, de

olho na campanha eleitoral de 1973 aproximou-se de intelectuais, de remanescentes da ala esquerdista e fez emergir um tema incômodo para a alta cúpula do governo, isto é, questionou insistentemente os desaparecimentos de presos políticos, assunto que ninguém queria debater. Portador de um discurso que visava o fim do Estado de exceção, o governo Geisel seguiu sem reconhecer as torturas e os desaparecimentos, embora, dentre os 243 militantes torturados e desaparecidos no Brasil, cerca de 65 casos tenham ocorrido durante seu governo. De acordo com dados apresentados pela Comissão Nacional da Verdade:

Em 1971 ocorreram 22 casos de morte e 30 de desaparecimento forçado, tendência que se manteve até 1975. O aumento do número de desaparecidos explica-se, em grande parte, pelas campanhas do Exército no Araguaia, casos tratados no Capítulo 14, e pelas investidas contra grupos que atuavam na guerrilha urbana. Os anos que registram o maior número de casos de desaparecimento são 1973, com 54 vítimas, e 1974, com 53 casos. Nos anos seguintes, de 1975 a 1979, as principais organizações da esquerda armada estavam desarticuladas, e os órgãos repressores focaram sua ação no Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, apesar de contrário à luta armada, teve 12 militantes desaparecidos entre 1974 e 1975. Os cinco últimos casos de desaparecimentos políticos ocorreram em 1980, e há ainda oito vítimas das quais não existe informação segura sobre o ano em que aconteceram os fatos. (2014, p. 502).

A Igreja, cada vez mais alinhada às causas dos direitos humanos, trouxe o tema dos desaparecimentos ao cerne das discussões e se empenhou para que os mistérios ligados aos desaparecidos políticos fossem elucidados. Embora tenha contribuído para o estabelecimento do golpe de 1964, logo nos primeiros anos do regime a Igreja entrou em conflito com os militares, tanto nos casos dos frades dominicanos presos e torturados durante a caçada de Marighela, quanto no assassinato do padre Henrique Pereira Neto, assessor de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, representante da ala progressista dos clérigos católicos, nos anos entre 1960 e 1970.

Com a morte de Alexandre Vannucchi Leme, de 22 anos, estudante do curso de Geologia da USP, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo e enterrado como indigente no Cemitério de Perus, em 1973, as tensões entre a Igreja e o Estado se acirraram ainda mais. A Arquidiocese de São Paulo, liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, reagiu promovendo uma missa na Catedral da Sé, onde reuniu cerca de cinco mil pessoas. Dom Paulo proferiu palavras duras contra a tortura, os assassinatos e desaparecimentos atribuídos à ditadura militar. Porém, um movimento ainda maior aconteceu em outubro de 1975, como reação à morte do jornalista Vladimir Herzog,

igualmente assassinato nas dependências do II Exército, em São Paulo. Tratou-se de uma grandiosa missa ecumênica – levando em consideração que Herzog era judeu – celebrada na Catedral da Sé em sua memória e contra a ditadura militar. Esse acontecimento, além da enorme repercussão, significou a volta dos movimentos populares, desmantelados desde 1968.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), outra instituição civil que colaborou com afinco para a imposição do golpe militar, acabou se distanciando do regime a partir da implantação do Ato Institucional nº 5. Aproximada das causas dos direitos humanos, em 1974 voltou-se completamente contra o regime.

Mesmo com as agitações promovidas no plano político contra a ditadura militar, não se contava com tamanha reviravolta, na qual importantes instituições liberais passaram a restringir o apoio dado ao regime desde a construção do golpe que ajudaram a consolidar. Mas, o que surpreendeu realmente o presidente Geisel foram os resultados das eleições ocorridas no final de 1974. Fundamentado pela eleição anterior em que o partido de base de apoio do governo, a ARENA, venceu sem grandes esforços e acreditando em nova vitória, o presidente afrouxou as rédeas do regime, apostou no diálogo com os setores que o pressionavam e permitiu que a campanha transcorresse abertamente. Entretanto, os resultados não foram satisfatórios, porque conduziram à primeira derrota eleitoral do governo militar e à conseqüente conquista, pela oposição moderada, de mais espaços participativos no âmbito político, podendo, enfim, voltar a interferir nas decisões centrais da administração federal. Segundo Daniel Aarão Reis:

Pela primeira vez, nos quase dez anos do novo regime, a oposição beneficiou-se do caráter plebiscitário que as eleições tendem a revestir numa situação de bipartidarismo. Podia-se constatar, não raro, que votos tinham sido dados mais contra o governo do que a favor da oposição. Nem por isso eram menos contados para o partido opositor. O MDB teve mais de 70% dos votos nos grandes centros, e sua bancada de deputados pulou de 87 para 160 deputados. É verdade que a Arena fora vencedora no conjunto geral, registrando 11,9 milhões de votos contra 11 milhões do MDB (40,9% contra 37,8%, e 21,3% de votos brancos e nulos), e que o MDB permanecia minoritário no Congresso Nacional (203 x 161 deputados). Entretanto, a oposição já tinha força para convocar ministros, para formar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e, o que era mais importante, barrar, se fosse o caso, eventuais reformas constitucionais, que exigiam dois terços dos votos. (2014, p. 107).

Passado o espanto com os resultados obtidos no pleito eleitoral, o presidente Geisel reorganizou-se e, de forma duvidosa, cumprimentou os vitoriosos, tentou

aproximação com os setores liberais que se tornaram seus oponentes e retirou a censura prévia à imprensa. Entretanto, convencido da infiltração de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B), no MDB, retrocedeu nos princípios de distensão, abrindo caminho para uma nova onda repressiva, direcionada, sobretudo à perseguição dos dirigentes do Partido Comunista do Brasil.

Desde então, estabeleceram-se os “limites” da distensão, já que em 1975 o presidente rejeitou a proposta de pôr fim ao AI-5 e a revogação do Decreto/Lei nº 477, que previa punição para alunos, professores universitários e trabalhadores ligados ao ambiente universitário em caso de “ações subversivas”. Do mesmo modo, rejeitou a revisão da Lei de Segurança Nacional, bem como a promulgação da anistia e a redução dos poderes do Executivo. Tais atitudes abriram o caminho para que a “comunidade de segurança”, que havia derrotado a luta armada em 1974, voltasse a agir a todo o vapor, pois, aparentemente – e como foi compreendido – o governo Geisel estaria dando forças às habituais ações por ela realizada. Tanto que a repressão redirecionada à captura dos líderes do PCB e do PC do B já colocados na clandestinidade resultou na prisão seguida de tortura e desaparecimento de dez dirigentes do PCB e no assassinato de alguns remanescentes do PC do B no bairro da Lapa, no ano de 1976. Além disso, foi entre os anos de 1975 e 1976, que ocorreram os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do metalúrgico Manoel Fiel Filho (1976), sob a mesma jurisdição do II Exército de São Paulo. Tais execuções demonstraram descompasso do governo entre finalizar a “limpeza”, retirando todos aqueles que representassem um entrave à distensão e à abertura institucionalizada, e ter que lidar com os excessos cometidos pelas lideranças dos órgãos repressivos, sinalizados como provocações direcionadas ao presidente e a seus planos institucionais. Mas, também revelaram a estratégia de Geisel em fazer a distensão, abrindo espaço apenas às vozes selecionadas e autorizadas, sem suavizar a repressão sobre esquerda e movimentos sociais. Daí a necessidade de equilibrar e manter as instituições de segurança. Conforme analisado nas pesquisas realizadas pela Arquidiocese de São Paulo:

Os anos de 1974 e 1975 devem ser vistos, pois, como período de ressurgimento de certo espaço político para uma atividade oposicionista, mas dentro de um panorama em que prosseguem existindo torturas, assassinatos e fluxos de prisões por todos os Estados. É provável que os órgãos de segurança – fosse à revelia de Geisel, fosse com um discreto sinal verde – tivessem estabelecido como meta uma última varrida em todos os agrupamentos revolucionários. Daí porque, em certo sentido, pode-se detectar inclusive alguns momentos de

exacerbação da violência dos interrogatórios, numa conjuntura em que se esperava exatamente o oposto. E isso permite estabelecer a conclusão de que o setor último a ser tocado pela maré da “distensão”, e mais refratário ao pendularismo de Geisel, foi a “comunidade de segurança”, que nos três primeiros anos do novo governo não alterou a essência repressiva dos anos anteriores, calcada nos sequestros, torturas e assassinatos, embora passassem a ser acionadas esporadicamente manobras tendentes a aparentar alguns cuidados com o respeito aos direitos humanos. (1985, p. 37).

Diante dos excessos cometidos pelos órgãos repressivos, sobretudo os relacionados às mortes de Vladimir Herzog e Manoel Filho, o então comandante do II Exército, o general Ednardo D’Ávila Mello, foi exonerado do cargo, como demonstração de que as ações só poderiam acontecer após autorização explícita da presidência. Essa medida conteve minimamente a fúria repressiva, porém, não cessou as pressões contra a distensão política por parte da “linha dura”, que culminaram em ataques terroristas direcionados a algumas sedes de instituições liberais, como no caso da Ordem do Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e do Centro de Análise e Planejamento (Cebrap), entre outras. A suspeita da autoria dos ataques recaiu sobre os correligionários da extrema-direita militar, que ocasionalmente ocupavam postos-chave dentro da “comunidade de segurança”. A desconfiança em torno das mortes repentinas, ocorridas no prazo de um ano (1976-1977), de Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda, ex-lideranças civis derrubadas após o estabelecimento do regime militar, e possíveis representantes de um governo “democrático” que viria após a distensão/abertura, também foram parar na conta da polícia política.

Em outra frente, visando sobrepujar o avanço da força política do MDB, que ascendia rapidamente sobre os domínios parlamentares desde 1974, o governo Geisel instituiu a denominada Lei Falcão – nome dado em referência ao seu criador, Armando Falcão, ministro da Justiça de Geisel – que reduziu de maneira enérgica a participação dos políticos da oposição durante a campanha eleitoral para prefeitos e vereadores ocorrida no final de 1976. “Segundo seus termos, os partidos só poderiam divulgar os nomes dos candidatos, com o respectivo currículo, acompanhado de fotografia. Fechava-se assim, um poderoso instrumento das oposições para divulgar ideias e candidatos”, (REIS, 2014, p. 109).

Não obstante, o que realmente colocou o projeto de distensão em risco foram as articulações realizadas pelo ministro do Exército, Sylvio Frota, junto aos parlamentares que compactuavam da mesma opinião de manter o Estado de exceção, em prol de candidatura própria à presidência. Isso subvertia a ordem dos fatores, porque o presidente

em exercício é que indicava seu substituto, mesmo que sob a tutela dos quartéis. Mas, nesse contexto, as Forças Armadas se encontravam divididas entre os que queriam enrijecer o regime autoritário e manter o Estado de exceção – princípio defendido por Frota – e os que defendiam a restituição da política de governo aos civis, logo, a volta dos militares aos quartéis. Frota aproveitou para estreitar laços que tradicionalmente levariam o candidato escolhido pelos militares a ocupar o cargo do poder Executivo no país. Para tanto, em finais de 1977 tentou aplicar um golpe, nos moldes do realizado por Costa e Silva contra Castelo Branco, mas Geisel agiu rapidamente, demitindo o ministro do Exército e fazendo mudanças que sufocaram a tentativa de golpe. Sobre essa atitude do presidente Marcos Napolitano reforça que:

Em 1977, com a aproximação do jogo sucessório, momento sempre tenso na história da ditadura, não faltaram generais que se diziam reservas morais e ideológicas da “Revolução de 1964”. O ministro do Exército, general Sylvio Frota, era um deles, e tinha prestígio e comando na tropa com ascendência sobre a “linha dura”. Em outubro de 1977, a questão militar quase selou a questão democrática, com a tentativa de golpe de Estado por parte de Sílvio Frota, que queria se afirmar como candidato oficial, emparedando Geisel como Costa e Silva havia feito com Castelo. Com o contragolpe de Geisel e a demissão de Frota, seguida da mudança nos comandos dos 22 batalhões de Infantaria, o flanco à direita do governo ficava desobstruído. (2014, p. 226).

Diante disso, Geisel buscou encontrar um substituto que se aproximasse de suas aspirações de concretizar a institucionalização do Estado de Direito dentro dos limites operacionais do regime militar. Ou seja, alguém que desse sequência ao processo de abertura política nos moldes planejados, que consistiam em controlar o aparato repressivo, institucionalizar a repressão e garantir que os militares envolvidos com ela não fossem punidos. Dessa forma, recomendou o nome de João Figueiredo como o mais apropriado para sucedê-lo.

Mas, enquanto não chegava a hora, o presidente seguiu manobrando o “tímido” processo de abertura constitucional. Tentou, sem muito sucesso, dialogar com a oposição para aprovar a reforma constitucional que previa, inclusive, o fim do AI-5. Entretanto, as negociações não evoluíram, pois, conforme já mencionado, o partido de oposição (MDB) desde 1974 avançou e conquistou voz participativa no Senado e na Câmara. Nesse caso, o governo central decidiu por vias radicais fazer a reforma constitucional, baseando-se na afirmativa de que a liberalização do regime deveria se dar sob seu absoluto controle, como forma de conter os avanços oposicionistas. Assim, reabilitou o AI-5, por meio do qual

promoveu uma nova onda de cassações a deputados e dissolveu o Congresso Nacional por dois meses, até a edição e implantação de Emendas Constitucionais, Decretos-Lei e do denominado “pacote de abril”, ou “pacotes de abril”, conforme esclarece Marcos Napolitano:

Em resumo, os “pacotes de abril” instituíram a eleição indireta para um terço do Senado (cujos membros eram indicados por um colégio eleitoral estadual de maioria governista), mantinham as eleições indiretas para os próximos governadores estaduais, aumentavam a representatividade dos estados menos populosos (onde a Arena era mais bem votada), sacramentavam as restrições à propaganda eleitoral e alteravam o quórum parlamentar para aprovação de emendas constitucionais de dois terços da Câmara para maioria simples. O mandato presidencial foi ampliado para seis anos, valendo a partir do sucessor de Geisel. Para pavimentar o caminho da institucionalização, o governo utilizava um verdadeiro trator. O recado era direto. A condição para a liberalização do regime se consolidar era o controle absoluto do processo institucional por parte do Poder Executivo. (2014, p. 231).

As reformas realizadas no sistema político serviram para neutralizar o MDB – que reagiu através de denúncias, críticas e sarcasmo – e manter a situação política sob controle, o que basicamente beneficiou o partido de base do governo (ARENA). Tais articulações foram pensadas, além de outras coisas, no intuito de facilitar o diagrama sucessório da presidência da República, no qual João Batista Figueiredo foi o escolhido de Geisel para dar continuidade ao processo de distensão política, e igualmente, finalizar a complicada transição do regime de exceção para um Estado de direito. O que explica a necessidade de fortalecer o Congresso Nacional com políticos favoráveis aos “propósitos democratizantes” ajustados ao plano do poder Executivo, até então concentrado na figura do general Ernesto Geisel. Para tanto, era necessário refazer uma base parlamentar que incluísse também a oposição, até então ríspida com os planos do governo e condescendente com as demandas sociais. Assim, em sentido oposto, no intuito de amenizar as tensões geradas pelo “Pacote de Abril” e afiançar uma vitória satisfatória no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, o governo aprovou um conjunto de medidas, entendidas como “liberalizantes”, que anularam os principais instrumentos mantenedores do Estado de exceção. De acordo com Daniel Aarão Reis, tais medidas incluíram:

A revogação dos instrumentos de exceção, como o AI-5, a partir do primeiro dia do ano vindouro; o restabelecimento do *habeas corpus* e da autonomia do Poder Judiciário; a autorização para a volta de

lideranças cassadas não comprometidas com ações subversivas; e a revogação da figura jurídica do banimento, inventada em 1969-70. (2014, p. 116).

Geisel, ao recomendar Figueiredo para substituí-lo na presidência, sabia das dificuldades que ele teria de enfrentar, porém a presença do general Golbery do Couto e Silva na chefia da Casa Civil constituiria um elo entre os dois governos, fundamental para a continuidade e a conclusão da institucionalização do sistema. Para fazer frente ao candidato indicado pelo governo Geisel, “em agosto de 1978, Euler Bentes, militar nacionalista, é oficializado candidato do MDB”, (NAPOLITANO, 2014, p. 244). Mas, conforme o previsto, João Batista Figueiredo venceu no Colégio Eleitoral com 355 votos a favor e 266 votos contrários. Entretanto, as articulações do governo não foram completamente suficientes, pois o MDB, mesmo tendo perdido nas eleições presidenciais, angariou vitórias importantes na maioria dos pleitos eleitorais ocorridos no ano de 1978. Desde então, com expressiva representatividade parlamentar assumiu de vez uma atitude oposicionista, seguramente inclinada a favor da transição para a democracia.

O início do governo Figueiredo coincidiu com o fim dos Atos Institucionais e a distensão se transformou em “abertura” política. Porém, o contexto econômico, marcado por déficits na balança comercial, aumento excessivo da dívida externa, custo de vida oscilando mais ou menos em 20% ao ano, bem como a baixa permanente do salário mínimo, que não condizia com a elevada inflação e o conseqüente aumento do custo de vida, intensificaram as insatisfações populares, principalmente das classes trabalhadoras.

Os movimentos de rua favoráveis à causa democrática, conduzidos ocasionalmente pelas alas liberais, como, por exemplo, OAB, CNBB, ABI e o MDB – que passaram a levar as questões sociais para dentro do Congresso – concomitante ao movimento estudantil, reorganizado para ocupar as ruas após violenta repressão, se energizam e expandiram. Entretanto, novos movimentos sociais se formaram, conectando questões e pormenores de bairros e comunidades, com demandas que visavam a transformar a sociedade. Esses pequenos movimentos foram influenciados, em sua maioria, pela Igreja Católica, influente nas comunidades e bairros. Até mesmo a esquerda armada, após tomada de consciência de que a guerrilha radical não era o melhor caminho optou por se articular com a sociedade civil em suas reivindicações. Conforme explica Marcos Napolitano:

Assim, ao longo dos anos 1970, foi se construindo o cinturão vermelho, que se fechava com a concentração das grandes indústrias

multinacionais na região do ABC, reunindo o setor mais avançado da classe operária brasileira. Muitos operários que trabalhavam no ABC moravam nas periferias de São Paulo, ligando a experiência sindical com a luta cotidiana pela melhoria dos bairros. Nesse universo fervilhante dos bairros populares, onde lideranças comunitárias, religiosas, políticas e revolucionárias se encontravam, nasceram os novos movimentos sociais. (2014, p. 246).

Outrossim, militantes de partidos de esquerda, especialmente alguns membros do PC do B, infiltraram-se em movimentos comunitários que protestavam contra o alto custo de vida e a carestia, e exigiam a diminuição dos preços dos alimentos e de produtos de primeira necessidade, com destaque para o Movimento do Custo de Vida (MCV), que recebeu outro nome após a chegada de militantes do PC do B à sua liderança, passando então a ser chamado de Movimento de Luta Contra a Carestia. Tal movimento convergiu com o movimento operário, que vinha ganhando força na luta por melhores salários, até eclodir na greve operária no início de maio de 1978, na qual dois mil operários da Saab-Scania interromperam os trabalhos em São Bernardo do Campo. A greve foi expandida, atingindo a Volks e a Ford, fazendo com que cerca de cinquenta mil trabalhadores cruzassem os braços. Todavia, as exigências ultrapassaram os setores patronais, adentraram o campo político e se dirigiram às leis trabalhistas, à repressão da polícia política e aos planos institucionais de caráter autoritário do regime militar. O movimento operário procurou distanciar-se das demandas políticas, mas acabou convergindo com diversas lideranças de partidos legalizados e clandestinos, bem como jornalistas, estudantes, profissionais liberais, cientistas sociais, intelectuais, artistas de esquerda e também a classe média ressentida com o regime. Não demorou muito para que Luiz Inácio da Silva, líder sindicalista e seus companheiros dirigentes, incluíssem as questões democráticas em suas pautas reivindicatórias.

Os comandos civis e militares do governo, bem como as chefias dos órgãos repressivos, não contavam com tamanha potencialização do movimento operário, que acontecia despercebido às suas voltas. Quando se deram conta da amplitude e intensidade das manifestações de 1978 e 1979, que tiveram como novidade o elemento “massa popular, fator não previsto pela repressão, precisaram se reorganizar, já que até então estavam acostumados a combater a luta armada e agitações espetaculosas.

Desse modo, as causas democráticas se encontraram com as questões operárias e sacudiram o governo, que tratou de acelerar o processo de redemocratização, não hesitando, porém, em reagir violentamente. “Na greve dos metalúrgicos do ABC paulista, em abril/maio de 1980, ficaria caracterizada a participação do DOI/CODI na repressão

direta dos operários, através de prisões, tiros e bombas”, (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 50). Essas atitudes demonstraram que a abertura política não estava direcionada a satisfazer os interesses das massas, tampouco dos trabalhadores, mas sim a saciar as necessidades da alta burguesia, abrindo-lhes brechas para participação própria ou representativa em futura conjuntura governamental redemocratizada.

Dentre essas circunstâncias, ganhou força a campanha pela anistia, repercutindo na formação de uma rede oposicionista, que de maneira controversa incorporou sob a égide da redemocratização grupos com interesses divergentes. De um lado estavam as coligações de esquerda, defensoras de uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, sedenta de justiça social e para as vítimas de crimes de tortura, assassinato e desaparecimento cometidos pelo regime. Do outro, encontravam-se os grupos dos liberais moderados, apoiadores de uma unidade em torno das liberdades democratizantes, que incluíam liberdade de expressão, organização e oficialização do voto direto. Contudo, esquerdistas e liberais tentaram compor um bloco oposicionista unilateral contra o regime militar, mas as desarmonias ideológicas impediram a formação de um consenso, servindo, portanto, como ponto favorável aos planos do governo de promover uma democratização controlada, sobre a qual fez-se aprovar a Lei de Anistia e a Lei de Reforma Partidária.

Em 28 de agosto de 1979 a Lei de Anistia foi sancionada, porém, seguindo a lógica do regime, que imputou culpabilidade dos crimes cometidos pela ditadura também aos revolucionários. Ou seja, com base na teoria dos “dois demônios” – tese dos “dois lados” elaborada na Argentina, equiparando os revolucionários e a polícia política – justificou-se o estabelecimento da anistia tanto para os presos e exilados revolucionários, quanto para os torturadores e chefes administrativos das superintendências repressivas. Além disso, a lei deixou de fora do processo os envolvidos nos chamados “crimes de sangue” e com isso um total de 195 revolucionários, participantes diretos da luta armada, só puderam ser libertados através de outros instrumentos jurídicos tempos depois. “O argumento tinha lógica e objetivo: introduzir na Lei de Anistia dispositivos que, de forma dissimulada, pudessem garantir uma inusitada figura jurídica, a anistia recíproca, por meio da qual seriam anistiados os torturados e os torturadores”, (REIS, 2014, p. 134).

A Lei de Reforma Partidária entrou para a agenda do governo com propósito inicial de impedir a unidade oposicionista das esquerdas, cada vez mais convergentes – mesmo que desorganizadas ideologicamente – com o MDB. E em sentido oposto, facilitar a unidade de seu partido de base, ARENA. Com a Lei aprovada, houve a retomada das eleições diretas para governadores, o fim do bipartidarismo e a formulação de seis

partidos que passaram a compor o panorama político brasileiro dos últimos anos do regime militar. Sobre eles, destaca-se que a ARENA foi transformada em Partido Democrático Social (PDS) e seguiu unvida pelo governo central, o MDB constituiu-se em PMDB (interiorizado pelo PCB, PCdoB e outros grupos clandestinos). O Partido Progressista (PP) emergiu como novo partido, formado através da parceria entre Magalhães Pinto, dissidente da ARENA e Tancredo Neves, ex-integrante do MDB. Seguindo a lógica de repartir a oposição para enfraquecê-la, no caso do trabalhismo a reforma mostrou-se eficiente quando, por interferência do general Golbery, o Partido do Trabalhismo foi subdividido em dois, o PTB, liderado por Ivete Vargas (tendência moderada), e o PDT, fundado por Leonel Brizola. Por fim, compondo a oposição radical da esquerda, fundou-se em fevereiro de 1980 o Partido dos Trabalhadores (PT), que através da liderança de Luís Inácio da Silva aglutinou grupos remanescentes da esquerda revolucionária e católica.

Assim sendo, as manobras reformistas foram relativamente bem-sucedidas para rescindir as forças oposicionistas à esquerda. Todavia, a extrema-direita, contrária à redemocratização do país, continuou resistente, uma vez que o desaparecimento da ditadura militar resultaria na dissolução dos órgãos repressivos dos quais fazia parte. E como forma de enfrentamento, promoveu uma série de atentados, que seguiam impunes por descontrolado, medo do embate ou até mesmo certo nível de cumplicidade por parte do poder Executivo. Isto é, “os elementos mais decididos nesse campo estavam nos aparelhos de segurança, ou a eles associados, protegidos pelas alturas do Estado, numa extensão até hoje mal esclarecida”, (REIS, 2014, p. 138).

Entretanto, o governo, conivente ou não, precisou lidar com expressiva indignação popular instalada no país, referente aos diversos assassinatos e atentados a bomba ocorridos entre 1978 e 1981, contra instituições liberais, universidades, jornais, livrarias, eventos públicos, bancas de jornais e todos que fossem favoráveis ao restabelecimento democrático. O fato é que, contrários à abertura política e aos movimentos democratizantes, integrantes da "máquina" repressiva do governo aterrorizaram o palco político nos últimos anos da ditadura por meio de inúmeras ações terroristas e colocaram em xeque a capacidade do poder central de controlar seu próprio organismo. A ação mais impactante da direita extremista foi o atentado fracassado no Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro, quando uma das bombas que seria utilizada para interromper um show de MPB realizado em 30 de abril de 1981, em homenagem ao Dia do Trabalhador, acabou explodindo dentro do carro dos algozes. “Visivelmente, um

acidente de trabalho. A polícia foi chamada e o constrangimento foi geral, pois a notícia já chegara à imprensa. Os dois homens atingidos no carro eram agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro”, (NAPOLITANO, 2014, p. 265). Tal episódio marcou o desgaste do governo, acusado pela oposição e ampla parte da sociedade de compactuar com aqueles que eram contrários aos seus próprios projetos democratizantes.

O governo Figueiredo, para cumprir o projeto do qual foi incumbido por seu antecessor – distensão seguida de abertura política – utilizou-se de todas as manobras possíveis para evitar o colapso total do regime militar, sem que a transição fosse feita de forma “segura” e controlada. Porém, a explosão social conduzida pelas lutas trabalhistas frente ao aumento da dívida externa, do desemprego, da inflação e do arrocho salarial, provocados pela profunda crise econômica instalada após a falência do “milagre” econômico, ao convergir com a pauta democrática fez culminar em um dos movimentos mais relevantes da história: o Diretas Já. Porém, como última estratégia, o governo central articulou-se junto ao partido apoiador (PDS) e conseguiu reverter a votação da Emenda Dante de Oliveira, que previa a volta das eleições diretas para a presidência da República. Com 298 votos a favor, 65 votos contrários e três abstenções, a emenda não alcançou o quórum necessário para ser aprovada, pois 113 deputados não compareceram. Fora isso, ainda teria que ser aprovada no Senado, composto em sua maioria pelo PDS, o que previsivelmente não aconteceu.

Após a frustração com as Diretas Já, formou-se nova agremiação partidária para concorrer à presidência da República através de eleição indireta. Com a reforma partidária, o líder do MDB, Tancredo Neves e dissidentes do PDS formaram o PP, o MDB se transformou em PMDB, que em 1982 acabou sendo reforçado pelo PP de Tancredo Neves. Caminhando em outro sentido, para disputar a eleição indireta formou-se a Aliança Democrática, com políticos dissidentes do PDS. Porém, respeitando a disciplina partidária, na qual havia o impedimento de votar em candidatos de outros partidos, instituiu-se o Partido da Frente Liberal (PFL), que agrupou a maioria dos políticos do PDS. Para disputar as eleições indiretas ficou decidido que José Sarney se lançaria como vice de Tancredo Neves. Mas, como a lei em vigor obrigava o voto fechado em chapa única de um partido, José Sarney precisou se filiar diretamente ao PMDB. Assim, formou-se a chapa que lançou Tancredo Neves como candidato a presidente pelo PMDB e José Sarney, como candidato a vice-presidente, também pelo PMDB. A manobra imobilizou o partido apoiador do governo, o PDS, até então favorito a vencer as eleições. Em 5 de janeiro de 1985 Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos por 480 votos a favor, 180

contrários e 26 abstenções. Ironicamente, Tancredo Neves veio a falecer e quem assumiu efetivamente a presidência foi José Sarney, antigo aliado civil dos militares. Assim, segundo Marcos Napolitano:

A transição brasileira foi longa, tutelada pelos militares, com grande controle sobre o sistema político, apesar do desgaste de anos ocupando o poder de Estado. Foi altamente institucionalizada na forma de leis e salvaguardas. Foi negociada, ainda que as partes fossem assimétricas, posto que os civis liberais e moderados foram ganhando um espaço paulatino no sistema político até voltarem ao Poder Executivo federal em 1985. Além do mais, a hegemonia liberal e moderada, nesse processo, neutralizou as demandas por justiça da esquerda atingida diretamente pela repressão. (2014, p. 290).

Portanto, diante dos fatos analisados, foi possível perceber que, mesmo por caminhos tortuosos, a transição do regime militar para o Estado democrático, iniciada pelo presidente Ernesto Geisel por meio do projeto de “distensão” e finalizada com a “abertura” política promovida pelo general Figueiredo, realizou-se dentro dos padrões concernentes ao regime militar. Para tanto, este precisou lidar com duas questões essenciais e dignas de preocupações: evitar a ascensão das esquerdas, principalmente os comunistas que pudessem influenciar nos projetos transitórios e financiadores do capitalismo; e impedir veementemente que, com a transição do poder militar para o civil, se buscasse apurar as violações cometidas pelos agentes da repressão militar. Deste modo, após a resolução de tais demandas, e embora tenha sofrido constantes baixas, provocadas, sobretudo, por perspicazes ações da oposição moderada, Figueiredo conseguiu realizar o projeto de transição para o regime democrático do qual tinha sido incumbido, respeitando os padrões pré-estabelecidos pelo seu antecessor, mas com manobras diferenciadas.

CAPÍTULO 2. COMPLEXO INFORMAÇÃO / SEGURANÇA

2.1 A estruturação do Sistema Nacional de Informações

A partir da breve explanação efetivada nessa pesquisa sobre o processo que culminou no golpe civil-militar de 1964 e o estabelecimento de uma ditadura militar no Brasil, buscou-se refletir, dentre outras coisas, sobre o fato de que muitas transformações foram realizadas, principalmente nos campos político, econômico e legislativo, com o desígnio de consolidar, por meio de contenção e imposição, um modelo de Estado ajustado ao militarismo autoritário. Para tanto, montou-se, ainda, uma complexa rede de controle social, a “estrutura de vigilância”, aglutinadora de dois sistemas distintos: de informação e de repressão, imprescindíveis para o *modus operandi* do regime militar. Tais estruturas abarcaram para si órgãos civis e militares reformulados e novos, que teoricamente deveriam atuar em regime de colaboração entre si, mas de maneira subordinada ao poder Executivo, na figura do Presidente da República.

Em seguida ao golpe de 1964, a primeira atitude tomada foi a criação de um Sistema de Informações próprio, uma vez que, obter informações sobre os possíveis “inimigos” da “Revolução” se tornou taticamente crucial para as lideranças golpistas. Ou seja, a vigilância social, pautada na “produção” de informações, efetivada por órgãos e agentes qualificados, tornou-se uma das principais bases de sustentação do regime militar. Porém, essa necessidade de criar sistemas de informações e contrainformações prevalecia desde os idos dos anos de 1920. Em 1927, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, pelo governo de Washington Luiz, a fim de reunir informações que pudessem ser úteis para a defesa do país. No ano de 1934, tal Conselho foi reformulado para Conselho Superior de Segurança Nacional, por Getúlio Vargas, e contou com a criação de Representações Regionais, Assessoria Técnica e Sessões de Defesa Nacional, presentes nos ministérios. Além disso, no contexto da Segunda Guerra Mundial foi criado o Serviço Secreto de Informação e Contrainformação da Força Expedicionária Brasileira, subordinado à 2ª Seção do Estado da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. A partir de 1946, através da Constituição Nacional, promulgada por Eurico Gaspar Dutra, formalizou-se o Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI). Mas, tal órgão só foi verdadeiramente acionado no final de 1958, com a fundação da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Segurança (CNS). Concomitantemente, surgia o Complexo IPES/IBAD, que, sob a coordenação do general Golbery do Couto e Silva e o trabalho

feito por um grupo designado pelo IPES, incorporou um acervo de informações de mais de quatrocentos mil brasileiros. Tais documentos, posteriormente, serviram para a sustentação primária do Serviço Nacional de Informações (SNI), estabelecido no dia 13 de julho de 1964, em substituição ao Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI). O qual, igualmente, aproveitou-se dos escritórios de vigilância financiados por empresários e apoiadores da conspiração golpista efetivada durante e contra o governo de João Goulart.

De maneira concernente, o “sistema de controle” estruturado pelo regime militar após o golpe de 1964 utilizou-se de órgãos provenientes de outros governos, habilitados em matéria de vigilância e controle social, para estruturar os segmentos de informação e repressão, que, coexistentes, deveriam atuar em regime de colaboração. Um exemplo disso foi o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado através de certa “sistematização” de órgãos cunhados em governos anteriores e regulamentado pelo Decreto nº 55.194, juntamente com o estabelecimento de agências regionais – chegou-se ao total de treze regionais –, funcionando a princípio sob a chefia de João Batista Figueiredo, e responsável pela execução de ações de observação, com elevado nível de processamento de dados informativos. O SNI organizava sob sua coordenação tarefas completas do segmento informativo da estrutura de vigilância em todo o país e os resultados eram fornecidos ao presidente da República diretamente pelo chefe do sistema.

A partir de 1968 houve a necessidade de aperfeiçoar o SNI e as antigas seções de Segurança Nacional dos ministérios civis que tinham, além de outras atribuições, a função de produzir informações. Além disso, com o fortalecimento da figura do “inimigo interno”, reunir informações passou a ser indispensável tanto para suprir o chefe do Executivo, quanto para “alimentar” o sistema repressivo. Toda e qualquer informação contava, até mesmo as da vida privada, que serviam para a repressão, como tentativa de desqualificar o inimigo. Conforme esclarece Carlos Fico:

Portanto, tratava-se de uma necessidade de informações que ultrapassava a indispensável alimentação do sistema de tomada de decisões presidenciais e atingia a auscultação da esfera particular da vida dos cidadãos. Afinal, a noção de “guerra revolucionária”, ou “guerra interna”, pressupunha que alguns brasileiros fossem “inimigos de guerra” do regime: ora, contra o inimigo, todas as armas deveriam ser utilizadas, inclusive as de efeito moral e psicológico. Assim, saber detalhes sobre a vida sexual de alguém era inútil, como *informação*, para as decisões governamentais; mas poderia ser essencial para as atividades clandestinas de *espionagem* do sistema, que poderia – como

efetivamente fez – lançar mão de tais dados para desqualificar o “inimigo”. (2001, p. 76).

Do mesmo modo, buscou-se a ativação do “Conceito Estratégico Nacional”, proveniente das considerações da Escola Superior de Guerra (ESG), responsável por orientar as políticas do governo referentes à segurança nacional desde 1950. Isto é, partiu daí a influência que o Conselho de Segurança Nacional precisava para elaborar um “Conceito Estratégico Nacional”, que até 1968 ficou apenas no plano das ideias, apesar de constar em Lei de 1967. Portanto, o “Conceito Estratégico Nacional” foi aprovado em agosto de 1968, como um dos principais desígnios cumpridos pelo general Jayme Portella de Mello, chefe do gabinete militar de Costa e Silva, e secretário geral do Conselho de Segurança Nacional no governo da junta militar que sucedeu ao Presidente.

Ao reformular o Conselho de Segurança Nacional, Portella de Melo optou por manter as Divisões de Segurança e Informações (DSI), suplantando as seções de segurança nacional, para que atuassem, desde então, como “órgãos complementares” do Conselho de Segurança Nacional. Através disso, elevou o poder das DSI, tanto que por volta dos anos de 1970 as Divisões de Segurança e Informações assumiram dupla função, pois eram órgãos subordinados aos respectivos ministérios civis ao mesmo tempo que operavam sob o comando do SNI.

Contudo, numa tentativa de coordenar de maneira mais eficaz alguns dos principais segmentos da estrutura de vigilância, criou-se em 1970 o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Também, com o intuito de assegurar o perfeito funcionamento da rede de informações, padronizando, organizando e fiscalizando os órgãos componentes, para sustentar constante produção de informações, então direcionadas aos grupos de poder. O SISNI integrou em sua rede informativa o Serviço Nacional de Informações (SNI), os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis”, os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares”, o “Subsistema de Informações Estratégicas Militares” (SUSIEM) e “Outros Órgãos Setoriais de Informações”.

O SNI era o órgão central do SISNI, seu chefe detinha o poder de ministro de Estado e de adjunto próximo ao presidente da República. Desse modo, competia à chefia planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de informações em nível nacional. Em se tratando das ações do órgão em si, ampliou-se o campo de interferência. Porém, em relação aos ministérios militares, o SNI exercia somente funções normativas, doutrinárias e diretivas. Isto é, não competia a tal órgão, aprovar ou fiscalizar as ações ministeriais dos militares.

Em relação à composição estrutural, o SNI contava com Secretaria Administrativa, Inspetoria Geral de Finanças, Agência Central e Agências Regionais. A Agência Central, situada em Brasília, era organizada através de três seções: Informações Estratégicas, Segurança Interna e Operações Especiais. Essa última era responsável por buscar informações quando não era possível obtê-las por meio dos colaboradores. A organização central servia de modelo para as Agências Regionais, porém, coube a ela também a função de incentivar a especialização dos funcionários.

Desse modo, para promover a formação correta da mentalidade entre os integrantes do Sistema Nacional de Informações, bem como no intuito de implementar e profissionalizar suas atividades, foi criada em 1971, no governo Médici, a Escola Superior Nacional de Informações (EsNI). Subordinada ao SNI, a escola era baseada na experiência de aproximadamente doze oficiais que fizeram um mês de curso sobre os serviços de informações de alguns países como, por exemplo, Estados Unidos, Alemanha, Israel, França e Inglaterra. A escola era frequentada tanto por militares, quanto por civis, devido ao interesse futuro de transformar o SNI numa agência de civis, aos moldes da agência norte-americana Central Intelligence Agency (CIA). Assim, formaram-se cerca de 120 pessoas ao ano, sendo que aproximadamente 90 destas eram civis, selecionados pelos diversos ministérios para ocupar postos ligados ao controle social específicos do segmento informativo, conforme descrito na pesquisa produzida pela Arquidiocese de São Paulo:

Foi instalada, com finalidade exclusiva de preparar pessoal para o trabalho no SNI, a Escola Superior Nacional de Informações, que surgiu de um antigo curso oferecido pela ESG e ministrou cursos regulares sobre informações, voltando-se para a criação de especialistas em análise e coleta de informações. Ministrando também cursos rápidos para estagiários, sendo mais frequentados aqueles destinados aos militares que vão servir como adidos nas embaixadas e aos funcionários dos serviços de segurança dos ministérios civis. (1985, p. 70).

Por fim, também fazia parte da Agência Central do SNI a superintendência dos “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis”. Suas atividades cotidianas envolviam o abastecimento do poder Executivo do país de informações, o que era feito por meio de uma espécie de “resenha semanal” contendo assuntos econômicos, políticos, administrativos, psicossociais, sobre subversão, entre outros. Esta era enviada ao presidente da República, ao chefe do Gabinete Militar, ao chefe do Gabinete Civil e às agências regionais, uma demonstração do caráter colaborativo do “Serviço”, bem como

do “Sistema”. Por fim, desempenhava a função de propor e executar medidas que eliminassem as contrainformações criadas por seus opositores.

Os Sistemas Setoriais de Informações dos ministérios civis eram constituídos pelos órgãos de informação dos respectivos ministérios e das autarquias governamentais e fundações e empresas estatais perpetuadas. O órgão central do ministério civil era a Divisão de Segurança e Informações (DSI); no centro desse órgão atuava a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), depois denominada Assessoria de Segurança e Informações (ASI). Ou seja, no âmbito de cada ministério civil havia uma DSI, interiorizada por múltiplas ASI/AESIS. Como já visto, a partir das reformas atribuídas por Portella de Melo no final dos anos de 1960, as DSIs, concentraram amplo poder, investido, por vezes, sobre a autoridade do próprio chefe do Ministério concernente. Assim, houve uma influência demasiada por parte do SNI, tanto nas coordenações dos ministérios, quanto em seu funcionamento. “As DSI subordinavam-se formalmente ao respectivo ministério, mas eram ‘coordenadas’ pelo SNI. Isso significa que, embora o cliente preferencial de cada DSI fosse o ministro da pasta onde estava atuando, o SNI tinha alguma influência sobre seu funcionamento”, (NAPOLITANO, 2014, p. 93). Além disso, algumas DSI eram mais destacadas, como, por exemplo, a DSI componente do Ministério da Justiça, pasta complexa, por ter como função a coordenação política do governo. Bem como, a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação, considerado complicado devido aos movimentos estudantis. Já os ministérios da Justiça e das Relações Exteriores eram diferentes dos demais, pois integravam em seu âmbito, outros órgãos de informações, como por exemplo, o Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal, o Centro de Informações Exterior (CIEEx), Órgão de Informações dos Territórios Federais. No restante dos ministérios civis cada DSI era basicamente composta pela mesma estrutura. Ou seja, formada por um diretor, um assessor especial e três sessões: a de informação, a de segurança e a administrativa.

Para ocupar o cargo de diretor era preciso ser nomeado diretamente pelo presidente da República, por indicação do respectivo ministro, após passar por parecer favorável do Serviço Nacional de Informação. Além disso, no caso dos civis, era necessário ter diploma da Escola Superior de Guerra (ESG) e preferivelmente ter frequentado o curso de informações por ela oferecido. Aos militares competia ser diplomado pelo Comando do Estado Maior do Exército, ou seja, era necessário ter formação condizente com a doutrina imposta pelo regime militar, mas, contraditoriamente, as exigências acabaram por comprometer a complementação do

quadro de funcionários do sistema. As normas rigorosas, sobre sigilo e disciplina, bem como outros fatores, como a demora para substituir funcionários em regime de aposentadoria ou por falecimento, provocaram constantes desfalques na área dos recursos humanos. Problema resolvido por meio de desmesurado empenho do governo federal, que chegou, como se viu, a criar uma escola (EsNI) para treinar e capacitar dentro dos padrões doutrinários do regime militar aqueles que iriam compor o grupo de funcionários de seus órgãos.

Em se tratando dos custos para a manutenção desse sistema, certamente eram elevados, conforme atestam os resultados dos gastos admitidos publicamente pelo o governo federal. Entretanto, grande parte dos gastos eram custeados por uma chancela orçamentária, qualificada como “verbas secretas”, motivadora de constantes críticas oposicionistas e pedidos de abertura de inquéritos que pudessem esclarecer quais eram realmente os volumes de verbas destinadas ao suprimento orçamentário mantenedor da rede de controle e vigilância. De acordo com Carlos Fico:

Deviam ser elevados os gastos na área, algo que se pode deduzir das necessidades que os órgãos dessa natureza suscitam: equipamentos de rádio, de escuta telefônica, de criptografia, despesas com viagem etc. Note-se que, usualmente, os gastos desse tipo eram custeados por uma rubrica orçamentária classificada como “verbas orçamentárias” e, provavelmente, tais verbas eram usadas com prodigalidade, pois, como dizia o inspetor-geral de finanças do Ministério da Justiça, “a natureza das despesas de caráter secreto ou reservado fica a inteiro critério dos ordenadores de despesas”. Essa presumível prodigalidade levou o presidente do Tribunal de Contas da União, em 1974, a redigir um aviso-circular alertando os ministros do Estado sobre a obrigação de as verbas secretas serem julgadas pelo Tribunal, do que resultava a necessidade de sua discriminação. O Ministro-chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, também se dirigiu aos demais ministros tentando controlar os gastos. Porém, mesmo os gastos orçamentários regulares, publicamente admitidos, eram elevados, como se pode deduzir das críticas feitas por deputados oposicionistas. (2001, p. 89).

Os órgãos militares de vigilância que compunham os sistemas setoriais de informações tratavam-se, tanto de órgãos reformulados após o golpe de 1964, como foi o caso do CENIMAR, criado em 1955 junto com suas segundas seções, quanto de novos órgãos surgidos com o estabelecimento da ditadura militar, como, por exemplo, o CIE, criado em 1967, e o CISA formado em 1968. Entretanto, os órgãos integrantes dos ministérios militares, de uma maneira ou de outra, foram reformulados com o intuito de intensificar a eficácia do combate aos atos “subversivos”. Assim, diferente dos órgãos coordenados pelos ministérios civis, os órgãos militares de informações – CENIMAR,

CIE e CISA – tinham como funções, além de produzir informações, realizar operações especiais que contavam com práticas operacionais como prisões e interrogatórios no âmbito ministerial. Com isso, tais órgão se sentiam mais capacitados que seus similares civis, pois as práticas operacionais por eles executadas os colocavam em condição de “órgãos mistos”, isto é, de informação e de segurança. O CENIMAR, o CIE e o CISA eram subordinados aos respectivos ministros de cada Força Armada e coordenados pelo Centro de Operação de Defesa Interna (CODI), que, por sua vez, era chefiado pelo general comandante do Exército.

O sistema de informações da Marinha, conforme comentado, surgiu antes do golpe de 1964 e foi reformulado em 1971. Era composto pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), pela Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada (M-20), pelos órgãos de informações das diversas unidades e por escritórios dos adidos navais (ADIDAL).

Já o Sistema de Informações do Ministério do Exército surgiu da fusão entre a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército e a Instância de Informações do Gabinete do Ministro da Divisão de Informações – D2. Tal fusão, além de resolver um problema interno de disputas entre os órgãos, teve como função sanar a necessidade do Exército de possuir um órgão próprio de informações, compatível com o poder da força terrestre. Integravam os órgãos de informações do Ministério do Exército: o Centro de Informações do Exército, a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército – 2ª /EME (as segundas seções das unidades militares eram responsáveis pelas atividades de informações), os Órgãos de Informações das Organizações do Exército, bem como os escritórios dos adidos do Exército (ADIDEX). Dentre os órgãos de informações do ministério militar, o CIE era o mais rigoroso e atuante.

O último ministério militar, o da Aeronáutica, integrava em seu sistema de informações os seguintes órgãos: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), surgido em 1970 a partir da reformulação do Núcleo do Serviço de Informação e Segurança (N-SISA), existente desde 1968; Seção de Informação do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª/EMAer); órgãos de informações das unidades respectivas; Escritórios dos Adidos Aeronáuticos (ADIAer). O CISA tinha como principal função organizar as tarefas de informações, o trabalho de segurança, bem como identificar as contrainformações que interessavam à Segurança Nacional. Seu regulamento dividia-se em “informações internas” e “segurança interna”, o que pressupunha a existência das duas funções.

Integrando também o Sistema Nacional de Informação (SISNI), e ligado ao Sistema de Informação do Ministério Militar das Forças Armadas, foi criado o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM). Seus órgãos componentes deveriam administrar essencialmente as informações ligadas às operações militares. Outros assuntos, pormenores como o movimento de tropas na Argentina ou as dificuldades relacionadas à produção e à comercialização de armamentos, também eram da alçada do SUSIEM. Para tanto, esse sistema, que tinha como dirigente o chefe-maior das Forças Armadas, era associado à: 2ª Seção do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA); Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada (M-20); 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (2ª/EME); Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª/EMAer) e, finalmente, ao Centro de Informações do Exterior do Ministério das Relações Exteriores (CIEx/MRE).

Por fim, e não menos importante, foram criados os outros órgãos setoriais de informações, os quais constituíam-se de assessorias de informações situadas em campos da administração pública ou em empresas estatais. Com destaque para o fato de que esses órgãos tinham funcionamento semelhante ao das DSI e serviam para alocar militares em cargos de chefia, o que lhes garantia poder e prestígio.

Todos os sistemas e órgãos mencionados faziam parte da “Comunidade de Informações e Segurança”, especificamente, do Sistema Nacional de Informação, e tinham como pressuposto estruturante um regime colaborativo, movido pela constância entre seus correligionários e a cooperação entre os órgãos semelhantes. O que, por sua vez, demonstrava a necessidade de um comprometimento com “a causa” muito mais expressivo do que um simples compromisso com o ofício público.

2.1.1 O funcionamento do Serviço

Um dado que merece destaque sobre a remodelação da estrutura repressiva mostra que sua existência e funcionamento não envolveram apenas militares, visto que, logo após o golpe de 1964, o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) foi o primeiro de uma série de instrumentos criados para aperfeiçoar o vigor armamentista das Forças Armadas de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional. O objetivo era combater a suposta “guerra revolucionária”, promovida, segundo a liderança golpista, por forças “inimigas” infiltradas por todo o país. Entretanto, o GPMI já tinha sido idealizado antes mesmo do estabelecimento do golpe, quando empresários e militares conspiraram

juntos para a deposição do governo de João Goulart. Tal aliança colaborou não apenas para a preparação e implantação do golpe civil-militar de 1964, mas também para a formação de uma elementar indústria bélica, cuja produção atingiu alto nível de exportação internacional.

Outras medidas foram tomadas para combater todos aqueles que se posicionavam contrários à "Revolução" e o conseqüente Estado autoritário estabelecido e administrado por militares. Um exemplo disso foi a duplicação das verbas orçamentárias dirigidas às Forças Armadas visando à renovação de equipamentos, ao aprimoramento do quadro de funcionários e ao financiamento de novas técnicas de espionagem, busca e prisões. “As Forças Armadas se prepararam seriamente para combater qualquer espécie de revolta popular voltada contra o regime imposto pelo direito da força”, (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 68)

Equipar e investir num sistema que pudesse coordenar e organizar investigações sigilosas, bem como a produção, o processamento e o armazenamento de informações relacionadas, sobretudo, aos movimentos dos grupos de oposição – que iam desde os de cunhos reivindicatórios, como, por exemplo, lutas salariais e democracia, até aqueles ligados às lutas armadas clandestinas de esquerda – se mostrou tão ou mais importante do que os investimentos disponibilizados aos órgãos executantes. Para cumprir tais objetivos, a “estrutura” de produção e operação de informações, funcionava sob a égide de uma hierarquia que mantinha em seu topo o “Conselho de Segurança Nacional” (CSN) e em sua base todos os órgãos ligados às atividades de interrogatório e tortura.

Formado por quatro seções operacionais, o Conselho de Segurança Nacional era chefiado diretamente pelo presidente da República e tinha como secretário geral o chefe da Casa Militar da presidência da República. Sobre as divisões do CSN, destaca-se a participação das Seções de Segurança Nacional nos estudos para o estabelecimento do Conceito Estratégico Nacional, na elaboração das Diretrizes Governamentais, no planejamento do Potencial Nacional e na Mobilização Nacional. Já as Comissões de Estudos eram encarregadas de estudar, debater e propor decisões ao presidente da República. Os Grupos de Estudos e Planejamento constituíam-se por meio de três setores: Econômico e Psicossocial, Político e Econômico e Geográfico. E, por fim, compondo o quadro ativo do CSN, existia a Comissão Especial de Faixa de Fronteira.

De tal modo, a título de reiteração, destacamos que, para cumprir sua função coordenadora, o CSN delegou plenos poderes ao Serviço Nacional de Informações (SNI), caracterizado pelo general Golbery do Couto Silva – seu autor – como o “ministério do

silêncio”. Talvez pelo fato de que, dentre outras coisas, o SNI mantinha encoberto mistérios que diziam respeito, por exemplo, à fatia orçamentária que lhe era destinada para efeito de superintender e coordenar as atividades de informações em nível nacional e, quando necessário, internacional, com destaque para aquelas que interessavam diretamente à segurança nacional.

Ao assumir tais poderes, o SNI intensificou as funções direcionadas a analisar a vida dos personagens civis e militares indicados aos cargos administrativos. Igualmente, assumiu a obrigação de acompanhar o trabalho das estruturas repressivas e catalogar os registros de cidadãos identificados como protagonistas ou apenas simpatizantes de movimentos opositoristas ao governo. Ao longo do processo, por meio de um decreto imposto pelo presidente Médici, o SNI ampliou ainda mais seu controle sobre os ministérios civis, por meio da criação das Divisões de Segurança e Informações, e a importância do Serviço frente ao funcionamento do Sistema. O papel do SNI limitava-se a desempenhar todas as funções relacionadas à produção de informação; se houvesse necessidade de prisões e abertura de inquéritos, os dados apurados eram transferidos para os outros órgãos competentes.

Assim, produzir informações de toda sorte, fossem elas em forma de dados, notícias ou esclarecimentos que pudessem alimentar o denominado “sistema” era a principal função do SNI. Para tanto, um construto de regras normatizava tal produção, onde primeiramente recolhia-se o “informe”, isto é, o dado bruto que serviria logo depois para formular a informação. De acordo com Jaime Valim Mansan:

O “informe”, por vezes indicado como “INFE”, era, ao menos teoricamente, a “matéria-prima” com a qual a “informação” (“INFAO”) era elaborada. O informe seria como uma primeira descrição do vigiado, a ser dilapidada por meio de comparações com outros informes, com o retorno de pedidos de busca etc. (2014, p. 114-115).

Em seguida, no centro do processo produtivo as informações eram classificadas com letras que se alternavam entre “A” e “F”, de acordo com o nível fidedigno da fonte. Já a veracidade do teor informativo era disposta em forma numérica de 1 a 6. Assim, uma informação intitulada como autêntica e originária de fonte extremamente confiável era classificada como uma informação “A1”. Em referência ao assunto tratado, as informações poderiam ser tituladas como internas, relacionadas aos problemas brasileiros, e de externas, as de cunho internacional.

Havia também, os chamados critérios e subclasses, dos quais tanto as informações internas, quanto as informações externas deveriam se enquadrar. Destacamos a relação de critérios e as subclasses: Abrangência de área ou de assunto: Globais, regionais e setoriais; Validade no tempo: Básicas, correntes e estimativas; Valor quanto ao alcance da ação ou a quem interessar: Estratégicas; operacionais ou táticas; Campo de expressão do poder Nacional: Políticas; econômicas; psicossociais, militares e técnico-científicas.

Dessa forma, sobre o critério “Abrangência de área ou de assunto”, as subclasses, globais (nacionais), regionais (setoriais), visavam o geográfico. No critério temporal, as informações básicas compreendiam extensos períodos, as correntes seriam para o serviço rápido. Já a subclasse estimativa direcionava-se para o futuro e era produzida por órgãos específicos e disseminada exclusivamente pelo chefe do SNI. Caracterizavam-se como informações estratégicas o conhecimento baseado em fatos, ou seja, situação de interesse imediato ou possível para a previsão e condução de ações estratégicas; essas só poderiam ser produzidas pelo Serviço Nacional de Informações, órgão máximo do Sistema Nacional de Informações. Entretanto, quando a informação possibilitasse a programação e efetivação de ações de guerra, também se denominava como estratégica, porém, a produção e a utilização dessa só poderia ocorrer sob a supervisão da SUSIEM. A informação operacional referia-se à ciência de situações de interesse em qualquer campo.

2.1.2 A produção de informações

Quanto aos princípios norteadores da produção de informações, era necessário que houvesse objetividade, oportunidade, segurança, clareza, simplicidade e, especialmente, imparcialidade. Entretanto, o princípio de imparcialidade se mostrava bastante ineficiente, uma vez que muitos dos textos informativos produzidos eram carregados de subjetividade e parcialidade. Recebida a ordem por parte daqueles que deveriam executá-la, eram tomadas as medidas necessárias à realização da ‘leitura’. Elaborava-se um planejamento da ação e, com base nele, o alvo passava a ser vigiado, fazendo-se uso, para tanto, de métodos de “investigação” aperfeiçoados ao longo de décadas, em alguns casos desde o início do século XX. (FICO, 2001).

Além disso, obedecendo critérios preestabelecidos, a produção de informações contava inicialmente com a perspicácia dos agentes envolvidos nos centros de informações. Após isso, eram traçados os “planos de busca”, sucedidos pelos “pedidos de

busca”. Esses determinavam a primeira das quatro fases pelas quais se davam o processo de produção de informação, ou seja, tratava-se do planejamento da missão. Na segunda fase, se dava a reunião dos conhecimentos pertinentes. Na terceira fase, ocorriam os processamentos dos dados e logo em seguida encontrava-se a quarta e última fase, relacionada à difusão da informação aos outros órgãos do Sistema Nacional de Informações (SISNI). (FICO, 2001).

Diferentes documentos foram produzidos pelos órgãos de informações e também obedeceram a um formato já estabelecido. Seriam eles: o Levantamento de Dados Biográficos; a Ficha Conceito; o Prontuário e o Juízo Sintético. O primeiro, era empregado para permitir ou não a contratação de funcionários para cargos públicos. Para tanto, deveria discriminar a disposição ideológica, se havia aceitação ao golpe de 1964, se possuía marcas “subversivas”, honestidade administrativa, eficiência profissional e o comportamento civil de cada candidato. Tais protocolos igualmente avaliavam a conduta pessoal dos aspirantes a cursos, bolsas de estudos e estágios no exterior, bem como para todos administradores do campo universitário, como, por exemplo, reitores, vice-reitores, diretores e chefes de departamentos.

A ficha apresentava uma avaliação pessoal completa, conforme retratado por Jaime Valim Mansan:

Tanto a “ficha” quanto o “prontuário” eram documentos destinados ao armazenamento de dados sobre indivíduos que, no decorrer de processos de vigilância, tinham, na visão dos agentes, levantado suspeitas. As “fichas” eram uma versão sintética dos “prontuários”, mais completos. Organizadas em fichários, eram destinadas a permitir a rápida identificação de qualquer indivíduo “fichado” em algum órgão do sistema de controle, daí seu formato resumido e de fácil manejo. Já os prontuários deveriam armazenar o máximo possível de informações úteis sobre o indivíduo vigiado. A agilidade no processamento de informações tinha por óbvio objetivo permitir respostas rápidas às requisições de informação recebidas. Essa rapidez era considerada fundamental para que fosse maximizada a capacidade de “reação”, a chamada “ação-resposta” ou “resposta ao processo subversivo”. (2014, p. 115).

Frequentemente as fichas eram preenchidas versando sobre a postura ideológica do indivíduo, constituídas com base na seguinte categorização: democrata, comunista, esquerdista, sem posição definida, sem registros, os registros não permitem opinião concluída. Quanto à “Revolução” de 1964, estabelecia-se a subsequente padronização individual: integrado; adesista; contrário e contrarrevolucionário. Na ficha sintética, o agente ainda registrava os quesitos positivos ou negativos quanto à probidade

administrativa e eficiência profissional. Por fim, relacionada às ações “subversivas”, o sujeito poderia ser intitulado como simpatizante ou atuante. Nos prontuários registravam-se as avaliações subjetivas relacionadas ao conceito profissional. O cidadão poderia ser avaliado, como bom, honesto e trabalhador. Sobre o caráter pessoal, as anotações consistiam em relatar a pessoa detentora de caráter firme, bom, intransigente ou de caráter fraco ou duvidoso. Sobre os dados profissionais, destacava-se a pessoa de personalidade baixa ou de intelectualidade limitada. Referente a nível de inteligência poderia ser apontado como simplesmente bom. “Os prontuários poderiam referir-se a pessoas ou a órgãos e entidades, como Faculdades, por exemplo. Eram os chamados ‘prontuários funcionais’”. (MANSAN, 2014, p. 116).

Além disso, tanto as fichas quanto as informações eram lavradas e expedidas sob um rigoroso regulamento de sigilo. Em muitos casos, o arquivo era registrado como “confidencial”. Ou seja, tudo era tratado pelos agentes de segurança com imenso cuidado, seguindo as regras de produção, transmissão e arquivamento do material informativo, estabelecido como documento secreto. Assim, conforme retratado por Carlos Fico:

As informações sempre vinham com um carimbo de “confidencial” ou “secreto” e outras mensagens, também carimbadas, como “O destinatário é responsável pela manutenção e sigilo deste documento (art. 62 – Dec. nº 60.417-67 Regulamento de Salvaguardas de Assuntos Sigilosos)” ou “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil” – sempre em vermelho. (2001, p. 99).

As informações serviam para abastecer o ministro com subsídios para a tomada de decisões, mas também para manter integrados os diversos órgãos que faziam parte do Sistema Nacional de Informações. Assim, em se tratando das informações produzidas na DSI o destinatário era o ministro civil correlato e outras seções que compunham o sistema; do mesmo modo, este órgão direcionava informações às cadeias hierárquicas e informais ou de afinidade temática. Como, por exemplo, as informações geradas na DSI do Ministério da Justiça alusivas aos estudantes eram compartilhadas com a DSI do Ministério da Educação, reiterando que tudo deveria ser coordenado sob máximo sigilo. Sobre dada integração, Jaime Valim Mansan esclarece que:

Cada documento seguia necessariamente um caminho vertical, rumo ao órgão imediatamente superior àquele que o havia produzido. Frequentemente, porém, seguia também caminhos horizontais ou “laterais”, rumo aos órgãos responsáveis pela área em questão. Por exemplo, tratando-se de informação sobre estudantes, servidores

docentes ou técnico-administrativos, a DSI/MEC necessariamente deveria ser informada. (2014, p. 120).

Sobre as técnicas empregadas para a produção de informações, torna-se necessário esclarecer primeiramente que o Sistema Nacional de Informações não se tratava de um complexo estrutural montado somente para recolher dados e informações. Era sobretudo, um sistema que cumpria ações de espionagem e inculpação partindo do princípio de que nenhuma pessoa estaria totalmente inacessível ao comunismo, à atração subversiva ou a ações corruptivas. Assim, ao avaliar que uma conspiração conectada ao movimento comunista ascendia nas mais variadas organizações de luta, concluía-se que a mesma envolveria especialmente aqueles classificados pelos agentes de segurança como “ingênuos” ou “inocentes úteis”.

Nesse sentido, movidos continuamente por uma desconfiança excessiva e por forte sentimento anticomunista, os indivíduos incorporados aos órgãos de informações criaram técnicas de trabalho apropriadas para gerar culpados em volume equiparado às suas suspeições. Para realizar tais ações, havia uma ingerência recíproca e peculiar entre os oficiais do alto comando e os subordinados dos órgãos de informações, bem como entre o que estava posto teoricamente nas diretrizes gerais do Sistema – especificadas ou acobertadas – e a real prática cotidiana, ou seja, as ações desenvolvidas nas tarefas diárias realizadas pelos agentes de informações. Todavia, os “exageros” cometidos pela estrutura informativa, como, por exemplo, acusações imprudentes, perseguições políticas, imputação de culpabilidade, entre outros, não constavam como anomalias das Diretrizes Gerais. E, embora fossem justificadas pela alta oficialidade de gerais como necessárias, tais violações normalmente não eram ligadas nem às Diretrizes Gerais, nem aos altos comandos, sobretudo pelo fato de serem praticadas pelo escalão considerado “inferior” na hierarquia do sistema. Segundo Carlos Fico:

Essa “interpretação” das grandes diretrizes, feita pelo pessoal subalterno, é bastante importante para a compreensão da história do período, notadamente quando se busca deslindar a questão do “abuso”, isto é: os assim chamados “excessos” da comunidade de informações (incriminações levianas, perseguições políticas etc.) não eram desvios das diretrizes superiores, mas configuravam-se como um trabalho “sujo”, entendido pelos oficiais-gerais como necessário, embora escamoteado pelo fato de ser feito pelos subalternos. (2001, p. 101).

Diversas técnicas de incriminação eram utilizadas no âmbito da estrutura de informação e a mais empregada era a reiteração, que compreendia a ação de semear uma denúncia primária, fundamentada muitas vezes em fracos indícios. E que poderia ser

aproveitada a qualquer tempo, até anos depois da ocorrência, como elemento denunciante do passado de uma pessoa. Tais informações eram metodicamente principiadas por meio da expressão “Consta que”, artifício presente em vários documentos da comunidade de informação. Dentre as maneiras de incriminar alguém, também era recorrente a desmoralização pessoal. Assim, informações da vida privada classificadas como “ímorais” eram utilizadas para desqualificar o oponente. Muitas delas eram notadamente ligadas à sexualidade, isto é, as inculpações baseadas em “desvio sexual” eram comuns para qualificar alguém como comunista e conectado a práticas subversivas ou corruptivas. Contudo, segundo aos preceitos conservadores do sistema, a questão de gênero, igualmente às práticas tidas como “ímorais”, poderiam se tornar um agravante na situação de quem estaria sendo incriminado. Acusações de insanidade mental também eram comumente utilizadas para incriminar pessoas.

Determinadas técnicas ultrapassaram a função de inculpação de inocentes, uma vez que serviram para manter um sistema sedento de renovações informativas sobre casos antigos que poderiam ser retomados a qualquer momento, caso houvesse necessidade. Assim, muitos dos processos eram consecutivamente fortalecidos com anexos, ou em alguns casos eram retomados como novo inquérito, fazendo com que os acusados vivessem sob constante vigilância e dúvida quanto aos desdobramentos judiciais.

Por todos esses aspectos, conclui-se que o sistema, enquanto componente da estrutura de vigilância do regime militar, não se restringia unicamente à produção de informações. Estando interligado ao sistema repressivo, trabalhava e contribuía para o fornecimento de informações deturpadas de cidadãos, por meio de julgamentos prévios e inconsistentes, tirando-lhes o direito a defesa – principalmente após a consolidação do AI-5 e o consequente fim do *Habeas Corpus* – e terminando, invariavelmente, em prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos.

2.2 Sistema de segurança

2.2.1 Estruturação da Operação Bandeirante

Os anos seguintes ao golpe civil-militar de 1964 foram de grande movimentação encabeçada pelos militares para constituir um sistema que, além de identificar os denominados – pela doutrina ideológica oficial das Forças Armadas –, “inimigos internos”, pudesse agir repressivamente para combatê-los. Esse contexto, agravado pela

atmosfera da Guerra Fria, intensificou a preocupação generalizada com a tensão de uma possível guerra.

Assim, conforme será analisado neste capítulo e ao longo da pesquisa, a ditadura militar brasileira cercou-se de um conjunto de leis, decretos e atos institucionais que tinham como objetivo garantir sua própria existência dentro de um parâmetro legal de governo. Mas, cabe ressaltar que a gana de vencer o “inimigo”, ou seja, comunistas e opositores do autoritarismo militar, considerados “subversivos” por atentarem contra a Segurança Nacional, deu origem ao processo de estruturação de um mecanismo de repressão, primeiramente a partir da Operação Bandeirante (OBAN), em seguida, dos Destacamentos de Operações e Informações e dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIs), que se tornariam o braço persecutório e punitivo do Estado. Ou seja, ao estabelecer quem eram os “inimigos”, sobretudo por meio da lógica da suspeição, foram criados os mecanismos necessários para sua identificação pela comunidade de informações, que incluíam a prática de delações para que a sociedade, incentivada pelos anúncios do Estado que propagavam o grande “perigo” comunista, viesse a denunciar. Ou por meio dos organismos estabelecidos para investigar e punir todos aqueles que eram considerados subversivos aos preceitos ditatoriais. De acordo com Rodrigo Pereira Silva:

Em outras palavras, o inimigo interno, que primordialmente durante a ditadura centrou-se nos comunistas, está em todos os lugares e pode ser qualquer pessoa. Ele não faz distinção entre classe social, religião, sexo, profissão ou lugar para se infiltrar. Dessa forma, todos os indivíduos que compõem o corpo da Nação são passíveis de serem contaminados pelo comunismo, “cada um deles deve ser considerado suspeito enquanto não houver provas de sua lealdade; cada um deles é um inimigo potencial do Estado ou da Nação abstrata [...] pelo Estado” (2017, p. 53).

Para tanto, urgi a necessidade de reconstruir a estrutura de segurança do Estado, a fim de adaptá-la à nova situação contextual de luta armada. As justificativas dadas para tal reformulação baseavam-se em críticas contra as Secretarias de Segurança Pública e a Polícia Federal, avaliadas como ineficientes no combate às ações da guerrilha urbana. O Serviço Nacional de Informações (SNI) também se tornou alvo de críticas dos militares, que o consideravam apenas como um órgão de informação, sem função executiva, pois não efetuava prisões, interrogatórios, nem instaurava inquéritos. Além do mais, situações divergentes entre o sistema de informação e o de segurança, a exemplo dos casos em que os órgãos de segurança atravessaram os de informações sem que esses fossem

informados, reforçaram a ambição dos militares de criar um mecanismo de segurança totalmente controlado pelas Forças Armadas.

Outra questão que incomodava os generais da chamada linha-dura, era a ineficiência do setor responsável pelos Inquéritos Policiais Militares, devido à demora das ações e aos baixos resultados punitivos. Neste caso, a fim de agilizar o processo e aumentar os resultados de punições efetivas, principiou-se a modificação da estrutura legal brasileira por meio de inúmeros Atos Institucionais. A instauração do Ato Institucional nº 2 estabeleceu que os crimes políticos, conforme intitulado pela Doutrina de Segurança Militar em 1967, passassem a ser julgados pelos militares. Porém, foi através do Ato Institucional nº 5 (AI-5), juntamente com a suspensão do *habeas corpus*, que se abriu o caminho para a efetivação do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) e a estruturação, dois meses depois, da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar. Desde então, todos os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) passaram a ser executados por essa comissão. Nota-se, portanto, que a reformulação do Sistema de Segurança já estava sendo gestada antes mesmo de ter sido concretizada por meio da deformação legislativa decorrente dos Atos Institucionais. Desse modo, a estrutura repressiva e suas regras de funcionamento foram estabelecidas através de diretrizes secretas, contrariando, assim, a normas legais das quais o processo institucional do “sistema” deveria se valer.

Para Joffily (2008), a “engrenagem repressiva” surgiu a partir de um fato singular, que envolveu a deserção do capitão Lamarca do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, seguida do roubo de armamentos e munições do mesmo regimento onde, dias antes, parte do grupo militante Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e organizadores da ação teriam sido presos e interrogados pela polícia, tendo acabado soltos, uma vez que as fontes de informações foram analisadas de maneira insuficiente. Tal acontecimento serviu de justificativa para a criação de um órgão que pudesse conter o avanço das guerrilhas urbanas, bem como combater todos que fossem contrários a manter o *status quo* do regime. Ou seja, era necessário aprofundar os conhecimentos sobre os grupos da esquerda armada por meio da otimização da coleta e manejo das informações, aprimorando também as técnicas de interrogatórios. Esses objetivos puderam ser concretizados com a criação da Operação Bandeirante, base estrutural do sistema DOI-CODI. Segundo Mariana Joffily:

O II Exército reagiu ao roubo das armas no quartel de Quitaúna estruturando o serviço secreto (E2) da 2ª seção da 2ª Divisão de Infantaria – responsável pela segurança interna da Subárea A, que abarcava a região da Grande São Paulo –, a fim de preparar-se para

outra ofensiva da guerrilha urbana, presumida com o roubo das armas e munições. Formou-se um núcleo especializado na investigação de ações de cunho político – reunindo efetivos da Secretaria de Segurança Pública, do DOPS, do CIE, do CISA, bem como do Exército –, que passou a recolher informações sobre o tema e a coordenar investigações e diligências que tivessem como alvo militantes de grupos de luta armada contra o regime. (2008, p. 28-29).

No dia primeiro de julho de 1969 foi lançada a Operação Bandeirante (OBAN). O evento envolveu autoridades políticas de diversos setores da segurança pública. Estiveram presentes o governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, o secretário de Segurança Pública, Hely Lopes Meirelles, os comandantes do VI Distrito Naval, Hélio Rocha de Azevedo Leite (SP) e da 4ª Zona Aérea, Augusto Rademaker e o comandante do II Exército (SP), José Canavarro Pereira, responsável pelo lançamento. Contudo, três questões devem ser levadas em consideração sobre a reestruturação do sistema repressivo. A primeira chama atenção para a existência de fortes vestígios de que a OBAN teria recebido incentivo e direcionamento estadunidense. A segunda é que nem todos os militares eram favoráveis ao projeto OBAN. Por fim, destaca-se que além dos militares os setores civis também foram responsáveis pela implantação da OBAN, não apenas apoiando, mas também sendo seus fiadores, como no caso de algumas autoridades políticas de São Paulo, das elites, banqueiros, polícias federal, civil e militar, do complexo IPES/IBAD, do bloco de poder financeiro industrial e multinacionais, sobretudo do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI). A OBAN “se nutria de verbas fornecidas por multinacionais como o Grupo Ultra, Ford, General Motors, etc”, (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 72)

A Operação Bandeirante tinha como obrigação primordial, identificar, localizar e prender militantes dos grupos “subversivos” que atuavam na área do II Exército de São Paulo. Sua finalidade era limitá-los, destruí-los ou pelo menos paralisá-los. Para tanto, componentes das três armas, DOPS, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Federal, Polícia Militar e Polícia Civil foram agrupados nesse órgão. Que também serviu de porta de entrada para as Forças Armadas em operações policiais especializadas em repressão. Uma vez fundada, ficou sob o comando do Exército, sendo coordenada pelo coronel Antônio Lepiane, chefe do Estado Maior da 2ª Divisão de Infantaria. Tal hierarquização frequentemente gerou conflitos entre os poderes coercitivos, pois, estando sob o comando do Exército, também exercia funções que cabiam à polícia política.

Além disso, havia sempre por parte desse órgão uma preocupação com a legalidade formalizada. Sendo assim, o vértice entre legalidade e ilegalidade estava

presente por meio do convívio entre forças militares e policiais. Isto é, o fato de o órgão ter sido apoiado sobre a consistente composição do Exército, recebendo, inclusive, intenso suporte de funcionamento, lhe atribuiu um caráter de legalidade. Por outro lado, as técnicas empregadas, sobretudo, pelas polícias “políticas”, envolvendo violência e mortes, configurava a ilegalidade preexistente. Porém, contavam com autorização tácita das Forças Armadas para agir clandestinamente, sem grandes limitações, e o mais importante, sem acarretamento de prejuízos às três armas. Conforme descreve Mariana Joffily:

O funcionamento da Operação Bandeirante repousaria permanentemente sobre a dicotomia legalidade/ilegalidade, o que lhe conferiria dinamismo e flexibilidade em suas atividades repressivas. Em outras palavras, no que diz respeito aos seus fundamentos, o órgão estava ancorado na sólida estrutura do Exército, contando com todo o suporte das mais altas patentes. Os métodos empregados – tortura, invasão de domicílio, assassinatos – eram ilegais mesmo dentro da lógica da legislação autoritária erigida pelo regime militar, entretanto, utilizados com a aquiescência dos superiores hierárquicos, embora não assumidos publicamente, pelo desgaste que tal opção acarretaria à imagem das Forças Armadas e do governo. (2008, p. 34).

A composição da OBAN, órgão destinado à análise de informações, interrogatórios e combate, seguia três linhas de organização – Central de Informações; Central de Operações e a Central de Difusão – com base no Centro de Coordenação. A Central de Informações era destinada à análise e manuseio dos informes; à Central de Operações cabia as ações de combate; sobre a Central de Difusão recaía a função de controlar as notícias vinculadas à segurança interna, bem como manter as ações psicológicas do sistema. Assim, o quadro funcional do Centro de Coordenação encontrava-se organizado da forma descrita por Mariana Joffily:

O Centro de Coordenação era composto dos Comandantes do II Exército (II Ex), da 2ª Região Militar (2ª RM), da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI), do 6º Distrito Naval (6º DN), da 4ª Zona Aérea (4ª ZAÉ), do Diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Secretário de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), do superintendente da Polícia Federal de São Paulo (DPF/SP), e do Chefe da Agência de São Paulo do Serviço de Informações (SNI/ASP). Ao comandante do II Exército recaía “toda e qualquer responsabilidade pelo desenrolar das ações da Operação Bandeirante em todos os níveis”. (2008, p. 35).

Submetida à Central de Informações, existia a Coordenação de Execução (CE), onde o trabalho era contínuo, 24 horas por dia. Tal trabalho era realizado pelos integrantes

da 2º DI do Exército, sob o comando do major Coelho. As ações realizadas por esse setor consistiam em busca, captura, perseguição, investigação, interrogatório e verificação das informações extraídas. Para compor o quadro de funcionários havia critérios rígidos, referentes à contratação de militares e policiais. Os requisitos exigidos eram manter uma postura firme, dura, frente aos desígnios hierárquicos e comungar de identidade ideológica condizente com o regime autoritário. Muitos desses funcionários foram angariados pela Divisão Estadual de Investigações Criminais (DEIC), órgão conhecido pela vasta experiência investigativa no âmbito da polícia comum, bem como diversas técnicas de tortura. A Coordenação de Execução representava, portanto, o elemento mais importante da estrutura da OBAN, por consequência, sobretudo, do alinhamento entre as Forças Armadas e os agentes policiais mais temerários. Isto é, havia uma tendência natural, advinda dos militares, em utilizar todos os meios necessários, fossem lícitos ou ilícitos, para garantir a segurança nacional; em sentido convergente estavam os agentes policiais, detentores e experientes destes meios. Um dos instrumentos mais utilizados e igualmente importante para esse setor consistia do interrogatório preliminar, peça fundamental para o funcionamento da “engrenagem” desse aparelho repressivo. Sobre esse instrumento, Mariana Joffily esclarece que:

Os dados obtidos por meio dos interrogatórios nem sempre eram confiáveis, portanto era necessário intervir com uma série de procedimentos de seleção, cotejamento, confirmação e complementação. Entretanto, o interrogatório preliminar era considerado como um instrumento privilegiado para esclarecer eventos e apontar outros alvos a serem atingidos. (2008, p. 39).

É necessário ressaltar que a Operação Bandeirante era um órgão misto, pois acumulava funções executivas e informativas, ou seja, apesar da inclinação para a ações de repressão, o fator informativo também foi de suma importância. Assim, desempenhou um trabalho estimado dentro do Complexo de Segurança e Informações, o qual envolvia coleta de informações, com ação direta. Um dos recursos mais utilizados para a obtenção de informações, para além das ações de infiltrações, como visto concentrava-se nos interrogatórios preliminares, que possibilitavam o conhecimento sobre os próximos passos a serem dados pelos oponentes.

2.2.2 Criação e padronização do Sistema de Segurança Interna

Frente aos resultados favoráveis apresentados pela Operação Bandeirante no combate à guerrilha urbana, os projetos de institucionalização do sistema de segurança foram amplamente retomados. Vale lembrar que desde o início da ditadura os oficiais militares preocupavam-se em oficializar o aparelho repressivo. Contudo, essa inquietação passou a ser materializada com a implantação do Ato Institucional nº 5, em 1968, mesmo ano em que ocorreu o fortalecimento do Conselho de Segurança Nacional, ação primária para o estabelecimento do Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN). Seguindo o processo e objetivando dirigir a aprovação do "Plano Nacional de Segurança Interna", foi criada no mês de julho de 1969 a "Diretriz para a Polícia de Segurança Interna". Posteriormente reformulada pelo governo Médici, passou a se chamar "Diretriz Presidencial de Segurança Interna", fonte de embasamento para o "Planejamento de Segurança Interna", estabelecido em 1970. Contudo, no intuito de institucionalizar a OBAN, no segundo semestre desse mesmo ano arquitetou-se, seguindo o modelo OBAN, o SISSEGIN.

O Sistema Nacional de Segurança Interna não foi designado por meios processuais aceitáveis, mas, através de diretrizes confidenciais, arranjadas pelo Conselho de Segurança Nacional, que a partir do Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, tornou-se o órgão mais importante para o assessoramento presidencial na formulação de uma política de segurança nacional. O que comprova a necessidade da criação de inúmeros decretos e emendas secretas. Segundo Carlos Fico:

Essa discrepância deve ter sido a origem da criação dos inexcusáveis "decretos-secretos" – título que encerra fatal efeito cômico – através dos quais, a partir de 1971, o regime pode legislar apenas para si, satisfazendo o tradicional furor de legitimação de que muitas vezes é tomada a elite brasileira. Possivelmente, o SISSEGIN foi chancelado por um desses "decretos-secretos". (2001, p. 120).

Na prática, precederam a instituição do SISSEGIN esclarecimentos sobre suas normas de funcionamento, entre outras coisas, a todos os governadores de estado. Em seguida, realizou-se em Brasília uma reunião intitulada de "Seminário de Segurança Interna", ficando definido que em cada um dos comandos militares de área deveriam ser criados os seguintes órgãos: Conselho de Defesa Interna (CONDI), Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI). Todos subordinados ao SISSEGIN e coordenados pelo comandante do Exército concernente,

isto é, comandante da Zona de Defesa Interna (ZDI) – o país fora dividido em seis ZDIs. Além disso, no âmbito territorial de uma ZDI poderiam subsistir as Áreas de Defesa Interna (ADI), ou Subáreas de Defesa Interna (SADI), essas últimas seriam implantadas em territórios que merecessem mais atenção.

Sobre tais órgãos, destaca-se que coube ao Conselho de Defesa Interna (CONDI) – substituto do Centro de Coordenação – as funções de assessoramento do comandante da Zona de Defesa Interna e de promoção e administração de ações baseadas na cooperação entre os comandos civis e militares da área. Era composto por governadores ou representantes próprios, além de comandantes das Forças Aéreas ou Navais, secretários de segurança, comandantes das polícias militares e governos municipais. Entretanto, devido ao fato de desempenhar um papel mais burocrático do que prático, esse órgão não teve utilidade expressiva, apesar de se encontrar hierarquicamente acima do CODI.

A respeito da estruturação do DOI-CODI, convém reiterar que foi a eficiência desempenhada pela OBAN em ações repressivas, juntamente com a persistente ideia de criar uma estrutura específica para o combate dos “crimes políticos”, que lhe deram origem. A repressão política, que esteve a cargo das Secretarias de Segurança Pública e do DOPS de cada Estado até 1969, passou a ser criticada sob a justificativa de que tais órgãos eram demasiadamente ineficazes em se tratando de conter o “inimigo interno”. Desde então, o controle das polícias militares e civis passou a ser centralizado pelo Exército. Nesse caso, foi necessário que o DOPS conferisse parte do seu prestígio frente ao fortalecimento primeiramente da OBAN e, num segundo momento, ao órgão “oficializado” do DOI-CODI.

Além disso, sobre o arcabouço jurídico há que se destacar que o sistema DOI-CODI também não foi aprovado por meios legais, mas através de “Diretrizes Secretas” elaboradas pelo Conselho de Segurança e concretizadas pelos oficiais do Exército, ministros militares e comandantes locais, e finalmente aprovado por Emílio Garrastazu Médici, então presidente da República. Igualmente, contou com a colaboração das polícias federal, militar e civil, Secretaria de Segurança Pública, DOPS e parte da sociedade civil, como, por exemplo, a elite paulistana apoiadora do regime. Ou seja, por fim, cunhou-se um novo modelo repressivo estruturado em São Paulo e sustentado por forças militares, policiais e parte da sociedade civil do estado.

Dentro do sistema repressivo, o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) desempenhava as funções de planejamento e coordenação das medidas de defesa interna.

Era gerido pelo chefe do Estado-Maior do Exército da área e seguia cumprindo, tal qual a OBAN, uma agenda de reuniões semanais para a organização das funções relacionadas acima. Compunha-se por representantes das três armas, ou seja, do distrito Naval, do distrito Aéreo e do Exército, este por sua vez, concentrava o comando geral de tudo e de todos. Também faziam parte desse órgão a polícia política do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a Polícia Federal e a Agência Central do SNI. Os CODIs situavam-se dentro das Zonas de Defesa Interna (ZDIs), ou seja, eram órgãos de planejamento e coordenação de execução. Para tanto, mantinham sob sua jurisdição a Central de Informações e a Central de Operações, posteriormente denominadas Central de Assuntos Cíveis. Tratava-se, portanto, de uma unidade de coordenação dirigida.

As ações realizadas pelo Departamento de Operações e Informações (DOI) variaram no tempo e no espaço. A princípio, cabia a esse órgão capturar e interrogar militantes de esquerda, com o objetivo de conter as diferentes organizações comunistas. As torturas aconteciam seguidamente, no intuito de obter informações imediatas sobre os locais de encontros rápidos entre membros dos grupos esquerdistas – “pontos” – bem como para desintegrar os “aparelhos”, locais frequentemente utilizados como refúgio por uma “célula”, isso é, um grupo de pessoas envolvidas com a luta armada, servindo também para a realização de reuniões, guarda de material de propaganda, dinheiro e armas. Assim, a tortura física e psicológica tornou-se cada vez mais estratégia essencial, metodicamente utilizada e autorizada pelo sistema repressivo como um todo. Tal prática de obter informações se diferenciou das estabelecidas pelo SNI, que desde então centrou-se mais em “esconder” feitos do sistema repressivo, propagando temáticas que atestavam a inexistência de presos políticos ou de tortura no âmbito nacional, além de difundir exageradamente notícias e dados sobre atentados e mortes de militares. Contudo, as variações ocorridas dentro do departamento seguiram recomendações que incidiram em trocar o modo repressivo indiscriminado por atos repressivos restritos e direcionados, organizados concomitantemente com uma atividade esclarecedora da opinião pública, tanto dentro do Brasil, quanto nos espaços fora do país.

Tais articulações foram necessárias para a própria sobrevivência do aparelho repressivo, já que em 1974 os grupos ligados à luta armada se encontravam totalmente desarticulados. Nesse caso, era preciso mudar o foco, buscando novos inimigos. Foi assim que no contexto da “distensão” política inúmeros membros do PCB e do PC do B incluídos no partido de oposição legal, o MDB, passaram a ser acusados, perseguidos, torturados e, em alguns casos, mortos. Essas ações contavam com licença implícita e, por

vezes, com ordens explícitas dos oficiais da alta hierarquia do comando do Exército, pois eram atividades realizadas no cerne de um órgão de ações comandadas.

Seguindo objetivos difusos, em 1970 foram constituídos os CODI-DOI do I Exército do Rio de Janeiro e do II Exército de São Paulo, este em substituição à Operação Bandeirante, IV Exército em Recife e Comando Militar do Planalto, em Brasília. No ano seguinte, criou-se o CODI-DOI da 5ª Divisão Militar em Curitiba, da 4ª Divisão do Exército de Belo Horizonte, da 6ª Região Militar de Salvador, da 8ª Região Militar de Belém e da 10ª Região Militar de Fortaleza. Por fim, em 1974 foi criado o CODI-DOI em Porto Alegre sob a jurisprudência do III Exército. A estrutura interna seguia um modelo padrão, composto por setores especializados em Operações Externas; Informações; Contrainformações; Interrogatórios; Análises; Assessoria Jurídica/Policial e Setores Administrativos.

Dentro dos DOIs o trabalho era intenso, durava em média 24 horas ininterruptas. Os cargos de comando ficavam para os oficiais das Forças Armadas, assim como as lideranças do Setor de Operações Informações. Alguns cuidados relacionados à identidade dos integrantes da Seção de Investigações eram de extrema necessidade, de modo que somente a Seção de Busca e Apreensão deveria realizar prisões. Exceto quando as ações envolviam, por exemplo, desmembrar “aparelhos”, apreender materiais clandestinos, os membros do Setor de Investigações atuavam seguindo as regras da Seção de Busca e Apreensão.

Na maioria das vezes o trabalho interno seguia um padrão preestabelecido. As turmas de investigação constituíam-se em unidades operacionais que faziam parte da Seção Respectiva, eram combinadas de duas pessoas, um agente e um auxiliar. Depois havia os colaboradores, tais quais oficiais e praças da Polícia Feminina da Polícia Militar e investigadores da Secretaria de Segurança Pública. Além disso, contavam com meios de locomoção próprios e equipamentos como rádios. Às Subseções de Análise cabia desempenhar a manutenção de arquivos contendo dados de prisioneiros e coordenações ditas “subversivas”. Eram responsáveis pela análise de depoimentos e documentos confiscados. Ainda dentro da perspectiva do trabalho interno, existia a Subseção de Interrogatório, formada por três agrupamentos: Turma de Interrogatório Preliminar, liderada por um capitão, tendo um total de seis integrantes; Turma de Interrogatório; e, por fim, subordinada ao seu chefe, havia a Turma Auxiliar, esta incumbida da carceragem e da datilografia dos interrogatórios. “Assim, esse destacamento formava uma unidade

policial autárquica, concebida de forma a preencher todas as necessidades da ação repressiva sem depender de outros serviços públicos” (JOFFILY, 2008, p. 50).

Para a Seção de Busca e Apreensão designava-se o trabalho externo, como por exemplo: cobertura dos “pontos”; desmembramento dos “aparelhos”; apreensão de documentos e materiais propagandísticos; levantamento do número dos integrantes de diversos grupos suspeitos de subversão; deslocamento dos prisioneiros até a DOPS ou outros locais, como hospitais. Tal seção era integrada por três ajuntamentos, que por sua vez compunham-se de quatro Turmas de Busca e Apreensão, sendo que em cada uma delas interagiam de três a seis pessoas. Além disso, assim como na Seção de Investigações, contava-se com meios de locomoção equipados com sistemas de rádio.

O sistema estrutural e funcional da Assessoria Jurídica e Policial, notoriamente, era o único setor chefiado por um delegado de polícia, que tinha como incumbência auxiliar o dirigente do DOI. Tal fato confirma que havia uma multiplicidade de agentes atuantes nos DOIs, contando com oficiais, sargentos, cabos e soldados do Exército, bem como, da Polícia Militar, delegados e investigadores da Polícia Civil, agentes da Polícia Federal e militares da Marinha e da Aeronáutica. De maneira específica, o quadro funcional do DOI do II Exército aproximou-se da marca de duzentos e cinquenta integrantes, incluindo policiais femininas. Oitenta pessoas do número total eram das Forças Armadas. Entretanto, a quantidade de pessoas envolvidas com esses órgãos variava dependendo das regiões onde se encontravam localizados. Tanto os membros do Exército, quanto os da Polícia Militar, quando direcionados para atuarem no DOI, passavam a receber gratificações mensais. O que não acontecia com os servidores da Polícia Civil. Porém, delegados e investigadores, após um período mínimo de atuação, eram promovidos, pois, tinha-se consciência – principalmente entre a alta cúpula do governo – da relevância dessa participação para o setor de segurança, tendo em vista que no início das operações repressivas muitas das técnicas de captura, interrogatório e métodos de tortura foram repassadas pelos investigadores e delegados da polícia civil aos militares.

Para assumir o comando DOI-CODI, além de ser um oficial do Exército, era necessário ser formado nos cursos de informações oferecidos pela estrutura repressiva. Além disso, o chefe indicado para ocupar tal cargo deveria ser compatível ou se enquadrar ao perfil exigido pelo sistema. Ou seja, uma vez ocupante do cargo, o chefe do órgão em questão deveria ter consciência dos riscos que o cargo oferecia não apenas para si, mas para a própria família, o que lhe obrigava a desempenhar seu comando de maneira

discreta, mantendo-se sempre vigilante e incorruptível – esta era uma regra que nem sempre se aplicava na prática. Outras normas de segurança circulavam entre os membros desse órgão e eram cuidadosamente acompanhadas para que fossem cumpridas satisfatoriamente. Uma delas tratava do cuidado quanto à identificação dos agentes e de suas moradias. Nesse caso, a utilização do codinome era obrigatória, assim como o uso de vestimentas normais de civis, e o uso de corte de cabelo militar era proibido. Em vários casos esse conjunto de regras ocasionou divergências na convivência entre militares cedidos aos DOIs e militares dos quartéis. Relacionamentos complexos e conturbados também coexistiam entre os próprios oficiais das Forças Armadas, tendo em vista que o Exército reivindicava para si os louros do aparelhamento repressivo em detrimento das outras duas armas. Também eram comuns disputas entre as Polícias Civas e Militares com os comandos militares.

Porém, mesmo que houvesse preconceito quanto aos órgãos policiais, os militares tinham consciência da importância dos mesmos, de certa forma como meio de se proteger de “manchas” na índole do Exército, principalmente em questões que envolviam tortura, assassinatos e desaparecimentos, conforme destaca Carlos Fico:

O relacionamento entre os oficiais das Forças Armadas e o pessoal das polícias civis e militares podia ser problemático. Naturalmente, o ônus que recairia sobre as Forças Armadas seria menor, tanto maior fosse o recurso ao pessoal das polícias. Porém, as polícias civis e militares eram tidas como organismos viciados, e os dirigentes do SISSEGIN precisavam convencer os oficiais militares a aceitar a mescla. (2001, p. 129-130).

Tendo em vista os aspectos observados, conclui-se que o sucesso das ações realizadas pela OBAN influenciou de forma decisiva a retomada do projeto de institucionalização do Sistema de Segurança Interna, direcionado, sobretudo, a reprimir as atividades da guerrilha urbana. Tal projeto nasceu de uma vontade comum, que desde a implantação da ditadura militar em 1964 articularam os meios para concretizá-la. Todavia, sua viabilidade só foi possível através da institucionalização do AI-5. Dessa forma, a implantação do SISSEGIN não ocorreu dentro dos trâmites legais e sim através de “diretrizes confidenciais” estabelecidas, pelo Conselho Nacional, também reformulado em 1969 por meio do Setor de Segurança, que o transformou no órgão mais importante e atuante para formulação de uma política de segurança nacional.

Seguindo o modelo OBAN, o SISSEGIN estabeleceu-se sob a justificativa de que o sistema de Segurança Pública, incluídos os DOPS estaduais, eram ineficientes no

que dizia respeito ao combate aos crimes políticos. Diante disso, as atividades do SISSEGIN seriam imprescindíveis para conter a onda “subversiva” que se expandia pelo cenário nacional. Logo a estrutura repressiva passou a aglutinar órgãos de segurança, criados ou reformulados, estritamente para combater a escalada das ações da esquerda a no Brasil. O Sistema DOI-CODI foi um desses órgãos, quiçá o mais importante para tal objetivo. Por meio dele o Exército tomou o controle da comunidade de segurança, desejo antigo dos militares da ala radicalizada. E, mesmo movido por intensas disputas – entre as Três Forças, entre militares e as polícias Civas e Militares, entre militares adidos no órgão e militares aquartelados – conseguiu manter uma atmosfera colaborativa que contribuiu para o bom funcionamento do sistema firmado sobre uma ordem hierárquica rigidamente estabelecida.

2.3. O DOI-CODI paulista

O DOI de São Paulo substituiu a Operação Bandeirante e passou a ser comandado pelo major Carlos Alberto Ustra, uma vez que o mesmo se enquadrava em todos os requisitos exigidos para tal função. Esse órgão saiu da incumbência da 2ª Divisão de Infantaria vinculada à Coordenação de Execução da Operação Bandeirante para o controle operacional do Chefe da 2ª Seção do II Exército. As seções que faziam parte da sua composição eram rigorosamente chefiadas por militares. Exceto a Seção de Busca e Apreensão, dirigida por um policial militar ou um delegado da Polícia Civil, servindo como uma espécie de barreira de proteção aos oficiais, já que era a mais sujeita a perder membros devido aos embates ocorridos em momentos de perseguições, capturas e lutas contra militantes.

Como forma de contribuir diretamente com o órgão, o Ministério do Exército direcionou subsídios para manutenções cotidianas que compreendiam desde o financiamento de um intrincado sistema de comunicação até o fornecimento de armamentos, munições, carros equipados com rádios, viaturas, entre outros. Para o seu funcionamento foi concedida parte das instalações da 36ª DP, compreendendo também a carceragem. Estruturas prediais foram construídas ou reformadas, de modo a acomodar áreas de alojamento para os servidores, salas de interrogatórios e outros espaços necessários para o funcionamento da estrutura repressiva. As dependências do órgão encontravam-se na rua Thomaz Carvalhal, nº 1030, estendendo-se até a Rua Tutóia, na grande São Paulo.

Sua função primordial era aniquilar tudo e todos que fizessem parte dos grupos subversivos. Em seguida, impedir a rearticulação dos mesmos. Para tanto, a coexistência entre as diversas forças repressivas – militares e civis – visava justamente a cooperação mútua entre as forças militares e policiais, principalmente na questão da logística, assim o DOI poderia se expandir por diversos lados sem que houvesse necessidade de organizar elevadas tropas do Exército, o que por si só era muito dispendioso. Além disso, o trabalho mútuo entre os órgãos tinha como pretensão incluir o DOI como parte do sistema repressivo, para evitar que o mesmo se isolasse e constituísse uma força autônoma a operar fora do sistema. Segundo Mariana Joffily:

A coabitação entre representantes de diversas corporações policiais e militares visava a dois alvos distintos: o primeiro, contar com o auxílio de cada força militar ou policial em determinadas ações, que exigissem uma logística particular, o que permitia ao DOI desdobrar-se e multiplicar-se sem precisar manter um efetivo elevado e custoso; o segundo, implicar os mais diversos órgãos repressivos, de modo a impedir o isolamento político do DOI, evitando que se constituísse como corpo estranho em relação aos órgãos policiais e militares. (2008, p. 48).

A agilidade em extrair informações era prioridade do órgão, nesse sentido todo o trabalho foi reorganizado e concentrado sob único comando, mas compartimentado para que cada setor e agentes realizassem os serviços especiais que lhes cabiam. Para tanto, o funcionamento do DOI conforme já comentado, se daria dia e noite, sem pausas, com o uso de variadas técnicas de tortura de suspeitos. Em todas as seções deste órgão, inclusive entre as sessões de Interrogatórios e Análises, entrelaçaram-se ações provenientes tanto das forças militares quanto civis, que deram “corpo” aos interrogatórios preliminares, ferramenta basilar do sistema repressivo. De acordo com Mariana Joffily:

No centro da engrenagem encontravam-se a extração (interrogatório) e a análise de informações: “Quando um terrorista era preso, a fase crucial da prisão, tanto para ele como para nós, era o interrogatório” [afirmação de Carlos Alberto Brilhante Ustra]. As equipes de interrogatório e de análise trabalhavam de maneira concertada: a primeira fornecia dados para a segunda, que, por sua vez, orientava os rumos das questões a serem formuladas para completar o quadro do que já se sabia. (2008, p. 50).

Apesar da atmosfera de cooperação no âmbito do DOI de São Paulo – assim como nos outros órgãos espalhados pelo território nacional, – havia uma hierarquia

estabelecida, na qual estando vinculado à 2ª Seção do II Exército, as informações produzidas no DOI paulista deveriam ser direcionadas ao Centro de Informações do Exército (CIE), e depois difundidas sob sua coordenação aos comandos das Forças Armadas: Marinha e Aeronáutica, bem como ao Serviço Nacional de Informação (SNI), Polícia Militar, Polícia Federal, Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e DOPS.

Já a chefia da Subseção de Interrogatórios Preliminares ficava estritamente a cargo de um oficial do Exército. Para interrogar era necessário possuir elevação hierárquica correspondente à patente de capitão, mas, sobretudo, se enquadrar ao perfil ideológico e psicológico que o cargo exigia. Assim sendo, no âmbito das sessões de interrogatórios impunha-se uma disciplina militar associada à experiência policial na arte de interrogar, na qual policiais civis e militares eram subordinados às Forças Armadas. Essa variedade de seguimentos da área de segurança atuante no DOI, foi por vezes geradora de conflitos. Sendo assim, visando manter um clima de colaboração entre as forças repressivas, cunhou-se a ideologia de pertencimento ao grupo como uma forma de proteção mútua frente às ameaças de “justiçamentos”. Outra forma de reforçar a ideia de pertencimento foi criar um sistema de gratificações, promoções e planos de carreira, voltado somente aos adidos dos DOIs, a fim de distingui-los dos agentes de segurança que atuavam fora do órgão. Sobre a ideologia de pertencimento ao grupo, Mariana Joffily esclarece que:

Para aqueles que acreditavam estar salvando o país da ameaça comunista, a sensação de risco tendia a justificar os métodos empregados, ainda que fossem ilegais e nunca externados. As críticas partiam daqueles que estavam de fora, que usufruíam da tranquilidade oferecida pelo órgão à sociedade brasileira sem arriscar-se no combate, como afirma o coronel Carlos Alberto Ustra: “É fácil criticar quando não se estava sujeito a ‘justiçamento’, sequestro, sabotagem, atentado”. Assim, a rede de lealdades e comprometimentos forjada dentro do órgão, pela sua especificidade e pelas práticas clandestinas e sigilosas que ali ocorriam, acabaria por relativizar as diferenças – de formação, de nível cultural, de origem institucional – em função do espírito de corpo que se criava em torno do DOI. O pertencimento ao grupo era ainda reforçado pelo sistema particularmente favorável de gratificações e de promoções na carreira, assim como pelo isolamento em relação aos outros colegas de farda, cujo sistema de trabalho era muito distinto. (2008, p. 58).

Os casos de disputas internas entre grupos correspondentes eram uma constante. Já externamente, as divergências se deram entre os órgãos repressivos do DOI de São

Paulo e do DOPS paulista. Mas, assim como ocorria internamente no DOI, as relações externas travadas com outros órgãos repressivos, especialmente com o DOPS, ora se assentaram em regime de colaboração, ora em disputas. Ou seja, após a institucionalização do sistema repressivo com a criação do DOI foi mantida a divisão de funções existente entre a extinta OBAN e o DOPS de São Paulo, o que contribuiu de certa forma para a concretização de dois objetivos firmados através da criação do DOI. O primeiro consistia em manter a supremacia militar sobre as ações repressivas. O seguinte visava aumentar a atuação do DOI nos espaços estaduais dos quais o DOPS era responsável.

Logo, o DOI sob o comando do Exército, seria o órgão que superaria a suposta insuficiência do DOPS em combater os grupos de esquerda. Nesse caso, a função do DOPS ficaria restrita à formalização de inquéritos, sendo esse o motivo de inúmeras divergências que conseqüentemente terminaram em disputas, pois em muitos casos o DOPS ultrapassou suas funções e interferiu nas ações que cabiam ao DOI. “O DOPS paulista, por mais de uma ocasião, desrespeitou a primazia da Operação Bandeirante ou do DOI na captura e interrogatório de militantes de organizações de esquerda”, (JOFFILY, 2008, p. 60). Contudo, as disputas mais decorrentes giravam em torno de quem efetuaría primeiramente as prisões e os interrogatórios. Esses conflitos aconteceram, sobretudo, no período em que o delegado Sérgio Paranhos Fleury esteve comandando o DOPS, no qual sua atuação se deu em duas frentes de combate: repressão de militantes e grupos de esquerda; combate ao narcotráfico.

Embora houvesse uma atmosfera de conflitos, as funções do DOI e do DOPS eram bem definidas. O primeiro desenvolvia operações de caráter informal e ao segundo caberia desempenhar ações entrelaçadas às formalidades “legais” do sistema de segurança. Assim o processo repressivo iniciava-se no DOI, onde o preso era interrogado sem limite de tempo, isto é, até que se esgotassem todas as possibilidades de conseguir novas informações com o inquérito, e só então sua prisão seria comunicada oficialmente através do DOPS. Posteriormente, encaminhado a esse órgão, o preso era interrogado novamente, logo o depoimento realizar-se-ia embasado no que já se sabia por meio do DOI, cabendo ao interrogado e ao dirigente policial assinar o depoimento, sendo este incorporado ao inquérito instaurado nos domínios do Departamento de Operações Políticas e Sociais (DOPS). Tais ações, atestaram a “parceria” existente entre esses dois órgãos repressivos, já que o DOI se assentava sobre operações extraoficiais, pois suas investigações se davam de modo clandestino. O DOPS, por sua vez, incumbia-se de

formalizar prisões e depoimentos, iniciados nas dependências do DOI. Para Mariana Joffily:

A noção de “formalidade” por contraste remete a dois tipos de operação: uma “informal”, ou seja, desprovida de caráter jurídico propriamente dito – no caso de um órgão pertencente a uma instituição como o Exército, cujos procedimentos se revestem necessariamente de certo protocolo e principalmente de intencionalidade, sua ausência indica um caráter extra-oficial, no sentido de uma conduta intencional, mas não assumida em sua integridade; a outra diz respeito à efetividade, ou seja, o que se fazia no DOPS resumia-se a um procedimento burocrático, dado que as informações eram de fato colhidas no DOI. (2008, p. 93).

Na contramão do sistema, por vezes, devido a possíveis benefícios ou mesmo a título de provocação, o DOPS alinhou-se ao CENIMAR. Esse tipo de aliança incomodou os oficiais do Exército por causa de suposta quebra da hierarquia militar e ameaça à primazia reivindicada por eles em relação à liderança do sistema repressivo desempenhado através do DOI. Por outro lado, essa primazia também incomodava a Marinha e a Aeronáutica, que buscaram outros meios de se sobressaírem no comando repressivo dos grupos subversivos. Entretanto, de acordo com Mariana Joffily (2008), apesar de todas as disputas e divergências ocorridas entre os variados órgãos que moviam o sistema repressivo, de modo geral o funcionamento do DOI se deu através de um regime colaborativo, no qual existiram trocas de informações, apoio logístico, legislativo e judiciário, bem como financiamentos para a infraestrutura e manutenção do órgão.

O funcionamento do DOI pressupunha esse apoio, pois carecia de infraestrutura: “Era uma unidade com uma peculiaridade: não tinha serviços, não tinha burocracia. Tinha de ser acoplada a outra unidade qualquer para prover rancho, toda a espécie de apoio logístico, prover tudo.” [ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 52]. Para desenvolver devidamente seus serviços da Secretaria de Segurança Pública (Instituto Médico Legal, DOPS, laudos periciais e médicos). A frequente transferência de detidos políticos de um órgão repressivo para o outro, às vezes localizados em outra cidade ou estado, também atesta o intercâmbio entre os vários órgãos militares. (JOFFILY, 2008, p. 65).

Além do apoio colaborativo entre os órgãos para o financiamento estrutural e filosófico, o DOI contou também com influências externas, como, por exemplo, a estadunidense e a francesa. De acordo com Mariana Joffily (2008), havia dois tipos de influência, na estrutura do órgão e no aspecto teórico. Conforme já destacado nesta pesquisa, mesmo antes do assentamento do regime militar no Brasil existia uma estreita relação entre os comandos do Exército do Brasil e dos Estados Unidos da América, que,

por sua vez, originou a instituição da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949; nesse caso o apoio se deu através de embasamento teórico. Já no período da ditadura militar o apoio concedido aos órgãos repressivos foi estrutural, com financiamento de equipamentos de tortura, curso de formação direcionado a militares não apenas do Brasil, mas de toda a América Latina, para a disseminação de variados métodos de interrogatórios. Contudo, nesses países desenvolveu-se também uma estrutura de propaganda que trabalhava na difusão de informações contra o “terrorismo” de esquerda junto à sociedade civil, a fim de estimular a participação de todos com denúncias contra supostos subversivos. Esse organismo foi diretamente administrado e financiado pelos Estados Unidos por meio da Office of Public Safety – OPS (Escritório de Segurança Pública).

Para alguns autores a influência francesa também foi claramente identificada, uma vez que o DOI tinha inúmeras características dos órgãos instituídos pelos franceses contra a guerra da Argélia: organismo militar, composição mista e flexível; especialização em guerra subversiva; responsabilidade para com as operações de informações, captura e interrogatório dos presos políticos; órgão autônomo que tinha como papel primordial coordenar as forças repressivas. Entretanto, sobre a contribuição francesa para o embasamento teórico do DOI, Mariana Joffily se refere ao trabalho realizado por João Roberto Martins Filho para explicar os princípios de guerra revolucionária, guerra interna e inimigo interno adotados pela Escola Superior de Guerra (ESG):

João Roberto Martins Filho mostra a estreita relação desenvolvida entre o regime militar brasileiro e a doutrina francesa sobre a guerra revolucionária. Os franceses, segundo o autor, teriam sido pioneiros em identificar e refletir sobre um conflito cuja principal característica residia na “indistinção entre política, ideologia e operações militares que ela punha em funcionamento” [MARTINS FILHO, 2004]. A doutrina francesa localizava no controle das informações e na unificação dos comandos político e militar armas centrais para o combate à guerra revolucionária, assentada na ação psicológica e na doutrinação ideológica de caráter insidioso e subliminar. (JOFFILY, 2008, p. 68).

Contudo, mesmo que existam contestações teóricas a respeito dos influenciadores do conceito de guerra revolucionária no Brasil, o que se sabe é que tanto as ações norte-americanas quanto as francesas foram imprescindíveis na criação da OBAN e posteriormente do DOI-CODI. Porém, tais experiências foram adaptadas à realidade do Brasil, permitindo a formação de um sistema repressivo com características

próprias que chegou a servir de modelo para outros países. Tal como confirmado por Carlos Fico:

O sistema CODI-DOI passou a ser valorizado pela comunidade de segurança como uma genuína criação brasileira, em função das operações “peculiares e perfeitamente adaptadas ao ambiente da contra-subversão no Brasil” [Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN. Documento classificado como “secreto”. [1974?]. Capítulo 2, fl.27]. Assim, não surpreende que esse “produto nacional” fosse exportado para outros países, como se deu em relação ao Chile e ao Uruguai, causa de grande orgulho para a repressão brasileira. (2001, p. 135).

Diante do exposto, compreende-se que uma fileira de conceitos compôs a maneira de pensar e agir dos integrantes da comunidade de segurança. Para tanto, foi construída uma “memória” na qual se buscou valorizar os fenômenos que explicavam e exaltavam o sistema de segurança. O conceito primordial dessa memória centrava-se na “Guerra Interna”, que consistia na identificação do inimigo e na superestimação de sua força. Além disso, foi comum nesse período a criação de múltiplos estereótipos para desqualificação dos indivíduos ligados aos grupos da luta armada perante a sociedade e a opinião pública. Desse modo, o combate ao “inimigo” por meio da “Guerra Interna” justificaria a criação do Sistema de Segurança Interna.

Outra forma de justificar a necessidade do SISSEGIN ligava-se à ineficiência das ações repressivas realizadas no passado, que, por sua vez, seriam melhores executadas a partir da composição desta comunidade de segurança, pois o perigo de rearticulações por parte da esquerda seria uma constante e persistiria ao longo dos anos. Por fim, compondo o escopo do sistema e sua razão de existir, colocava-se que, no caso de uma nova onda subversiva, não haveria tempo hábil para que as instâncias regulares do Estado pudessem ser organizadas para combatê-la. Por isso, a grande necessidade de manter a estrutura do SISSEGIN firmada no tempo e no espaço.

O comportamento padrão dos oficiais que comandavam essa estrutura era de recusar qualquer transformação que pudesse ocasionar a redução da significância do sistema em relação ao combate à “subversão”. Protegia-se cuidadosamente as particularidades da comunidade de segurança e informação, de modo que cada sistema funcionasse sobre regras próprias, mas interagindo entre si em busca de um objetivo comum – o aniquilamento das “redes esquerdistas” – compartilhando da mesma ideologia, hábitos, prestígio e poder. Com a chegada de Ernesto Geisel ao poder, em 1974, deu-se início ao processo de “distensão”, que por essência tornava o trabalho

efetuado pelo SISSEGIN dispensável. Contudo, qualquer possibilidade de diminuição de poder estabelecida através da reformulação do sistema foi completamente execrada pelos dirigentes da comunidade de segurança.

Tais afirmativas podem ser corroboradas pelo fato de que até o contexto da distensão o SISSEGIN compreendia um arcabouço próprio de informações e concentrava para si aquelas que diziam respeito às atividades subversivas. Posteriormente, essas informações eram aventadas pela comunidade de informações e seus órgãos correlatos, deixando claro a existência de um vínculo de funcionamento firmado entre o SISNI e o SISSEGIN, compondo dessa maneira um sistema de segurança coeso que não deveria ser alterado.

Mediante a essas recusas, tornou-se visivelmente clara a postura autonomista ostentada pelo sistema, na qual rejeitava-se todo tipo de controle, fossem eles dos domínios legais reguladores do Estado ou dos que possuíam autorização legal para utilização da violência. Tal autonomia deveu-se ao fato de que as polícias civis e militares se encontravam subordinadas a um sistema dirigido exclusivamente pelas Forças Armadas, nesse caso, não teria a quem temer. Entretanto, o alcance de certa autonomia, ora mais intensa, ora moderada, não poderia ser confundido com a falta de controle externo superior, pois o sistema foi criado e mantido pelos altos escalões de oficiais que se sucederam à frente do Executivo. Desse modo, não havia ausência de comando, nem irresponsabilidade, uma vez que todas as ações, incluindo torturas e assassinatos, foram de pessoas que tinham plena consciência dos seus atos, visto que teriam sido escolhidas cuidadosamente, orientadas e submetidas a treinamentos rigorosos para exercerem suas funções.

Além disso, é incorreta a afirmativa de que os generais-presidentes tomaram decisões fundamentadas em informações fornecidas restritamente pelo sistema de segurança; fosse assim, o poder desses órgãos não estaria ameaçado pelos processos de “distensão” e “abertura” política. Ou seja, todas as decisões iniciadas com a criação do SISSEGIN, passando pela atribuição de certa autonomia ao sistema de segurança – permissão para realizar o trabalho “sujo” – até o plano de distensão, foram resultados de decisões estabelecidas pelo Poder Executivo e seus correligionários. Fator que demonstra que os presidentes militares que se sucederam desde a implantação do AI-5 tiveram pleno controle sobre o Sistema de Segurança Interna.

Os dirigentes do SISSEGIN tinham total consciência do poder estabelecido pelo Executivo sobre seus órgãos e por isso o embate direto com o presidente Ernesto Geisel

e o chefe do Gabinete Civil de seu governo e idealizador da política de “distensão”, general Golbery do Couto e Silva. Entretanto, mesmo contrariado e ameaçado, sobretudo pelos agentes do DOI do II Exército, Geisel seguiu com a decisão de controlar o setor repressivo, estabelecendo, dentre outras coisas, permissão à tortura “seletiva” ao invés de “massificada”. Por outro lado, os dirigentes do complexo de segurança e informação sabiam do poder que tinham, pois emergiram da “linha dura”, grupo militar comprometido com a criação e o estabelecimento do sistema. Portanto, sempre que foi necessário pressionaram os generais-presidentes a tomar decisões rigorosas em se tratando da segurança interna do país.

Por todos esses aspectos, tornou-se perceptível que as críticas destinadas aos presidentes eram uma constante por parte de ambas as comunidades; porém, estas foram mais intensas no governo Geisel. Tais críticas, ameaças e pressões garantiram a permanência do SISSEGIN durante a “distensão” política. E contribuíram para suprir as aspirações políticas da “linha dura”, que por sua vez foram estabelecidas através da comunidade de segurança. Além disso, o fato de se tratar de uma estrutura aglutinante de inúmeros cargos de poder, tornou-se ainda mais difícil sua dissolução dentro do processo democratizante que se seguiu.

2.4 A DOPS do Paraná

No Paraná, desde a década de 1920 havia a preocupação por parte da chefia de polícia com as questões políticas e sociais. Porém, até então não havia uma delegacia de polícia especializada nessas questões. Esse trabalho ficava a cargo do Comissariado de Investigações e Segurança Pública e nos anos de 1930 passou a ser exercido pela Delegacia de Costumes e Segurança Pública ou de Vigilância e Capturas.

Foi somente no ano de 1937 que foi criada uma estrutura organizacional e administrativa no estado, isto é, uma delegacia voltada para as questões sociais, sobretudo por conta da Lei 177 de 15 de março de 1937, que reorganizou as delegacias especializadas que passaram a ser denominadas da seguinte forma: Delegacia Auxiliar; Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS); Delegacia de Segurança Pública e Delegacia de Vigilância e Investigações.

No ano de 1938, o interventor Manoel Ribas assinou dois decretos para aperfeiçoar a estrutura policial, com objetivo de difundir o controle social concentrado na capital para todas as regiões do Paraná. O Decreto nº 6438, de 21 de fevereiro de 1932,

criou a secretaria específica para a Segurança Pública subordinada à Polícia Civil e suas dependências. Também foram instituídas a Polícia Militar, Guarda Civil, Penitenciária e Casa de Detenção. Em seguida, através do Decreto nº 6439, de 21 de fevereiro de 1938, foram criadas doze Superintendências Regionais de Polícia, fixadas nas cidades de Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Negro, Jaguariaíva, Irati, União da Vitória, Guaratuba, Foz do Iguaçu, Tibagi, Jacarezinho e Londrina. Entretanto a Secretaria de Estado de Segurança Pública teve breve atuação no Paraná, sendo extinta por meio do Decreto nº 6969, de 3 de junho de 1938. A partir de então, a Polícia Civil voltou a ser vinculada à Chefatura de Polícia e à Secretaria do Interior e Justiça.

Destaca-se que nesse contexto, e devido à adesão do Brasil à Segunda Guerra Mundial, concomitante ao rompimento das relações com as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), a DOPS/PR tornou-se ainda mais atuante. Logo, o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos fez com que o chefe de Polícia tomasse algumas medidas imediatas, sobretudo no sentido de ampliar a vigilância relacionada aos imigrantes dos países que haviam se tornado inimigos. Desde então, como parte das medidas foi proibido que os chefes de setores e departamentos concedessem férias aos policiais civis. Recomendava-se ainda que a DOPS/PR exercesse intensa vigilância sobre os cidadãos alemães, italianos e japoneses, com objetivo de conter atitudes que fossem consideradas ameaçadoras às instâncias nacionais. Nesse caso, as medidas implantadas pela Chefatura de Polícia seguiram a lógica da política estabelecida aos países do continente americano combatentes do eixo. Sobre tais recomendações, Angelo Priori esclarece que:

Em 24 de setembro de 1942, o ministro da Justiça emitiu telegrama aos interventores estaduais informando da reunião do Comitê Consultivo emergencial para a defesa política do continente americano, que havia ocorrido naquele mês, na cidade de Montevideú, sendo que aquele Comitê recomendava que houvesse uma maior vigilância em relação aos elementos do eixo, para evitar que esses controlassem setores como alimentação, abastecimento de combustíveis e armamentos; definia que essas comunidades, dentro do possível, fossem transferidas das zonas costeiras para o interior dos estados (e quando não, confinadas em campos de concentração). Esse documento recomendava ainda ações sobre o transporte de cabotagem, atividades de barcos de pescas e comunidades de pescadores, suscetíveis à abordagem de pessoas oriundas dos países inimigos. No documento, havia uma preocupação especial com o Brasil, não só pela sua "beligerância, mas também pela importância de sua posição geográfica para a defesa da América" (Telegrama emitido pelo Ministro da Justiça. Arquivo DOPS, Pasta 1344b, cx 159). (2016, p. 12).

Em 1945, com o fim do Estado Novo, houve eleições para governadores e Moisés Lupion logrou êxito, tornando-se governador do Paraná em 1946. Nesse primeiro momento poucas modificações foram realizadas na estrutura de Segurança do Estado. Somente em 1948 o governo do Paraná baixou a Lei 47, que trouxe modificações na estrutura organizacional da Segurança Pública. Com a lei, a Chefatura de Polícia foi desvinculada da Secretaria do Interior e Justiça, tornando-se um órgão próprio, independente e subordinado diretamente ao governo do estado. Através do Artigo 4º dessa lei, a Polícia Militar passou a ser subordinada à Secretaria do Interior e Justiça.

Dentre as funções da Chefatura de Polícia, enquanto órgão independente, competia prevenir, precaver e vigiar pessoas propensas a desordens e crimes contra a ordem pública e social e garantir a segurança individual e privada. Frente às mudanças implantadas, o Chefe de Polícia ganhou maior destaque por estar diretamente ligado ao governador do Paraná, tanto que podia requisitar do comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, a qualquer tempo, auxiliares para o policiamento do estado paranaense.

Em um documento enviado em 19 de março de 1953 aos delegados do Paraná, o chefe da Polícia, Ney Braga, chamou a atenção para as dificuldades advindas do contexto imigratório e os desequilíbrios sociais pelos quais o estado passava por conta da imigração. Por se tratar de uma questão complexa, ficou estabelecido pelo chefe que a polícia deveria reforçar suas atividades de controle e vigilância sobre esses indivíduos, considerados como elementos propensos a condescender com o comunismo. Nesse documento, Ney Braga delineou como a polícia deveria agir e quais medidas seriam implantadas para a preservação da segurança social. Referente ao documento, Angelo Priori esclarece:

Informava ainda que a DOPS iria baixar algumas normas para a "preservação de tudo o que nós temos de mais caro aos homens de bem". E já anunciava algumas diretrizes: repressão aos jogos de azar; evitar o alastramento das zonas de meretrício; proibição de vendas de bebidas alcoólicas nesses estabelecimentos; controle dos parques de diversões, inclusive com observações dos antecedentes dos seus dirigentes; repressão enérgica à vadiagem (mas procurando distinguir o mendigo do vagabundo); e controle dos hotéis e estações de desembarque, visando, sobretudo, a fiscalização rigorosa dos "infratores das leis e das mulheres desajustadas". E indicava, administrativamente, que os delegados regionais e municipais deveriam acatar absolutamente todas as determinações das delegacias especializadas, especialmente da DOPS. (2016, p. 14).

Em 1962 a Chefatura da Polícia do Paraná foi extinta e em seu lugar passou a atuar a Secretaria de Segurança Pública, desde então responsável pelos organismos da Polícia Civil e Militar, bem como pela reformulação das políticas de segurança pública. A partir da Lei nº 4615, de 9 de julho de 1962, foram criadas no âmbito da Polícia Civil quatro divisões: a Polícia Especializada; Investigações Criminais; Polícia da Capital e Divisão de Polícia Interior. Nesta última foram criadas treze Delegacias Regionais (Superintendências) localizadas em Paranaguá, Ponta Grossa, União da Vitória, Pato Branco, Guarapuava, Cascavel, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina, Maringá, Paranaíba, Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste. A Lei de 1962 também extinguiu a Delegacia Auxiliar, pois em 1947 tinha deixado de ser uma especializada para se tornar chefe da Delegacia Regional da Capital. Logo, com a criação de uma Divisão de Polícia da Capital dentro da própria Secretaria de Segurança Pública, não havia mais razão de permanecer.

Assim, junto à instituição da Divisão de Polícia Especializada por meio do Decreto nº 8999, de 27 de julho de 1962, foram criadas cinco Delegacias: Delegacia de Crimes Contra a Fazenda Pública; Delegacia de Estrangeiros; Delegacia de Jogos e Diversões; Delegacia de Proteção ao Menor e Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). O decreto também estabeleceu a organização interna da DOPS, que contou com um delegado adjunto, uma Superintendência, um Cartório e uma Secretaria. A Superintendência se dividiu em quatro seções: Armas, explosivos e munições; Hotéis, pensões e similares; Economia Popular e Fiscalização. Dentre as principais funções estavam, prioritariamente, adotar as medidas necessárias para a investigação, prevenção, repressão e o processamento dos delitos, também os crimes de ordem política e social, dentre outras, conforme esclarece Angelo Priori:

Entre as funções do DOPS estavam: 1) Adotar as medidas necessárias para a investigação, prevenção, repressão e o processamento, não só dos delitos de ordem política e social, previstos em legislação especial, como também dos crimes contra a economia popular, a lei de imprensa e dos previstos pelo Código Penal Brasileiro, em seus artigos 197 a 207, 253, 260 a 266, 328 a 331 e 344; 2) Orientar, cooperar e providenciar, em todo o território do Estado, a investigação, a sindicância, prevenção e repressão, relativamente os delitos e contravenções de sua competência; 3) Manter correspondência, no interesse do serviço, diretamente com todas as autoridades federais, estaduais e municipais, para orientação das diligências tendentes a prevenir e reprimir os delitos compreendidos na legislação de amparo a economia popular; 4) Providenciar a permuta com os poderes dos Estados, Distrito Federal e Territórios e com qualquer delegacia ou autoridade policial, as

informações referentes a indivíduos considerados perigosos a ordem política e social; 5) Fiscalizar e inspecionar aeroportos, estações rodoviárias e rodoviárias; 6) Expedir passaportes nacionais; 7) Tomar medidas em relação às armas e explosivos, no que tange a importação, fiscalização, controle, registro etc.; e 8) Organizar fichários e prontuários de hóspedes de hotéis, pensões e similares, bem como o movimento desses hóspedes (DOE, 4/12/1962, p. 14). (2016, p. 15-16).

Frente à nova organização e pautando-se na Lei nº 1038, de 10 de novembro de 1952, passou-se a organizar cursos especializados de formação de delegados, escrivães e agentes de polícia. Para esses cursos foi reestruturada a Escola de Polícia, existente desde 1947, com utilização de manuais que versavam ferrenhamente sobre o combate ao comunismo: “um dos principais manuais de estudo na Escola de Polícia do Paraná era o manual preparado pelo agente do DOPS de São Paulo, Luiz Apolônio (1958)”, (PRIORI, 2016, p. 16).

A DOPS, criada no ano de 1937, funcionou até os finais dos anos 1980 como agência de informação, investigação e repressão aos crimes contra o Estado e a ordem pública e social. Entretanto passou por várias mudanças, tanto na nomenclatura (Delegacia, Seção e Serviço), quanto na questão da subordinação, uma vez que primeiramente esteve subordinada à Secretaria do Interior, depois à Secretaria de Segurança Pública e, por fim, à Chefatura de Polícia.

Para o seu funcionamento instituiu-se uma rotina de procedimentos burocráticos de prevenção, incluindo investigação, análise e repressão. Também foi dotada de um quadro de funcionários que teoricamente executavam funções e obedeciam a regras bem delineadas. Era obviamente hierarquizada. Seus procedimentos e atividades foram reconhecidos e compartilhados entre as elites políticas e por parcelas da sociedade – sobretudo, por causa das relações estabelecidas pelas práticas de delações – e combatidas pelos movimentos políticos e sociais.

Assim como os órgãos de segurança analisados, a DOPS/PR estabeleceu uma rede de trocas de informações e experiências com outras agências similares, principalmente no contexto da ditadura militar. Em relação à questão da segurança nacional, atuou identificando inimigos potenciais, sendo que para os agentes dessa agência o principal inimigo a ser combatido era o comunismo. Ao retratar os princípios desse órgão, Angelo Priori esclarece que:

Um dos pontos relevantes a se destacar é de que a polícia política tinha convicção de que sua "missão", a de "maior importância", era prevenir. Ao inculcar a pecha de comunista aos sujeitos “suspeitos”, o órgão

estava "cooperando para preservar de riscos imprevisíveis" a sociedade paranaense e a brasileira. (2016, p. 17).

Além disso, para justificar o trabalho executado por esse órgão, foi necessário imputar, cada vez mais a insígnia comunista aos suspeitos, por isso a necessidade de formular um arquivo dos "indesejáveis". Sobre essa prática, Angelo Priori esclarece que:

É neste sentido que a formação de um arquivo dos "indesejáveis" se torna fundamental. "Registrar em seus arquivos a co-participação em atividades contrárias ao regime é a mínima das sanções que a polícia do Estado pode fazer recair" sobre aqueles que, de uma ou outra forma, participavam em atividades suspeitas, ou seja, comunistas. (2016, p. 17-18).

Compreende-se que desde o seu surgimento, na década de 1920, a DOPS/PR, assim como as outras delegacias espalhadas pelo Brasil, tinha como principal objetivo, impedir que "indivíduos camuflados viessem a perturbar a paz social, a ordem e a autoridade Constitucional" (PRIORI, 1998). Mais especificamente, aqueles identificados como comunistas, anarquistas, sindicalistas, eram os inimigos mais comuns a serem extintos. Sendo assim, a elaboração de um "arquivo", facilitaria o trabalho da polícia no combate aos "indesejáveis".

Ao analisar as documentações produzidas pela DOPS/PR, Angelo Priori (1998) chamou a atenção para o fato de que a consolidação das informações possuía um caráter universal, ou seja, apesar das atenções estarem potencializadas ao combate comunista, o órgão não fazia distinção na hora de produzir informações que servissem para conservar a ordem e a segurança nacional. De acordo com Priori:

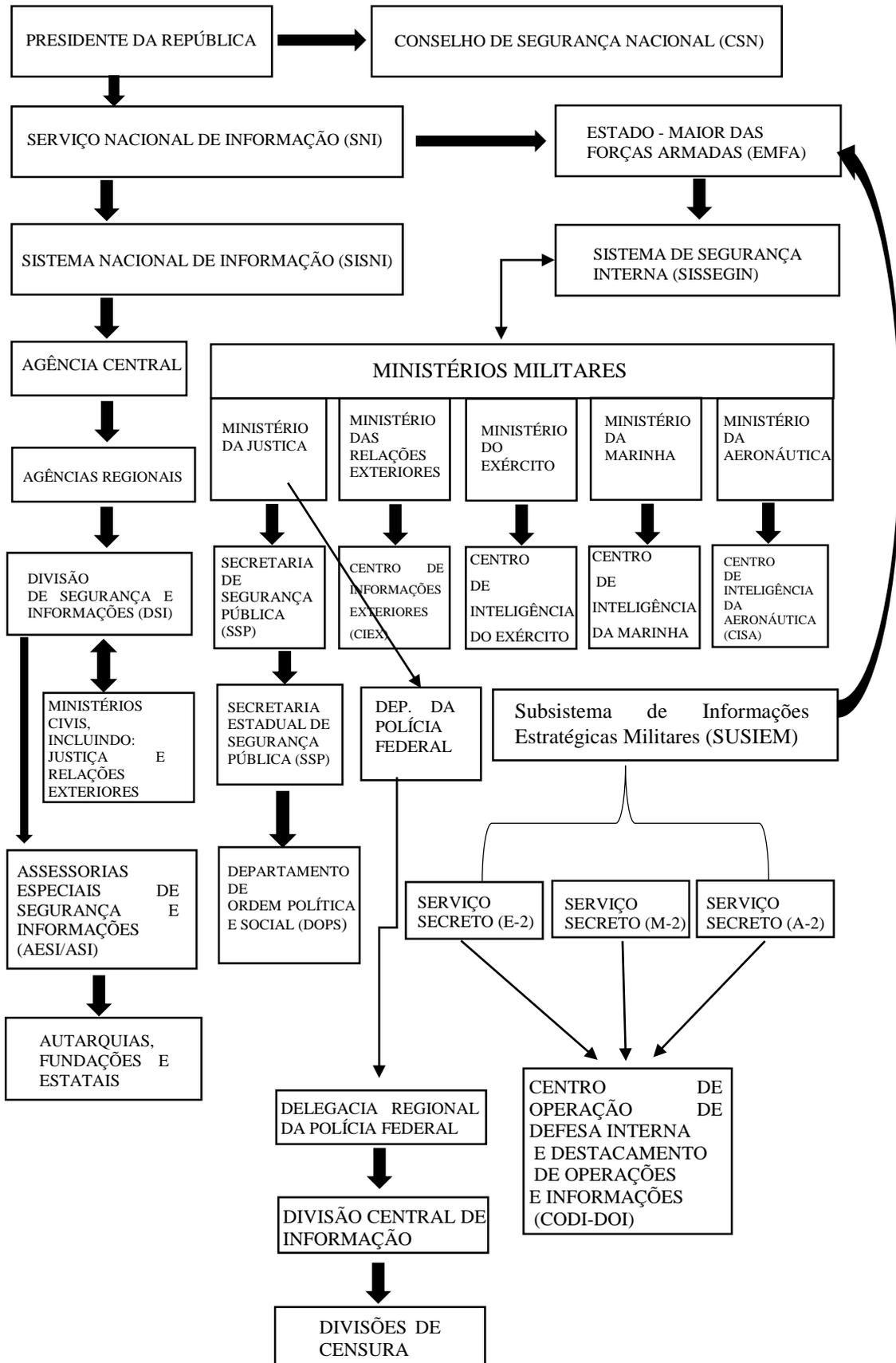
As mais diferentes expressões ideológicas são contempladas pelas informações. Desde manifestações ideológicas do campo da esquerda (comunismo, anarquismo, anarco-sindicalismo, bolchevismo, etc) até aquelas pontuadas na extrema direita (fascismo, nazismo, sionismo, integralismo, etc). Manifestações religiosas dos mais diversos tipos, como cultos afro-brasileiros, evangélicos, cristãos ortodoxos, muçulmanos, fundamentalistas etc, também povoaram a imaginação dos "arapongas" das Araucárias e foram alvos de suas investigações. (PRIORI, 1998, p. 22).

Ainda de acordo com esse autor, durante os 69 anos de funcionamento desse órgão de repressão política foi possível assinalar alguns momentos em que suas atividades se voltaram para investigações de determinado assunto, instituição ou grupo social. Entre 1920 e 1930 havia grande preocupação com o movimento operário, com os militantes anarquistas e anarco-sindicalistas. De 1930 a 1945, as atenções desse órgão foram

redimensionadas aos movimentos tenentistas e, depois da adesão do Brasil ao Aliados na Segunda Guerra Mundial, aos imigrantes alemães, italianos e japoneses. A partir de 1945, as atenções se concentraram nos movimentos sociais e atividades do Partido Comunista Brasileiro. Entre os primeiros meses de 1964 até 1979, as funções investigativas passaram a ser direcionadas aos militantes dos partidos comunistas (PCB), às organizações de luta armada e ao movimento estudantil. Na última década de atuação (1979-1989), os trabalhos do órgão foram dedicados a conter os movimentos populares e de direitos humanos que lutavam pelo fim da ditadura militar. Envolvendo também as campanhas eleitorais de 1982 e a campanha Diretas Já.

Diante das pesquisas teóricas nas quais nos debruçamos, que versaram sobre o DOPS/PR e os documentos produzidos por esse órgão, foi possível observar que, durante toda a história do seu funcionamento, a função da polícia política e seus dirigentes esteve todo o tempo empenhada em conter qualquer tipo de avanço social que pudesse favorecer as camadas mais necessitadas e que em muitos casos se mobilizaram em busca de conquistar seus direitos.

Por fim, para concluir esse capítulo, o organograma reproduzido a seguir demonstra que a organização da “Estrutura de Vigilância”, era basicamente assim constituída:



CAPÍTULO 3. REPRESSÃO NA UFPR

3.1 Universidade Federal do Paraná: do histórico de formação até a federalização

No início do século XX a questão do território tocou no mais profundo sentimento de pertencimento do povo paranaense. Isso porque, ao se ver livre da tutela da corte imperial, o estado logo precisou lidar com a questão do Contestado, em que Santa Catarina tentou reconquistar 48 mil km² de território que o Paraná considerava categoricamente seus. A disputa por essas terras e a possibilidade de perdê-las fez com que a elite paranaense saísse da zona de conforto e começasse a agir efetivamente.

Vitor Ferreira do Amaral, membro da elite rural paranaense, foi um dos poucos políticos que se interessaram pela causa do Contestado. Em 1891 foi indicado pelo senador Vicente Machado para concorrer ao cargo de deputado estadual. Desta feita, surgiu a oportunidade de visitar a região das terras contestadas, onde verificou a tamanha omissão com que os paranaenses, sobretudo, o governo estadual exercido por Francisco Xavier, tratavam a situação.

Em 24 de dezembro de 1909, o Supremo Tribunal Federal rejeitou os argumentos de posse elencados pelo estado do Paraná. Era uma questão de tempo para que a justiça decretasse a retirada dos 48 mil km² de terras de sua administração. Diante de uma causa quase perdida, os paranaenses se mobilizaram em duas frentes: a tentativa de retomar os territórios perdidos de Santa Catarina por meio da união de latifundiários, políticos e comerciantes numa Junta Provisória para a formação do Estado das Missões no território Contestado; a formação de uma identidade cultural, ou seja, preparando suas próprias elites administrativas e políticas, através da criação da Universidade do Paraná. O primeiro objetivo obteve certo êxito, já que Santa Catarina, mesmo tendo causa ganha na Justiça Federal, sentiu-se ameaçada pela Junta Provisória e resolveu entrar em acordo com o Paraná cedendo-lhe 20 mil km². A segunda frente de mobilização paranaense, motivada pelo desafio do Contestado, foi tão ou mais importante quanto a primeira. Determinadas lideranças puderam perceber que a principal deficiência da sociedade “erva-mate” residia na falta de intelectualidade. Por isso, o grande empenho de alguns de seus membros para fundar uma universidade na capital paranaense. Sobre tal projeto, Carlos Eduardo Vieira e Névio de Campos, esclarecem que:

[...] coube aos intelectuais paranaenses surpreender, tanto a população como as autoridades locais e nacionais, com a criação de uma universidade em uma cidade e um Estado de pouca visibilidade nacional no período. Sendo assim, é preciso destacar a ousadia daqueles que perseveraram no projeto de organizar, fora dos centros reconhecidamente mais fortes, tanto em termos políticos, como econômicos, uma instituição de tanta tradição. (2012, p. 21).

De acordo com Wachowicz (1983), no ano de 1887 o artista português Antônio Mariano de Lima, procedente do Rio de Janeiro, com o auxílio do presidente Visconde de Taunay, abriu em Curitiba a primeira instituição nos moldes de um ensino superior, a Escola de Belas Artes e Indústria do Paraná. Segundo o próprio fundador, essa escola estaria voltada a atender os filhos dos trabalhadores curitibanos. Além disso, devido a sua organização e funcionamento, Mariano de Lima a considerava quase que uma escola de ensino superior. Na contramão dos acontecimentos, Paulo Ildefonso de Assunção, visando a atrair os discentes que frequentavam a Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, fundou, em 1894 o Conservatório de Belas Artes. Porém, essa concorrência não abalou o ânimo de Antônio Mariano de Lima, tampouco do vice-diretor da Escola, Vitor Ferreira do Amaral, futuro fundador da Universidade do Paraná. Mas, apesar de possuir grandiosos projetos para a Escola de Artes e Indústria, em 1906, devido a problemas pessoais, o diretor precisou abandonar rapidamente a capital do estado. Diante disso, no ano de 1910 foi criada a Escola de Aprendizes e Artífices sob a direção de Paulo Ildefonso, o que de certa forma contribuiu para o fechamento da Escola de Belas Artes e Indústria do Paraná.

Contudo, aproveitando-se da experiência iniciada por Mariano de Lima, o jornalista, poeta e historiador José Francisco da Rocha Pombo deu início, em 1891, ao projeto de fundação de uma universidade em Curitiba. Em 10 de dezembro de 1892 obteve do governo do estado, por meio da Lei nº 63, a autorização para criar uma universidade na capital paranaense. Essa lei somente foi possível com o estabelecimento dos decretos de 1891 e 1892, que garantiam maior liberdade à iniciativa privada, sobretudo em relação ao funcionamento de cursos superiores durante a República. Porém, mesmo com a aprovação da lei, Rocha Pombo não conseguiu do estado incentivos econômicos necessários nem apoio político suficiente para tornar realidade a fundação da universidade. Outros fatores também serviram de empecilho nesse período, conforme esclarece Ricardo Costa Oliveira:

A Lei 63, de 10 de dezembro de 1892, procurava criar as bases reais da universidade, mas infelizmente a “lei não pegou” e não houve a concretização da universidade em função da guerra civil causada pela Revolta Federalista. José Francisco da Rocha Pombo também não pertencia ao núcleo duro da classe dominante paranaense e nem possuía família e linhagem citada na “Genealogia Paranaense”, o que dificultava tudo. Logo depois as divisões e os confrontos na consolidação da República não proporcionaram o consenso político necessário para a realização de um empreendimento como a criação da universidade naquela época. (2012, p. 55).

Por meio do Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901, do governo federal, foram retiradas as concessões estabelecidas pelos decretos de 1891 e 1892, que garantiam o funcionamento de cursos superiores através da iniciativa privada. O núcleo administrativo do ensino superior voltou para gerência do estado. Entre idas e vindas, em 1911 o ministro do Interior, Rivadávia da Cunha Correia, baixou o Decreto nº 8.659, em 5 de abril, que estabelecia a lei que levaria seu nome (Lei Rivadávia), responsável pela desestatização do ensino superior no Brasil.

A Lei Rivadávia foi ao encontro dos interesses de alguns membros da intelectualidade paranaense, sobretudo Vitor Ferreira do Amaral – formado em Medicina na área da obstetrícia pela Imperial Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1884 – que antes mesmo da decretação da lei, havia fundado o jornal *Correio do Paraná*, no intuito de expandir os debates em torno da possibilidade de fundar uma universidade na capital do estado do Paraná. “Os fundadores da Universidade do Paraná pertenciam a uma extensa rede social e política de parentescos, estruturados no próprio aparelho regional de Estado do Paraná”, (OLIVEIRA, 2012, p. 49). Do núcleo da elite dominante paranaense surgiram os criadores, professores e fundadores da Universidade do Paraná.

Nesse momento também se discutia a fundação de uma academia de Direito, projeto criticado através do argumento de que o estado se tornaria um reduto de bacharéis, no qual cerceava-se a possibilidade dos jovens se formarem em outras especialidades, como, por exemplo, odontologia, agronomia, medicina, engenharia civil, entre outras. A ideia de criar uma universidade com diferentes cursos passou a ser difundida por Vitor Ferreira do Amaral, principalmente por meio de seu jornal. Para o pequeno grupo de intelectuais da elite paranaense, fundar uma universidade no estado, seria uma oportunidade de levantar a autoestima dos paranaenses, que se sentiam abatidos por terem fracassado na questão do Contestado, uma vez que a perda das terras do Paraná para Santa Catarina estaria relacionada à baixa intelectualidade paranaense no que tange à ocupação de cargos administrativos e políticos. De acordo com Ruy Christovam Wachowicz:

A criação da Universidade com inúmeros cursos viria em uma oportunidade psicologicamente muito boa para o Paraná. A falta de combatividade das elites paranaenses na questão do Contestado, evidenciava a necessidade de se ampliarem os quadros da intelectualidade tingüí. Com as notícias em 1912 da possível fundação de uma instituição universitária em Curitiba, regozijava-se o jornal de Vitor Ferreira do Amaral: os nossos homens do futuro poderiam seguir o curso que sua vontade indicar – e seguir desta forma uma profissão distinta. Qualquer curso era melhor nada. (1983, p. 34).

Além disso, no início do século XX os paranaenses, sobretudo os curitibanos, vivenciaram um amplo processo de mudança e progresso, originário das grandes capitais brasileiras e do próprio contexto mundial. Desse modo, o desejo de modernização passou a fazer parte do ideário da elite regional, que visava superar o atraso administrativo, empresarial, intelectual, científico e tecnológico através da implantação do ensino superior no Paraná, onde se formariam uma nova elite econômica e nova elite dirigente, adequadas às dinâmicas modernizantes daquele século. “O projeto universitário foi decisivo para a afirmação da identidade social dos intelectuais que, desse espaço, enunciaram o discurso em defesa da educação, entendida nessa retórica como condição essencial para levar o Estado e o país à modernidade”, (VIEIRA; CAMPOS. 2012, p.25).

Assim, diante da divulgação oficial da Lei Rivadávia, o professor Fernando Moreira, diretor da Escola Republicana, se dirigiu ao Rio de Janeiro e em conversa com o ministro que baixou o Decreto-Lei tomou conhecimento que o mesmo permitia a fundação de uma universidade, desde que fosse com recursos próprios. A partir daí, Moreira empreendeu algumas tentativas de angariar recursos, não obtendo êxito. Todavia, o grupo de interesse em prol da universidade foi ampliado. Vitor Ferreira do Amaral, distinto representante da elite oligárquica e do núcleo de poder paranaense, assumiu a liderança da adesão e convocou para o dia 11 de junho de 1912 uma reunião para discutir os rumos do projeto. Nesse mesmo dia ficou estabelecido que o jurista curitibano Pamphilo de Assumpção estaria incumbido de organizar o pré-projeto da universidade.

Enquanto Vitor Ferreira do Amaral buscava concretizar a fundação universidade, e diante da demora de Assumpção em redigir o pré-projeto, um segundo grupo se formou. Porém, esse não sabia da existência do primeiro e foi constituído, sobretudo, por militares positivistas, tendo como líder Nilo Cairo da Silva, médico militar. Os dois grupos visavam, primordialmente, o estabelecimento de uma instituição de ensino superior em Curitiba, porém, as razões que os moviam eram diferentes. Vitor Ferreira do Amaral – consagrado como fundador da Universidade do Paraná – e seus pares foram

movidos por sentimentos históricos e regionalistas ligados, sobretudo, às elites paranaenses. De acordo com Carlos Eduardo Vieira e Névio de Campos, isso se explica pelos seguintes fatores:

A liderança de Ferreira do Amaral foi fundamental, particularmente pela sua maior inserção no campo político paranaense. Em contraste com os outros membros do grupo fundador, Ferreira do Amaral havia participado diretamente da vida política, ocupando inúmeros cargos públicos entre os quais destacamos: Intendente Municipal de Curitiba (1890), Deputado Estadual (1892), Superintendente do Ensino Público (1893-1894), Vice-Governador (1900-1904), Diretor Geral da Instrução Pública (1900-1904) e Deputado Federal (1906). Essas prerrogativas, somadas a sua capacidade como professor e administrador, foram decisivas para sua ascensão como líder do projeto universitário, bem como para sua permanência à frente da UP por mais de 34 anos ininterruptos. (2012, p. 22).

Por outro lado, Nilo Cairo da Silva e seus correligionários defendiam a criação da universidade a partir de um ideário liberal e positivista. “Para Nilo Cairo, o livre ensino superior e a ciência formariam o novo poder intelectual e moral”, (WACHOWICZ, 1983, p. 39).

Os debates em torno do assunto resultaram na fusão dos grupos, ação julgada por seus líderes necessária para o sucesso do projeto. Isto é, interesses divergentes foram postos de lado para que a fundação da universidade paranaense fosse concretizada. “A união dos grupos liderados por Ferreira do Amaral e Nilo Cairo foi decisiva para o projeto da UP. Essa foi uma conclusão à qual os próprios protagonistas chegaram e que foi posteriormente reiterada pela historiografia”, (VIEIRA; CAMPOS, 2012, p. 21). Frente a isso, Vitor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo formaram uma comissão e passaram a organizar os estatutos que dariam forma à instituição superior do Paraná, baseados nos estatutos que regiam as escolas de ensino superior de São Paulo e do Rio de Janeiro, sobretudo a Universidade de São Paulo. “A organização dos estatutos já estava adiantada e a fundação marcada para o primeiro de janeiro de 1913. Os estatutos da universidade do Paraná foram baseados nos que regiam a Universidade de São Paulo, tendo reduzidas, porém, todas as taxas acadêmicas”, (WACHOWICZ, 1983, p. 41).

Deste modo, a inauguração da universidade foi marcada para o dia 1º de janeiro de 1913. Porém, devido à sugestão de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, então governador do Paraná, em agradecimento ao convite para ocupar uma das cadeiras do curso de Engenharia – mesmo tendo recusado em razão do cargo que já exercia – a fundação da universidade foi antecipada para o dia 19 de dezembro de 1912, data em que

se comemora a emancipação política do Paraná. A primeira diretoria da Universidade do Paraná foi eleita e contou com a seguinte organização: Vitor Ferreira do Amaral (diretor); Dr. Euclides Bevilaqua (vice-diretor); Dr. Nilo Cairo da Silva (secretário); Dr. Daltro Filho (subsecretário); Dr. Flávio Luz (tesoureiro); Dr. Hugo Gutierrez de Simas (bibliotecário); Dr. Pamphilo de Assunção, Dr. Reinaldo Machado e Dr. Artur Martins Franco (Conselho Acadêmico).

Após as cerimônias de fundação, os esforços se concentraram no desafio de complementar o quadro funcional da universidade. De acordo com Wachowicz (1983), técnicos e profissionais liberais, inexperientes em relação ao ensino superior, foram convidados a compor o quadro de docentes da universidade. Muitos, ao receber o convite, assustaram-se e recusaram. Os que aceitaram, não se encontravam totalmente seguros de que tal empreendimento daria certo. Alguns professores, para não demonstrar insegurança, tornaram-se excessivamente exigentes e rigorosos, visto que nesse período o ambiente universitário encontrava-se carregado de características militares, em virtude da influência de Nilo Cairo e de outros militares que compunham a base fundadora da instituição.

A partir da criação da universidade e da assinatura do termo de posse por seus dirigentes, tratou-se de organizar financeiramente um plano para sua instalação material. Cada membro da diretoria ficou responsável em executar uma parte desse projeto. A Vitor Ferreira do Amaral coube a função de alugar um recinto compatível com as estruturas almejadas. Primeiramente, a sede oficial e legal da Universidade do Paraná situou-se à rua Comendador Araújo, nº 42; logo depois, as movimentações se deram em torno da procura do terreno para a construção de uma sede própria.

Após negociações entre os dirigentes universitários e o governo do estado, conforme apresentado nos estudos de Wachowicz (1983), houve contribuição, por meio da lei nº 1.284, de 27 de março de 1913, de certa quantia de dinheiro que possibilitou à diretoria adquirir um terreno situado à rua Carlos Carvalho, esquina com Visconde de Nacár. Porém, quando o processo da definição do projeto e contratação da construtora estavam praticamente finalizados, a Câmara Municipal de Curitiba doou um terreno em um ponto melhor localizado, na rua XV de Novembro, na Praça Santos de Andrade, onde no dia 31 de agosto de 1913 foi lançada a pedra fundamental do edifício universitário. No dia 10 de julho de 1914 a Praça Santos de Andrade tornou-se a nova sede universitária.

Entretanto, para os autores Carlos Eduardo Vieira e Névio Campos (2012), o apoio político disponibilizado pelo estado e pela Câmara de Vereadores de Curitiba foi

mais que financeiro e patrimonial. Houve o reconhecimento da importância de uma universidade no Paraná, tanto para formar uma elite de dirigentes políticos, quanto para facilitar o trânsito no ambiente universitário de políticos que ocupariam cátedras de docentes, reitores e outros, constituindo com isso lugares de manifestação e reconhecimento de sua autoridade. “Nesse contexto, os políticos se tornaram professores universitários, enquanto que, com a afirmação da instituição na sequência do período, os professores passaram a se tornar autoridade políticas”, (VIEIRA; CAMPOS, 2012, p. 25).

A implementação da Lei Rivadávia de 1911, contribuiu favoravelmente para a fundação da Universidade do Paraná. Entretanto, o ensino superior livre da administração estatal tornou-se uma lucrativa fonte de exploração, uma vez que seu intuito primordial era comercializar diplomas. A Universidade Escolar Internacional, com sede no Rio de Janeiro, foi uma das instituições que praticaram o comércio de diplomas de maneira aberta. Em muitos casos o aluno fazia o curso por correspondência, ao terminar recebia seu diploma de bacharel ou doutor. A Superior Universidade do Estado de São Paulo vendeu inúmeros diplomas em território nacional, inclusive no Paraná, fazendo concorrência com a Universidade do Paraná, que, mesmo criada por intermédio da Lei Rivadávia, de 1911, era a que apresentava melhores condições entre todas as universidades livres.

Visando acabar com a comercialização de diplomas, em 1915 o governo federal baixou a Lei 11.530 (Lei Maximiliano). É certo que a lei acabou com o lucrativo ramo de exploração da venda de diplomas, mas também atingiu a Universidade do Paraná – que mantinha critérios de formação e aprovação adequados – uma vez que a lista de exigências firmadas no decreto não era compatível com as características da instituição. Dois exemplos são marcantes: exigia-se que a cidade sede da universidade tivesse no mínimo cem mil habitantes e Curitiba não possuía essa população; também era preciso que os cursos estivessem funcionando há cinco anos para que pudessem requerer o título de universidade, o que não era o caso da instituição paranaense. Frente a isso, a Universidade do Paraná não teria outra saída a não ser finalizar seus trabalhos.

Os dirigentes da instituição de ensino sobretudo Nilo Cairo e Vitor Ferreira do Amaral, tentaram de diversas maneiras manter a Universidade do Paraná funcionando, recorreram ao governo do estado, tentaram o reconhecimento de estado por estado, agiram sobre o Conselho Superior de Ensino, estabelecido na Capital Federal (Rio de Janeiro), que tinha como presidente o ex-presidente da província do Paraná Brasília Machado, mas nada funcionou. Por fim, conseguiram, através dos deputados federais, sob

a liderança de Generoso Marques, que a exigência de cem mil habitantes por sede fosse retirada. “Os deputados federais liderados por Generoso Marques conseguiram que fosse abolida da Lei Maximiliano, a exigência dos cem mil habitantes. Curitiba, pelo menos, poderia sediar cursos superiores”, (WACHOWICZ, 1983, p.71).

Entretanto, quando os problemas externos pareciam se resolver, problemas internos ligados a questões financeiras começaram a aparecer. Sem poder recorrer a recursos bancários, Vitor Ferreira chegou a utilizar recursos próprios, além de criar mecanismos para reter os salários de professores com o intuito de manter a universidade funcionando. Frente a muitos problemas, Nilo Cairo abandonou a instituição e Vitor Ferreira do Amaral passou a caminhar sozinho em busca de soluções para as dificuldades. Todas as tentativas despendidas pelas elites paranaenses em suplantar as exigências da Lei Maximiliano foram em vão, o resultado foi o fim da Universidade do Paraná, ocorrido oficialmente em 25 de maio de 1918.

Diante dessa enorme perda, a única saída possível foi dividir a universidade em três faculdades: Faculdade de Direito; Faculdade de Engenharia e Faculdade de Medicina. Os trabalhos de reconhecimento dos cursos iniciaram-se em 1918, porém, as faculdades começaram a ser reconhecidas em 1920 (Direito e Engenharia); já a Faculdade de Medicina teve um processo ainda mais longo de reconhecimento e sua equiparação ocorreu somente em 1922. Desse modo, a Universidade do Paraná foi dissolvida em três faculdades autônomas, que, contraditoriamente, continuaram ligadas a uma administração geral. De acordo com Ruy Christovam Wachowicz:

Com a Lei Maximiliano, apesar da teimosia das elites paranaenses, perdia-se a Universidade. Em 1918, a Congregação da Universidade tomou finalmente a única medida que restava. Dividiu a Universidade em três Faculdades. Estas, enquanto esperariam sua autonomia, ficaram congregadas particularmente na Federação das Faculdades Superiores sob direção administrativa única, embora com autonomia didática. (1983, p. 75).

O governo do estado do Paraná esteve interligado aos idealizadores da universidade durante todo o processo de implantação institucional. Isso porque as elites políticas compreenderam a necessidade de formar uma intelectualidade regional consistente. Dessa forma, mesmo após a dissolução da Universidade do Paraná, seguiu-se com o empenho para sua restauração e efetiva consolidação. Pensava-se que a reunificação da universidade fosse levar pouco tempo para acontecer, porém, o que os paranaenses não esperavam é que seriam quase duas décadas de lutas para esse fim,

devido, entre outras coisas à má vontade do governo federal. Por outro lado, os estudos de Wachowicz (1983) sugerem certo despreparo por parte da elite dirigente em lidar com situações intermediárias referentes à universidade e o governo. Junto a isso destaca-se que, mesmo com todo apoio prestado pelos governos estadual e municipal, na prática faltou certo vigor para vencer a luta da permanência da Universidade do Paraná. “Apesar do apoio do governo do Estado do Paraná, a Universidade sobreviveu oficialmente até 25 de maio de 1918, quando foi dissolvida, apesar de continuar ligada a uma administração geral”, (WACHOWICZ, 1983, p.89).

Em 1922, começaram as tentativas de restauração da universidade junto aos políticos estaduais e federais. O professor João Ribeiro de Macedo Filho, após conversar com o deputado federal Afonso Camargo, recebeu a promessa de que o mesmo levaria suas reivindicações à Câmara Federal. Entretanto, como já esperado, o projeto foi relegado e arquivado. O caso do interventor federal Manoel Ribas não foi diferente, uma vez que ele nunca se empenhou em angariar verbas junto ao governo federal para investir nas faculdades, que, segundo ele, eram formadoras de funcionários públicos e não de técnicos conforme o proposto. Manoel Ribas nunca se empenhou para melhorar as dotações orçamentárias federais às faculdades. “Não era de seu feitio pedir dinheiro, tanto mais para instituições com as quais não simpatizava”, (WACHOWICZ, 1983, p.95).

Em 1935, Vitor Ferreira do Amaral, então diretor da Faculdade de Medicina, dizia-se partidário, ou que a universidade era o seu partido; porém, se aproximava do grupo oposicionista a Getúlio Vargas, além de simpatizar com os integralistas. No intuito de retificar a universidade, Vitor Ferreira em alguns momentos chegou a se aliar aos integralistas, promovendo eventos no interior da faculdade – o que ia na contramão do regimento criado pela instituição, que proibia manifestações de cunho religioso e político – e também nas ruas de Curitiba. Fez parte da oposição e não teve suas reivindicações aceitas pelo chefe do governo federal. Porém, com o fim do Estado Novo, a situação mudou e as conversações com o governo federal sobre a unificação da universidade voltaram a acontecer de maneira mais contundente. Conforme explica Ruy Christovam Wachowicz:

Com a queda do regime do Estado Novo, modificaram-se substancialmente as relações entre o Paraná e o governo federal. As relações entre as autoridades educacionais regionais e federais deixaram de ser meramente protocolares. A nível regional, quase que se invertiam os papéis entre o Estado e a Universidade. Nas décadas anteriores, era a universidade que apelava e recrutava elementos dos

quadros administrativos do Estado. As escolas superiores haviam crescido e formado novas gerações. Os dois interventores na fase de democratização eram membros do seu corpo docente. (1983, p. 102).

De outro modo, a fundação da Faculdade de Filosofia, em 1938, reacendeu a esperança de restaurar a universidade, passando a servir de eixo central das forças envolvidas nesse empreendimento e tornando-se a posteriori a cúpula da universidade restaurada. Com o advento da Faculdade de Filosofia e o avanço das discussões, alguns políticos, como, por exemplo, o deputado Lauro Lopes, falaram em federalização, porém, a maioria dos dirigentes universitários achavam demais exigir a federalização; talvez a estatização, que também lhes parecia improvável devido, sobretudo, à quantia que o governo do estado estava autorizado a gastar. Outro problema seria os prováveis acúmulos de cargos, uma vez que a maioria dos docentes possuía cargos no governo do estado e vice-versa. Segundo WACHOWICZ (1983), a ideia era que a universidade trabalhasse em regime de fundação, abrangendo todas as instituições de ensino superior do Paraná. Além disso, nesse modelo o estado e o município se tornariam os responsáveis pelos custos com a manutenção da universidade, repercutindo, desse modo no barateamento das taxas acadêmicas.

Em 1943, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, favorável ao conceito de fundação, prometeu interceder junto aos parlamentares no sentido de promover a restauração universitária. Nesse momento, vários membros das faculdades pleiteavam a federalização da Universidade do Paraná concomitante à ratificação. Tal discussão tornou-se mais relevante com o fim do Estado Novo, em 1945, quando então as relações entre o governo do Paraná e o governo federal se modificaram, passando a entrelaçar objetivos. Importantes políticos – deputados estaduais e federais – formados no âmbito da Universidade do Paraná fizeram contato com o ministro da Educação e Saúde, professor Ernesto de Campos Souza, o que foi suficiente para que o mesmo solicitasse ao reitor da Universidade do Brasil, professor Pedro Calmon, que fosse até Curitiba para observar os trabalhos realizados pelas faculdades do Paraná, no sentido de se organizarem em universidade.

Nem todos eram favoráveis ao mesmo projeto de restauração. Alguns, a exemplo de Aluizio França, eram favoráveis a uma universidade livre, onde o governo só interferiria nas questões econômicas e administrativas. Já o deputado Lauro Lopes defendia que a única solução que interessava ao Paraná era a federalização, uma vez que a mesma proporcionaria uma verdadeira democracia no ensino superior porque abriria

suas portas para outras classes sociais que não fosse apenas a da elite paranaense. O corpo discente reivindicava transformações profundas que proporcionassem urgentemente o fim das taxas escolares, conforme esclarece Ruy Christovam Wachowicz:

Os estudantes mostravam-se praticamente indiferentes a esses problemas, enfrentados pelas elites paranaenses. Não julgavam essencial lutar por causa de nomes e títulos. Os estudantes estavam a pedir reformas profundas nas suas relações com a escola. O corpo discente estava asfixiado com o peso das taxas escolares, com os custos dos livros técnicos e com a manutenção da própria vida. Pediam um regime universitário em que o fantasma das taxas deixe de pairar como algo assustador. (1983, p. 104).

Assim, diante de tantas idas e vindas, a Universidade do Paraná foi reconhecida oficialmente, através do Decreto Federal nº 9.323, de 6 de maio de 1946. Para tanto, recebeu auxílio financeiro do governo do estado e do município, o que lhe permitiu reduzir em 20% as taxas acadêmicas. Vitor Ferreira do Amaral foi mantido na reitoria como representante simbólico da primeira universidade.

Em 1946, após ser restaurada, a universidade transformou-se em polo de atração na cidade de Curitiba, apesar de continuar sendo particular. Diante de suas limitações enquanto instituição privada, foi iniciado um processo pela busca da federalização como única saída para que a universidade continuasse ascendendo. “A federalização apontava para a gratuidade dos cursos e para investimentos que a gestão privada mostrava-se incapaz de realizar”, (VIEIRA; CAMPOS, 2012, p.36). Os alunos defendiam a federalização porque resultaria no fim das taxas acadêmicas; para os professores significaria melhorias salariais.

Como projeto futuro, a universidade do Paraná planejava construir uma “cidade universitária”, denominada de Centro Politécnico, e o Hospital das Clínicas. O trabalho de conseguir investimentos junto ao governo federal foi iniciado no ano de 1948 pelo então reitor João Ribeiro de Macedo Filho, que tinha assumido a direção da universidade após o afastamento de Vitor Ferreira do Amaral, em 6 de julho de 1948, por aposentadoria. Nesse período as relações entre a reitoria da Universidade do Paraná e o governo federal tornaram-se bastante estreitas. Um exemplo desse entrosamento se deu com a ida do ministro da Educação, Clemente Mariani, a Curitiba no mês de setembro para lançar a pedra fundamental do Hospital das Clínicas e completar o projeto de construção do Centro Politécnico.

Após a morte prematura do professor João Ribeiro de Macedo Filho, em 4 de agosto de 1949, o cargo de reitor da Universidade do Paraná foi assumido pelo professor Flávio Suplicy de Lacerda, que se tornou precursor do projeto de federalização da Universidade do Paraná. “No dia 19 de dezembro de 1949, lançou o movimento pela federalização da UP”, (CAMPOS, 2012, p. 71). Para tanto, contou com o apoio do governador Moysés Lupion, dos diretórios e centros estudantis, dos diretores das faculdades e institutos e do ministro da Educação, Clemente Mariani, que se tornou um interlocutor junto ao presidente da República em nome da federalização. O presidente Eurico Gaspar Dutra acatou os pedidos dos representantes da Universidade do Paraná e do ministro da Educação. De acordo com Ruy Christovam Wachowicz:

Da comissão nomeada para contactar com o presidente da República faziam parte: o Governador Moysés Lupion, o próprio Reitor, os diretores das Faculdades e Institutos e os presidentes dos Diretórios e Centros Estudantis. O Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, acatou o memorial e exposição de motivos apresentado pela Universidade do Paraná e pelo Ministro Clemente Mariani e em 10 de março de 1950, encaminhou para a Câmara dos Deputados a mensagem, federalizando a Universidade do Paraná. (1983, p. 132).

O presidente da República encaminhou o projeto de federalização para ser aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, que se tornou realidade por meio da Lei nº 1254 de 4 dezembro de 1950. A partir de então a Universidade do Paraná se tornou Universidade Federal do Paraná.

Flávio Suplicy de Lacerda, que exerceu um papel fundamental de organização e mobilização da comunidade acadêmica em prol da universidade, ocupou funções nos órgãos administrativos do estado do Paraná e no governo federal. Assumiu a Secretaria de Viação e Obras no governo do interventor Brasil Pinheiro Machado, no ano de 1946, e teve presença marcante quando assumiu a pasta do Ministério da Educação no governo militar do marechal Castelo Branco, no período de abril de 1964 até janeiro de 1966. Sua genealogia e o acesso aos espaços de educação formal explicam as razões da incursão desse intelectual nos principais espaços culturais e políticos do Paraná e do Brasil. “A linhagem de Flávio (Lacerda, Suplicy, Magalhães, Rezende, Virmond) evidencia que sua trajetória é marcada pela ascendência nobre, portanto detentora de títulos e de reconhecimento entre os grupos dominantes e governantes do Paraná”, (CAMPOS, 2012, p. 81).

Flavio Suplicy nasceu na Lapa, região de onde saíram várias autoridades políticas que ocuparam espaços na administração pública. Sua família era proprietária de fazendas e escravos na região dos Campos Gerais. Além de ser herdeiro de boas relações sociais, Lacerda acumulava também capital cultural, pois seus ascendentes também eram donos de títulos acadêmicos. De acordo com Campos (2012), a ambiência de educação de Flávio Suplicy de Lacerda estava conformada pela convivência com símbolos do capital cultural. Além disso, sua primeira experiência escolar esteve marcada pela tradição católica. Em 1915 foi matriculado no Colégio Militar de Barbacena. Em 1923 ingressou na Escola Politécnica de São Paulo, onde concluiu o curso de Engenharia Civil no ano de 1928. Adepto do positivismo, em 1930 Flávio Suplicy de Lacerda passou a integrar o Círculo de Estudos de Bandeirantes, órgão da intelectualidade católica paranaense.

Nos anos de 1940, a participação de Suplicy de Lacerda no Círculo de Estudos Bandeirantes garantiu-lhe o reconhecimento entre os intelectuais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e da Faculdade de Engenharia do Paraná, visto que a segunda instituição era o espaço onde o professor atuava desde os anos de 1930. Antes de ascender à reitoria da Universidade do Paraná, no ano de 1946 foi vice-reitor da Faculdade de Engenharia, o que demonstra seu prestígio político entre a intelectualidade da instituição.

O êxito do movimento pela federalização da Universidade do Paraná teve como fator fundamental a filiação de Flávio Suplicy de Lacerda ao Partido Social Democrático (PSD), o que significava que ele partilhava da mesma ideologia política do presidente Eurico Gaspar Dutra e do governador do Paraná Moysés Lupion de Tróia. “A vinculação de Lacerda ao PSD e, portanto, ao governador do Paraná e ao Presidente da República, é um aspecto fundamental para compreender o processo de federalização da Universidade do Paraná”, (CAMPOS, 2012, p. 93).

A federalização gerou de imediato um aumento dos recursos financeiros para a universidade advindos dos orçamentos dos governos federal e estadual, o que possibilitou, primeiramente, a ampliação e a remodelação do prédio da Praça Santos Andrade. Depois ocorreu a construção do prédio do Hospital das Clínicas, inaugurado em 1960 pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Em seguida foram construídos os prédios das reitorias das Faculdades de Filosofia e Economia e por fim, do Centro Politécnico.

Tais realizações garantiram ao reitor maior prestígio entre a intelectualidade acadêmica e a sociedade curitibana. Flávio Suplicy de Lacerda tornou-se o principal articulador da conversão da universidade particular em uma instituição de ensino superior estatal, com uma nova configuração, atingindo o limite máximo que uma universidade desse porte poderia alcançar. Essa atuação rendeu amplo reconhecimento político, garantindo-lhe a permanência à frente da reitoria por vários anos, até elevá-lo ao cargo de ministro da Educação em 1964.

Além das “boas” relações mantidas com o governo federal e estadual as ações de Suplicy à frente da reitoria também foram influenciadas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e pela Escola Superior de Guerra (ESG), como forma de criar uma identidade cultural regional associada à cultura brasileira e identidade nacional. Ao mencionar o ISEB e a ESG, deve-se levar em consideração que Suplicy se manteve profundamente vinculado aos aparatos ideológicos que regiam tais instituições. No período classificado de “experiência democrática” o reitor esteve associado ao Partido Social Democrático. Por ocasião da ditadura militar, o partido foi extinto e a maioria de seus membros migraram para o Partido de base do governo, Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Nesse caso, sua formação esteve marcada pela posição ideológica aliada à segurança nacional e políticas alinhadas.

3.1.1 Reforma do ensino superior

O estabelecimento da ditadura militar no Brasil em 1964 representou um período de amplas mudanças em todos os setores da sociedade. Nas universidades o impacto das transformações atingiu tanto os âmbitos estrutural e organizacional, através da reforma universitária, quanto a relação com os atores sociais que compunham o ambiente universitário.

As discussões sobre a reforma universitária já permeavam o contexto social desde o início da década de 1960. De um lado estava o movimento universitário reunido em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE), mais próximo das aspirações da esquerda e defensor de um projeto alternativo de reforma; de outro uma perspectiva de reforma sob a ótica empresarial defendida pelos setores afiançadores do processo que levaria ao golpe civil-militar e à implantação da ditadura militar no Brasil. Outros grupos mantinham posições variadas em relação à reforma, porém nesta pesquisa o foco da análise será mantido sobre as duas mencionadas acima.

Nos debates, a perspectiva crítica do movimento estudantil marcava o contexto que antecedeu a votação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 4024, sancionada em 20 de dezembro de 1961. Para a UNE, essa lei se tratava de um instrumento de arrefecimento das responsabilidades do governo quanto ao ensino público e uma porta de entrada para sua privatização. Logo, a fim de discutir esse e outros temas relacionados à reforma universitária, à realidade brasileira e à universidade no Brasil, foram realizados pelos estudantes três seminários, nos quais também se exigiu maior representação estudantil não apenas nos assuntos aqui elencados, mas em todos os aspectos políticos e sociais contidos nas propostas das Reformas de Base que vinham sendo reivindicadas pelas esquerdas junto ao governo de João Goulart.

No I Seminário de Reforma Universitária (ISNRU), realizado entre os dias 20 e 27 de maio de 1961 na cidade de Salvador, foi criada a “Declaração da Bahia”, documento que apresentava uma análise crítica da realidade brasileira na qual estava inserida a universidade. Assinalando o caráter capitalista do sistema econômico brasileiro, explicitava fundamentalmente a defasagem de desenvolvimento do Norte em relação ao Sul do Brasil. A análise ressaltava ainda as contradições existentes em um Estado defensor da liberdade social ao mesmo tempo em que buscava transformar – através da alienação do operário em relação ao seu trabalho – o trabalho humano em capital a serviço da classe burguesa.

De acordo com Pelegrini (1997), após expor tais descontentamentos, os estudantes sugeriram uma série de medidas condizentes com o contexto de mudanças socioeconômicas pelas quais o Brasil vinha passando, tais como: a criação de sólida infraestrutura de indústrias básicas; desenvolvimento do sistema de transportes; reforma agrária que possibilitasse o desenvolvimento agrícola diversificado; fim imediato das disparidades regionais; promoção do proletariado rural e urbano; e substituição da “economia anárquica do lucro”, isto é, regida pelo livre comércio e sem regulação do Estado, por uma “economia planificada”, na qual o governo controlaria todo o processo econômico do país.

Para implementar tais medidas, os estudantes atentaram para a necessidade de união com o proletariado e se dispuseram a agir politicamente ao lado dos trabalhadores rurais e urbanos para que buscassem uma maior participação nas questões políticas, econômicas e sociais. Segundo a autora Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, pela ótica do movimento estudantil:

O proletariado brasileiro era considerado ausente na estrutura de poder de decisão do próprio Ministério do Trabalho e do Governo. Daí a necessidade de aliança dos estudantes com o operariado, como um meio de aceleração do “processo emancipatório” da classe trabalhadora, considerada portadora da “missão revolucionária”, porém inconsciente dela. (1997, p. 34).

Conforme já ressaltado, as discussões mais acaloradas desse primeiro seminário se deram em torno do projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Além das críticas os estudantes também apresentaram reivindicações, como o aumento de verbas destinadas à educação; necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação que viesse a atender as exigências e necessidades do povo em detrimento da concepção “liberal-burguesa”; aproveitamento dos estudos efetuados por entidades estudantis, professores e técnicos, voltados para o atendimento das populações carentes; extinção do analfabetismo; formação de uma consciência política da população. A partir disso, a UNE redigiu moção decretando total rejeição e veto ao projeto da LDB.

A questão da reforma universitária acirrou os debates ocorridos no XXIV Congresso da UNE, realizado em Niterói no ano de 1961, bem como em outros encontros que se sucederam até a concretização do projeto final. As mobilizações estudantis seguiram traçando metas, propostas de luta – para si e para outros segmentos, principalmente para o proletariado e camponeses –, delineando o papel do movimento estudantil na busca de engajar todos os estudantes no despertar da “consciência da luta popular” (PELEGRINI, 1997), que deveria iniciar-se no cerne da própria universidade. Dessa forma, os universitários firmaram um compromisso com a classe trabalhadora e com a população de lutar pela reforma e democratização do ensino, procurando abrir, de fato, as portas da universidade para as classes populares, entre outros projetos e serviços provedores de melhores condições de vida, mas que principalmente elevariam a consciência do povo sobre seus direitos, conforme esclarece Sandra de Cássia Araújo Pelegrini:

Constava-se desse “compromisso” o fornecimento de serviços aos órgãos do governo, tais como: levantamentos topográficos para a construção de redes de esgoto e pesquisas demográficas. Assistência jurídica, médica, odontológica e técnica, conforme a sugestão dos estudantes, seria oferecida diretamente às “classes desvalidas”. Essas iniciativas, entretanto, não eram colocadas na “Declaração da Bahia” como uma ação “paternalista”, embora tendessem a amenizar os problemas sociais. A pretensão dessas atitudes era “despertar a consciência popular para seus direitos” e fazer da universidade uma “trincheira de defesa das reivindicações populares” – à ela caberia “cobertura dos movimentos de massa” junto aos poderes públicos. Na

“Declaração” os estudantes organizados na UNE colocavam-se como “vanguardas do povo” e defensores dos seus interesses. (1997, p. 38).

Antecedendo o II Seminário da UNE, em janeiro de 1962, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) realizou uma reunião com a participação de dirigentes da União Nacional dos Estudantes e dos representantes dos Diretórios Centrais dos Estudantes das faculdades e das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs). Como resultado foi publicado o documento “A Reforma Universitária na perspectiva da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional”, tendo como anexo o “Relatório do Conselho da UNE”, que trazia em seus últimos tópicos as seguintes reivindicações: assistência cultural e material aos estudantes por parte do governo; bolsas de estudo condicionadas pela redistribuição de trabalho desenvolvido em áreas mais necessitadas; pedido de inclusão de atividades práticas nos cursos de ciências exatas, biológicas e humanidades; ajuda do MEC para criação de uma gráfica universitária; assistência médica, habitacional e alimentar (estabelecimento de restaurantes universitários); direcionamento das verbas aos diretórios acadêmicos, com autonomia administrativa para o suporte e assistência dos universitários.

Posteriormente às referidas exigências, no segundo II Seminário Nacional de Reforma Universitária (II SNRU), realizado pela UNE em Curitiba entre 14 e 24 de março de 1962, foi constituída a “Carta do Paraná”, uma proposta mais concreta e específica de reforma para o ensino superior. A mesma ultrapassou a análise da “Declaração da Bahia” ao denunciar a “teoria burguesa” da reforma universitária como uma proposta tecnicista e desumanizadora, causadora da alienação dos homens, uma vez que o modelo de educação proposto conduziria à automatização dos profissionais formados de acordo com os interesses burgueses e à perda da visão de conjunto do operariado, bem como da sociedade em si. Desse modo, sugeria-se que a universidade superasse a alienação imperante e se tornasse uma expressão do povo. A “Carta do Paraná” defendia que “a universidade abandonasse o ‘ensino livresco e acadêmico’ e buscasse o ‘trabalho de aperfeiçoamento, especialização, pesquisa e análise extensiva e intensiva, adaptado as condições reais do país””, (PELEGRINI, 1997, p. 41).

Ao analisar a LDB, foram colocados em xeque alguns pontos que segundo os estudantes limitavam as transformações fundamentais que deveriam ocorrer no ensino superior. Segundo a lei, os cargos do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais eram predomínio de escolha do presidente da República e autoridades estaduais adjuntas. Os estudantes exigiam um espaço deliberativo para seus representantes e maior

participação no âmbito dos órgãos de direção das instituições de ensino superior, alegando que tudo o que acontecia na universidade era de interesse dos universitários. Sobre o acesso à universidade, na “Carta do Paraná” recomendava-se a adoção do critério “competência”. Para regulamentar a carreira do magistério propunha-se a substituição do sistema de cátedras pela implantação dos departamentos. Outras questões também foram levantadas, como, por exemplo, o fim dos auxílios fornecidos às instituições privadas e seu direcionamento às escolas públicas. “Assim, reafirmava-se o pedido de aplicação de recursos oficiais (...) na expansão do ensino público”, (PELEGRINI, 1997, p.4).

Ao final do II SNRU, concluiu-se que o sentido principal da reforma universitária deveria ser a ampliação do poder político dos universitários nos órgãos colegiados. Nesse sentido, a luta pela participação de 1/3 tornou-se exigência prioritária do movimento estudantil em relação aos rumos que a reforma do ensino superior tomaria. Tal reivindicação culminou na “Greve de 1/3”, em 1962, que trouxe um despertar da opinião pública para os impasses vividos pelas universidades públicas. De acordo com Pelegrini (1997), o III Seminário Nacional de Reforma Universitária ocorrido em Belo Horizonte no ano de 1963 restringiu-se a discutir diretrizes anteriormente estabelecidas pela “Declaração da Bahia”, bem como na “Carta Paraná”, redigidas respectivamente no I SNRU e II SNRU. Por meio desses seminários, os estudantes estabeleceram que a luta pela reforma universitária deveria se pautar pela defesa de um ensino superior que atendesse as necessidades da população, a partir de uma perspectiva diferente da estrutura econômica e social vigente no Brasil naquele momento. Essa seria a fase inicial da política que direcionaria o movimento estudantil na promoção de uma reforma educacional condizente com os anseios do povo.

É importante lembrar que na segunda metade dos anos 1950 e início dos anos 1960 intensificaram-se as tentativas de incentivar o desenvolvimento capitalista no contexto nacional brasileiro. Deste cenário, emergiu uma nova estrutura de poder baseada no capital multinacional e interesses associados, que se tornaria a força econômica dominante. Junto a isso, um novo grupo de agentes – empresários e tecno-empresários; tecnoburocratas; oficiais militares – instituiria um aparelho civil e militar modernizante para coordenar os assuntos ligados à produção e à administração política do bloco econômico multinacional. Tais interesses também receberam apoio dos governos de seus países, como o caso da assistência prestada pelos Estados Unidos a companhias multinacionais estabelecidas no Brasil. Segundo René Armand Dreifuss:

Esta estrutura de poder político de classe do bloco multinacional e associado era corporificada numa *intelligentsia* empresarial. Esses agentes sociais modernizante-conservadores, todos eles verdadeiros intelectuais orgânicos do novo bloco em formação eram: a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional; b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia; c) oficiais militares. (1981, p. 71).

Nesse contexto surgiram o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Fórum Simonsen. O primeiro, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, foi criado para forjar uma ideologia favorável ao projeto de desenvolvimento racional para o progresso do Brasil. Mais especificamente, para trabalhar na descaracterização dos movimentos sociais que vinham avançando sob a organização dos estudantes e operários. Já o Fórum Simonsen, constituído pelos representantes do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), tornou-se centro de debates para expandir os interesses da indústria e promover o modelo capitalista diante da opinião pública.

Fundado em maio de 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) também trabalharia em prol dos interesses dos que defendiam o pleno desenvolvimento do capitalismo no país, disseminando uma ideologia compatível com os interesses do capital multinacional e associados, sob a justificativa de “proteger” a “democracia”. Conforme esclarece René Armand Dreifuss:

Os interesses multinacionais e associados consideravam outras formas de representação de interesses além do controle da administração paralela ou do uso do lobbying sobre o Executivo. Eles desejavam compartilhar do governo político e moldar a opinião pública, assim o fazendo através da criação de grupos de ação política e ideológica. O primeiro desses grupos a ter notoriedade nacional em fins da década de cinquenta foi o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática. (1981, p. 101-102).

Para tanto, frente às demandas sociais estabelecidas durante o governo de João Goulart, esse grupo de ação política e ideológica intensificou sua atuação junto às organizações paramilitar e anticomunista. Em seguida, o IBAD se uniu ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), originado, em 1961, dos interesses do empresariado de São Paulo e Rio de Janeiro, formando-se assim o complexo IPES/IBAD, com atividades voltadas a conter as mobilizações populares que se acirravam devido ao aprofundamento da crise econômica. Movido e financiado pelos interesses do empresariado, o complexo fez parte da organização da direita, solidificando-se como um legítimo partido burguês. Para René Armand Dreifuss:

A elite orgânica se empenhava na fusão dos militantes grupos antigovernistas que se encontravam dispersos. Ela instituiu organizações de cobertura para operações encobertas (penetração e contenção) dentro dos movimentos estudantis e operários e desencorajou a mobilização dos camponeses. Estabeleceu ainda uma bem organizada presença política no Congresso e coordenou esforços de todas as facções de centro-direita em oposição ao governo e à esquerda trabalhista. A elite orgânica também estabeleceu o que pode ser considerado como efetivo controle da mídia audiovisual e da imprensa de todo o país. No curso de sua oposição às estruturas populistas, ao Executivo nacional-reformista e às forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para ação ideológica, política e militar. (1981, p. 164).

Em relação à política educacional, o complexo IPES/IBAD procurou reforçar a legitimidade do desenvolvimento capitalista. Isto é, o empenho do empresariado brasileiro concentrou-se na transformação do indivíduo em um ser produtivo. Para tanto, a educação entendida pela classe dominante como formadora de “consciências” deveria gerar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento do país. Frente a isso, o complexo IPES/IBAD, mais especificamente o IPES, consolidou-se como órgão produtor da ideologia conexas à política educacional do governo militar que viria a se estabelecer depois do golpe civil-militar de 1964.

Desse modo, o complexo IPES/IBAD tornou-se instrumento dinâmico dos interesses comuns da elite empresarial, das multinacionais, dos tecnocratas e dos militares no projeto de modernização capitalista do Brasil. Articulou-se para neutralizar o governo de João Goulart, bem como para dissolver as forças sociais que o apoiavam, coordenando campanhas ideológicas disseminadas através da criação de uma infraestrutura de ação nacional, que se dividia em dois campos estratégicos: ação doutrinária e ação político-militar. “O IBAD encarregava-se das ações secretas, desencadeando pressões psicológicas e a manipulação da opinião pública. O IPES aparecia como entidade interessada, apenas, na organização educacional”, (PELEGRINI, 1997, p. 76).

Logo após a deposição de João Goulart por meio do golpe civil-militar de 1964, o IPES acelerou suas atividades, defendendo a concepção de intervenção “moderada”, ocasionada por meio de patrocínio e organização de seminários tendo como público alvo os grupos estudantis e a classe operária. Dois importantes seminários foram organizados nos anos de 1964 e 1968, períodos marcados por intensas manifestações estudantis. E resultaram em documentos que apresentaram os caminhos pelos quais a reforma universitária deveria trilhar. Em 1964 foram compostos “O delineamento geral de um Plano de Educação para a Democracia” e o “Documento Básico”. Já em 1968 surgiu como

proposta “A educação que nos convém”. Segundo Pelegrini (1997), o plano de reforma educacional defendido pelos ipesianos fundamentava-se em premissas ideológicas que reduziam a concepção do ensino voltado ao capital humano, o que, por sua vez, limitava o papel do ser humano a mero instrumento para o desenvolvimento industrial e capitalista.

O primeiro trabalho produzido no ano de 1964 especificou o papel do ensino como um meio de atingir o aperfeiçoamento democrático que se queria. Sugeriu uma revisão total dos currículos escolares, incluindo o ensino primário, ensino médio e, de maneira minuciosa, o ensino superior. Recomendou racionalizar as instituições escolares aos moldes das universidades estadunidenses. Com vistas à reorganização estrutural, propôs-se a inauguração de diferenciações entre departamentos, faculdades e institutos, por meio dos quais se dariam diversos níveis de formações. Ou seja, os institutos seriam incumbidos dos cursos de pós-graduação, às faculdades caberia a formação profissional e técnica e aos departamentos competiria os cursos de bacharelado (PELEGRINI, 1997).

Em sentido convergente com as perspectivas do empresariado representado pelo IPES, em novembro de 1964 Castelo Branco defendeu propostas que tratavam da privatização e da seletividade no ensino superior como “um mal necessário” para alavancar o desenvolvimento do país. O que demonstra o alinhamento entre o grupo de empresários e o poder do Estado nos assuntos centrais que regiam o país, inclusive no plano educacional. Conforme esclarece Sandra de Cássia Araújo Pelegrini:

Castelo Branco presidiu a sessão solene da Instalação do I Ciclo de Estudos sobre Estágios de Aprendizagem e Habilitação, realizado em novembro de 1964, acenando para a privatização do ensino como solução para as deficiências de equipamento e material escolar. Seguindo o mesmo tom, o Plano enfatizou a gratuidade do ensino, por meio da criação de bolsas de estudo, para aqueles que não pudessem pagar. Sob esse ponto de vista, a educação deixaria de ser um fator de desigualdade social e tornar-se-ia “um poderoso meio de igualação das oportunidades”. A privatização e a seletividade do ensino foram discutidas no âmbito de um “mal necessário” inerente a situação do país. (PELEGRINI, 1997, p. 90).

O segundo trabalho resultante do simpósio de 1964 – o Documento Básico – forjou o papel da escola como importante instrumento de capacitação dos indivíduos para realizar atividades práticas. Fator claramente compreendido quando da sugestão de maiores investimentos na profissionalização do ensino. Dentro desses parâmetros, ao ensino médio caberia a formação da mão de obra técnica, o ensino universitário formaria os profissionais especializados e os cursos de pós-graduação ficariam responsáveis pela

formação do saber. Para tanto, assim como no Plano de Educação para a Democracia, verificou-se a necessidade de mudanças curriculares em todos os níveis educacionais. Porém, como novidade o Documento Básico propôs a implantação da “Orientação Vocacional” nas escolas, visando identificar ainda nos primeiros anos aptidões que, depois de direcionadas “corretamente”, serviriam para suprir as necessidades do mercado de trabalho.

Desse modo, os trabalhos produzidos em 1964 procuraram assinalar as deficiências educacionais sugerindo mais investimentos para o setor, uma vez que dela dependeria a capacitação humana para o conseqüente avanço do processo de desenvolvimento do país. Isto é, a educação deveria ser encarada como um investimento para o aceleração produtivo nacional. Neste caso, a disciplinarização da sociedade para o trabalho, lógica indispensável proposta nos documentos, deveria estender-se a outras instâncias da sociedade, como igrejas e veículos de comunicação de massa, sob discreta orientação governamental.

As perspectivas ipesianas elencadas em 1964 foram realçadas por meio do documento produzido durante o II Simpósio “A Educação que nos convém”. Entretanto, de acordo com Pelegrini (1997), a decisão do IPES de organizar outro fórum de debates em meio a um contexto marcado pelo acirramento das manifestações estudantis teria dois propósitos distintos: solucionar a “crise estudantil” a partir de possível concessão das reivindicações; fazer frente às propostas estabelecidas pelos universitários, motivo de perturbação para o núcleo de poder. Assim, a concepção mais aceita entre as discussões sobre a reforma educacional preconizava a educação como instrumento a serviço do desenvolvimento produtivo do país, isto é, como formadora da força de trabalho necessária ao mercado produtivo. Em nível superior a reforma universitária se tornaria um importante mecanismo de arrefecimento do movimento estudantil, núcleo resistente ao regime capitalista de produção e às suas decorrências, conforme esclarece Sandra de Cássia Araújo Pelegrini:

Portanto, o papel da universidade seria canalizar, organicamente, o ideal de vida da mocidade e sua energia rumo às atitudes positivas e criadoras. Os debates referentes à questão enunciada denotam inquietações quanto à suposta irracionalidade das massas. Daí a justificativa para a sua contenção e modelagem de acordo como os postulados de integração do planejamento educacional e do desenvolvimento. (1997, p. 98).

Assim, observou-se que a proposta de reformulação do ensino apresentada pelo IPES repercutiu entre os mais variados núcleos sociais e governamentais. Entretanto, sugestões que previam o fortalecimento do ensino médio profissionalizante, a “seleção” como forma de admissão dos “capacitados” para cursos superiores, a defesa da regionalização do ensino para atender às peculiaridades demográficas e geográficas do Brasil, bem como da vinculação da educação ao processo desenvolvimentista do país influenciaram intensamente a política educacional consolidada pelo governo militar após o golpe de 1964. Segundo Sandra de Cássia Araújo Pelegrini:

A elaboração de projeto para educação brasileira não se restringiu ao IPES. No entanto, as propostas ipesianas influenciaram sobremaneira a política adotada pelo governo militar (pós-64). O resgate desse tema nos discursos e nas falas dos políticos, da assessoria governamental e da sociedade, como expressões ou não da concretização da educação enquanto fator do progresso nacional, e a análise dos dispositivos constitucionais promulgados pela política educacional tornaram-se fundamentais para a compreensão do encaminhamento dado aos problemas referentes ao ensino e movimento universitário. (1997, p. 101).

Diante disso, ressalta-se que o regime militar se apropriou de projetos em debate anteriormente ao golpe de 1964, implantando-os à sua maneira. Para explicar tais feitos, parte-se da premissa de que os militares não tinham um plano de governo constituído, salvo a esperança de “limpar” o país do comunismo. Ao tomarem conhecimento do processo convergente para implantação da reforma universitária, se apropriaram de ideias gestadas pelo governo deposto de João Goulart, porém as discussões foram permeadas pelo conceito de uma educação em prol do desenvolvimento e modernização. E essa modernização deveria ocorrer sobre uma base conservadora, pautada na necessidade de promover uma limpeza no espaço acadêmico, visto pelas alianças de direita como núcleo de propagação de ideologias marxistas.

Nesse contexto, alguns grupos apoiadores do golpe concordavam com a necessidade da reformulação do ensino universitário, pois tinham como objetivo superar o “arcaísmo” e, sobretudo, elevar o nível de produtividade e eficiência a fim de suprir as demandas de mão obra qualificada, expressando os valores do mercado e o modelo de desenvolvimento econômico que desejavam. Por se tratar de uma base de apoio heterogênea, existiam vários tipos de pensamentos e opiniões sobre o que deveria ser feito pela nova administração para concretizar as transformações esperadas. Ou seja, mesmo que diferentes, a maioria compactuava com a necessidade de mudanças, exceto um grupo

minoritário, de posição reacionária e contrário a qualquer alteração do *statu quo* da sociedade, especialmente em se tratando da estrutura universitária. Mas, que possivelmente tenha sucumbido frente aos interesses reformadores, conforme atestado por Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes em seus estudos sobre o contexto das reformas do ensino superior do Brasil e Chile:

O grupo golpista, no entanto, era bastante heterogêneo e não existia apenas um projeto de país, mas projetos plurais nos dois casos. Disputas internas ocorreram no âmbito dos militares e de seus apoiadores civis. Alguns golpistas foram derrotados e outros fizeram concessões e acordos para conseguir efetivar, em parte seu projeto. E para criar um projeto de país era preciso, repensar o ensino superior. A maneira como isso seria feito dependeu daqueles que tomaram a dianteira na disputa de poder nos dois países. (2021, p. 205).

Ligado a esse grupo havia também o interesse dos Estados Unidos em concretizar uma reforma universitária em que, por meio de um discurso de defesa da democracia e da modernização, poderiam fazer frente à propagação dos ideais comunistas que queriam combater em toda a América Latina. “Daí o papel central conferido pelas agências do governo americano – com destaque na Usaid, mas também em instituições privadas, como as fundações Ford e Rockefeller – à modernização das instituições educacionais brasileiras”, (MOTTA, 2014, p. 10). Ainda como parte das mudanças, alguns apoiadores contestavam o caráter público da universidade e tinham como premissa o fim da gratuidade.

Desde 1961 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) vinha mantendo acordos e assumindo compromissos com a United States for International Development (USAID), a começar pela assinatura sob o comando dos Estados Unidos da “Carta de Punta del Este” – todos os países do continente americano, liderados pelo governo estadunidense, assinaram esse documento – que trazia em seu bojo uma proposta educacional originária dos interesses norte-americanos, permitindo inclusive sua intervenção em assuntos que diziam respeito à educação. Porém, havia limites para essa interferência, conforme esclarece Rodrigo Patto Sá Motta:

Antes de 1964, os projetos da Usaid enfrentavam adversários dentro da própria máquina estatal. Alguns governadores e funcionários do MEC não viam com bons olhos a ingerência dos americanos, e os técnicos AID tiveram alguns dissabores antes da vitória dos militares. (2014, p. 119).

A partir de 1964, com o estabelecimento da ditadura militar e a ascensão de Castelo Branco à presidência da República, o governo adotou uma postura amplamente pró-americana, o que facilitou a entrada de maneira ilimitada dos norte-americanos no país. Entretanto, para desnudar as interferências dos Estados Unidos no campo educacional brasileiro em meio ao contexto de “modernização” no Brasil nos anos 1960, torna-se indispensável ressaltar, ainda que brevemente, como os convênios “MEC/USAID” e o “Relatório Atcon”, a partir de 1964, envolveram todos os níveis de ensino, primário, médio e universitário, e lançaram as bases da reforma educacional estabelecida como política de Estado da ditadura militar. De acordo com Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes:

A USAID não foi a única influência estrangeira a chamar a atenção nessa época. Em junho de 1965, quase que ao mesmo tempo em que confirmava os acordos com a USAID, a Diretoria de Ensino Superior do MEC contratava o consultor Rudolph Atcon, que vinha ao país com a missão de analisar o ensino superior brasileiro e propor uma reestruturação das universidades (...). Em sua análise sobre o trabalho desenvolvido por Atcon, Cunha [2007, p. 187-201] se mostra bastante crítico ao explicitar as ideias extremamente liberais e autoritárias de Atcon, que acreditava que somente assim seria possível reestruturar as universidades brasileiras seguindo os moldes do modelo estadunidense. Isso incluía a possibilidade de anuidades, o que foi extremamente combatido pelo movimento estudantil. (2021, p. 218-219).

Partindo dessa premissa, torna-se necessário observar que a intenção original dos Estados Unidos era concentrar esforços e investimentos no ensino de nível primário, médio, sobretudo nos cursos técnicos, ou seja, de início não havia planos direcionados à educação superior. De acordo com Motta (2014), foram os próprios brasileiros que promoveram a entrada norte-americana nas instituições superiores, por meio de pedidos provenientes diretamente das universidades interessadas em trazer professores e equipamentos de fora. Com a criação da USAID em 1961, os interesses estadunidenses em relação às universidades aumentaram e novos projetos foram criados.

Portanto, foi somente a partir de 1964 que a agência americana resolveu investir decisivamente na educação superior, tanto que enviou para o Brasil um grupo de professores para avaliar os problemas das universidades e as possibilidades de parceria. A partir dos estudos realizados, sugeriu-se participação mais efetiva da USAID nos assuntos ligados ao sistema universitário. Além disso, o diagnóstico dos problemas da educação despertaram o interesse nacional e internacional, tendo como desdobramento a assinatura de sete convênios na área da educação, classificados como “acordos

MEC/USAID”. Segundo Motta (2014), diante disso os Estados Unidos ultrapassaram as parcerias independentes com as universidades brasileiras e firmaram acordos com o governo federal, através de parceria com o Ministério da Educação e da Cultura (MEC).

Seguindo o ideal de modernização, a educação passou a ser vista como um “investimento” e se tornou preponderante para a política tecnocrática do governo militar, especialmente, no quesito de formação do “capital humano”, empreendimento dinâmico da área tecnológica em prol do desenvolvimento capitalista no país. Por outro lado, a permissão para o intervencionismo norte-americano por meio dos acordos MEC/USAID nos assuntos da política de reforma educacional, principalmente da reforma universitária, representou o início da derrocada da cultura brasileira frente ao fortalecimento dos valores culturais norte-americanos. “Contudo, os desdobramentos dessa política implicariam a marginalização cultural das classes populares, uma vez que se suprimiam as disciplinas da área das humanidades”, (PELEGRINI, 1997, p. 106). Fator contundente e intensificador das críticas e mobilizações estudantis contra esse modelo de reforma.

Segundo Motta (2014), os objetivos estratégicos do governo americano para o Brasil foram explicitados por meio dos resultados apresentados pelos planejadores do desenvolvimento. Referente aos objetivos gerais implicava estabelecer: um sistema educacional mais moderno e mais efetivo, particularmente nos níveis superior e secundário; encorajar a formação de um conjunto de educadores e estudantes orientados pelos Estados Unidos para influenciar o Brasil em direção convergente aos seus interesses. Entre os objetivos específicos para a educação destacavam-se: modernização educacional tanto em aspectos substantivos quanto administrativos, particularmente nos níveis superior e secundário; desenvolvimento e planejamento contínuo de relações entre universidades norte-americanas e brasileiras; desenvolver entre os cidadãos uma compreensão mais acurada e simpática dos respectivos problemas; desenvolver entre os brasileiros um compromisso crescente com os valores do desenvolvimento e da democracia, um dos quais é um olhar internacionalista em lugar da xenofobia.

Do outro lado estavam os grupos de esquerda, favoráveis a mudanças, mas que defendiam uma modernização com efeito de aumentar a produção de conhecimento. Nesse caso, “os estudantes propunham a denúncia do Relatório Atcon e dos acordos MEC/USAID como frutos da política imperialista norte-americana, associada à classe dominante brasileira”, (PELEGRINI, 1997, p. 120). Além disso, as lideranças estudantis e a União Nacional dos Estudantes (UNE) almejavam incluir no projeto de reforma suas demandas, dentre estas defendiam o aumento no número de vagas para o excedente e a

manutenção da gratuidade do ensino superior. Por fim, os dois grupos concordavam sobre a necessidade de solucionar um dos maiores problemas estruturais da universidade: o sistema de cátedras, que conferia aos docentes total poder de interferir sobre as respectivas áreas do saber, além de privilégios que lhes atribuíam excelentes salários e cargos vitalícios. Mas, nitidamente as divergências eram sistemáticas e motivadoras de intensos debates e movimentos conflitantes.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta:

Assim, nos debates políticos e culturais dos anos 1960, era amplo o leque das opções para o futuro do Brasil. Com a vitória da coalizão e a derrota política das esquerdas, acabou por vencer a vertente autoritária e liberal conservadora do projeto modernizador, que paradoxalmente se apropriou de ideias sugeridas por líderes derrotados em 1964. Os militares tornaram-se agentes modernizadores, tal como previam alguns cientistas sociais e líderes políticos, mas nem sempre seguiram o script que lhes estava destinado, desbordando na direção de práticas repressivas mais drásticas do que desejavam os parceiros norte-americanos, e também ousando afastar os Estados Unidos nos anos 1970. (MOTTA, 2014, p. 11).

Desse modo, para que as reformas fossem realizadas dentro dos seus moldes, os militares inicialmente se empenharam em fazer uma limpeza nas universidades, tendo como propósito afastar adversários vinculados às bases esquerdistas, isto é, comunistas, socialistas, trabalhistas, nacionalistas de esquerda, socialistas cristãos, entre outros, que compunham o quadro público nesse período. Após os expurgos parlamentares do primeiro momento, as universidades tornaram-se alvo do processo de “purificação”, o que provocou uma onda de prisões, violências, exílios, demissões, aposentadorias de docentes e expulsão de estudantes.

Devido ao perfil de militância estudantil e à participação de líderes universitários e do movimento estudantil nos debates políticos no período que antecedeu ao golpe, as universidades passaram a ser visadas pela repressão. Objetivando conter os protestos estudantis, que eclodiram principalmente contra a política educacional, foi aprovada no Congresso a Lei nº 4464, ou Lei Suplicy, conhecida no campo acadêmico como a “Lei da Mordaça”, pois a legislação que levava o nome de seu criador, o então Ministro da Educação Flavio Suplicy, tinha como objetivo principal a extinção da União Nacional dos Estudantes e a restrição da participação política estudantil em nível nacional.

A discussão do projeto da lei agitou o Senado devido às divergências entre os que eram contrários à participação dos estudantes nos assuntos socioeconômicos do país e os que eram favoráveis. Entretanto, o projeto foi aprovado no Congresso Nacional no

dia 9 de novembro de 1964 por 126 votos a favor e 117 contrários, com 5 abstenções, decretando, com isso, o fim da UNE. “O Estado, ao impedir a comunidade universitária de participar da vida política do país, estava tentando reduzir a atuação da mesma à passividade e o afastamento do ‘perigo vermelho’ tão decantado pelas forças golpistas de 64”, (PELEGRINI, 1997, p. 123).

O corpo docente, mesmo tendo sido atingido pelos efeitos dos expurgos e aposentadorias compulsórias, sofreu menos represália se comparado com as que foram dirigidas contra os estudantes, segundo esclarece Rodrigo Patto Sá Motta:

A violência deflagrada pelo golpe visou, com mais intensidade, as lideranças estudantis e suas entidades, consideradas mais comprometidas pela “infiltração comunista” que o corpo docente. A repressão mais aguda contra os estudantes ficou simbolizada no episódio de depredação e incêndio na tarde de 1º de abril de 1964, no Rio de Janeiro, do prédio da UNE, objeto de ódio dos grupos de direita e fonte de preocupação constante dos governos militares, que acabaram por proibir seu funcionamento. Também no Rio de Janeiro, o Conselho Universitário UB dissolveu três diretórios estudantis (Filosofia, Direito e Engenharia), por acusação de indisciplina grave durante os acontecimentos que levaram à “Revolução”. O número de estudantes presos foi bem superior ao de professores, e suas entidades sofreram intervenção por todo o país. (2014, p. 30).

No caso dos reitores, os afastamentos representaram a facilitação do processo de expurgo de docentes e estudantes. Entretanto, os desligamentos se deram em menor proporção, pois a classe administradora, em sua maioria, era simpática ao golpe e inspirava confiança aos militares. No lugar dos que sofreram os expurgos, o governo procurou colocar membros pertencentes à instituição que partilhassem seus ideais. Essa foi uma das práticas utilizadas para evitar o envolvimento direto dos militares nos processos de expurgos. “De início, tentou-se atribuir às próprias universidades o papel de fazer os expurgos, encarregando-as de estabelecer investigações internas e apontar nomes a serem demitidos ou aposentados”, (MOTTA, 2014, p.48).

Assim, juntamente ao dismantelamento do movimento estudantil e a onda de expurgos docente promovida nas universidades, o governo colocou em prática a reforma universitária, que vinha sendo articulada desde os convênios MEC//USAID, proponentes das bases da política educacional e dos parâmetros reformadores que se seguiriam, motivo do agravamento da “crise educacional” e das agitações estudantis. Conforme explicitado por Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes:

Em 1966, os estudantes protestavam contra a Lei Suplicy, a repressão das liberdades democráticas, a falta de vagas nas universidades para os excedentes e denunciavam os primeiros passos rumo à reforma universitária que a ditadura desejava implementar sem uma discussão com a sociedade. Entre as críticas feitas à preparação da reforma universitária estava a influência estrangeira, nas figuras da *United States Agency for International Development* (USAID) e do consultor Rudolph Atcon. (2021, p. 210).

Passado o período mais intenso dos expurgos, o governo procurou utilizar práticas menos agressivas, com objetivo de conciliar e suavizar a repressão para colocar em exercício a reforma universitária, fomentou a acomodação e a cooptação, com base no discurso de modernização (MOTTA, 2014). Ou seja, preocupados com o movimento estudantil, entendido como grupo acessível aos ideais esquerdistas, os militares estabeleceram medidas que iam além da metódica repressão. Procuraram integrar os estudantes em atividades condizentes com os planos modernizantes do novo regime e com seus valores, mas que atraíssem a simpatia dos mesmos. Um exemplo foi o Projeto Rondon, criado para aproximar e cooptar estudantes para o ideário militar. Conforme esclarece Rodrigo Patto Sá Motta:

O objetivo principal do Projeto Rondon era desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar. A intenção era oferecer ao Estado outra alternativa além da repressão aos estudantes: um projeto que atraísse os jovens, apelando para o idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares. Secundariamente, no entanto, a Operação Rondon estava integrada aos planos de interiorizar o surto modernizador e desenvolvimentista, por meio do deslocamento de estudantes e professores portadores de novos conhecimentos. Uma das atividades enfatizadas pelo projeto era a realização de práticas assistenciais voltadas para as populações carentes, e com isso, muitas pessoas viram pela primeira vez um médico ou dentista. (2014, p. 88).

Mas o planejamento da reforma universitária caminhou vagarosamente até 1967. Tanto que a gestão do Ministro da Educação Suplicy de Lacerda ficou conhecida mais por seu caráter repressivo do que a promoção de um projeto concreto de reforma educacional. A única mudança efetiva do campo universitário promovida pelo então ministro da educação foi a Lei nº 4759, de 20 de agosto de 1965, que acrescentava obrigatoriamente a palavra “federal” no nome das universidades controladas pela união, exteriorizando o caráter centralizador do regime militar. Entretanto, estava dado o primeiro passo rumo à reforma. Sucessivamente, em 18 de novembro de 1966 foi aprovado o Decreto-Lei nº 53, que determinava a extinção da “duplicação de meio para

fins idênticos” no qual o mesmo professor possuía duas carreiras, de docente e de pesquisador recebendo pelas duas; a fragmentação das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a criação de uma Faculdade de Educação. Em seguida foi editado o Decreto-Lei nº 252, em 28 de fevereiro de 1967, que implantava o sistema departamental, no qual os departamentos seriam as menores frações das unidades universitárias. Porém, a medida ainda não extinguiria o sistema de cátedras.

Para agilizar o processo reformador e reprimir os movimentos estudantis contrários à interferência americana no plano de reforma educacional, foi instituída em dezembro de 1967 pelo governo militar a Comissão Meira Mattos, que, por intermédio de membros brasileiros, teve como função combater a agitação estudantil e analisar a crise educacional, propondo soluções a partir, sobretudo, de uma ótica militar. Fator claramente identificado por meio da composição da comissão que tinha como presidente o general-de-brigada Carlos Meira Mattos e como componentes os professores Hélio de Souza Gomes e Jorge Boaventura de Souza e Silva, ambos ligados ao governo. Bem como, Afonso Carlos da Veiga (promotor) e Waldir de Vasconcelos (coronel-aviador e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional). O relatório resultante da Comissão Meira Matos, entregue oficialmente ao ministro Tarso Dutra e publicado em maio de 1968, trazia uma análise da situação universitária e uma lista de propostas que influenciaram nas práticas do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), instituído em julho desse mesmo ano. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta:

Fiel ao “espírito militar” dominante, o texto combinava sugestões modernizadoras (melhorar salários de professores, reestruturar a carreira docente) e autoritárias, à medida que criticava a liberdade de cátedra e defendia controle mais rígido sobre os dirigentes universitários, considerados corresponsáveis pela agitação estudantil, ao permitirem a “falência da autoridade” nas faculdades. (2014, p. 104).

Com base na referida comissão, mas com propósitos mais amplos, foi criado o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), que através de uma análise complementar realizada por genuínos especialistas da educação sobre a situação do ensino superior, apresentou o anteprojeto de Lei que seria transformado oficialmente na Lei da Reforma Universitária. “Na composição do GTRU entraram professores que se dedicavam há anos ao tema da reforma universitária”, (MOTTA, 2014, p. 105). De certo modo, o trabalho do Grupo focou na integração entre o ponto de vista dos dirigentes acadêmicos, defensores de uma proposta mais humanista e idealista de educação, e o viés de racionalidade e eficiência subordinadas às necessidades econômicas, defendido pelos

técnicos do governo. Contudo, ainda segundo Motta (2014), frente à rapidez da aprovação do projeto de lei de reforma criado pelo GTRU – transformado na Lei n° 5540, de 28 de novembro de 1968 –, compreende-se que o sucesso da proposta de reforma promovida pelo GTRU tratou-se do resultado de determinado consenso entre os sujeitos envolvidos, uma vez que conciliava as prioridades dos planejadores do governo, ao mesmo tempo que utilizava um discurso aceito, em parte, pelos meios acadêmicos.

A Lei n° 5540 representou a concretização de diversas iniciativas para a reforma do ensino superior, concentrando legislação anterior – leis n° 53 e n° 252 –, e extinguiu o sistema de cátedras, motivo de acalorados debates entre os defensores da reforma. Reafirmou o sistema de departamentos, a unidade entre ensino e pesquisa e a eliminação da duplicação de meios para fins idênticos no qual o mesmo professor possuía duas carreiras, de docente e de pesquisador recebendo pelas duas, foram sancionados. Na lei da reforma universitária também estava previsto o fortalecimento das instituições centrais das universidades em detrimento das faculdades, reduzindo o poder de seus diretores. E um aumento de verbas para as reitorias a fim de subordinar diretores, por meio da redução de sua autonomia. Além disso, os reitores passariam a ser escolhidos através das listas sêxtuplas, o que aumentava a chance de o governo nomear pessoas ajustadas ideologicamente à sua perspectiva. A participação estudantil foi fixada em 1/5 em todos os órgãos colegiados. A lei da reforma previa, ainda, a unificação dos vestibulares, que passariam a ser realizados através de concursos classificatórios, e o aumento de vagas para resolver o problema do excedente no ingresso dos estudantes. Em relação à carreira docente, foi proposto o regime de trabalho em tempo integral, com prioridade em áreas estratégicas. Como atividade principal das universidades incluía-se a pós-graduação, com o objetivo de fomentar a pesquisa. Em dada legislação incluiu-se os ciclos básicos de ensino. “Os cursos seriam divididos em primeiro ciclo, ou ciclo básico, com disciplinas comuns aos estudantes da mesma área, e segundo ciclo, ou profissional, em que o estudante cursaria as disciplinas de sua área específica”, (MOTTA, 2014, p. 107).

De acordo com Fernandes (2021), diante das discussões e estudos realizados no cerne do GTRU, a agitação estudantil prosseguia intensa, ultrapassando o limite de manifestações de rua e passando a invasões de prédios universitários. Tais ocupações desencadearam reações de extrema violência por parte das autoridades militares. Grupos de estudantes de extrema-direita – provenientes da Universidade Mackenzie, sobretudo do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) – também se levantam contra o movimento de ocupação e iniciaram um confronto violento com os estudantes de esquerda, contando,

ainda, com o aval da polícia. Contudo, as ocupações justificaram-se como forma de protesto contra o imperialismo norte-americano representado pelos acordos MEC/USAID e do Relatório Atcon. Também para denunciar a ditadura militar e a forte repressão estabelecida por sua polícia política. E sobretudo, como forma de protesto pela reforma universitária, propondo novas atividades, questionando os programas curriculares e traçando os caminhos a serem percorridos pelo movimento estudantil. (FERNANDES, 2021). Em meio a esse contexto, encontravam-se também os docentes das universidades, que apresentavam posições diversas quanto apoiar ou não as manifestações dos estudantes, conforme esclarece Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes:

Inseridos nessas transformações e debates estiveram vários professores universitários que se relacionaram de maneiras distintas com os estudantes. Alguns deles apoiaram o movimento estudantil, apesar de não concordarem com todas as demandas levantadas. Outros se mantiveram neutros, apesar de defenderem o direito dos estudantes de se manifestarem. E muitos eram radicalmente contra as ações estudantis, consideradas uma afronta à hierarquia de poder nas universidades. (2021, p. 240).

Frente à consolidação do projeto de reforma do campo superior, os professores universitários também emitiam opiniões distintas, o que causou uma profunda divisão no meio acadêmico, uma vez que havia professores defensores do projeto modernizador do ensino superior, mas eram contrários ao comando dos militares. Outros eram contrários à modernização, embora apoiassem a ditadura. Por fim, existiam aqueles que apoiavam a modernização e o regime dos militares, enquadrando-se na simetria ideológica da modernização autoritária.

Desse modo, a Lei de Reforma Universitária gerou reações diversas tanto no meio estudantil quanto entre os docentes, que há tempos defendiam a reestruturação do ensino superior. O foco das críticas concentrava-se no caráter tecnicista e economicista de algumas medidas previstas na lei, e na possibilidade de cobrança de anuidade nas universidades, uma vez que o texto final sancionado permitia que as universidades públicas se organizassem como fundações de direito público, entendido como primeiro passo para as privatizações.

Entretanto, as discordâncias com a lei de reforma universitária não puderam ser discutidas pela comunidade acadêmica, tampouco as manifestações e ocupações estudantis foram toleradas. Após um intervalo de poucos dias da aprovação da lei da reforma universitária, um novo ciclo repressivo foi iniciado, com a edição do Ato

Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, pelo presidente militar Artur da Costa e Silva. As motivações sobre esse feito variaram ao mesmo tempo em que se entrelaçaram. Para os militares, os expurgos, principalmente no âmbito universitário, foram incompletos e permitiram a retomada de forças do inimigo. Além disso, intensificou-se a preocupação em combater as esquerdas estudantis devido aos intensos protestos ocorridos naquele ano. Nesse contexto, ao implantar o AI-5 o governo Costa Silva endureceu o regime autoritário e aumentou a repressão sobretudo contra as instituições universitárias. Logo após AI-5 foi baixado o Decreto nº 477, cujo objetivo específico era coibir as ações dos estudantes, o que demonstrava a força dos movimentos estudantis e a preocupação do governo em contê-los. Sobre esse decreto, Rodrigo Patto Sá Motta, esclarece que:

Promulgado em fevereiro de 1969, o 477 foi concebido para dismantlar o movimento estudantil, considerado perigoso adversário no contexto do evento de 1968. A propósito, os textos que acompanharam o processo de elaboração do decreto são muito úteis para perceber os temores dos militares da área da segurança interna. Nós nos habituamos a pensar em efeitos aterrorizadores das leis repressivas sobre seus alvos, porém esses documentos mostram que algumas autoridades no comando da repressão também tinham temores, principalmente em relação à capacidade de mobilização estudantil, e mesmo após a edição do AI-5. Por essa razão decidiu-se, no âmbito do Conselho de Segurança Nacional, estabelecer legislação específica para coibir o ativismo dos estudantes. (MOTTA, 2014, p. 154).

Visivelmente, uma das finalidades do AI-5 em relação ao Decreto nº 477, era reprimir e expurgar sumariamente os estudantes considerados inimigos. Os militares desejavam também moralizar a universidade, considerada por eles como um ambiente de “promiscuidade sexual” e de “abuso de drogas”, e para isso era necessário resgatar os “bons costumes” da tradicional família brasileira e formar cidadãos com valores patrióticos e cívicos. Tanto que antes de endurecer as ações contra os estudantes, o governo militar, por meio do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1968, instituiu a obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) em todos os níveis educacionais.

Além disso, nesse período constou-se intenso avanço da repressão também contra docentes. Os afastamentos de professores ocorridos no segundo ciclo repressivo tiveram impacto maior do que os verificados no ano de 1964. Em 1969 a repressão contra os docentes universitários foi intensificada com a implantação do Ato Complementar nº 75, que estabelecia a proibição da contratação de professores expulsos ou aposentados compulsoriamente por outras instituições universitárias, em nível federal, estadual ou

privado. Os motivos dos expurgos de professores estavam relacionados ao problema da radicalização estudantil, ou seja, tinham caráter ideológico; mas tinham também características políticas, uma vez que muitos professores afastados não possuíam laços com a esquerda, apenas discordavam do regime militar. Nesse sentido Rodrigo Patto Sá Motta discorre que:

Em suma, os professores expurgados foram escolhidos com base em critérios políticos. Um número majoritário foi afastado por razões político-ideológicas, na tentativa de eliminar a influência do pensamento de esquerda nas universidades. Com isso, foram afastados professores com variada orientação de esquerda, entre eles comunistas, marxistas, socialistas cristãos e nacionalistas de esquerda. E um número minoritário foi punido por razões políticas, mas não ideológicas: lideranças universitárias que opuseram resistência às ações de que não constam acusações de corrupção nos documentos sobre os docentes aposentados, pelo menos no sentido administrativo. Porém, os agentes anotaram informações sobre outro tipo de “corrupção”, segundo a moral conservadora: nos documentos referentes a três professores aposentados fazia-se crítica a suposta conduta homossexual, enquanto uma docente foi acusada de manter relações íntimas com alunos. (2014, p. 182).

Portanto, foi possível observar que a década de 1960 no Brasil foi marcada por intensas manifestações estudantis, discussões e embates a nível docente e ações repressivas por parte do governo militar. Desse modo, compreende-se que a Lei nº 5540, que instituiu a reforma universitária, foi fruto de forças díspares que se alinharam ou se enfrentaram ao longo do processo: professores; estudantes; cientistas; técnicos da área econômica; empresariado; militares, entre outras. Embora o poder militar também tenha feito uso seletivo de propostas apresentadas em anos anteriores, inclusive advindas do ideário inimigo – do governo de João Goulart, destituído pelo Golpe de Estado de 1964, – combinou graus diversos de negociação, cooptação e imposição da força. Adotou medidas modernizantes necessárias ao modelo econômico desenhado pela ditadura, seguido de projetos para reduzir a oposição nos meios universitários. Os estudantes tiveram menos participação nas medidas decisórias e seu principal projeto de universidade popular e crítica não passou. Todavia, o movimento estudantil teve forte influência no processo reformador, sendo uma espécie de “poder de veto”. Ou seja, por temor dos protestos, parte dos acordos com a USAID foram bloqueados. E a medida que previa a implantação da cobrança de mensalidades foi retirada. Assim, a decisão de reformar as universidades estava ligada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, para fins desenvolvimentistas. Entretanto, a perspectiva modernizadora dos militares e de

alguns de seus apoiadores tinha como base um caráter autoritário e repressor, influenciado por matizes conservadoras, que resultaram na edição do Ato Institucional nº 5, como um meio de conferir legalidade às medidas de exceção que fossem necessárias para garantir a anunciada modernização autoritária e o dismantelamento do movimento estudantil.

3.2 O aparelhamento do controle no campo universitário com as AESI/ASI

Além da aplicação e intensificação de políticas repressivas na esfera universitária, no intuito de conter o avanço comunista, a ditadura militar também implantou mecanismos de informações para controlar a permanência de atores sociais pertencentes aos grupos de esquerda dentro das universidades. Isto é, a partir de 1970 o governo criou órgãos de informações no âmbito das instituições de ensino superior que passaram a fazer parte do cotidiano acadêmico: as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis ou ASIs). Esses órgãos seriam uma espécie de fio condutor por onde se transmitiriam as informações, conforme esclarece Rodrigo Patto Sá Motta:

Elas seriam um “braço” do Sistema Nacional de Informações (Sisni); funcionariam como uma espécie de correia de transmissão, fazendo chegar determinações e pressões políticas provenientes das escolas superiores; e ao mesmo tempo, vigiariam a comunidade universitária e os próprios dirigentes, nem sempre fiéis aos desígnios do regime militar. (2014, p. 193).

Para compreender a atuação das agências de informação universitárias, torna-se necessário observar o funcionamento do “sistema de informações” como um todo, uma vez que outros órgãos também atuavam nas universidades. Um deles, o Serviço Nacional de Informações (SNI), existente desde 1964, era responsável por supervisionar todas as ASIs. Em 1967, durante o governo Médici, foram implantadas sobre as bases das seções do Conselho de Segurança Nacional as Divisões de Segurança e Informações (DSIs) que permaneceram sob sua tutela até 1970. Desde então, a supervisão dessas agências passou a ficar a cargo do SNI, “e o CSN passou a se concentrar em estudos e a propor medidas de interesse da “segurança e da mobilização nacional”, (MOTTA, 2014, p. 194). Era função da DSI assessorar os titulares dos ministérios no processo de tomadas de decisões e em questões de segurança, porém tais agências funcionavam sob duplo comando, ou seja, eram subordinadas ao seu respectivo ministério e coordenadas (após 1970) pelo

Serviço Nacional de Informações. Em geral, as DCIs eram dirigidas por oficiais advindos das forças armadas, coronéis, generais do Exército ou brigadeiros da Aeronáutica.

A DSI dirigida pelo Ministério da Educação e Cultura parece ter sido a mais importante no período repressivo, conforme afirma Rodrigo Patto Sá Motta:

A DSI do Ministério da Educação e Cultura foi uma das maiores e mais importantes, naturalmente, graças à vigilância sobre as universidades. Em meados dos anos de 1970, a DSI/MEC possuía aproximadamente sessenta funcionários e ocupava meio andar no edifício da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Seu corpo funcional contava com analistas de informações e analistas de segurança, e atuava a partir da seguinte estrutura: Direção, Seção de Informações e Contrainformação (Sici/DSI), Seção de Segurança Nacional e Mobilização (SNM/DSI) e Subseção de Apoio Administrativo (SSAA/DSI). (2014, p. 195).

No intuito de facilitar a comunicação com as universidades, cogitou-se criar um mecanismo que pudesse servir como “elemento de ligação” entre as instituições de ensino superior e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação (DSI/MEC). Assim, a partir de 1970 estimulou-se a criação das subdivisões nas DSIs estabelecidas no âmbito das universidades. Deste modo, as AESIs universitárias foram criadas, em 1971, depois da aprovação do Plano Setorial de Informações (PSI) pelo MEC. Logo após a implantação do PSI, a DSI/MEC iniciou um processo determinando que as universidades teriam um prazo de dez dias para enviar os nomes recomendados para ocupar a chefia das ASI/AESI.

Desse modo, as agências de informações universitárias foram estabelecidas de fato entre 1971 e 1972. Porém, desde 1968 – devido ao aprofundamento das tensões no campo político em função das ações estudantis – já havia agências de informações funcionando nas reitorias das universidades, uma vez que a DSI/MEC passou a solicitar junto aos reitores a nomeação daqueles que serviriam de “elemento de ligação” para facilitar a comunicação com as universidades. “A sugestão de criar um ‘elemento de ligação’ entre as reitorias e a DSI/MEC evoluiu para a ideia de designar assessores de segurança e informações para as universidades”, (MOTTA, 2014, p.196). Durante os anos 1970 foram criadas ASI/AESIs em todas as universidades federais, bem como em algumas universidades estaduais, como no caso do Paraná, em que havia assessorias na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e nas universidades estaduais de Londrina (UEL) e de Maringá (UEM). Outros órgãos que compunham o sistema educacional do ensino superior também tiveram suas ASI/AESIs, a exemplo da Capes e do CNPq. Sendo

assim, foram criadas cerca de 35 ASI/AESIs no âmbito universitário e mais 15 em outros setores ligados ao MEC.

Em 1975, a partir do Decreto nº. 75.640, as DSIs e as AESIs foram reformuladas. A partir dessa reforma as AESIs passaram a ser classificadas oficialmente como Assessorias de Segurança e Informações (ASI). Antes, os dirigentes (superiores imediatos) das AESIs eram os reitores, responsáveis pelas nomeações e pagamentos de salários autorizados pela DSI. Com as reformas, para ocupar a chefia das ASIs tornou-se necessário fazer curso de informações da Escola Superior de Guerra (ESG), da Escola Nacional de Informações (EsNI) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme). Tanto civis, quanto militares estiveram à frente das AESIs/ASIs nas universidades, situação evitada pelos militares em contextos anteriores. Os agentes de informações lotados nas universidades tinham a função de vigiar com a mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos que não se adequavam aos moldes conservadores, como, por exemplo, usuários de drogas, bem como aqueles que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo ou que praticavam sexo fora dos modos convencionais.

Compondo a estrutura da DSI/MEC, existiam as Assessorias Regionais de Segurança e Informações (ARSIs), criadas em 1971 para coordenar as ações das ASI/AESIs, em determinada região, ou seja, seriam uma espécie de “passagem direta” entre a ASI/AESI e a DSI/MEC. Ao todo existiram cinco ARSIs: ARSI/NE; ARSI/DF/MG/GO; ARSI/GB; ARSI/MT/SP e ARSI/RS. Em geral a estrutura de funcionamento dessas agências contava com direção, seção de segurança e informação – dividida em três turmas: busca, processamento e documentação – e a seção administrativa, composta por cerca de dezoito funcionários. Contudo, as ARSIs perderam gradativamente a importância, uma vez que as ASIs universitárias se reportavam diretamente a DSI/MEC. Com a reforma do sistema de segurança realizada em 1975, as ARSIs foram substituídas por Assessorias de Segurança e Informações instaladas nas Delegacias Regionais do MEC (Demec). Ao todo existiram nove ASIs/Demec e essas agências estiveram subordinadas à administração do Ministério da Educação e Cultura, sendo coordenadas pela sua DSI.

Ainda sobre a organização das ASIs, consta em documento oficial que os reitores eram seus superiores imediatos, embora funcionassem sob a orientação e supervisão da DSI/MEC e, de forma indireta, do SNI. Era função das ASIs produzir informações que pudessem suprir as necessidades de tomada de decisões dos reitores e para atender às

determinações do Plano Setorial de Informações, assim como encaminhar os dados solicitados pelo seu órgão superior, o DSI/MEC. Contudo, preocupava-se mais em fornecer informações para suprir o sistema de segurança e repressão do que prestar assessoria aos dirigentes universitários.

Todas as ASIs tinham um chefe responsável por coordenar as atividades e dimensioná-las à Divisão de Informação do Ministério da Educação e Cultura, também, às seções de informações e administrativas e, quando necessário, a outros órgãos de informações. Além disso, com o Decreto Nº 75.524 ficou estabelecido que existiriam três tipos de ASIs: as que contariam com dois servidores (A); as compostas por até cinco servidores (B) e as que contariam com no máximo oito funcionários. De modo geral as ASIs funcionavam em salas no âmbito da reitoria, mas algumas chegaram a possuir instalações próprias.

Como ressaltado anteriormente, aos reitores cabia fazer as nomeações – autorizadas pela DSI/MEC – e o pagamento dos salários. Nos anos iniciais, a escolha dos chefes das assessorias implantadas nas universidades era feita com mais autonomia pelos reitores, que, em alguns casos nomearam professores e funcionários da própria universidade. Mas, com a reformulação das ASIs aumentaram as exigências sobre as escolhas de seus dirigentes. Segundo Rodrigo Patto (2014), constam em arquivos por ele analisado a presença tanto de civis quanto de militares à frente das chefias das ASIs, embora não se possa estabelecer a proporção. Tal quadro funcional se diferenciava da DSI/MEC, pois aparentemente somente militares estiveram à frente de sua chefia.

Com a formação técnica dos assessores de vigilância, esperava-se que os mesmos atuassem dentro das normas e padrões estabelecidos pelo aparato repressivo. E como complemento a DSI/MEC passou a distribuir folhetos com instruções e recomendações para o cumprimento correto das normas, ressaltando também sobre os cuidados que deveriam ser tomados com o manuseio de documentos sigilosos. Distribuía ainda outros informativos relacionados às normas e procedimentos para o preenchimento do levantamento de dados biográficos e às regras a serem seguidas para a correta realização da triagem ideológica dos funcionários públicos. Para tanto foram distribuímos no âmbito das ASIs os seguintes manuais: Manual Sobre Guerra Psicológica; Manual de Informação e Contrainformação; Manual de Segurança das Comunicações e Como Identificar um Possível Usuário de Drogas. Entretanto, em 1977 foi criado e expandido o mais importante dos manuais, o Manual de Informações, elaborado pelo SNI. Outros

materiais de conteúdo mais denso foram direcionados pela DSI/MEC e passaram a circular entre as ASIs, conforme retrata Rodrigo Patto Sá Motta:

Às vezes recebiam material de maior volume, como manuais de informação e contrainformação. Um dos materiais produzidos pela DSI/MEC de maior repercussão foi “Como eles agem”, um estudo sobre as estratégias dos comunistas nas universidades que revela mais sobre os militares do que sobre as ações da esquerda. Esse manual vazou, no início de 1974, e veio a público em matérias jornalísticas que ridicularizaram seu tom conspirativo com repercussão também no meio estudantil. (2014, p. 200).

Assim, tanto os treinamentos disponibilizados pelos cursos da EsNI, quanto as orientações recebidas e aplicadas pelos manuais de orientação de conduta produzidos pela DSI/MEC e direcionados às ASIs, tinham como objetivo otimizar o trabalho na expectativa de que o quadro funcional das assessorias universitárias suprisse o Sistema Nacional de Informações (SISNI) de maneira satisfatória com informes e informações relacionados a sua região. Uma das principais exigências era que a realização da coleta de informes, por solicitação superior ou por iniciativa própria, e o atendimento dos Pedidos de Busca (PB) e dos Pedidos de Informação (PI) recebidos dos órgãos superiores fossem concretizados de maneira satisfatória. Outra atividade a ser cumprida era atender os requisitos do Plano Setorial de Informações da DSI/MEC, que incluía o preenchimento periódico do Plano Setorial de Busca. Consistia em um questionário com perguntas padrões que deveriam ser respondidas pelas ASIs com atenção, pois em alguns casos verificou-se que o mesmo questionário havia sido respondido mais de uma vez, repetindo as informações já enviadas em período anterior. Sendo assim, Rodrigo Patto Sá Motta, demonstra alguns dos feitos realizados pelas ASIs em detrimento das exigências despendidas pelos órgãos superiores:

Algumas ASIs universitárias resumiram sua contribuição à “segurança nacional” ao trabalho de fazer circular esses papéis. Entretanto, certas agências foram ativas também na produção de informações sobre o movimento estudantil, principalmente depois de 1975, quando ele voltou a ter atuação mais intensa. (2014, p. 201).

Além disso, após 1977 o movimento sindical dos professores também se tornou objeto de vigilância. Contudo, o propósito das ASIs era atuar como Agência de Informação e Contrainformação, não tinha a função de se envolver em operações de segurança. Para isso, o Estado repressivo dispunha de inúmeros órgãos capazes de prender, torturar e matar suspeitos e inimigos. Entretanto, existiram episódios esporádicos

em que foram criados serviços de segurança no âmbito universitário, como no caso da Universidade Estadual de Londrina, que nos anos de 1970 teve em seu âmbito a presença de polícia interna. Além disso, outras agências de informação e segurança atuaram em meio às universidades, em alguns casos pelo fato de não confiarem nas ASIs, sendo esse um motivo de conflito entre os órgãos. “A Polícia Federal, os Dops, as seções de inteligência das PMs e os órgãos de informação das Forças Armadas algumas vezes cooperavam e outras concorriam entre si”, (MOTTA, 2014, p. 203).

A finalidade das ASIs universitárias era atuar exclusivamente como órgão de informação, deixando as questões de segurança para os inúmeros órgãos criados e capacitados para esse fim. O que não descartava a presença de agentes e espias da “Comunidade de Segurança” em nível civil, federal e também das Forças Armadas. Deste modo, a presença desses agentes e espias tornou-se uma constante nas universidades e nem sempre passava despercebida aos olhos da comunidade universitária, que aprendeu a conviver e a se organizar para burlar a vigilância infligida por eles. Mesmo atuando de forma discreta e disfarçada os agentes acabavam identificados, ou por serem mais velhos, ou pelo corte de cabelo característico do uso obrigatório dos órgãos de segurança, como no caso das Forças Armadas, e também devido ao porte físico de militar e até mesmo por usarem sapatos e meias pretas, o que não era condizente com o estilo adotado pela maioria dos alunos.

De modo geral, os agentes de informação infiltrados no âmbito acadêmico tinham como principal objetivo combater o comunismo. Porém, destaca-se que tais agentes de informações adidos nas universidades vigiavam tanto os “subversivos” políticos, quanto aqueles considerados por eles como indivíduos moralmente “desviantes”, o que demonstra a forte influência da cultura conservadora na construção ideológica desses informantes. Sendo assim, tais informantes adotaram inúmeras práticas para contrariar as ideias disseminadas pela esquerda e contra aqueles por eles julgados como “inimigos”. Mas, para além das motivações apresentadas havia pessoas que exerciam práticas de espionagem por outros motivos, como, por exemplo, no sentido de conseguir benefícios ou trocas de favores. Segundo, Rodrigo Patto Sá Motta:

Na Faculdade de Filosofia da USP, pela mesma época, havia um funcionário administrativo que era agente do Dops e recrutava informantes. Certa feita, um desses espias confessou sua condição a Antônio Candido de Melo e Souza, mas disse que o fazia por necessidade, e não por convicção, pois, ganhava bolsa, e com isso conseguia estudar. O rapaz era aluno do professor e ganhava carona

dele, decerto para obter informações. Na UFC, nos anos 1970, consta ter havido funcionário que, também sem convicção política, informava aos “órgãos”. Ele o fazia como troca de favores, para proteger parente perseguido por militares. Na UFRJ e na UFMG acreditava-se que existiam até faxineiros espias, enquanto no CBPF um funcionário que trabalhava na copiadora de textos bisbilhotava os papéis dos pesquisadores. (2014, p. 203-204).

Além disso, as Assessorias de Informações (ASIs) também foram responsáveis por impulsionar práticas de delações entre integrantes da comunidade universitária. Essas, na maioria das vezes, foram dirigidas por reitores contra docentes e também contra alunos. Havia também casos em que os professores e alunos agiram em prol da ditadura militar denunciando colegas de trabalho e alunos, conforme assegura Rodrigo Patto Sá Motta:

Além dos dirigentes universitários, professores também auxiliaram nas campanhas repressivas, principalmente denunciando colegas e estudantes. Alguns chegaram a delatar colegas em juízo, como no julgamento da professora Emília Viotti da Costa. Dois professores da USP apresentaram denúncia formal contra ela, porém, sob pressão de colegas da instituição, um deles retificou seu depoimento em juízo, gerando irritação no juiz responsável pelo processo. Também na FFLCH/USP consta ter havido certo professor de nacionalidade espanhola considerado delator de muitos colegas, a ponto de ter se tornado *persona non grata* para a maioria e de ser afastado da instituição. (2014, p. 302).

No contexto da distensão política, com o fim do AI-5, em janeiro de 1979, e a promulgação da Lei de Anistia de agosto desse mesmo ano, as forças oposicionistas, sobretudo os comandos estudantis (UNE) e docentes (ANDES) reunidos na comunidade acadêmica, passaram a se reorganizar e exigir a extinção das ASIs das universidades. Tais reivindicações se deram primeiramente através de denúncias, uma vez que suas atividades decorriam de um estilo reservado e discreto. Logo, eram quase que desconhecidas pela sociedade em geral. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta:

Desde 1975, apareceram, as primeiras denúncias sobre a existência de critérios ideológicos na contratação de professores, apresentadas em eventos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), mas tais rumores restringiram-se ao espaço dos eventos científicos e aos círculos acadêmicos. Em 1977, a imprensa paulista publicou pequenas notas e cartas de professores, que denunciavam a existência de tais práticas na USP, e por isso o reitor daquela universidade foi chamado a depor em Comissão de Investigações da Assembleia Legislativa de São Paulo. Em seu depoimento, o reitor tentou esconder e tergiversar sobre os testemunhos existentes, beneficiado pela inexistência de provas

concretas. Nesse momento, não se sabia muito sobre a atuação das Assessorias, sequer seu nome correto. (2008, p. 47-48).

Em seguida, diante da campanha de redemocratização, as exigências para extinção das ASIs ficaram mais claras e intensas. E partiram tanto dos movimentos organizados pelos líderes estudantis, quanto de docentes que transformaram a questão do fim das assessorias universitárias em uma máxima que passou a ser constantemente debatida em encontros e congressos, destacando a existência das ASIs como algo que feria as liberdades acadêmicas.

De acordo com Motta (2008), os motivos reais que levaram ao desmantelamento das ASIs nos campi universitários ainda não foram totalmente desvelados, mas, de fato, o ano de 1979 foi o marco inicial de sua extinção. “Entretanto, isso não significou o fim da vigilância, uma vez que as Delegacias Regionais do MEC (DEMEC) deveriam continuar o trabalho, com a transferência de pessoal, equipamento e arquivos”, (MOTTA, 2008, p. 51).

No caso do Paraná, a ASI/UFPR foi transferida para os domínios da DEMEC, que diferente de outras regiões do país, ainda não possuía uma Assessoria de Segurança e Informações própria. Dois documentos enviados pelo diretor da DSI/MEC ao reitor da UFPR em 31 de janeiro de 1980 e 4 de fevereiro de 1980, dispuseram sobre a ordem de desativação da ASI/UFPR, válida a partir de janeiro de 1980. Mas esclareceu que a desativação não significava a finalização do órgão, decerto porque esse passaria a operar sob as dependências da DEMEC. De qualquer modo, o diretor da DSI solicitou a transferência dos arquivos da ASI/UFPR para a DEMEC, numa demonstração de que a partir daí as atividades deveriam ser realizadas de fato fora da universidade.

Portanto, frente à intensificação do aparato repressivo do Estado para com as universidades, efetivado através das práticas de expurgos e da instalação de Agências de Segurança e Informações (ASIs) e suas técnicas de controle e espionagem, foi possível perceber que os atores sociais, em meio ao processo ditatorial, encontraram-se distribuídos entre os que resistiram, os que aderiram e os que se acomodaram (MOTTA, 2014). Entretanto, as adesões em muitos casos implicaram num amplo leque de possibilidades e foram facilitadas pelo fato de haver dentro das universidades mecanismos voltados à coleta de informações, sobretudo através de delações.

3.2.1 O papel do MEC no controle das universidades

Dentro do contexto da ditadura militar, o MEC funcionou de maneira determinante em prol da “Operação Limpeza” – processo de vigilância e repressão estabelecida em seguida ao golpe de 1964, com o objetivo de garantir imediatamente o controle sobre as instituições públicas civis e militares –, tendo como foco as instituições de Ensino Superior. A partir do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a “Lei de Reforma Administrativa”, e o estabelecimento das Divisões de Segurança e Informações – DSI ministeriais, em substituição às “Seções de Segurança Nacional” –, intensificou-se ainda mais a repressão sobre as instituições e autarquias públicas. No campo universitário a representatividade do Ministério de Educação e Cultura em ações de controle social especificamente direcionadas aos espaços universitários cresceu rapidamente, pois contou com uma estrutura própria de informações composta pelo CISMEC, DSI/MEC e ASI/AESI, órgãos de segurança e informações diretamente subordinados ao seu comando. Outro fator que contribuiu para esse fortalecimento foi a colaboração dos reitores nas ações repressivas, principalmente após a instituição do Decreto-Lei Nº 477/69 que, dentre outras coisas, oficializou suas atribuições em reprimir a “subversão” no âmbito das instituições de ensino superior. Deste modo, deve-se salientar que de fato alguns reitores contribuíram espontaneamente com o sistema repressivo. Em muitos casos o regime colaborativo foi estabelecido também através de mecanismos legislativos, como o DL/477, que determinava a composição de um quadro funcional formado por profissionais condizentes e alinhados aos preceitos ideológicos da ditadura militar, conforme explica Jaime Valim Mansan:

De todo modo, a par dessas colaborações voluntárias, é importante ter em conta que, como mencionado, o sistema de controle exercia pressões, de modo a incitar a uma postura favorável ao regime entre os dirigentes indecisos ou que estivessem adotando estratégias pessoais mais moderadas. Isso ocorreu desde os primeiros dias após o golpe, através das normas encaminhadas pelo MEC às reitorias. (2014, p. 163).

As DSIs estavam formalmente subordinadas ao seu respectivo ministério, porém conforme mencionado anteriormente, eram coordenadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), o que não impedia a concentração cada vez mais intensa das atividades de vigilância em torno de suas pastas ministeriais. O estabelecimento da DSI/MEC possibilitou a concentração das atividades de vigilância pelo MEC, com gerência realizada pelo então ministro Tarso Dutra (1967-1969). Ou seja, a DSI/MEC trabalhava para a supervisão da eficácia das medidas repressivas. Todas as ações eram

direcionadas primordialmente ao ministro a fim de contribuir para suas tomadas de decisões.

Como parte de suas funções, cabia à DSI/MEC realizar a triagem ideológica dos candidatos a ocupar cargos e funções no MEC ou em órgãos a ele vinculados. Até mesmo os assessores de informações eram obrigados a passar pelo “pente-fino” da Divisão de Segurança e Informação pertencente ao MEC, que atuava em regime de colaboração com os demais órgãos integrados à “Comunidade” de Segurança e Informação no sentido de não deixar nada passar despercebido. Também era de sua alçada a averiguação ideológica das listas – trípticas ou sêxtiplas – de indicados para cargos de reitor. Os nomes apontados para cargos de diretores também passavam pelo mesmo sistema de análise. A DSI/MEC informava ao ministro os resultados avaliativos da conduta ideológica dos candidatos com um “nada consta” ou “não conveniente” assinalado ao lado dos seus nomes. A exigência do “atestado de bons antecedentes”, que entrou em vigor a partir de 21 de maio de 1972, fez parte da política de controle estabelecida pelo MEC como princípio de sua diretriz. Foi direcionada tanto à alta hierarquia do comando ministerial, quanto para os mais variados setores das instituições de ensino superior. Monitorado pela DSI/MEC, o “atestado de bons antecedentes” serviu para manter afastados do âmbito universitário aqueles que não compactuavam com a postura ideológica adotada pela ditadura militar. Segundo Jaime Valim Mansan:

É muito interessante observar como a exigência de “atestado de bons antecedentes” era uma política de controle, uma diretriz estabelecida desde a cúpula daquele segmento da estrutura repressiva (o ministério) para todo o campo, e podia ser usada como subterfúgio para manter os “subversivos” afastados das IES mesmo depois de expirado o prazo de três anos imposto pela legislação, como atestam vários documentos como esse. (2014, p. 163).

Os dirigentes das ASI/AESI viam-se constantemente às voltas com críticas que colocavam em xeque a existência dessas agências no campo universitário. Desse modo, justificavam-se como órgãos voltados a conter a subversão e corrupção. As pressões e críticas advindas sobretudo da imprensa causavam certa apreensão sobre como a opinião pública estaria se posicionando em relação à existência de tais assessorias. Diante disso, no início dos anos 1980 algumas ASI/AESI acabaram sendo oficialmente extintas. Todavia, o controle repressivo não desapareceu completamente. Em alguns casos, como os da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), os militares e civis que dirigiam as respectivas assessorias

permaneceram nas aludidas instituições, sendo reintegrados nas chefias das “assessorias especiais do reitor”, onde realizavam o mesmo trabalho feito anteriormente nas ASI/AESI. No dia 5 de agosto de 1986, o então ministro da Educação e Cultura Jorge Konder Bornhausen determinou o fim das ASI/AESI ainda atuantes, mas as atividades por elas desenvolvidas continuaram sob “nova roupagem” nas instituições superiores, através da Portaria Nº 576. Portanto, essa medida também não representou o fim das atividades de vigilância realizadas pelos assessores de segurança e informações no âmbito universitário.

As ASI/AESI também estiveram presentes no âmbito das Delegacias Regionais do Ministério de Educação e Cultura, realizando importante trabalho de vigilância. As ASI/AESI das delegacias regionais eram órgãos de vigilância provenientes da DSI/MEC, fator determinante do seu poder dentro da estrutura ministerial. No caso do Paraná a ASI/DR-9 foi estabelecida no ano de 1980 por desígnio direto da DSI/MEC. No ofício de criação da ASI/DR-9, a DSI/MEC assinalava que a mesma serviria para suprir o espaço deixado com a extinção da ASI/AESI da UFPR, bem como da “assessoria especial do reitor”.

Assim como as ASI/AESI das universidades, as assessorias das delegacias regionais reportavam-se diretamente a DSI/MEC para a tomada de decisões. Porém, atuavam em regime de colaboração com outros órgãos de segurança do Paraná. Ou seja, contribuía difundindo informações e solicitavam apoio em suas atividades de vigilância. Dado sistema colaborativo pôde ser observado em agosto de 1981, quando a ASI/AESI da DR-9 encaminhou a diversos órgãos de vigilância (SNI, DPF, DSI da Polícia Civil do Paraná e 2ª Seção da 5ª RM) um pedido de “antecedentes negativos” do sêxtuplo de candidatos à reitoria da Universidade Federal do Paraná, determinante como uma das suas funções. Fora do âmbito das instituições de ensino superior, foi criada a ASI/AESI no Departamento Administrativo do Servidor Público (DASP), que entrou em funcionamento no ano de 1984, o que sugere a constante vigilância sobre o funcionalismo público em duas frentes.

As universidades privadas não estiveram totalmente isentas do sistema de vigilância. Embora aparentemente não tenha existido em seu âmbito órgãos específicos para esse fim, a exemplo das ASI/AESI, essa suposta ausência era compensada por uma participação mais ativa de colaboradores vinculados a elas, isto é, em alguns casos foram os reitores, diretores, professores, alunos e outros agentes que atuaram na vigilância dessas instituições.

Desse modo, é preciso levar em conta a importância da eventual colaboração de diversos indivíduos e grupos advindos da sociedade civil, ligados de uma forma ou de outra ao meio universitário, com os órgãos repressivos. Isto é, além dos reitores – subordinados diretos do MEC – tornou-se evidente a participação de diretores, professores, alunos, chefes de departamentos, funcionários, do campo universitário público e privado, em atividades colaborativas com a repressão. Tal apoio, na maioria dos casos, se deu por meio de cooptação gerada pelo medo da repressão e por ameaças de punições que dependiam do nível das responsabilidades inerentes aos cargos ocupados. Os indivíduos eram levados a uma postura colaborativa em função do cargo que ocupavam, por meio de ameaças. E de maneira voluntária, com base no alinhamento ideológico, na perspectiva de obtenção de algum tipo de favorecimento ou por motivos pessoais. No caso dos reitores, diretores e dirigentes universitários, compelia-se a colaborar tanto por consequência da legislação vigente, quanto por meio de avisos e solicitações enviadas às universidades pelo MEC. Entretanto, isso não significou que todos foram cooptados.

A colaboração dos dirigentes do ensino superior era fundamental para o sistema de vigilância. O fato de os reitores serem escolhidos pelo MEC a partir do tradicional esquema de lista enviada pelas universidades, juntamente com a triagem ideológica realizada pelos órgãos de vigilância (ASI/AESI e DSI) antes da decisão do Ministério de Educação e Cultura, contribuiu decisivamente para criar no âmbito das reitorias um quadro de funcionários favoráveis ao regime. De fato, o MEC promoveu a cooptação de dirigentes universitários em larga escala, e o quanto pôde, pois desde 1964 agenciou práticas que puderam identificar e extrair de suas cátedras todos aqueles que fossem considerados “subversivos”. Uma dessas práticas foi constituída em 20 de abril de 1964, quando o ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda direcionou um telegrama a todas as reitorias das universidades públicas do país, no qual informava sobre a Portaria Nº 259 baixada no intuito de impor às instituições a instauração de inquéritos sumários para afastar discentes, docentes, técnicos administrativos e todo servidor público do âmbito universitário, considerados “inimigos” pelos critérios dos órgãos de vigilância. Nesse caso, interventores advindos do Exército foram realocados nos campos universitários como “assessores militares” para acompanhar de perto o processo de “investigação sumária” e fazer valer sua eficácia coercitiva, caso a cooptação dos chefes administrativos não fosse satisfatória. Porém, tais ações de expurgos e cooptações não se restringiram ao contexto do pós-golpe. Em 1973 o ministro da Educação Jarbas

Passarinho enviou um comunicado aos dirigentes das instituições de ensino superior exigindo relatórios detalhados de todas as atividades realizadas no âmbito das universidades, bem como, das práticas de extensão e reuniões em geral. O intuito era impelir os reitores e outros dirigentes a colaborar com o regime militar por meio das práticas de vigilância.

Assim, a criação da Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação e Cultura (CISMEC), em 10 de janeiro de 1969, contribuiu para crescente e direta atuação do MEC nos assuntos de vigilância ligados ao âmbito universitário. Constituída através de uma portaria ministerial, a CISMEC destinava-se à mesma função desempenhada anteriormente pelas “comissões especiais de investigação sumária”, criadas nas instituições de ensino superior logo após o golpe de 1964, no contexto da “Operação Limpeza”. A CISMEC primeiramente teve como presidente Jorge Boaventura de Souza e Silva, um professor formado pela Escola Superior de Guerra (ESG) em 1966. Foi um dos integrantes da Comissão Meira Mattos, criada como uma solução para a crise política, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, através do Decreto Nº 62.022, de 29 de dezembro de 1967, instituído pelo general-presidente Artur Costa e Silva no contexto em que as manifestações estudantis se intensificavam por conta das precárias condições de ensino e da insuficiência de vagas nas instituições de ensino superior. Essa comissão especial tinha objetivos como conceder parecer sobre as reivindicações, teses e sugestões alusivas às atividades estudantis, planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes do Estado no setor estudantil, fiscalizar e organizar a execução dessas diretrizes junto à delegação do ministro de Estado. A Comissão foi presidida pelo coronel Carlos Meira Matos, integrante do corpo permanente da ESG e inspirador da sua terminologia.

Contudo, o fio condutor de todo o trabalho da CISMEC eram as informações provenientes de órgãos como a DSI//MEC, SNI, CENIMAR e CIE. Também havia trocas de informações com outras comissões de investigações sumárias, como no caso da Comissão de Investigação Sumária do Exército (CISEX). Onde, por meio da colaboração mútua, buscava-se pelo produto final: as listas de sugestões de nomes que segundo tal comissão deveriam ser alvos de repressão. Quando “detectados” pelo CISMEC, os indivíduos em geral recebiam como punição o expurgo das instituições em que se encontravam aditados. Sobre alguns dos integrantes da “lista de sugestões”, bem como, a respeito dos motivos pelo quais os expurgos se justificaram, Jaime Valim Mansan explica que:

Integraram tais listas nomes como Florestan Fernandes, Jaime Tiomno, Maria Yedda Leite Linhares e outros tantos, vinculados a instituições públicas e privadas de educação superior de várias regiões do Brasil. Os motivos apresentados eram bastante lacônicos e sintomáticos das atividades de vigilância realizadas naquele contexto: “atividades subversivas”, “atividades contrárias à Revolução”, “comunismo”, “esquerdismo” etc. Junto a isso, demonstrando o conteúdo profundamente conservador e moralista que marcou aquele regime, também eram apresentados, como justificativas para a imposição de penas, motivos relativos à vida pessoal dos docentes perseguidos pela CISMEC, como supostos casos extraconjugais. (2014, p. 102).

3.2.2 A Universidade Federal do Paraná na mira da ditadura militar

O mês de maio de 1968 foi marcado por uma série de confrontos entre os estudantes paranaenses e o reitor Flávio Suplicy de Lacerda, ex-ministro da Educação do governo federal. Em nível nacional o clima não era diferente e as agitações geradas pelo descontentamento da população para com o regime militar se acirraram e alastraram-se por todo o país. Em resposta, o governo baixou o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, agravando ainda mais as tensões. Entretanto, dentro da Universidade Federal do Paraná a crise se instaurou desde que o reitor Flávio Suplicy assumiu a pasta do Ministério da Educação – de 15 de abril de 1964 a 10 de janeiro de 1966 – tendo em vista que foi responsável por promulgar a Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964 (Lei Suplicy), que colocava as instituições estudantis, tais como a UNE, na clandestinidade, e a União Paranaense dos Estudantes (UPE) em observação.

Paradoxalmente, a lei acabou contribuindo para a rearticulação do movimento estudantil contra o governo. A UNE, mesmo na clandestinidade, direcionou duras críticas às instituições que escaparam do fechamento e da repressão por terem se colocado ao lado do governo. A União Paranaense dos Estudantes (UPE) foi um dos órgãos que a princípio não quis se indispor com o governo. Mais do que isso, a partir de 1965 a UPE passou a apoiar o governo militar, a ponto de combater “esquerdistas” e o movimento estudantil. De acordo com Névio de Campos e Eliezer Feliz Souza:

No dia 26 de setembro, Osvaldo Cesar Ceccon (vice-presidente da UPE) enviou ofício às autoridades pedindo segurança e informando a natureza do evento a ser realizado no Auditório da Biblioteca Pública do Paraná: “o Ciclo versará sobre temas anticomunistas, subordinando-

se ao Título: ‘O Imperialismo Mundial Comunista, seus recursos e suas dificuldades para conquista do Mundo’, e será prelecionado por Professores e Personalidades de São Paulo”. (2018, p. 212).

Porém, no ano de 1966 as resistências se rearticularam, ascendendo de alguns diretórios acadêmicos, sobretudo do Diretório Hugo Simas, da Faculdade de Direito da UFPR. Um ano depois, por meio de novas eleições a direção da UPE mudou de rumo. A esquerda estudantil dirigida por Stenio Sales Jacob passou a controlar a UPE, numa tomada de poder baseada na ação conjunta entre a UNE, a UPE e o Diretório Central dos Estudantes da UFPR e seus signatários. Outras lideranças ligadas à Juventude Católica Universitária (JUC) e alguns dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) passaram a integrar a UPE, o que fez com que as demandas estudantis ultrapassassem as questões ligadas ao ensino superior no Brasil, associando-se a pautas mais gerais, de organização social e política. Desde então, a UPE caiu no descrédito do governo e na linha de combate do poder policial.

Em maio de 1967, após o fim do seu mandato à frente do Ministério da Educação, Flávio Suplicy voltou a reitoria da UFPR, mas enfrentou a resistência estudantil e ameaças grevistas. Várias manifestações foram realizadas pelos estudantes, tal qual a ocorrida no dia 30 de agosto de 1967, quando os alunos protestaram na Assembleia Legislativa contra as seguintes medidas autoritárias impostas pelo governo federal: extinção da União Paranaense dos Estudantes por meio do decreto 228, de 28 de fevereiro de 1967; corte de verbas do Restaurante Universitário, até então administrado pelo DCE; e a decisão de cobrar mensalidades e taxas no ensino superior público. Em 15 de dezembro do mesmo ano, outro movimento universitário eclodiu, denominado “Operação Panela Vazia”. Sob ameaça de fechar o Restaurante Universitário por tempo indeterminado – até que o governo cedesse as exigências – os estudantes agitaram o meio universitário.

De acordo com Zaparte (2022), no início de 1968, além da cobrança de taxas anuais na UFPR, decidiu-se pela criação de dois cursos noturnos (Engenharia e Direito). Entretanto, as anuidades desses cursos eram muito mais caras que as dos cursos diurnos. Fator que prejudicaria sobretudo estudantes com renda financeira baixa, que precisavam trabalhar durante o dia para se manter em um curso noturno. Tais acontecimentos seguiram alavancando os movimentos estudantis que já vinham acontecendo desde o ano anterior. Mesmo com as manifestações estudantis contrárias à cobrança de anuidades dos cursos já existentes e à implantação de mais dois cursos em caráter de ensino pago, a

Universidade Federal do Paraná seguiu com seu propósito, conforme esclarece Andréia Zaparte:

No dia 02 de abril, a Escola de Engenharia, tendo a sua frente o professor Ralph José Leitner, ocupando o cargo de Diretor da Escola, lançou o edital regulamentando a realização do novo concurso de habilitação visando, então, constituir uma turma noturna em regime de ensino pago. Segundo o edital, a Escola de Engenharia oferecia 70 vagas e estabelecia que os alunos aprovados deveriam pagar, além das taxas aos órgãos de representação estudantil e à Reitoria da Universidade, mais 10 prestações de NCr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros novos) por ano e, em caso de atraso no pagamento, o aluno ficaria impedido de realizar as provas e exames finais, incorrendo na sua reprovação. O edital também estabelecia que, sob nenhuma hipótese, seria deferido pedido de gratuidade de ensino. (Edital nº 33/68 apud DIÁRIO DO PARANÁ, 1968). (2022, p. 113).

Em 14 de março de 1968, foi discutida a proposta de implantação do curso de Direito, estabelecendo que o mesmo também seria em caráter de ensino pago, com contribuição de NCr\$ 200,00 para a manutenção do curso, mais anuidade de NCr\$ 100,00. A criação dos dois cursos noturnos, nas condições propostas pela UFPR, desagradou extremamente os universitários, que passaram a se organizar para impedir a realização do vestibular no Centro Politécnico. Na noite anterior ao dia 1º de maio de 1968, cerca de quinhentos estudantes do Curso de Engenharia ocuparam as dependências do Centro Politécnico e impediram a realização da prova de vestibular da Escola de Engenharia da UFPR. Entretanto, os protestos dos estudantes não derrubaram o projeto de instituir o ensino pago na Universidade Federal do Paraná, e um novo edital de convocação foi divulgado, remarcando a realização do vestibular para o dia 12 de maio de 1968.

Nesse contexto conturbado, graves confrontos se deram entre os universitários e a polícia, sobretudo em consequência da cobrança de mensalidades do novo curso Engenharia. De acordo com Andréia Zaparte:

De um lado, estudantes contra a instituição do ensino pago numa universidade federal, do outro, a polícia, que a pedido da Reitoria visava assegurar a realização das provas a qualquer custo. José Ferreira Lopes, estudante de medicina na UFPR em 1968, conhecido atualmente como *Doutor Zequinha*, lembra que já havia uma negociação e os estudantes vinham se manifestando contra o ensino pago, por outro lado, a Universidade assumia uma posição firme para realizar o concurso “tinha a sua frente Flávio Suplicy de Lacerda né, reacionário, conservador, um homem de direita e que sustentava essa posição. (LOPES, 2013)”. (2022, p. 117).

O movimento contra o ensino superior pago teve início no dia 12 de maio, quando cerca de 200 estudantes se reuniram próximo ao Centro Politécnico, que já estava ocupado pelas tropas da PM. Os estudantes foram barrados ao tentar se aproximar, em seguida a cavalaria avançou sobre eles. Cerca de uma dezena de estudantes foi ferida. O confronto demorou a terminar (mais ou menos duas horas) e teve como saldo pouco mais de cinquenta estudantes presos, sendo liberados somente cinco horas depois. De acordo com José Roberto Braga Portella, Christiane Marques Szesz e Renato Lopes Leite:

A tropa tentou recuar, o comandante bradava: “Atiraram num soldado nosso. Ele está ferido. A coisa vai engrossar agora”. Enquanto alguns estudantes soltavam rojões, outros jogavam pedras e bolas de gude, com estilingues. Algumas roldas foram soltas no asfalto para imobilizar os cavalos, mas não deu resultado. A luta prolongou-se por quase duas horas. Em maior número os policiais começaram a fazer as prisões: 59 estudantes foram presos às 10 horas e soltos às 17 horas (Jornal de Curitiba, 14 de maio de 1968). (2012, p. 108).

Seguindo o curso das manifestações, no dia seguinte os estudantes, depois de realizar uma assembleia, decretaram greve geral por 24 horas. No mesmo dia tomaram de surpresa três prédios centrais da reitoria e isolaram o quarteirão inteiro com barricadas de arames farpados, sendo que cerca de mil alunos dominaram os prédios. Nesse episódio, o busto do reitor Flávio Suplicy de Lacerda foi derrubado, o nariz cerrado e posteriormente arrastado pelas ruas de Curitiba. Sobre esse fato, Névio de Campos e Eliezer Feliz Souza retrataram a reação do reitor da seguinte forma:

Diante desse suposto descaso da polícia, Flávio Suplicy lamentou: “[...] hoje a polícia está aí – não pedi, porém”. Em seu entendimento, “[...] mesmo prevendo tal situação, tudo aconteceu, entretanto, sem interferência do reitor, mas fui responsabilizado por tudo”. Na avaliação de Flávio Suplicy, “[...] constatou-se também uma perfeita organização na operação da tomada do prédio da reitoria. Alguém guiou os estudantes. Houve técnica avançada, conforme constataram o SNI e a Polícia Federal”. (2018, p. 220).

Com isso, os estudantes conseguiram que suas reivindicações fossem atendidas. Entre elas, a retirada das tropas da PM de dentro da Universidade Federal do Paraná e a suspensão do vestibular na Escola de Engenharia. Dois meses depois, especificamente em 16 de junho de 1968, o governo federal presidido por Costa e Silva, após reunião com o SNI, ordenou a repressão em todo o país. O cerco contra os estudantes se acirrou drasticamente. No dia 13 de outubro de 1968, 45 estudantes paranaenses foram presos no XXX Congresso da UNE, ocorrido clandestinamente em um sítio em Ibiúna. No dia 16

de outubro, 43 deles chegaram ao Paraná e logo foram soltos. Segundo Névio de Campos e Eliezer Feliz Souza, o “pedido de prisão preventiva dos estudantes foi expedido no dia 21 de outubro, quando já estavam todos soltos”, (2018, p. 225).

De acordo com Zaparte (2022), frente ao ocorrido no XXX Congresso da UNE, os estudantes optaram por realizar congressos regionais, de menores proporções, nos estados, para dar continuidade às discussões iniciadas em Ibiúna. No Paraná, o encontro regional foi marcado para 17 de dezembro de 1968, em propriedade particular conhecida como Chácara do Alemão, localizada no bairro do Boqueirão. Entretanto, de todos os problemas que os estudantes teriam que enfrentar – logística, clandestinidade, proximidade da chácara com uma base militar – a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) no dia 13 de dezembro de 1968, era o que mais preocupava os estudantes, pois não se sabia ao certo a que grau a repressão poderia chegar. Segundo Andréia Zaparte:

Apesar de estarem com suas atividades proibidas e com os órgãos de representação estudantil extintos, os estudantes não cessaram suas manifestações ou organizações. Contudo, naquele momento, o problema mais aparente para a realização do encontro regional surgiu com a do Ato Institucional nº 5 (AI-5) no dia 13 de dezembro, apenas quatro dias antes da data marcada para o congresso regional. Dada a proximidade das datas, naquele momento ainda não se tinha a clareza de sua real dimensão, nem de suas violentas consequências. Sabiam que a repressão se intensificaria, mas não a que ponto ela poderia chegar e, que a concessão de Habeas Corpus a acusados de praticar crimes contra a segurança nacional ficava proibida. (2022, p. 135).

Entretanto, mesmo diante de uma aparente intensificação das ações repressivas, os estudantes decidiram manter a realização do encontro sob o disfarce de uma churrascada, seguida de um torneio de truco e, desse modo, começaram a chegar à chácara, por volta das 9 horas da manhã. Com uma estrutura organizacional bem montada, incluído até mesmo senha de acesso, os estudantes esperavam que nada desse errado. Entretanto, não foi exatamente isso que aconteceu, pois, o congresso foi rapidamente descoberto, conforme Andréia Zaparte esclarece:

Por volta das 11 horas eles foram surpreendidos pela polícia, que chegou no local camuflada em caminhões frigoríficos e prendeu todos os estudantes e, junto com eles, levou diversos textos, foguetes e três facas de cozinha, certamente indispensáveis em qualquer churrasco, mas levadas como provas de um crime. (2022, p. 136).

Tais acontecimentos evidenciaram a força do aparato repressivo e a criminalização da luta estudantil, potencializada sobretudo pelo AI-5. O resultado final

foi a prisão de 42 estudantes paranaenses participantes do congresso. Entretanto, o acirramento da repressão com o AI-5 atingiu outras forças de resistência na luta contra a ditadura militar. “No Estado do Paraná, pelo menos 175 pessoas foram vítimas de torturas”, (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 113).

Assim, na Universidade Federal do Paraná o ano de 1968 foi marcado por intensos conflitos gerados pelas imposições, tanto no percurso, quanto após a consolidação da reforma universitária (Lei 5.540/1968), sobretudo, pela tentativa de cobrança de anuidade. Bem como pela resistência dos estudantes não apenas contra a política educacional, mas contra toda violência e o autoritarismo imposto pelo regime militar.

De acordo com Campos; Souza (2018), as lutas estudantis ocorridas no âmbito da UFPR resultaram na revogação da cobrança das mensalidades, mas a batalha não implicou em abrandamento da repressão aos estudantes, uma vez que também lutavam contra os abusos da ditadura militar. No início de 1969, o governo continuou implacável, tanto que extinguiu a UPE, valendo-se do decreto 228 de 28 de fevereiro de 1967, assinado pelo presidente Costa e Silva. Imediatamente a isso, voltou-se contra o DCE da Universidade Federal do Paraná, que acabou extinto por meio da portaria 5.373 em 25 de fevereiro de 1969. Sem a UPE e o DCE, a organização estudantil na UFPR concentrou-se nos diretórios ou centros acadêmicos, porém sob forte controle e vigilância dos militares e dos agentes da própria universidade.

Mas a vigilância, o controle e a repressão política, conforme já exposto em capítulos anteriores, não incidiu unicamente sobre os estudantes. Observou-se com base nos estudos de Mansan (2014) que o campo educacional, sobretudo, a educação superior, tornou-se um dos alvos preferidos da comunidade de informação e segurança a partir de 1964. Em relação à Universidade Federal do Paraná, três fatores parecem ter contribuído para a escalada da vigilância, controle e sistematização da repressão militar em seu âmbito. O primeiro foi devido ao histórico de expressiva participação da comunidade acadêmica (principalmente dos estudantes) em mobilizações anteriores ao golpe de 1964. O segundo fator girou em torno da percepção do governo de que a cooptação do ensino superior seria de grande valia se fosse transformado em mecanismo gerador de consensos favoráveis à estabilidade política do regime militar e como espaço provedor de profissionais alinhados ao seu projeto de desenvolvimento econômico. E por fim, pelo fato de que a todos os setores da comunidade acadêmica, sobretudo, os estudantes, participaram efetivamente das mobilizações e protestos contra a política educacional e a

ditadura militar. Isto é, defendiam pautas particulares, como a gratuidade do ensino superior, e pautas mais gerais, tais como mudanças sociais, anti-imperialismo e reformas de base.

A década de 1980 seguiu marcada por intensa vigilância sobre todos os setores que diziam respeito ao ensino superior, tanto em nível federal, quanto estadual. Sendo assim, a DSI/MEC continuava realizando suas atividades de vigilância, sobretudo em relação às três principais entidades representativas do ensino superior: estudantis, docentes e servidores, vistas como controladoras e influenciadoras dos campi universitários. Assim, as mais vigiadas foram: Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Dentre essas, cabe ressaltar a atuação da ANDES como respeitável entidade representativa das lutas surgidas do âmbito universitário a partir da década de 1980, e alvo de constante atenção dos órgãos de vigilância e segurança, conforme esclarece Jaime Valim Mansan:

O importante trabalho de organização da ANDES junto aos docentes e suas associações, no início dos anos 1980, despertava o interesse de agentes e órgãos de vigilância, preocupados também com a união de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como com o apoio que estudantes estariam planejando prestar ao “Dia Nacional de Luta”, amplo protesto de abrangência nacional. Dessa preocupação era indicativa a ampla distribuição de informes relacionados ao assunto, enviados a setores de vigilância do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, à rede do SNI e às polícias civis de todo o país, incluídos aí os vários DOPS. (2014, p. 82).

No Estado do Paraná, a ação da vigilância não foi diferente. De acordo com Mansan (2014), no período de 1979 a 1982 a vigilância sobre a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR) foi bastante aguda, tanto que a DOPS/PR elaborou extenso dossiê com informativos advindos da ANDES, recortes de jornais e panfletos. O dossiê elaborado contava também com ofícios enviados pela entidade a professores da Universidade Federal do Paraná. É possível que através de tal interceptação associados teriam sido entregues aos órgãos de vigilância por colaboradores, conjecturando-se que o acesso a tais informações poderia ter ocorrido de forma eventual ou intencional.

Além da DSI/MEC e suas ASIs, a vigilância sobre as entidades ligadas à universidade paranaense também era realizada pela DOPS/PR, sobretudo por meio de dossiês que continham listas de entidades apoiadoras dos movimentos que estavam ocorrendo em vias nacionais. Segundo Jaime Valim Mansan:

Em 1982, uma lista de entidades apoiadoras da greve docente (dentre elas a Associação dos Delegados, a Associação dos Detetives e a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, além de entidades mais diretamente vinculadas à educação) foi elaborada pela DOPS/PR, assim como uma lista dos membros da Associação dos Professores do Paraná, incluindo as “lideranças nas demais cidades” além da capital do estado. Observe-se que tais listas incluíam, além de nome completo, o endereço residencial e, em muitos casos, também o telefone particular dessas pessoas. (2014, p. 86).

Após a escalada repressiva imposta pelo AI-5 em 1968, a extinção da UPE e do DCE/UFPR em 1969, e mesmo sob forte repressão, os movimentos estudantis continuaram acontecendo. Isto é, as greves estudantis adentraram os anos 1980 como expressiva forma de resistência. Por essa razão, continuaram sendo vigiadas com bastante atenção, por meio do trabalho interligado entre os órgãos federais ligados ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e órgãos de informações e segurança estaduais, a exemplo, da DOPS/PR. A respeito disso, Jaime Valim Mansan explica que:

Em 1980, o CIE encaminhava à agência central do SNI informações sobre o apoio, no Paraná e em Santa Catarina, a uma greve nacional de estudantes universitários liderada pela UNE. Indicava nomes de lideranças discentes e docentes e, inclusive, citava um episódio envolvendo um policial da DOPS/PR que, infiltrado, teria lançado “pó de mico” em estudantes que protestavam, tendo sido “retirado às pressas por policiais militares”, posto que, em reação, os manifestantes o haviam cercado. (2014, p. 87).

Esse acontecimento chama atenção para alguns dos questionamentos que permeiam essa pesquisa, uma vez que a inclusão de agentes da estrutura de vigilância, revestidos de funções docentes no cerne da universidade, abriram um leque de possibilidades que juntamente com o trabalho realizado pela estrutura de informação – tais como, as (ASIs) universitárias – permitiram a intensificação da vigilância e da repressão sobre docentes, discentes, técnicos-administrativos e todos que compunham o quadro funcional universitário. Segundo Jaime Valim Mansan:

Disso é exemplar o caso de Luiz Chemim Guimarães que, além de professor da UFPR, era Diretor da Polícia Civil naquele estado. Por ocasião do referido tumulto gerado pelo agente da DOPS/PR que teria

lançado “pó de mico” nos estudantes, a atuação daquele professor/delegado foi fundamental, do ponto de vista da manutenção do controle: “em entrevista coletiva à imprensa, inocentou Gerson [Luiz do Amaral Guedes, o policial da DOPS/PR que teria gerado o tumulto] e justificou a presença de policiais no local, para manter a ordem pública”. (2014, p. 89).

Diante do exposto, foi possível perceber que a UFPR não passou despercebida aos “olhos” da “comunidade” de Informação/Segurança. O fator peculiar do reitor (Flávio Suplicy de Lacerda), ter assumido o Ministério da Educação no governo de Castello Branco, primeiro presidente do regime militar, parece ter colocado, desde o início, a Universidade Federal do Paraná na mira da ditadura militar. Suplicy exerceu o cargo de ministro até 1966, e foi responsável pela Lei 4.464/64 que proibiu as atividades políticas e extinguiu os órgãos de representação estudantil, a exemplo da UNE. Após findar seu mandato, reassumiu entre 1967 e 1971 as funções de reitor da UFPR. Mas, ao manter-se alinhado aos preceitos do regime militar sua gestão foi marcada pelos mais intensos confrontos com estudantes, docentes e todos aqueles contrários às questões que diziam respeito ao âmbito acadêmico e também a demandas mais gerais, que envolviam lutas contra o autoritarismo do regime militar. Isso tudo exigiu a máxima atenção dos órgãos de vigilância. “As ‘casas do estudante’ também eram vigiadas. A CEUC (Casa do Estudante Universitário de Curitiba) esteve sob vigilância constante da DOPS/PR pelo menos de 1968 a 1980”, (MANSAN, 2014, p.103).

Dessa forma, podemos concluir que dificilmente algo relacionado à Universidade Federal do Paraná passou despercebido pela estrutura de informação e vigilância. Até porque essa estrutura contou com outros meios de controle, como as práticas de delações. Assim como ocorria em outras instituições de ensino superior brasileiras, na UFPR as ações e manifestações contrárias à ditadura militar foram reportadas aos órgãos de vigilância por reitores, diretores, professores, servidores técnico-administrativos e até mesmo por estudantes favoráveis ao regime.

CAPÍTULO 4. MECANISMO DE DELAÇÃO NA UFPR

4.1 Breve conceitualização sobre as práticas de delações

Nas últimas décadas o número de estudos sobre os mecanismos de delação demonstra o despertar do interesse de muitos pesquisadores para o assunto, sobretudo por se tratar de um instrumento complementar de sustentação dos regimes militares. As denúncias, feitas por pessoas comuns, geralmente partiam de uma colaboração espontânea e tinham motivações diversas: adesão ideológica, razões instrumentais, pelo medo (tanto da violência, quanto da consolidação do comunismo), por meio do terrorismo, com objetivo de proteger a si e membros da família, entre outras. Originalmente, havia distinção entre o delator e o informante, embora suas práticas estivessem relacionadas. O primeiro não era remunerado, nem se encontrava ligado a nenhum órgão do governo; o segundo era remunerado pelo Estado, pois normalmente estava ligado a alguma agência de informação criada pelo governo.

Entender como os mecanismos de delação funcionaram permite compreender também as atitudes colaboracionistas da população em relação ao Estado, derrubando o mito da resistência total aos governos autoritários. Ao passo que, conhecer as motivações dos queixosos e as maneiras pelas quais suas práticas acusatórias foram articuladas com as atividades repressivas da ditadura militar propicia compreender a dimensão da importância dessas delações para a manutenção do regime.

Segundo Lvovich (2017), a primeira explanação sobre o funcionamento do aparelho de denúncias durante a ditadura militar foi realizada por Sheila Fitzpatrick e Robert Gellately. Na visão desses autores, tratava-se de uma colaboração livre, partindo de cidadãos individuais, dirigidas a um organismo de poder. Entretanto, as práticas de denúncia não se restringem somente a períodos ditatoriais, pois podem ocorrer em qualquer tempo. Em meio a contextos ditatoriais, as queixas habitualmente são contra pessoas consideradas inimigas do povo ou da nação e contra membros de grupos estigmatizados. Normalmente, as acusações contra outros cidadãos ou funcionários ocorrem juntamente com a solicitação de medidas punitivas. Nesses casos os delatores afirmam agir em nome do dever para com o Estado ou bem comum. Outro elemento elencado nesses estudos tratou de distinguir o informante do denunciante, esclarecendo que, apesar de possuir ações interligadas, há diferenças entre os dois. O denunciante normalmente não tem elo com a polícia, não é remunerado e não exerce oficialmente a

prática de delator. Já o informante tem relação regular com a polícia e recebe remuneração para exercer essa função.

Ainda de acordo com Lvovich (2017), as práticas de delação facilitam muito a repressão por parte do Estado, devido à sua natureza generalizada e cotidiana, visto que se trata de uma complexa mistura entre elementos ideológicos e motivações pessoais. Lvovich (2017) menciona outros autores que em suas análises também chamam a atenção sobre a importância das denúncias para a manutenção dos aparelhos repressivos. É o caso de Robert Gellately, que escreveu sobre a importância das denúncias para o funcionamento do sistema repressivo na Alemanha nazista. E de Erick Johnson, que concorda com Gellately e ressalta que as punições eram mais severas nos casos de denúncias contra vítimas já estabelecidas pelo regime nazista, enquanto as acusações contra os sujeitos de fora desses grupos tiveram punições menos severas. Peter Anderson retratou que a extensão das denúncias contra pessoas do lado republicano na Espanha da Guerra Civil poderia explicar a enorme quantidade de republicanos processados pelos tribunais militares do governo franquista. Sendo assim, no caso da Espanha as motivações eram mais ideológicas do que instrumentais. Sheila Fitzpatrick menciona em seus estudos que na União Soviética as delações tiveram enorme extensão em resposta a uma investigação do Estado, generalizada e persistente. No caso Italiano, Franzinelli Mimmo discorreu que a ampla disseminação da denúncia, realizada de maneira geral favoreceu a consolidação do governo ditatorial.

Com base nessas análises, Daniel Lvovich confirma que:

En todos los casos se sostiene la existencia de una denuncia ideológica, formulada por los afectos políticamente al régimen, frente a una denuncia instrumental, destinada a obtener beneficios para el delator a través de la manipulación de los instrumentos represivos del Estado para intentar orientarlos contra los adversarios personales denunciados. (2017, p. 78).

De acordo com Lvovich (2017), na historiografia argentina o papel das denúncias no período da ditadura militar (1976-1983) tornou-se objeto de atenção somente nas últimas décadas, precisamente por meio dos trabalhos de Guillermo O'Donnell e Hugo Vezzetti, que abriram um leque de questionamentos importantes sobre atitudes sociais, entre as denúncias feitas pelos cidadãos que não ocupavam cargos de responsabilidade política. Segundo Lvovich (2017), Guillermo O'Donnell esclareceu que o controle ditatorial sobre a população só pôde ser desenvolvido por conta da existência

de uma sociedade que se patrulhava, referindo-se a um grande grupo de pessoas que voluntariamente exercitou seu próprio ‘pathos’ (excesso, em grego) autoritário. Eles foram, segundo O’Donnell, “capos” (chefes, em italiano) que, assumindo valores até então negados, foram além do que o regime ditatorial lhes exigiu, que era exercer a vigilância sobre o vizinho. De acordo com Lvovich (2017), Hugo Vezzetti verificou que em muitos casos a delação ocorreu de forma voluntária, mas houve aqueles em que foi forçada por pertencimento a instituições ligadas a repressão. De qualquer forma, os métodos de acusação possibilitaram o desdobramento do terrorismo ditatorial.

Lvovich (2017) afirma que outros autores argentinos exploraram questões ligadas ao mecanismo de delação, entretanto seus estudos voltaram-se às delações de membros pertencentes a organizações revolucionárias que, devido ao fato de não terem suportado as torturas nos centros de detenção, foram considerados traidores por seus companheiros. Para lançar luz a essas afirmativas, o autor faz referência aos estudos de Pilar Calveiro, que considera em suas análises que as denúncias foram uma consequência frequente da tecnologia do desaparecimento, contribuindo para estigmatizar os sobreviventes das torturas, já que esses se viam ainda mais humilhados quando questionados sobre o porquê de terem sobrevivido.

Referente às práticas de denúncias, Lvovich (2017) menciona ainda, a argentina Marina Franco ressaltando que a autora procurou, em seus estudos, investigar como funcionaram os mecanismos, isto é, a estrutura disponibilizada pelo Estado para possibilitar o desenvolvimento de ações repressivas ligadas às denúncias. Em seu livro “Um inimigo para a Nação” explanou sobre o desenvolvimento legal e ilegal de ações implantadas no terceiro governo peronista, antes do golpe de 1976. Uma delas se desenvolveu em 1973, quando o Conselho do Movimento Nacional Justicialista iniciou a “purificação ideológica”, em um documento assinado por Juan Perón que pedia a participação popular através de todos os meios possíveis para alcançar a purificação em uma “guerra contra os marxistas”. A divulgação dessas ideias contribuiu para que fosse desencadeada uma verdadeira caça às bruxas, através do avanço das denúncias contra o “inimigo”. Outra ação se deu mais adiante, quando, para combater as operações do Exército Revolucionário de Tucumán, os militares se pautaram em um decreto do governo vindo de Isabel Perón no ano de 1975, que implicava a implementação de um vasto plano repressivo, com fórmulas para incitar a delação da população rural. Tal incitamento algumas vezes foi rejeitado, outras vezes aceito por várias razões, como, por exemplo, medo, identificação com o perpetrador, desejo de poder, vingança contra o acusado ou

obtenção de algum benefício pessoal. Sobre o conceito de denúncias no contexto da ditadura militar iniciada na Argentina, Daniel Lvovich discorre que:

El único artículo dedicado por completo a analizar un caso de denuncias em la ditadura de 1976 fue escrito por Mora Conzáles Canosa. Se Trata de un análisis sobre um legajo conservado en el Archivo de la DIPBA referido a um conflito em uma escuela técnica em la localidad de Lincoln de esa provincia. El expediente considerado remite a um conflito de larga data, ya que había comenzado a principios de la década de 1970 delineando dos grupos enfrentados em el colegio: por un lado, un conjunto de profesores que acusaban al director de irregularidades administrativas y de maltratar a docentes y estudiantes, y por outro, el próprio director junto a personal administrativo y miembros de la cooperadora escolar. Desde 1973 se habían presentado denuncias ante el Consejo Nacional de Educación Técnica (CONET) y en 1976 ante la justicia, aunque dado que de ese modo no se resolvía el conflicto, el sector opuesto a la dirección elevó a fines de ese año una denuncia ante la jefatura de Policía de la provincia em la que acusaba al director y su entorno de formar parte del comunismo y de la <<subversión>> y de lo respetar los símbolos nacionales, solicitando a la autoridad policial <<que arranque de raíz a los que olvidan los más elementales preceptos de nuestra esencia nacional>>. Sin embargo, el director de la escuela había calificado a los estudiantes que lo habían denunciado ante el CONET como <<subversivos>> y los había amenazado com llevarlos ante la Junta Militar. (2017, p. 82-83).

Sendo assim, percebeu-se, através desse caso, que ambos os setores em conflito, utilizaram a ameaça e a ideologia da ditadura militar para atingir seus objetivos. Isto é, os indivíduos conseguiram tirar proveito da máquina estatal do terror, sem que isso indicasse necessariamente sua adesão à ditadura. Segundo Lvovich (2017), esses atores, ao oferecerem seu apoio por meio da denúncia e adesão, apesar do comportamento que contribuiu com o autoritarismo e o medo, não compuseram o mecanismo repressivo em si. Nesse caso, sob as condições impostas pelo regime militar, uma parte da população tornou-se complacente, mas também, potencialmente corretiva para si e para os outros.

Para tratarmos da ditadura militar brasileira recorremos a pesquisadores como Rodrigo Pereira (2017), em cujos estudos pudemos observar que as delações que envolveram cidadãos comuns, em alguns casos, não formaram uma base de apoio concreta ao regime militar. Mas eram importantes – por isso não deveriam ser desprezadas – e não só estiveram presentes durante todo o processo ditatorial, como também aumentaram ao passo em que o Estado instrumentalizava seus mecanismos de delação. “Salientamos que independente de qual categoria se encontravam estes sujeitos, ao delatarem supostas transgressões à ordem pública transformaram-se em peças

fundamentais da engrenagem que colocava em movimento a máquina repressiva”, (SILVA, 2017, p. 95).

Além disso, ao analisar que as denúncias partiram de indivíduos comuns, percebeu-se que sua posição de denunciante era diferente das de um informante e que, apesar de possuírem ações interligadas, existia diferenças entre os dois. A pessoa do denunciante normalmente não teria elo com a polícia, não seria remunerada, isto é, não exerceria oficialmente a prática de delator. Já o informante teria relação regular com a polícia e receberia remuneração para exercer essa função.

Sendo assim, os motivos que moviam os denunciantes eram múltiplos e provenientes da intensificação e da disseminação da ideologia anticomunista que acabou impregnando vários setores da sociedade, gerando condições propícias para que os cidadãos decidissem delatar espontaneamente uns aos outros.

Isto é, o anticomunismo constituiu uma conjunção própria de imagens destinadas a representar os comunistas e o comunismo. Tais imagens concentraram-se em destacar aspectos negativos nas doutrinas e práticas comunistas, demonstrando, sobretudo à crescente rejeição ao projeto revolucionário que despontava nas primeiras décadas do século XX.

As representações construídas ao longo da história demonstraram os comunistas através de inúmeros adjetivos negativos, como, por exemplo: “piratas”; “desvairados”; “paranoicos”; “degenerados”; “tresloucados”; “dementes”; “bárbaros”; “selvagens”, entre outros arquétipos. Além disso, de acordo com Motta; Queiroz (2000), o comunismo foi identificado como a imagem do “mal”, isto é, vinculando ao pecado, o sofrimento e a morte. No viés anticomunista, a proposta apresentada pelos comunistas implicaria em pecado, pois questionava a moral cristã, defendia o divórcio, o amor livre e o aborto. Em relação a temática ligada a morte, procurou-se associar o comunismo a pestes ou patologias que deveriam ser extirpadas. A demonização do comunismo foi outro atributo amplamente utilizado pelas correntes anticomunistas, que associaram o comunismo com o demônio e a revolução comunista como perpetração do “mal absoluto”.

Segundo Motta; Queiroz (2000), as representações anticomunistas, em geral, foram agrupadas em conjuntos maiores, sendo estes: demônios; agentes patológicos; ameaça estrangeira; desafio moral e inferno soviético. Além disso, três conjuntos de representações relacionados a personagens e acontecimentos foram vinculados ao comunismo e tiveram grande importância na campanha anticomunista, tais como: União Soviética; “Intentona Comunista” e Luiz Carlos Prestes.

A criação do imaginário que pregou a demonização do comunismo passou a existir quando a Igreja Católica começou a percebê-lo como sério perigo a doutrina religiosa cristã. No Brasil, os religiosos utilizaram com frequência o recurso de demonização dos comunistas. Entretanto, associar o comunismo ao demônio não era uma prática exclusiva da Igreja, a grande imprensa também utilizou recursos semelhantes, porém, fora do círculo religioso as comparações foram mais implícitas, atrelando os revolucionários as forças do mal, produtores de “planos diabólicos”, com “astúcia e arte diabólicas” e cheios de “artifícios diabólicos”. Por fim, havia uma forma de representação correlata a demonização na qual os comunistas eram apresentados como criaturas assustadoras, insetos, animais ou bichos assustadores e asquerosos. De acordo com Motta; Queiroz (2000), esse processo foi chamado de “zoomorfização”, cujo os exemplos mais comuns de associação ao comunismo eram o polvo, a serpente, o lobo, o abutre, cobra, entre outros. Por vezes, os comunistas também foram apontamentos como monstros.

Outra forma de caracterização do comunismo dentro do quadro de adjetivos negativos se deu por meio da sua associação com doenças e temas concernentes, como, por exemplo: peste; praga; bacilo; veneno; vírus; câncer; infecção; entre outros. Para Motta; Queiroz (2000), esse tema esteve constantemente presente no imaginário anticomunista. Já os comunistas eram representados como indivíduos doentes, cuja as enfermidades faziam com que assumissem ideologicamente posições revolucionárias.

Além disso, ao representar o comunismo como enfermidade, alcançou-se outro tema correlato, o da “infiltração”, uma vez que, segundo a ideologia anticomunista, os revolucionários eram dedicados a infiltrarem-se em organismos sociais, causando-lhes enfermidades internas. No Brasil, em meados da década de 1960 o tema “infiltração” ganhou relevância no imaginário anticomunista, sobretudo devido ao ato de aproximação política do presidente João Goulart com o Partido Comunista Brasileiro. Para os opositores do comunismo, tal aproximação representava um grave risco de infiltração da ideologia revolucionária em meio ao aparato estatal. Nesse sentido, Rodrigo Patto Sá Motta e Suely Robles Reis de Queiroz, enfatizam que:

[...] foi no contexto da primeira metade dos anos 60 que referências à infiltração ganharam posição de relevo no imaginário anticomunista, tornando-se um dos assuntos mais explorados. A principal explicação é que o Presidente Goulart estabeleceu uma aliança política com o PC e, por isto, os anticomunistas consideraram que o risco de infiltração no próprio aparato do Estado tornara-se grave. (2000, p. 80).

A representação do comunismo como ameaça advinda do exterior, também englobou os temas correlatos a doença e “infiltração” mencionados acima, pois, tratava-se de um corpo estranho infiltrado no Brasil por influência estrangeira. (MOTTA; QUEIROZ, 2000). Segundo a ideologia anticomunista, os inimigos externos ao se infiltrarem como agentes patológicos colocariam a sociedade brasileira em risco de degradação. Frente a isso, a União soviética ocupou lugar central no imaginário anticomunista como principal propagadora do comunismo pelo mundo.

A representação anticomunista da União Soviética como ameaça estrangeira foi construída nos anos de 1920 e permaneceu no imaginário anticomunista durante cerca de sete décadas, entretanto, nos anos de 1960, China e Cuba também foram denunciadas como fontes da conspiração comunista.

De acordo com Motta; Queiroz (2000), no Brasil os comunistas utilizaram-se dos fenômenos soviéticos, como, por exemplo: Estado proletariado – que teria extirpado a desigualdade e a exploração; União Soviética como potência mundial; vitória sobre os nazistas; conquistas espaciais; entre outras, como tática de proselitismo ideológico. Por outro lado, os anticomunistas se empenharam em desconstruir o mito do “paraíso socialista”, compondo uma nova imagem representativa da União Soviética como “império do mal” ou “inferno vermelho”. Segundo o mesmo autor, as representações antissoviéticas, concentraram-se em quatro temas principais: moral; ateísmo; violência e condições sociais. Outros temas como a “infância comunista”, perseguições religiosas contra a Igreja católica, violência – denúncias de que os bolcheviques cometiam violências sem limites com instintos sanguinários – e a questão social construída pelos anticomunistas de que o bolchevismo era um regime que oferecia miséria e exploração, foram temas muito explorados pelos adversários dos comunistas.

O anticomunismo brasileiro surgiu logo após a Revolução de 1917, como um fenômeno reativo ao advento do bolchevismo na Rússia e das crises revolucionárias ocorridas com o fim Primeira Guerra Mundial. Em geral, as representações sobre o que seria o comunismo e a sua suposta ameaça a ordem social, foram baseadas em modelos estrangeiros. Igualmente, as ações realizadas no combate ao comunismo partiram de influências de países do exterior.

Entre 1920 e 1930, a França era a principal fonte inspiradora das ações adotadas pela força repressiva brasileira no combate ao comunismo. Entretanto, diante das transformações mundiais provocadas pela Segunda Guerra, os Estados Unidos foram paulatinamente se consolidando como fortaleza do anticomunismo e serviram de

inspiração ideológica e prática para grupos brasileiros empenhados em destruir o comunismo. Todavia, as incorporações discursivas e imagéticas se deram de maneira seletiva, no intuito de adaptá-las a realidade brasileira.

Portanto, foram produzidas representações originais relacionadas as singularidades da dinâmica política brasileira. Como no caso do imaginário construído em torno do “Levante de Comunista”, ocorrido em 1935, que forneceu grande parte dos subsídios do imaginário anticomunista e contribuiu para concretizar o comprometimento da alta hierarquia militar com a causa anticomunista, contando, instintivamente com a colaboração do grupo. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta e Suely Robles Reis de Queiroz:

Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem a uma verdadeira *legenda negra* em torno da “Intentona Comunista”. O levante foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. (2000, p. 105).

Já a agitação anticomunista que culminou no golpe civil-militar de 1964, foi fruto de um movimento retomado nos idos de 1947 e potencializado pela influência norte-americana a partir da década de 1950. Nesse período setores significativos da sociedade (militar, religioso, policial, político/conservador, imprensa, etc.) se deixaram influenciar por campanhas anticomunistas externas e internas, que pregavam, entre outras coisas, que o estabelecimento do comunismo se daria através do governo Goulart. Sendo assim, a única saída para evitar que isso acontecesse seria retirar o presidente do poder, ainda que à força.

As primeiras campanhas anticomunistas no Brasil começaram a ser vinculadas através da imprensa, que noticiou implicações negativas relacionadas ao estabelecimento do governo bolchevique na Rússia, bem como, as consequências “desastrosas” geradas pela saída desse país da guerra. Ou seja, a caracterização do comunismo russo como uma experiência ruim, catastrófica ou maléfica, foi um dos principais elementos do imaginário anticomunista transmitidos pelos jornais aos leitores brasileiros.

No período de 1917 a 1930, o comunismo foi compreendido pelos grupos adversários brasileiros como uma ameaça remota, isto é, um perigo distante da realidade nacional. Todavia, havia certo empenho em combatê-lo, sobretudo após a fundação do

Partido Comunista no Brasil em 1922. Entretanto, a partir de 1930 e das transformações ocorridas no bojo da “revolução” que permitiu a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o comunismo passou a ser visto como um perigo próximo e, portanto, digno da atenção absoluta das autoridades de segurança.

Com o respectivo aumento do temor ao comunismo, como uma ameaça interna, o espaço do anticomunismo também se ampliou. A imprensa acelerou o ritmo de publicações, que traziam inúmeros argumentos negativos sobre o comunismo. Além disso, um grande conjunto de obras anticomunistas passaram a ser produzidas no Brasil e tinham como objetivo principal, demonstrar a população os riscos que o comunismo representava para o país, conforme explica Rodrigo Patto Sá Motta e Suely Robles Reis de Queiroz:

O aumento do temor à “ameaça comunista” pode ser evidenciado por um detalhe. Na maioria das obras mencionadas apareciam referências, geralmente na “apresentação” ou “prefácio”, à importância de mostrar ao povo brasileiro as mazelas do comunismo. Exemplo: num dos livros anticomunistas publicados à época Vicente Rao, futuro Ministro da Justiça, se dedica a analisar os fundamentos da legislação soviética relativa à organização familiar. Após constatar que a propaganda comunista vinha fazendo progressos no Brasil, “entre patricios menos avisados”, o autor resolveu fazer um livro para mostrar a realidade social soviética, que teria na destruição sistemática da instituição familiar uma característica essencial. Em sua opinião, os sucessos obtidos até então pelos agentes bolchevistas no Brasil deviam-se ao fato de esconderem tão importante aspecto do comunismo, as transformações na ordem moral e na organização da família. (2000, p. 28).

Além disso, ainda de acordo com Motta; Queiroz (2000), o crescimento do comunismo e o conseqüente temor despertado por ele, fez com que a Ação Integralista Brasileira, partido de orientação fascista fundado em 1932 por Plínio Salgado, se fortalecesse. Desde então, a temática anticomunista passou a fazer parte da campanha política integralista, visando a implantação de um Estado integral, que garantisse os valores supremos baseados na máxima “Deus, Pátria e Família”. Após o movimento ocorrido em novembro de 1935 liderado pelo PCB, o anticomunismo foi utilizado de forma ainda mais intensa nos discursos da campanha integralista. De fato, entre 1930 e 1935 a ofensiva anticomunista foi intensificada, não somente ao que se refere as ações da AIB, mas também entre os inúmeros grupos avessos ao comunismo. Nesse caso, quando o “Levante Comunista” se desenrolou, já havia uma sólida base de representações anticomunistas pronta a combatê-lo (MOTTA; QUEIROZ, 2000).

Nos anos entre 1961 e 1964, o anticomunismo se potencializou e se tornou um dos principais elementos precursores do golpe civil-militar de 1964. No contexto da Guerra Fria, sobretudo após a Revolução Cubana, a América Latina passou a ser o centro das atenções no combate a “ameaça comunista”. Segundo Motta; Queiroz (2000), os EUA concentraram todos os seus esforços no sentido de evitar que comunismo adotado em Cuba servisse de exemplo e se expandisse para outras partes do continente americano. Tais esforços, combinaram uma série de medidas repressivas, propagandísticas e de ajuda econômica, direcionados aos países latino-americanos, na tentativa de estabelecer uma “barreira” capaz de impedir o avanço do comunismo.

No entanto, conforme já observado, o Brasil não teria sido somente um país importador do anticomunismo estadunidense, pois desde a década de 1930 se constituiu uma forte tradição anticomunista composta por setores conservadores brasileiros. A principal atividade desempenhada por este conjunto de seguimento, foi disseminar o anticomunismo entre a sociedade. Para tanto, contou em grande medida com a ajuda da imprensa, tendo em vista que as representações divulgadas nesse período davam continuidade à tradição iniciada em 1917 e consolidada nos anos de 1930. As principais imagens que permaneceram no imaginário anticomunista, associaram o comunismo ao sofrimento, a imagem do mal, a práticas imorais e a ideia de que o comunismo seria uma importação estrangeira. Entretanto, de acordo com Motta; Queiroz (2000), os argumentos e imagens utilizados a partir de 1960, podem ter sido diferentes aos da década de 1930.

A partir dos anos de 1960, as acusações sobre o governo soviético tenderam a discorrer menos sobre a violência e enfatizar mais o modelo comunista como sendo frágil economicamente e precário em sua organização social. A demonização e a apresentação dos revolucionários russos como “inimigos estrangeiros”, acabaram perdendo força no período denominado por Motta; Queiroz (2000), como “segunda onda anticomunista”. Referente a continuidade das tradições, o movimento revolucionário de 1935, seguiu mantendo grande importância nos discursos e representações anticomunistas.

Ainda sobre as mudanças e permanências referentes as representações anticomunistas, cabe destacar as transformações ocorridas no papel da Igreja católica. De fato, o que mudou foi que a ortodoxia católica acabou sendo substituída por uma espécie de ecumenismo anticomunista, que visava a união de forças com outras religiões para o combate do comunismo. Segundo Motta; Queiroz (2000), a postura ecumênica da Igreja fortalecia a imagem de que a rejeição ao comunismo era algo universal e não característica de um único grupo. Apesar da mudança que substituiu a ortodoxia exercida

pela igreja católica na década de 1930, no contexto dos anos 1960 o catolicismo assumiu o papel de principal força da luta do “bem” contra o “mal” (atributo do comunismo), pois ainda era a maior força religiosa do Brasil.

No bojo das transformações, a construção da imagem da democracia em oposição ao comunismo foi outro elemento marcante no conjunto das representações anticomunistas, porém o termo só ganhou relevância no imaginário anticomunista a partir da década de 1960. Nesse período vários grupos anticomunistas se autodeclararam democratas e defensores da democracia. Suas propostas visaram estabelecer reformas democráticas ao invés das reformas ditas “comunistas”, associadas ao governo Goulart. O objetivo era oferecer um apelo mais abrangente e garantir certa neutralidade para aqueles que se distanciavam das questões religiosas, mas que compartilhavam dos preceitos anticomunistas. Para Rodrigo Patto Sá Motta e Suely Robles Reis de Queiroz:

Em grande medida, “democracia” não passava de um rótulo vazio de conteúdo, ou melhor, era apenas um designativo para demarcar o campo anticomunista. No discurso e na concepção dos setores conservadores a palavra tinha um sentido genérico, significando simplesmente o contrário de comunismo. Aliás, a falta de compromisso da frente anticomunista com a democracia efetiva ficou patente nas características adotadas pelo regime político derivado do movimento de 1964. No entanto, seria exagerado dizer que todos os grupos anticomunistas usaram o argumento democrático só como fachada. Muitos se sentiram traídos e ficaram decepcionados com o rumo autoritário tomado após a derrubada de Jango. Por outro lado, alguns setores consideravam “democracia” mero sinônimo de regime da livre-iniciativa. O conteúdo político da expressão ficava para segundo plano, a partir do suposto de que uma sociedade democrática deve se basear, necessariamente, na liberdade econômica e na primazia da propriedade privada. (2000, p. 306).

Assim, foi possível analisar que as representações presentes no segundo ciclo anticomunista de 1961 a 1964, se mantiveram essencialmente fiéis a tradição consolidada na década de 1930. Entretanto, inúmeros elementos novos foram agregados, no intuito de dar conta das especificidades do contexto histórico que precedeu o golpe civil-militar de 1964. Isto é, se algumas imagens foram reproduzidas e repetidas no tempo, porém muitas passaram por alterações, adaptando-se às diferentes conjunturas históricas.

Além disso, cabe ressaltar que o anticomunismo, como parte da construção de uma cultura do medo, foi um elemento fundamental empregado para justificar e impulsionar as intervenções autoritárias mais expressivas ocorridas na história da república brasileira. Tanto que, as principais “grandes ondas anticomunistas” ou os

principais “grandes surtos anticomunistas” (MOTTA; QUEIROZ, 2000), ocorreram entre 1935 a 1937 quando se deu a implantação do Estado Novo e entre os anos de 1961 a 1964, contexto que levou a instalação de Estado autoritário comandado pelos militares. Conforme esclarece Rodrigo Patto Sá Motta e Suely Robles Reis de Queiroz:

No decorrer das décadas de vigência da República, os anos de 1937 e 1964 aparecem como marcos de ruptura institucional que deram origem à implantação de regimes autoritários de longa duração e conseqüências profundas. Significativamente, as duas experiências autoritárias mais duradouras da história recente do país foram originadas a partir do estabelecimento de frentes anticomunistas, reunindo elementos sociais diversos (empresários, políticos, militares, religiosos, grande imprensa etc) em torno do combate ao “perigo vermelho”. (2000, p. 13).

As representações criadas pelo imaginário anticomunista em relação ao comunismo e os comunistas, eram em grande parte deformadas e grotescas, pois tinham como objetivo desacreditar a atuação dos revolucionários e criar um estereótipo para o “inimigo interno”. Em determinadas situações grupos movidos pelo medo, pelo ódio ou por influência de convicções religiosas ou ideológicas, pareciam acreditar nas imagens assustadoras divulgadas sobre o comunismo. Todavia, nem todas as imagens construídas e associadas aos comunistas eram apenas fábulas, ou irreais, mas versões exageradas de dados reais. Ou seja, parte das representações surgiram com base em fragmentos reais, principalmente aqueles referentes aos acontecimentos do contexto soviético, mas que foram deturpados.

Diante disso, foi possível compreender que às representações anticomunistas, especialmente as recorrentes da conjuntura iniciada na década de 1960, foram amplamente utilizadas pela estrutura de repressão, principalmente no sentido de se criar uma atmosfera de medo, o que por sua vez, levaria as pessoas a colaborar para que o “mal” pregado pelo anticomunismo não se instalasse no país. Marionilde Dias Brepohl Magalhães ao referir-se a lógica de inculcação da ideologia anticomunista, explicou que, além de criar os mecanismos facilitadores das denúncias por meio do fortalecimento da “cultura do medo”, embasada, sobretudo pelo imaginário anticomunista, a ditadura militar brasileira também se empenhou em “fabricar” o informante. Para tanto, se utilizou da propaganda de Estado com base nessa “cultura do medo”, objetivando convocar toda a população a colaborar,

O próprio Governo incentivou a prática ativa de denúncia por parte do cidadão. Ele conseguiu fazer dessa "colaboração" uma ferramenta

essencial de deslocamento social ao se engajar em intensa propaganda contra a oposição. Essa propaganda tornava cada indivíduo suspeito e cada indivíduo suspeito de subversão um potencial terrorista que ameaçava toda a sociedade brasileira. (1997, p. 4).

Segundo a autora, a ortodoxia mais utilizada pelos militares foi a terrorista, empenhada em criar uma imagem perversa daqueles julgados como inimigos do governo, direcionada tanto aos colaboradores profissionais e quantos os amadores:

Para os funcionários ou colaboradores da repressão, o inimigo é apresentado, cotidianamente, como dotado de uma força demoníaca, contra quem não adianta querer combater ou controlar, mas impõe-se destruir, para que assim, e só assim, seja garantido o bem-estar da sociedade. Ainda que oculto ou mesmo desconhecido, o inimigo é citado cotidianamente como sempre pronto a atacar. A linguagem empregada para designá-lo (perigoso, fanático, terrorista, etc.) desperta, por sua vez, sentimentos paranoicos na sociedade, o que provoca em muitos a disposição à violência. (MAGALHÃES, 1997, p. 7).

Quando a autora discorreu em sua pesquisa a respeito da “fabricação de informantes”, ela estava se referindo aos funcionários e colaboradores diretos da ditadura militar. Mas, ao passo em que as informações e as propagandas do Estado direcionadas aos “quarteis” e outros órgãos de segurança se espalharam pela sociedade, tanto pelos seus receptores diretos quanto por meio de panfletos, jornais e outros veículos de comunicações, a população em geral também foi atingida. De acordo com Marionilde Dias Brepohl Magalhães, os panfletos em sua maioria traziam as seguintes recomendações:

Todos eram convidados a participar da Comunidade de Informações, suspeitando de tudo e de todos que os cercassem, como que movidos por um sentimento de ameaça permanente. Como um interrogador que tem diante de si um espelho falso que lhe permite ver sem ser visto, as atividades do informante devem se tornar invisíveis para a sociedade, tanto quanto para os poderes oficiais, que lhe garantem o anonimato. Só assim ele pode exercer um poder efetivamente produtivo: o de orientar o governo à ação. Pois que o inimigo jamais descansa, está sempre ali e acolá, mudando de tática, aliciando pessoas, incitando à desordem. (1997, p. 9).

Com intuito de abranger o leque de colaboradores com o Estado ditatorial, criou-se um cenário de medo. De acordo com Magalhães (1997), constatou-se que um dos motivos que em geral levaram os cidadãos comuns a denunciarem uns aos outros estaria ligado não apenas ao receio de sofrer retaliações, mas principalmente ao temor de que os comunistas triunfassem e que o comunismo se consolidasse. Desde então, a

“cultura do medo” tornou-se elemento essencial para difundir a ideologia do Estado que buscou apresentar uma sociedade dividida entre algozes e vítimas. “No período da ditadura militar, mais do que em qualquer outro, o comunista representou esse elemento perigoso, perturbador e nocivo; no limite, alguém possuído por forças malignas e incontrolláveis. Um elemento a quem se devia temer”, (MAGALHÃES, 1997, p. 13). Sendo assim, a sociedade brasileira foi convocada a participar da comunidade de informações, levando o indivíduo a suspeitar de tudo e de todos como garantia de uma prática de combate ao comunismo.

Além disso, as delações poderiam proporcionar alguma proteção ao denunciante e a sua família, isto é, serviriam como uma manobra defensiva. Alguns casos retrataram certa ligação por parte do acusador, seja por laços familiares, de amizade ou profissionais, com pessoas relacionadas à máquina repressora do Estado. Entretanto, ao referir-se a “máscara do anonimato”, Marionilde Dias Brepohl Magalhães esclarece que o fato de o Estado garantir o anonimato ao delator encorajava de maneira significativa tais ações.

A questão do anonimato é crucial. Segundo Arendt, o anonimato tem um caráter profundamente paradoxal. Se tal condição humilha o homem comum, por outro lado, ela o encoraja. Esse indivíduo não precisa prestar contas de suas ações diante da opinião pública. Suas ações não são levadas em consideração pelas instituições; o homem comum não é chamado a assumir a responsabilidade pelo que faz ao outro, pois permanece anônimo. O anonimato é condição essencial do processo de denúncia. (1997, p. 3).

Em relação às delações, a ditadura militar concentrou força nas universidades em busca de eliminar qualquer foco de disseminação de ideias comunistas. Na concepção dos dirigentes militares e de delatores oriundos dos centros acadêmicos, certas movimentações (greves, passeatas e até mesmo “trotos”) se tornariam portas de passagem para que o comunismo monopolizasse o pensamento estudantil. De acordo com Rodrigo Pereira Silva:

Nesse contexto, a ideologia comunista se apresentaria como um elemento facilitador destes comportamentos, uma vez que se utilizando de meios imorais e ilegais os comunistas conseguiam atrair jovens ingênuos para seu lado e dessa forma incuti-los a ideia de revolução. Este processo também contaria com a ajuda dos professores “supostamente de esquerda” enquanto doutrinadores do credo vermelho em sala de aula. (2017, p. 110).

Sendo assim, para conter o avanço comunista no âmbito acadêmico algumas medidas foram estabelecidas: a concretização de uma reforma universitária aos “seus

moldes”, ou seja, ideologicamente consonante ao regime militar, sem ceder às pressões e exigências dos grupos que tentaram insistentemente combatê-la; e a criação de um sistema de informação que interligava órgãos controladores, dentro e fora das universidades, com intuito de estimular e facilitar práticas de denúncia no âmbito acadêmico entre agentes sociais divergentes.

4.2 A face dos delatores nos dois ciclos da “Operação Limpeza”

Aproximando-se do fim dessa trajetória analítica sobre as práticas de delações na Universidade Federal do Paraná (UFPR) durante a ditadura militar, torna-se importante esclarecer algumas questões que serão fundamentais para a compreensão do objeto estudado e para se chegar ao objetivo geral deste trabalho: desvelar o alcance participativo dos colaboradores, aqui entendidos como denunciantes pertencentes ao quadro universitário da UFPR, mas não necessariamente ligados à Assessoria Especial de Segurança e Informação, nos processos geradores dos expurgos, afastamentos, aposentadorias e outros meios de controle e repressão. Considerando que a frequência e a duração desses apoios variaram amplamente, assim como as razões que levaram a isso.

Dois momentos marcaram a intensificação da atuação da repressão militar sobre as universidades. O primeiro foi proveniente do ciclo repressivo instaurado no imediato pós-golpe civil-militar de 1964, que colocou as instituições de ensino superior no alvo dos expurgos realizados pelo processo repressor resultante do primeiro Ato Institucional do Estado autoritário, de 9 de abril de 1964, classificado como “Operação Limpeza”. Já o segundo ciclo de expurgos ocorreu com a edição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Destacando-se que a intensificação das políticas repressivas sobre as universidades nos períodos elencados e os variados mecanismos de controle implantados nessas instituições foram fatores que contribuíram para o avanço das práticas de delações.

Seguindo no contexto das agitações políticas, o campo universitário, mesmo antes do golpe, já vinha despertando a atenção dos órgãos de informações, devido ao fato de ter em seu meio importantes grupos de esquerda, dois em especial: a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP); Ação Popular (AP), organização política mais forte no âmbito do movimento estudantil.

Para Motta (2014), as universidades no início dos anos 1960 foram se tornando lugares promissores para a difusão dos valores de esquerda, devido a influência das transformações do cenário nacional, que implicaram em crescimento urbano e industrial,

expansão e organização de movimentos sociais, sindicalização e formação de entidades camponesas e de entidades representativas de moradores de favelas.

Ainda de acordo com Motta (2014), o aumento exponencial de estudantes universitários no fim da Segunda Guerra Mundial – de 30 mil em 1945 passou a cerca de 140 mil em 1964 – fez com que se tornassem o grupo mais visível e influente dessa década. Além disso, os jovens universitários receberam notoriedade por terem realizado várias ações de mobilização junto à população, como, por exemplo, campanhas de alfabetização, criação de sindicatos rurais, organização de moradores de favelas das grandes cidades e lutas pelo despertar da consciência crítica sobre os direitos dos cidadãos. Assim, embora houvesse estudantes de direita, a maioria dos universitários reunidos em torno da UNE falava em revolução e socialismo, reforçando o fato de que os comunistas detinham porcentagem de influência importante entre as lideranças estudantis (MOTTA, 2014).

Em meio ao corpo docente as circunstâncias não eram as mesmas, visto que as ideias de esquerda não encontraram aceitação tal qual ocorreu no meio dos estudantes universitários. A explicação para esse fenômeno esteve relacionada aos fortes laços conservadores nutridos pela maioria dos professores universitários. Segundo Motta (2014), em geral as faculdades de Direito e Medicina eram sustentáculos conservadores, pois, salvo em casos esporádicos, a maior parte dos docentes pendia politicamente para o centro ou efetivamente para a direita. Entre as exceções, encontravam-se professores com opiniões de esquerda, alguns até com militância ativa ou pregressa no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Havia também reduzido grupo de professores recém-formados, com faixa etária entre vinte e trinta anos, favoráveis aos ideais do movimento estudantil, do qual alguns teriam emergido. Entretanto, os docentes inclinados às causas de esquerda representaram números reduzidos nos meios universitários antes de 1964, situação que contraditoriamente iria mudar com a consolidação do regime militar.

A possibilidade do avanço das forças de esquerda no meio universitário passou a ser entendida pela ditadura como ameaça, o que se tornou uma máxima entre os militares. É fato que na ocasião do golpe civil-militar de 1964 os órgãos de repressão já tinham seus alvos pré-estabelecidos, como no caso das universidades, que por sinal foram as primeiras a serem atingidas. Assim, uma vez que as miras já estavam definidas, iniciaram-se os expurgos ou a denominada “Operação Limpeza”, termo definido pelos agentes da repressão e seus apoiadores golpistas para proclamar a determinação de afastar do panorama público os grupos rivais sobrepujados, melhor dizendo, os comunistas,

marxistas, socialistas, nacionalistas de esquerda, trabalhistas, apoiadores de João Goulart e outros. Para os agentes do golpe, militares e civis, a maior parte dos inimigos era “subversiva”, tanto no aspecto político quanto no moral. De modo que muitos foram acusados de corrupção mesmo sem provas, ou até mesmo de manterem comportamentos considerados desviantes, abarcados em um amplo leque de possibilidades.

Nas universidades os expurgos ocorreram através de demissões, aposentadorias e prisões que, em alguns casos, foram seguidas de tortura. Isto é, logo após o golpe, universidades foram atacadas e invadidas por agentes do DOPs e integrantes de grupos de extrema direita. As primeiras instituições atingidas foram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL); Universidade de São Paulo (USP); Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi); Universidade do Brasil (UB), atual Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com dois estudantes mortos; Biblioteca da Cátedra de História Moderna da FNFfi (apedrejada); Prédio da UNE (incendiado e destruído); Universidade de Brasília (UnB), invadida pela polícia militar mineira, também pelo Exército e considerada o caso mais dramático dentre as invasões (MOTTA, 2014).

Diante disso, as tentativas de resistência reduziram-se drasticamente e a clareza da derrota transformou o pensamento de resistência em estratégia de evasão. Consulados e embaixadas estrangeiros tornaram-se o refúgio de muitos integrantes no meio acadêmico, especialmente de docentes, na tentativa de se resguardar da prisão. Entretanto, tal opção não comportou todas as demandas e logo se esgotou. A alternativa foi se esconder na casa de amigos e parentes, longe dos grandes centros, sendo essa uma estratégia nada fácil devido ao intenso policiamento das estradas.

Partindo de estimativas adquiridas na embaixada e determinados consulados, calcula-se que entre vinte mil e trinta mil pessoas foram detidas no imediato pós-golpe. Destas, cerca de três mil ainda se encontravam presas em maio de 1964. Dentre os 434 mortos e desaparecidos políticos listados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), em torno de cem pessoas tinham ligações diretas com as universidades. Já o número de docentes torturados não ultrapassou mais que uma dezena, realidade muito diferente de outros presos políticos da época, como, por exemplo, a dos estudantes (FERNANDES, 2021).

Para se livrarem de “provas” que denunciasses tendências de esquerda, muitos documentos, e até livros, foram queimados Motta (2014). Entretanto, algumas pessoas optaram por enterrá-los ou enviá-los a parentes e somente em último caso os livros,

sobretudo, marxistas, foram queimados. Os expurgos de livros não se concentraram apenas em áreas residenciais, atingiram também bibliotecas e estoques de livrarias e editoras. Fenômeno que gerou tensão no centro do poder, uma vez que o próprio presidente Castelo Branco teria contestado as atitudes dos oficiais responsáveis pelo expurgo de livros junto ao ministro da Guerra, Costa e Silva, com significativa insatisfação. O poder judiciário também impôs limites à repressão nos anos iniciais do regime militar ao dar causa ganha às editoras e livrarias que acionaram a justiça contra o expurgo de livros.

Notícias sobre a violência contra intelectuais, estudantes, artistas, livros e ataques às universidades tornaram-se uma constante em jornais não alinhados com o poder antidemocrático da ditadura militar, como o *Correio da Manhã* e o *Última Hora*. Entretanto, Motta (2014) esclarece em sua pesquisa a dificuldade de reunir dados precisos sobre a quantidade de presos do meio acadêmico, chamando a atenção para o fato de que mesmo que a repressão tenha atuado em diferentes frentes, os registros disponíveis dão conta de identificar pessoas mais conhecidas e ligadas a universidades de grande porte. São exemplos os casos dos docentes de São Paulo (Mario Schenberg, Florestan Fernandes, Isaías Raw, Warwick Kerr, Luiz Hildebrando Pereira, Thomas Maak); de Belo Horizonte (Simon Schwartzman, Marcos Rubinger, Sylvio de Vasconcellos, Henrique de Lima Vaz, Celso Diniz); de Brasília (Perseu Abrano, José Albertino Rodrigues, Edgar Graeff, Ítalo Campofiorito, José Pertence, Hélio Pontes, Eustáquio Toledo); do Rio de Janeiro (Isnard Texeira, Plínio Sussekind, José Leite Lopes); de Recife (Paulo Freire, Antônio Baltar, Luiz Costa Lima); de Porto Alegre (Armando Temperani Pereira); e da Paraíba (Francisco de Assis Lemos de Souza).

Algumas detenções foram feitas logo após ao golpe, outras ocorreram semanas depois, quando docentes foram pegos tentando fugir. Os espaços prisionais variaram entre delegacias, penitenciárias, quartéis e até mesmo navios, provavelmente por falta de espaço para recolher todos os prisioneiros do primeiro ciclo repressivo da “Operação Limpeza”. Em relação às prisões de 1964, alguns professores relataram que a violência física foi mais controlada se comparada com a intensidade da violência psicológica. Como um exemplo de violência psicológica destacou-se o caso do professor gaúcho Armando Temperani Pereira, que foi mantido preso e incomunicável em uma cela solitária durante dias. Certamente, a violência deflagrada nos primeiros meses do regime militar visou de forma mais intensa lideranças estudantis e suas entidades, consideradas mais comprometidas com a infiltração “comunista”, do que os quadros de docentes

universitários. Entretanto, a situação iria mudar bastante com a edição do AI-5 em 1968, que trouxe um aumento da violência e o uso indiscriminado da tortura, que passaria atingir também membros do corpo docente.

Em relação às invasões nas universidades durante a primeira onda repressiva, chama a atenção o episódio ocorrido na Universidade de Brasília, compreendido como o mais dramático do período, visto que o campus universitário foi praticamente transformado em campo de guerra, no qual vários professores e estudantes foram presos e submetidos a intensos e desgastantes interrogatórios. O tratamento violento direcionado à UnB deveu-se à maneira como a recém-fundada universidade (1962) era avaliada pelos conservadores: muitos deles a consideravam um antro comunista, por ter como fundadores intelectuais marxistas, como, por exemplo, Darcy Ribeiro, acusado de corromper jovens estudantes. De fato, a existência de professores de esquerda na universidade era uma realidade, inclusive de intelectuais ligados ao PCB, como Oscar Niemeyer, Claudio Santoro e Fritz Teixeira de Salles. Porém, ao contrário do que os conservadores de direita pensavam, os defensores da reforma universitária não viam a UnB como um covil de comunistas, pelo contrário, para muitos a estrutura da instituição estava mais para um modelo a ser seguido do que perseguido. Neste caso, a imagem de “ninho de subversão” era exagerada, pois a maioria dos professores não apresentava militância política. Porém, por estar localizada na capital federal e atrair estudantes de todo o país, a Universidade de Brasília tornou-se ainda mais perseguida. Por fim, em virtude das sucessivas crises políticas, as aspirações da UnB foram interdidas. Mas, contraditoriamente, parte da sua concepção original foi utilizada pelo próprio governo dos militares nos planos da reforma das universidades em 1968.

Em razão das ações repressivas desencadeadas contra as universidades logo após o golpe civil-militar, as aulas foram suspensas e retomadas cerca de duas semanas depois, gerando incertezas sobre quem estaria presente, preso ou em fuga. A retomada das aulas sustentada em um clima aparentemente “normal” não significava o fim dos expurgos, tanto que os ministros da Educação, Luís Antônio da Gama e Silva (reitor da USP) e sucessivamente Flávio Suplicy de Lacerda (reitor da UFPR), designados pelos militares, em seus discursos de posse expressaram o desejo de realizar o “saneamento” no campo educacional, sobretudo na educação superior, eliminando com isso a influência comunista da formação acadêmica. O que por sua vez, deixava claro que o processo de expurgo apenas começara no pós-golpe.

Tomando como exemplo as ações autoritárias do ministro Gama e Silva e de seu sucessor Flávio Suplicy de Lacerda, é possível relacionar os setores acadêmicos que apoiaram a intervenção militar não apenas nas universidades, mas também nos meios culturais, fornecendo subsídios para o Estado autoritário realizar a “Operação Limpeza” e seguir mantendo o controle dentro das instituições ao longo dos anos ditatoriais. Segundo Motta (2014), ampla parcela de professores e intelectuais apoiaram a derrubada de João Goulart da presidência do Brasil. Sendo assim, a limpeza nos meios acadêmicos pode ser tratada como resultado de tensões acumuladas desde o governo Jango, quando lideranças intelectuais opostas se defrontaram. Entretanto, adverte-se para o fato de que nem todos desejavam o estabelecimento de uma ditadura militar no país, ou seja, ansiava-se apenas pela dissolução de um governo consideravelmente arraigado aos “preceitos comunistas”. Outros eram até adeptos as reformas sociais e do ensino superior, mas distantes daquelas defendidas pelo governo deposto, porque eram favoráveis à proposta lançada pelo segmento moderado do novo regime de realizar as reformas respeitando os valores “democráticos e cristãos”. Havia ainda, entre docentes e estudantes, partidários do golpe que pertenciam à extrema direita, como ex-integralistas e anticomunistas radicais.

Partindo das cisões elencadas acima entre os respectivos membros da comunidade universitária, chega-se ao cerne da questão desta pesquisa. O fato de haver uma direita atuante principalmente no domínio docente fez com que surgissem denúncias contra colegas de esquerda, que foram indicados à polícia ou aos reitores para contribuir com a “limpeza”, sendo não apenas expurgados, mas também punidos pela repressão. Cartas e outros documentos que se encontram arquivados demonstram o teor das denúncias que confirmavam a presença de comunistas entre alunos e docentes. A fim de esclarecer a existência das delações concretizadas através de cartas escritas por docentes simpáticos ao regime militar, Rodrigo Patto Sá Motta utiliza em suas análises alguns casos ocorridos na Universidade de Minas Gerais (UMG), estabelecendo que:

Na UMG houve casos nas faculdades de Medicina, Arquitetura e Engenharia. Na faculdade de Medicina, a carta assinada por “23 membros do corpo de ensino e médicos da faculdade”, que se dirigiram ao general Carlos Luís Guedes para “congratular-se com V. Exa. e hipotecar-lhe integral apoio pelas investigações que vêm sendo feitas para apurar a possível existência de agitadores comunistas entre os estudantes”. No entanto, continuava a carta, a medida saneadora ficaria incompleta se não fossem punidos os responsáveis pela cerimônia de aula inaugural na universidade, realizada poucos dias antes do

movimento militar, no início de março de 1964. O evento consistiu em palestra do chefe da Casa Civil da Presidência e ex-reitor da UnB, Darcy Ribeiro, de quem os missivistas não reconheciam nem sequer o título, chamando-o de inspetor de alunos que “despudorada e cinicamente ostentava o título de professor”. Os denunciante consideraram a cerimônia um espetáculo degradante e deprimente, verdadeiro “comício comunista”. (2014, p. 36).

Na Faculdade de Arquitetura, também através de cartas, um ex-diretor catedrático se propôs a prestar informações sobre os agitadores dos movimentos eclodidos, disponibilizando-se a apresentar informações sobre os responsáveis dos movimentos, de alunos e ex-alunos, diretamente a Comissão de Sindicância, a fim de contribuir com a “Operação Limpeza”. Na Faculdade de Engenharia, um professor foi denunciado anonimamente como comunista; o autor, mantendo sigilo sobre sua identidade e acreditando que o professor fosse protegido do diretor, remeteu sua carta diretamente ao ministro da Educação, solicitando que o denunciado fosse expurgado da UMG.

Outros tipos de denúncias ocorreram através de depoimentos e relatos biográficos e foram feitos por colegas de trabalho e também por ex-alunos, que teriam optado pelo autoritarismo militar em detrimento da lealdade para com aqueles que teriam sido seus professores no passado. Acontecimentos assim espalharam-se por todo o país e sucederam o período de 1964, intensificando-se, sobretudo, na conjuntura da repressão fortalecida pelo AI-5. Além do mais, tais feitos produziram no âmbito das universidades uma atmosfera de desconfiança, insegurança, mágoas e inimizades prolongadas. Fora isso, houve casos em que os delatores, não satisfeitos em assinar cartas de denúncia, o que por si só já justificava o expurgo, ainda se prontificavam em depor em juízo contra os acusados. Em geral, o apoio à repressão militar tinha motivação política e ideológica, entretanto o oportunismo também se tornou motivo de adesão ao poder ditatorial militar, devido a interesses individuais, como, por exemplo, ocupar espaços esvaziados por conta dos expurgos ou avançar na carreira docente. “Pessoas que em outras circunstâncias teriam dificuldade de ascender na carreira universitária viram na adesão aos novos mandatários preciosa oportunidade, sobretudo porque os expurgos geravam posições vagas a serem ocupadas”, (MOTTA, 2014, p. 37).

Em relação às intervenções nas reitorias, destaca-se que o afastamento de reitores e diretores das universidades também foi de grande valia para “Operação Limpeza”. Pois, como alguns dirigentes colocaram empecilhos às práticas repressivas desencadeadas contra as universidades logo após o golpe, retirá-los da chefia representava

o desentrelaçamento dos expurgos contra docentes e estudantes. Entre os reitores, as ambiguidades para se manter no poder concentravam-se em adotar claramente uma atitude autoritária ou levar em consideração determinados princípios legais. De fato, atitudes discricionárias foram cometidas explicitamente, porém o poder moderador de alguns dirigentes se fez presente, cooperando involuntariamente para delinear o alvo das intervenções. De acordo com Motta (2014), no decorrer do primeiro ciclo de expurgos, seis reitores (UnB; UFPB; URGs, URRJ; UFes e UFG) foram afastados diretamente pelo governo militar. Além disso, houve tentativa frustrada de afastar o reitor da UFMG. Diretores também foram punidos com afastamento, a exemplo do ocorrido nas faculdades de São José do Rio Preto e São Paulo.

Na Universidade do Recife a situação foi um tanto peculiar, uma vez que o reitor não foi afastado mediante ação repressiva violenta e sim por ter renunciado ao cargo, muito provavelmente porque sofreu intensas pressões, conforme esclarece Rodrigo Patto Sá Motta, o

[...] reitor era considerado favorável ao governo recém-destituído, e por isso, foi submetido a intensa pressão, principalmente para aceitar a expulsão de professores visados pelos órgãos de segurança. Seu afastamento foi muito comemorado à direita, pois, além de ficar aberto o caminho do expurgo, surgia a oportunidade de escolher um dirigente mais afinado com o novo poder. (2014, p. 38).

Os banimentos de reitores foram relativamente pequenos se comparados com os expurgos de professores universitários. Porém, foram significativos, já que na época existiam apenas 25 universidades públicas federais e estaduais em todo o país. Além disso, a quantidade reduzida de dirigentes afastados, explica-se por dois motivos: primeiro, porque entre a maioria dos chefes universitários o golpe foi bem recebido, de modo que não despertava desconfiança nos militares; segundo, porque havia em meio aos setores moderados do Exército a preocupação de negociar antes ao invés de instituir uma atmosfera de demasiada violência.

Todavia, os motivos apresentados não desviaram a atenção nem o controle dos militares sobre as universidades. Todos eram vigiados, até mesmo os reitores alinhados ao conjunto de ideias do novo regime. Em muitos casos, os dirigentes universitários tiveram que manter a confiança dos militares ao mesmo tempo em que tentavam limitar práticas repressoras que pudessem despertar a desconfiança do corpo acadêmico, especialmente dos professores, como forma de não prejudicar os trabalhos administrativos nos espaços universitários. Portanto, conforme já mencionado, torna-se

claro que inúmeros docentes ficaram satisfeitos com a derrubada de Goulart da presidência, mas isso não significou que todos se prestaram a dar apoio incondicional às atitudes repressivas dos militares contra as universidades.

Além disso, os processos de intervenções militares nos setores administrativos das universidades ocorreram com a precaução – pelo menos no primeiro momento – de evitar o uso de agentes do Exército na figura de interventores, preferindo a integração de professores que também fossem militares. Da mesma forma, inicialmente, procurou-se infligir às próprias instituições de ensino superior a função de realizar os expurgos, incumbindo-as de constituir comissões de investigações internas e distinguir os nomes a serem afastados.

Os primeiros instrumentos utilizados nos processos de investigações em 1964 foram os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), reconhecidos por seus procedimentos autoritários e pelo radicalismo de seus chefes. O IPM era fruto dos códigos normativos das instituições militares e da Lei de Segurança Nacional, destinado a investigar crimes militares, mas, com o estabelecimento do novo regime, passaram a investigar crimes políticos que estavam aquém do círculo militar. Nesse momento, Estevão Taurino Resende foi eleito para conduzir as atividades de inquirição a partir de um único centro. Devido ao aumento da demanda de trabalho, Taurino nomeou responsáveis para realizar a abertura de novos IPMs em diferentes lugares. Contudo, tal procedimento abriu caminho para excessivas demonstrações de poder, uma vez que os chefes militares, por iniciativa própria, instauraram em poucos meses centenas de IPMs. Assim, no primeiro ano de ditadura militar foram instaurados cerca de 760 IPMs em todo o território nacional.

Os inquéritos foram divididos em diferentes temáticas, investigaram e interrogaram centenas de professores e estudantes arrolados em seus processos. Essas investigações ajudaram não apenas nas prisões, mas também no estabelecimento de IPMs específicos, como no caso de IPMs exclusivos para a UNE, AP, Juventude Universitária Católica (JUC), POLOP e o PCB, em que apareceu expressivo número de nomes de docentes. Houve IPMs direcionados especialmente às instituições de ensino superior, a exemplo da UnB; do Instituto Superior de Estudos e da Faculdade de Filosofia (FNFi). Os inquéritos acarretaram aos professores e intelectuais diversos tipos de incômodos, pois, às vezes, tinham que enfrentar longos e cansativos interrogatórios, o que desencadeava sentimentos de aflição, ansiedade e medo de sofrerem violências, principalmente de perderem seus cargos. Para evitar tais constrangimentos, alguns docentes preferiram se exilar espontaneamente, com destaque àqueles que nunca mais

retornaram. Das centenas de IPMs estabelecidos pelos militares, dezenas deles foram destinados a investigar e punir professores e intelectuais.

Assim, no final de 1964 muitos Inquéritos Policiais Militares foram encerrados ou pausados. Em 1967, os poucos que sobraram foram finalizados por falta de provas. Em contrapartida foram designadas as Comissões de Inquérito ou Comissões de Sindicância, outro importante instrumento repressivo nas universidades. Essas comissões foram estabelecidas logo após o retorno das aulas, através de determinação do governo militar e tiveram como objetivo fazer com que as próprias universidades, contando com seus membros mais conservadores – maioria entre os docentes – ficassem responsáveis pelas investigações de professores considerados “subversivos”. Fator determinante para evidenciar a existência de delatores entre os próprios docentes e outros indivíduos que faziam parte do convívio universitário. Alguns nomes ganharam destaque como responsáveis diretos pela repressão contra a comunidade universitária, como, por exemplo, Raimundo Muniz de Aragão, Alfredo Buzaid, Zeferino Vaz, Antônio Delfin Netto, Nilton Campos e Luís Antônio de Gama e Silva, todos ocupantes de importantes cargos do governo ditatorial. Entretanto, conforme observado através dos exemplos das “cartas de delações”, houve denúncias anônimas e alguns nomes ainda permanecem desconhecidos.

As Comissões de Sindicância foram inseridas no âmbito do ensino superior através da portaria nº 259, de 19 de abril de 1964, decretada pelo então ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, em decorrência do Artigo nº 7, do primeiro Ato Institucional, editado no dia 9 de abril de 1964, que suspendia o direito à vitaliciedade e estabilidade, permitindo a demissão ou aposentaria de servidores federais, estaduais e municipais por um período de seis meses. Essas comissões tornaram-se determinantes nos processos de expurgos, uma vez que levaram a mais expulsões de estudantes e atingiram diversos docentes. Isto é, a quantidade de professores punidos através de demissões e aposentadorias atingiram a casa da centena (MOTTA, 2014) devido, sobretudo, ao imprescindível auxílio prestado pelas sindicâncias à “Operação Limpeza”.

Desta feita, transferiu-se aos órgãos da administração pública o trabalho de investigar os próprios servidores, talvez porque o aparato repressivo não tivesse condições materiais de enfrentar a dimensão de tais ações em níveis nacionais. Porém, muito provavelmente o que interessava realmente ao poder militar era comprometer dirigentes intermediários, (reitores e diretores de universidades) e dividir as responsabilidades dos infortúnios investigativos. Numerosos processos sumários foram

abertos pelas chefias de órgãos estatais, visando expurgar inimigos políticos “subversivos” e corruptos. No caso das universidades, a portaria nº 259 do MEC não determinou detalhadamente sobre o funcionamento, os parâmetros e a denominação a ser empregada pelas Comissões. Sendo assim, houve variações de instituição para instituição nas denominações, composições e na maneira como as comissões universitárias foram conduzidas.

Conforme já mencionado, as Comissões de Sindicâncias estiveram presentes na grande maioria das universidades, principalmente naquelas consideradas como “mais politizadas”. Entretanto, neste trabalho serão elencados somente os episódios catalogados na Universidade do Brasil (UB), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Federal do Paraná (UFPR) – que será discutida no próximo tópico – uma vez que a abordagem geral de todas as universidades é de fato muito extensa e já se encontra perfeitamente descrita na obra de Motta (2014). Por outro lado, mesmo que de forma sucinta, optou-se por fazer menção a essas universidades para exemplificar e trazer ao centro das discussões a confirmação da existência de delatores e delações no âmbito do campus universitário, na tentativa de apresentar a face de quem delatou e as consequências das delações.

Na Universidade do Brasil (UB), maior universidade federal do país e bastante visada pelos órgãos de repressão, a quantidade de expurgados foi relativamente abaixo do esperado (total de seis professores afastados). Nessa universidade a reitoria nomeou um general para ser presidente da Comissão de Inquérito, Acyr da Rocha de Nóbrega, para quem o professor Eremildo Vianna fez denúncias contra outros professores. Segundo Luan Aiuá Fernandes, “Vianna se tornou um dos símbolos da delação durante a ditadura militar brasileira, ao acusar de ‘subversão’ mais de 40 colegas”, (2021, p. 101). Vianna desempenhou diversas ações na ânsia de delatar maior número possível de seus pares considerados “subversivos”. Segundo ele, existiria uma célula do Partido Comunista Brasileiro (PCB) infiltrada na universidade, que reunia alguns docentes da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi). Outra denúncia feita pelo mesmo professor dizia respeito à vida sexual de uma professora, que teria se envolvido com alunos.

Todavia, o general Nóbrega não encontrou provas que pudessem incriminar nenhum dos professores delatados pelo professor Vianna. Ao contrário disso, as investigações realizadas pelo general indicaram o próprio docente como suspeito de cometer ilegalidades (peculato) e de facilitar infiltração comunista enquanto esteve à frente da diretoria da Faculdade de Nacional de Filosofia (FNFi). O caso repercutiu na

imprensa e tirou os professores delatados por Vianna da mira dos militares. Assim, os embates travados entre o general Nóbrega e Vianna possivelmente influenciaram os resultados dos expurgos de professores, pois, ao canalizarem as atenções dos processos de inquéritos, ajudaram, ainda que a contragosto, a reduzir significativamente o número de expurgos ocorridos na UB.

Entre os dias 8 e 9 de maio de 1964 foi criada a Comissão de Sindicância na Universidade Federal de Minas Gerais pelo então reitor, Aluísio Pimenta. Sua composição contou com a participação do diretor da Faculdade de Direito, Alberto Deodato (integrante do IPES), dos professores Caio Benjamin Dias, Francisco de Assis Castro e Mario Barbosa, e do aluno Paulo Roberto Diniz, sendo presidida pelo diretor do Conservatório Mineiro de Música, Levindo Furquin Lambert. Alguns motivos foram proeminentes para que uma Comissão de Sindicância fosse instaurada no âmbito da UFMG. A começar pelo papel de destaque da universidade em relação aos projetos de reforma. E, depois, pela presença de relevantes grupos de esquerda – especificamente da Ação Popular (AP), bastante atuante na cidade de Belo Horizonte, sobretudo, no ambiente acadêmico.

O movimento estudantil da UFMG teve papel de destaque nos debates sobre a reforma universitária, de modo que as demandas estudantis pertinentes a essa questão acabaram conquistando o apoio de alguns docentes, especialmente dos recém-formados. Em consequência disso, professores e estudantes passaram a ser investigados pela DOPS/MG, que afirmava haver no meio universitário “proeminente fonte subversiva”. Logo após o golpe civil-militar iniciaram-se as prisões, demissões e afastamentos de professores, bem como as intervenções e perseguições no campus. A FACE, Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, foi considerada pelos órgãos repressivos como a mais “esquerdista”, primeiro, por ter sido o lugar de origem da AP, segundo, pelo fato de congregar em suas dependências forte militância estudantil. Possivelmente, esses dois fatores, aliados a outros pormenores, contribuíram para torná-la a faculdade mais visada e pressionada pela DOPS mineira entre todas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ao que tudo indica, o reitor da UFMG, Aluísio Pimenta, não se posicionou totalmente favorável à instauração da Comissão de Sindicância, tanto que emitiu documento expressando opinião ponderada em relação à necessidade da criação, uma vez que a universidade já estava realizando o trabalho de averiguar os casos irregulares. Por outro lado, o dirigente não pretendeu se indispor com o novo governo, fazendo cumprir as deliberações, conforme esclarece, Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes:

Aluísio Pimenta, representando o Conselho Universitário, afirmou em documento produzido na reunião de apresentação do relatório da Comissão de Sindicância, que irregularidades e delitos seriam sempre apurados pelas autoridades universitárias, porém ponderou no mesmo ofício que a UMG não deliberaria sobre os indiciados ou denunciados, pois as responsabilidades já estavam sendo apuradas pelas universidades competentes. O teor do documento revela certo incômodo do reitor em produzir as investigações ao mesmo tempo em que tenta evidenciar que as recomendações estavam sendo seguidas. (2021, p. 144).

Todas as faculdades da UFMG foram compelidas a encaminhar para Comissão de Investigação e para a DOPS/MG listas completas de seus alunos e professores. No entanto, nenhuma das listas apontou estudantes, funcionários ou professores como suspeitos. A partir disso, a Comissão de Sindicância entregou seu relatório final, que não trouxe nenhuma indicação de culpados de “subversão”, corrupção ou crimes considerados “desviantes” dos preceitos morais dos militares. Assim, mesmo trazendo em seu texto consagrações aos militares e congratulações ao golpe de 1964, o relatório intensificou o conflito entre o reitor Aluísio e o general Carlos Luís Guedes. As relações entre eles já eram complexas, mas a apresentação do documento fez agravar ainda mais a situação, tanto que para o general o reitor se tornou um inimigo pessoal.

Como resultado, Guedes decretou o afastamento do reitor Aluísio Pimenta e entrevistou diretamente na reitoria, nomeando o tenente coronel Expedito Orsi Pimenta. Este, por sua vez, assim que assumiu a reitoria desempenhou com excelência o papel de interventor militar, tanto que por meio de portaria pediu o afastamento de todos os alunos e professores indiciados em processos investigativos, que foram presos ou detidos para averiguações, sob acusações de serem “subversivos” ou corruptos. Entretanto, a intervenção durou menos de 48 horas, pois houve intensa repercussão nos campos acadêmicos, sociais e em alguns setores militares. Tanto que foi o próprio presidente Castelo Branco que determinou seu fim. Fora isso, Aluísio angariou amplo apoio de grupos contrários ao seu afastamento, especialmente porque estavam interessados no processamento das reformas universitárias. Por fim, após os conflitos entre o dirigente universitário, a ala militar e a repressão deflagrada contra a UFMG, o reitor Aluísio Pimenta retornou a seu cargo e conseqüentemente retomou os projetos de reforma.

Contudo, ao contextualizar a situação da UFMG no processo da “Operação Limpeza”, bem como ao período subsequente a ela, buscou-se, sobretudo, assinalar acontecimentos que incorreram em práticas de delações, conforme já visto, referente a

uma denúncia anônima expedida em janeiro de 1965 contra o professor Roberto Carneiro, da Escola de Engenharia, denunciado como comunista em carta anônima endereçada diretamente ao ministro da Educação e Cultura, Flavio Suplicy de Lacerda.

Outros episódios de delação aconteceram nas dependências dessa universidade. Com destaque para o caso de Sylvio Vasconcellos, que se tornou emblemático, porque reuniu em torno de si várias características da repressão política do pós-golpe. Sylvio Vasconcellos ocupava o cargo de diretor da Escola de Arquitetura da UFMG e possuía antecedentes criminais registrados junto à DOPS/MG por ter participado da Juventude Comunista e ser filiado à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Provavelmente, em contato com essas informações, e aproveitando-se da escalada dos expurgos iniciados com a “Operação Limpeza”, o professor José Geraldo Faria, principal adversário do diretor, influenciou alunos e professores a delatarem Vasconcellos como inegável comunista e facilitador de ações realizadas por estudantes de esquerda no âmbito da faculdade. Entretanto, as acusações foram negadas por Vasconcellos em interrogatório realizado pelos policiais da DOPS/MG, acrescentando-se a isso o fato de que, possivelmente para se defender, o diretor teria acusado o reitor Aluísio Pimenta de favorecer financeiramente a Escola de Farmácia, da qual fazia parte, em detrimento das outras, sobretudo da Escola de Arquitetura. Em sua defesa, Sylvio Vasconcelos ressaltou ainda que, no imediato pós-golpe tentou reunir diretores de todas as faculdades pertencentes à UFMG para se manifestarem favoráveis ao regime militar e contrários à permanência de Pimenta na reitoria da universidade. “As acusações do diretor contra o reitor na documentação da DOPS/MG podem ser lidas como recurso de defesa e uma tentativa de se livrar das acusações, mostrando lealdade aos golpistas, já que era conhecida a insatisfação dos militares com o reitor”, (FERNANDES, 2021, p. 134).

Em relação às práticas de delação, o caso de Sylvio Vasconcellos mereceu destaque nesta pesquisa por retratar um movimento peculiar onde o diretor passou de delatado a delator. Entretanto, as tentativas utilizadas por Vasconcellos para se proteger das ações repressivas, negando as acusações direcionadas a ele por meio de delações, ou utilizando-se da mesma prática para denunciar o reitor, logo “colaborando” com regime e até mesmo buscando contato com importantes políticos do governo militar, não impediram que sua prisão fosse decretada. Vasconcellos renunciou no dia 6 de abril de 1964 e seu caso serviu para demonstrar a capacidade da repressão de agir em diferentes frentes, o que ficou demonstrado no uso dos antecedentes criminais registrados na DOPS/MG e das denúncias produzidas no âmbito da UFMG.

Concluindo o quadro de denúncias ocorridas na UFMG – muito embora tenham existido outros acontecimentos que não foram tratados aqui – Fernandes (2021) destaca resumidamente o caso do professor Ely Bonini, que foi delatado por alunos que o classificaram como “subversivo” e “doutrinador ideológico”, e o acusaram de assediar alunas dentro da sala de aula.

Diferente do primeiro ciclo da “Operação Limpeza”, no qual o processo de expurgo iniciado junto ao governo militar instituído através do golpe de 1964, com prazo de validade estipulado em seis meses, o segundo ciclo de expurgos não estabeleceu tempo de vigência. Fruto do Ato Institucional nº 5, a segunda onda de expurgos correspondeu às demandas dos grupos radicais que se sentiram insatisfeitos com as ações repressivas iniciadas em 1964. Segundo eles, a “limpeza”, especialmente das universidades, teria ficado incompleta, nesse caso tornou-se necessário adotar outras medidas que pudessem derrotar definitivamente os inimigos do governo militar. Ou seja, segundo os golpistas, a falta de rigor nas cassações e penalidades alavancou a reorganização dos grupos de esquerda, que se fortaleceram e passaram a desafiar intensivamente o governo.

O endurecimento da ditadura militar através do AI-5 gerou divisões entre as esferas de poder, também entre aliados internos e externos. Diferentes grupos expressaram sua opinião. Os favoráveis, em geral, viam no novo “Ato” uma possibilidade de facilitar o processo de reformas previsto pelo governo vigente e melhorar a gestão do aparelhamento público. Entretanto, na opinião do General Golbery do Couto e Silva – ex-ministro da Casa Civil – de certa forma semelhante à dos norte-americanos, o AI-5 era uma medida desnecessária e exagerada, uma vez que o Estado já dispunha de instrumentos suficientes para reprimir os “subversivos”.

Interessados em colher informações sobre as reações geradas no âmbito acadêmico frente ao AI-5, em janeiro de 1969 diplomatas estadunidenses realizaram pesquisas com professores e cientistas de algumas instituições superiores. Para tanto, dividiram os grupos em três segmentos: os ocupantes de cargos oficiais; profissionais comuns e a elite científica. Entre os ocupantes dos cargos oficiais havia certo otimismo, pois acreditavam no aumento de recursos e investimentos nas universidades e nas pesquisas. Em meio aos profissionais comuns, o sentimento era de apatia ou simpatia moderada, isto é, nada muito expressivo. A elite científica, receosa quanto ao futuro, não falava abertamente, mas alguns demonstraram medo de haver novos expurgos em um novo ciclo de “Operação Limpeza”. Diferente dos grupos otimistas, apáticos ou apreensivos, os grupos de oposição atormentaram-se diante da provável escalada

repressiva provocada pelo AI-5, isso porque alguns de seus membros jamais saíram da mira dos expurgos. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta:

Em contraste com os segmentos simpáticos ao autoritarismo estatal, os grupos que eram alvos das operações repressivas nada tinham a comemorar. Para eles, após o AI-5, o ambiente nas universidades tornou-se desolador e melancólico, longe dos agitados e criativos momentos vividos em 1968, quando a esquerda universitária havia acuado os grupos de direita. A sensação entre os professores e estudantes de oposição era de total derrota política e de desânimo. (2014, p. 151).

A edição do AI-5 como forma de retomar os expurgos públicos iniciados em 1964 decretou imediatamente a suspensão das garantias de vitaliciedade e estabilidade dos funcionários estatais. Mais uma vez o governo poderia demitir, remover ou aposentar qualquer servidor, sem necessidade de processos ou inquéritos. Isto é, foi uma reedição do primeiro Ato Institucional e de instrumentos repressivos que, mais autoritários e com vigência ilimitada, desencadearam o segundo ciclo da “Operação Limpeza”.

Desta feita, a Comissão Geral de Investigações (CGI) foi reeditada sem prazo para que as investigações fossem encerradas. Além disso, frente aos resultados obtidos na primeira onda da “limpeza”, vistos como ineficientes ou mal coordenados, procurou-se organizar melhor as tarefas, a começar pela separação do trabalho de combater a subversão do direcionado a investigar corrupção, o que ficaria a cargo da Comissão Geral de Inquérito Político-Militar. No início de 1969 também foram montadas as Comissões de Investigações Sumárias, conectadas aos seus respectivos ministérios, como, por exemplo, a Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC), que atuou nas investigações pelas quais justificavam-se os expurgos de civis e militares.

Acrescentados junto aos órgãos e ações repressivas, os decretos-leis instituídos ao longo de 1969 justificaram e possibilitaram as perseguições e afastamentos. Para dismantelar o movimento estudantil foi editado o Decreto-Lei nº 477, que previa o desligamento das universidades de acadêmicos acusados de subversão e também impedia que os estudantes expulsos fizessem matrícula em outra instituição de ensino durante um período de três anos. Pesquisas realizadas ainda sob a efervescência do processo de transição para a democracia, sobretudo a apresentada pelo projeto Brasil Nunca Mais (1985), constataram que 245 estudantes foram punidos pelo Decreto-Lei nº 477 ao longo dos dez anos em que perdurou. Porém, a quantidade de punições certamente foi mais elevada, considerando o fato de terem sido executadas através de outros mecanismos

administrativos. “O total de alunos excluídos das universidades entre 1969 e 1979 deve ter superado o milhar, e o Decreto nº 477 respondia apenas a um quarto do total”, (MOTTA, 2014, p. 160).

De fato, a preocupação primordial dos órgãos repressivos, uma vez fundamentados no AI-5, concentrava-se em expurgar estudantes. Todavia, professores e pesquisadores oposicionistas prosseguiram na mira do poder militar, que via chegada a hora de um acerto de contas com o passado. Ou seja, com o AI-5 os grupos repressivos tiveram uma nova chance de punir os “inimigos” e vários docentes que escaparam dos expurgos no primeiro ciclo da “Operação Limpeza”, não tiveram a mesma sorte em 1969.

Ainda de acordo com Motta (2014), os primeiros expurgos iniciados no fim de abril não demandaram de inquéritos, processos e tomadas de depoimentos. A permissão para retaliações veio de cima, do controle central, sem prazo de expiração. De fato, e em razão do AI-5, o expurgo de professores no segundo ciclo repressivo foi mais impactante do que o realizado em 1964, correspondendo a um total de 120 docentes afastados. No entanto, houve expurgo docente que não foi contabilizado por ter sido concretizado aquém dos atos oficiais do governo, ou seja, na surdina e sem necessidade de utilizar as prerrogativas do AI-5. Além disso, os números oficiais seriam mais elevados se fosse levado em consideração o fato de que, mais uma vez, nas universidades dirigidas por reitores alinhados às demandas repressivas não foram necessários grandes estímulos para efetivar alguns expurgos.

Posteriormente aos meses de abril e maio 1969, período mais intenso das ações repressivas de onde saíram as primeiras listas de nomes a serem punidos, o governo passou a estimular a moderação. Alguns indícios deram conta de que Costa e Silva não almejava mais expurgos. Quanto a isso, os primeiros indicativos sobre tal desejo foram os testemunhos de pessoas próximas ao governo. Entretanto, a evidência mais significativa constou em ata da última reunião do Conselho de Segurança Nacional, a qual Costa e Silva presidiu e aprovou mais um lote de cassações políticas, deixando claro, no final, que a partir daquela data (1 de julho de 1969), a onda de expurgos na área federal estaria encerrada (MOTTA, 2014). Aparentemente, o segundo ciclo da “Operação Limpeza” não ocorreu de maneira linear durante os dez anos de sua vigência, pois, após o primeiro semestre – período considerado como o mais intenso desse ciclo – as punições oficiais só voltaram a acontecer em setembro e outubro, sobretudo, após a edição de o Ato Complementar nº 75, que passou a vigorar em dia 21 de outubro sob a regência de

Junta Militar. Reforçando que o AC-75 proibia que professores expurgados fossem contratados por outras instituições de ensino superior, sendo essas públicas ou privadas.

Desse modo, verifica-se que o alto grau de expurgo atingido em 1969 foi possível devido à política do momento, na qual os órgãos repressivos se sentiram livres para agir. A partir da década de 1970, não houve mais expurgos de grandes proporções nas universidades. Nesse caso, a “comunidade” de segurança e repressão passou a se concentrar em atividades de monitoramento de docentes considerados suspeitos, bem como em intervenções nas contratações de profissionais considerados “perigosos”. Porém, isso não significou que as ações efetivamente repressivas cessaram definitivamente.

Na conjuntura estudada, época decorrente do segundo ciclo da “Operação Limpeza”, práticas de delações continuaram acontecendo no âmago das universidades. Além do mais, aproximando-se da perspectiva de Motta (2014), torna-se possível pressupor que tais práticas, empreendidas inclusive entre os próprios pares, poderiam ser consideradas como adesão e apoio ao regime militar. As motivações para a efetivação das denúncias, logo, a adesão ao regime militar, poderiam ser tanto por afinidade aos preceitos morais e ideológicos do governo autoritário, quanto à conservação de privilégios propiciados por estabilidade de cargos, ou visando ocupar funções desocupadas pelos expurgos. Havia ainda o que o autor denominou como subcategoria de adesistas, isto é, aqueles que apoiaram o golpe, baseados na convicção de estarem se colocando do lado “certo”, o que possivelmente explica o fato de que o nível de adesões às políticas repressivas, por exemplo, por meio de delações, foi mais alto em universidades e instituições que possuíam grupos de direita atuantes, sobretudo quando reitores e diretores compartilhavam da mesma ideologia do governo ditatorial exercido pelos militares.

Conforme já mencionado, além dos dirigentes universitários, professores também se tornaram adesistas do novo regime, especialmente quando delataram colegas de trabalho e estudantes. Também, houve casos em que alunos denunciaram seus professores e colegas de cursos. Além disso, atenta-se para o fato de que tais atitudes, iniciadas no contexto do golpe de 1964, prevaleceram durante todo o período em que a ditadura militar vigorou, quiçá ao longo do processo da transição democrática. Sendo assim, serão destacados alguns exemplos em que as delações aconteceram a partir do recrudescimento da repressão com a edição do AI-5.

Para prosseguir com os episódios de delações decorrentes da segunda onda da “limpeza”, cabe destacar que a prática de delação, sobretudo nas universidades, além de ter envolvido toda a hierarquia acadêmica, também variou na maneira de ser realizada, ou seja, de forma anônima, com identidade exposta, ou denúncias formalizadas em juízo. Referente às denúncias registradas em juízo, o caso que envolveu Emília Viotti da Costa, professora da USP, é bem esclarecedor, uma vez que a docente foi denunciada formalmente em meio ao seu julgamento por dois professores da mesma instituição. Após quinze anos lecionando na Universidade de São Paulo, a professora acabou aposentada compulsoriamente em 29 de abril de 1969, junto com outros professores da mesma universidade, sob a égide da gestão do ministro da Educação Tarso Dutra e do presidente Arthur da Costa e Silva. Segundo Motta (2014), na mesma instituição, consta o caso de um professor de nacionalidade espanhola que teria denunciado diversos docentes. Em consequência de tais atos, tornou-se malvisto entre a comunidade acadêmica, até o ponto de ter sido demitido.

Outros dois professores ficaram conhecidos nos meios acadêmicos por colaborar com o governo na “Operação Limpeza”. Consta que Luís Antônio da Gama e Silva, da USP, e Eremildo Vianna, da UFRJ, tinham passe livre para circular entre os grupos de poder militar, o que explica o interesse em aproveitar a onda de expurgos para se livrar dos desafetos que incorporavam a mesma instituição. Nas listas de afastamentos entraram nomes de inimigos pessoais dos dois professores, especialmente de Eremildo, que pôde comemorar a aposentadoria de antigos adversários. Também de Gama e Silva, colaborador no processo de elaboração da lista da USP.

Em 1972 mais um caso de delação devido ao alinhamento ideológico do delator com o regime militar foi verificado em meio às instituições de ensino superior. Contrária à tentativa de participação do professor Alberto Latorre de Faria – aposentado pelo AI-5 por suspeita de ligação com o Partido Comunista – em atividades acadêmicas, a diretora da Faculdade de Educação Física da UFRJ, Maria Lenk, entusiasta do regime militar, escreveu para o coordenador do curso, responsável pelo convite do professor Latorre, argumentando, de maneira ríspida, sobre os motivos pelos quais o mesmo teria sido punido e as razões pelas quais não deveria frequentar a instituição.

No interior da Universidade Federal da Paraíba, campus de Campina Grande, verificou-se um episódio envolvendo a delação de uma aluna da pós-graduação contra seu professor. O fato também envolveu a participação de uma professora da pós-graduação. O professor foi acusado, por meio de requerimento dirigido ao Conselho de

Centro da Universidade Federal da Paraíba/ Campina Grande, de propagar ideias de ordem política e ideológica contrárias ao regime militar. De acordo com Paulo Giovani Antonino Nunes (2021), no documento consta as seguintes informações e acusações:

1. A professora CILEIDE QUEIROZ E FARIAS do departamento de Engenharia agrícola e aluna do curso de Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba requereu do CCT/UFPB – CAMPINA GRANDE/PB, dar provimento ao recurso junto ao Conselho de centro, em virtude de haver sido reprovada pelo professor PAULO NAKATAMI na cadeira de Metodologia Científica o qual a reprovou “por falta”. O requerimento é datado de 11 de Set 78 e ainda não foi despachado.
2. Além das considerações regulamentares de praxe, a referida aluna, em seu requerimento, acusou o Professor acima mencionado de “pregar ideias e pensamentos contrários ao regime vigente no País”. Segundo a professora CILEIDE, a “Metodologia Científica”, dada como foi, em textos de exclusiva teoria marxista ou impregnação ideológica, não tem sentido como pré-requisito para a Cadeira de Método e Pesquisa Social. (ARE_ ACE_667/80. FUNDO SNI – Agência Recife).
3. Sobre o professor PAULO NAKATAMI consta ainda o seguinte:
 - a. Estaria requerendo passaporte para fazer curso em PARIS e, junto com outros brasileiros, fazer campanha contra o BRASIL.
 - b. É professor colaborador e, como tal, não pode se afastar do cargo.
 - c. Mesmo não sendo professor titular, pois não defendeu tese, vem gozando dos privilégios daquele.
 - d. Fez campanha contra alunos não marxistas, declarando que só passariam os que “evoluíssem” entendendo-se, dentro de seu conceito o sentido de evolução como comunização.
 - e. É muito ligado ao Professor WAGNER BRAGA BATISTA, presidente do CBA de CAMPINA GRANDE/PB, o qual possui registro nesta Agência. (ARE_ ACE_667/80. FUNDO SNI – Agência Recife). (NUNES, 2021, p. 262-263).

4.3 Os delatores da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Um caso emblemático de delação ocorrido na UFPR envolveu o professor e pesquisador Newton Freire-Maia, graduado em Biologia Geral pela Universidade de São Paulo (1947). Devido à falta de professores na área de genética (por se tratar de um campo de estudos recente no Brasil) foi convidado para atuar na Universidade Federal do Paraná. Ao chegar em Curitiba, em 1951, criou o Laboratório de Genética que depois se tornou Departamento de Genética. De 1951 a 1972 exerceu a função de chefe do departamento, direção e administração do setor de Ciências Biológicas e do Departamento de Genética, situado no campus do Centro Politécnico. Dedicou 53 anos de sua carreira ao setor de

Ciências Biológicas e ao departamento de Genética da Universidade Federal do Paraná, tornando-se, inclusive, professor emérito dessa instituição.

No contexto da ditadura militar foi indiciado em Inquérito Policial Militar pela 5ª Região Militar de Curitiba por crime de subversão. Ao analisar a Ficha de Distribuição e Processamento de Documentos de Newton Freire-Maia – uma espécie de dossiê de pessoas suspeitas de serem comunistas – foi possível encontrar a existência de duas “testemunhas” – conforme foram mencionadas nos informes do DOPS/PR – que prestaram depoimentos no dia 06/03/1972, acusando o professor de comunista: Paulo Cesar Duboc e Francisco Miguel Roberto Moraes Silva. O primeiro, acusou abertamente Newton Freire-Maia de comunista, destacando que o mesmo era professor da “Faculdade de Filosofia Geneticista” (descrição dada pelo delator). Entretanto, não foi possível confirmar se Paulo Cesar Duboc era membro da comunidade universitária, pois não foram encontrados registros de sua vida pregressa em nenhum dos documentos analisados e buscas via internet. Mas o fato de Paulo Cesar Duboc ter especificado em sua delação que Newton Freire-Maia era professor da “Universidade de Filosofia Geneticista”, ressaltando que “sendo possível notar que o mesmo é comunista”, nos leva a crer que existia alguma ligação entre o delator e a UFPR. De acordo com o informe:

Em resposta ao PB nº 020/ACT/SNI/72, informou os seguintes dados a respeito de NEWTON FREIRE MAIA: brasileiro, natural de Boa Esperança/ MG, nascido no dia 29/05/1918, filho de BELINI AUGUSTO MAIA e MARIA CASTORINA FREIRE MAIA, professor, residente na Praça Rui Barbosa, 795 – aptº 33. Esteve indiciado em IPM da Aud. 5ª RM como subversivo. Conforme depoimento da testemunha Paulo Cesar Duboc, é professor da Faculdade de Filosofia Geneticista e comunista notório. (AN. INFE Nº 0220/116/78/ACT/SNI – Of. Nº 143/722-SI/DOPS/PR/p.20)¹.

A segunda “testemunha”, Francisco Miguel Roberto Moraes Silva, prestou depoimento confirmando que o professor Newton Freire-Maia esteve envolvido em diversas conferências direcionadas a estudantes tratando de assuntos relacionados ao contexto social e econômico do país. Prática mal vista pelos órgãos de informação, bem como para o regime vigente. Contudo, o caso chama atenção pelo fato de que a delação partiu do próprio corpo docente da UFPR, uma vez que Francisco Miguel Roberto Moraes

¹ Documentos produzidos pelos Órgãos de Informações ligados ao Sistema Nacional de Informações (SNI), catalogados e arquivados no acervo digital do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN); documentos do acervo digital do DEAP (Departamento Estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná), Fundo DOPS, pasta individual número 2194.400.

Silva na época em que compareceu ao DOPS para delatar Newton Freire-Maia era professor do departamento de Medicina da UFPR. A propósito, Francisco Miguel Roberto Moraes Silva assumiu tempos depois o posto de professor titular em Medicina e Ética na UFPR, mais especificamente em 1987, permanecendo no cargo até ter sido aposentando compulsoriamente por júbilo, com 70 anos, em 2009. De acordo com o que consta nessa delação a “testemunha FRANCISCO MIGUEL MORAES E SILVA, informou que o fichado fez várias conferências sobre temas sócio-econômicos na Casa do Estudante”, (AN. INFE Nº 0220/116/78/ACT/SNI – Of. Nº 143/722-SI/DOPS/PR - p.20).

No informe difundido pela AC/SNI em 18/03/1980, identificou-se mais uma denúncia contra o professor Newton Freire-Maia, dessa vez envolvendo o professor Milton Miró Vernalha. Inicialmente o documento analisado versou sobre a recontração do professor Newton Freire-Maia pela UFPR que deveria ter ocorrido após o vencimento do seu contrato em 1980. Destacou-se, portanto, a longa trajetória de serviços prestados pelo docente a UFPR, uma vez que após sua aposentadoria, em 1978, foi contratado como “professor visitante” e continuou atuando no Departamento de Genética até o vencimento do contrato em fevereiro de 1980. Nesse caso, o informe chama a atenção para o fato de que até a data da sua produção o professor não tinha sido recontratado:

1. O Professor NEWTON FREIRE MAIA presta serviço a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ desde longa data. Em 1978, após ter se aposentado, passou a executar os seus préstimos ao Departamento de Genética da UFPr, contratado na qualidade de “professor visitante”.
2. Em FEV 80, venceu seu contrato de trabalho que o vinculava à UFPr e, até o momento o mesmo não foi renovado. (AN. INFE Nº 0040/116/ACT/80. p.2).

Ainda segundo esse documento, notícias baseadas em um ofício enviado pelo professor Milton Miró Vernalha, então diretor do setor de Ciências Biológicas, ao reitor da UFPR, Ocyron Cunha, pelo qual solicitou a não recontração do professor Newton Freire-Maia, começaram a ser veiculadas pela imprensa local e logo chegaram aos “ouvidos” da comunidade universitária da UFPR, dando início a um amplo debate sobre os princípios adotados por Vernalha ao redigir tal ofício. Nesse contexto de agitação, o reitor Ocyron Cunha, por meio de um telefonema, teria alertado o pró-reitor Alsedo Leprevost sobre a possibilidade de recontração do professor pesquisador por causa de forte pressão da comunidade acadêmica. Posteriormente, o reitor decidiu reunir o

Conselho de Ensino e Pesquisa para decidir sobre a recontração. Conforme retratado no informe abaixo:

3. A partir de então, a imprensa local começou a dar ampla cobertura ao fato e, com a publicação dos termos de um ofício enviado / pelo Professor MILTON MIRÓ VERNALHA, Diretor do Setor de Ciências Biológicas, ao Reitor da UFPr, no qual se recomendava a não renovação do contrato de NEWTON FREIRE MAIA, se iniciou amplo debate / acerca do mérito dos tópicos do ofício do Professor Miró Vernalha.

4. O Reitor OCYRON CUNHA, que se encontrava em Belo Horizonte, teria efetuando ligação telefônica para o Pró-Reitor ALSEDO LEPREVOST, prevenindo-o para a possibilidade de ter que contratar o Professor FREIRE MAIA, em razão das fortes pressões que está sofrendo.

5. No retorno a Curitiba, o Professor OCYRON CUNHA reunirá o Conselho do Ensino e Pesquisa, a quem incumbirá decidir sobre a contratação. (AN. INFE Nº 0040/116/ACT/80. p.2).

Sendo assim, através desse informe foi possível identificar que a delação do então diretor do setor de Ciências Biológicas, professor Milton Miró Vernalha, endereçada ao reitor da UFPR tinha objetivo de impedir que o professor-pesquisador Newton Freire-Maia fosse recontratado. Além disso, o caso do professor Newton Freire-Maia é emblemático, conforme mencionado inicialmente, não apenas pelo fato das delações terem partido de seus próprios “colegas” de trabalho. O que chama a atenção é que as delações de práticas comunistas que contribuíram para abertura de um IPM e o desligamento do professor e pesquisador do departamento de Genética da UFPR, despertaram ampla movimentação de diversas entidades da comunidade universitária em seu favor, sobretudo, de elementos descritos como “esquerdistas e contestadores”, conforme difundido em 18 de março de 1980 pelo informe da AC/SNI:

6. Paralelamente a cobertura jornalística, a imprensa tem destacado o apoio que entidades e pessoas vêm dando ao Professor FREIRE MAIA, destacando-se, dentre outros, aqueles recebidos da COMISSÃO PONTIFÍCIA DE JUSTIÇA E PAZ, SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, SOCIEDADE PARANAENSE DE SOCIOLOGIA, CENTRO ACADÊMICO HUGO SIMAS, ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE PROFESSORES, HENRIQUE KRUDGER, Secretário da SBPC e Professor da Universidade Federal de São Carlos/SP, MOACYR MESTRINER, Professor da USP e da Faculdade de Medicina de Ribeirão de Preto/SP, ELIANE AZEVEDO, da Universidade Federal da Bahia e assessora do CNPq, dos Deputados /NORTON MACEDO E NILSO SGUAREZZI, IBERÊ DE MATTOS, além de outras pessoas e entidades científicas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Campinas e etc.

7. A contratação caso se efetue, virá de encontro às aspirações de elementos esquerdistas e contestadores, proutuáriados nessa ACT, o que tem movido cerrada campanha pela imprensa a favor do Professor FREIRE MAIA. (AN. INFE N° 0040/116/ACT/80. p.3).

Entre o corpo discente algumas decisões foram tomadas, conforme demonstra um informe produzido pelo Departamento da Polícia Federal do Paraná - DPF/PR, de 27/03/1980. Alunos do setor de Biologia, buscando o apoio do DCE, do ME e da sociedade de Curitiba, passaram a se mobilizar com abaixo-assinados e assembleias pela não demissão de Freire Maia (embora essa já tinha sido efetivada) e de outros quatro professores. De acordo o informe:

O setor de Biologia da UFPR, continua em grande movimentação, angariando a atenção do DCE, das entidades estudantis e da comunidade curitibana em face da demissão dos professores NEWTON FREIRE-MAIA, do Departamento de Genética; MÁRIO PEDERNEIRAS e EUCLIDES do Departamento de Zoologia; VALMIR e SEBASTIÃO. A primeira já foi efetivada e os quatro últimos constam de uma lista do Diretor daquele setor, já divulgada sendo que os alunos e professores estão se movimentando através de abaixo-assinados e assembleias, para que tal ato não se concretize. (AN. INFE N° 249/80-SI/SR/DPF/PR. p.1).

Nesse mesmo informe aparece a indignação dos alunos com a passividade do diretor do Setor de Ciências Biológicas frente aos casos de demissão, uma vez que nada estava sendo feito para impedi-las. Os alunos, junto com o movimento estudantil e o DCE da UFPR, prometiam reverter a situação nas próximas eleições, uma vez que Milton Miró Vernalha estava sendo cotado para o cargo de vice-reitor da UFPR. O documento registra, ainda, que os estudantes estavam recebendo amplo apoio do corpo docente, um agravante para a situação.

Outro informe produzido pelo Departamento da Polícia Federal do Paraná - DPF/PR, com data de 28/03/1980, retrata a movimentação estudantil, versando sobre a entrada dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPR em greve no dia 12 de março de 1980 por tempo indeterminado, em solidariedade aos professores do curso e também de outras áreas do campus universitário da UFPR, incluindo Freire-Maia, que foram dispensados de seus cargos pela reitoria devido a demandas políticas. De acordo com o informe:

A maioria destes professores, tais como: OLINDA EVANGELISTA E MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, do setor de Ciências Humanas, eram contratados como professores colaboradores,

ministrando aula na falta de titulares e suplentes. Devido a atuação destes colaboradores no Movimento Estudantil, onde OLINDA EVANGELISTA se destacou como Diretora do DARPP (Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná) nos anos de 1978 e 1980, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA atuante desde 1977, inclusive sendo, atualmente, um dos diretores do DCE/LIVRE da UFPR, procurou a Reitoria uma forma de afastá-los. O professor NEWTON FREIRE MAIA, do setor Ciências Biológicas, é aposentado e cientista de renome internacional, em face às suas qualidades, foi contratado como professor visitante até que teve o seu contrato rescindido este ano, por questões políticas. (AN. INFE N° 257/80 – SI/SR/DPF/PR. p.1-2).

Ainda, no mesmo documento constam o apoio de outras entidades ligadas a UFPR, como por exemplo o Diretório de Ciências Exatas (DACE), o Diretório Acadêmico do Setor Tecnológico (DAST) e o Diretório Central de Estudantes (DCE).

Segundo o informe “Movimento Estudantil na UFPR – Curitiba/PR”, de 31/03/1980, os acadêmicos de Arquitetura da UFPR reuniram-se com o reitor para reivindicar, dentre outras coisas, solução para os casos de demissões dos professores daquela instituição de ensino. Sem obter os resultados pretendidos, os estudantes se reuniram no dia seguinte em assembleia, quando decidiram se manter em greve até o dia 25/03/1980, pois a admissão dos professores colaboradores não tinha sido atendida pelo reitor. Nesse mesmo dia, estudantes do setor de Biologia também se reuniram em assembleia para tratar dos casos de demissões de professores, sobretudo o de Newton Freire-Maia.

Estudantes de Biologia realizaram – no dia 21/03/1980 – uma assembleia para analisar os últimos acontecimentos referentes à demissão do professor NEWTON FREIRE MAIA, do Departamento de Genética, além da existência de lista das futuras demissões de professores daquele setor. (AN. INFE N° 265/80 – SI/SR/DPF/PR. p.1).

O nome do professor Newton Freire-Maia também foi citado na INFORMAÇÃO N° 042/80/20 DSI/MEC, datada de 15 de maio de 1980, que tratava do seguinte assunto: Beneficiados pela Lei de Anistia e da Comissão Especial constituída através da Portaria N° 983/79, sob a incumbência de processar e instruir os requerimentos do retorno ou reversão do serviço ativo, na área do MEC, nos termos do Artigo 3° § 1°, da Lei N° 6.683, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto N° 84.143, de 31 de outubro de 1979, onde beneficiaria a “todos os anistiados”, dependendo a extensão desses benefícios, entre outros pressupostos, desde que aqueles requeressem o retorno à atividade. Ou seja, um dos critérios do deferimento ou não do retorno/reversão seria que

o próprio anistiado fizesse o pedido junto ao órgão responsável. O documento “Relação Das Pessoas que Requereram os Benefícios da Lei de Anistia” traz as seguintes informações: Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA) – Curitiba e o nome do professor pesquisador entre parênteses; no campo “conclusão do encaminhamento”, diferente de estar preenchido com deferido ou indeferido, consta “Audiência à UFPR”; e, por fim, no campo motivos ficou registrado “Aposentou-se voluntariamente”. (AN. INFE N° 042/80/20/DSI/MEC. p. 44).

Dois fatos chamam a atenção nesse documento. O primeiro trata do motivo apresentado como uma provável tentativa de dar como encerrado o caso do professor, já que ele teria se aposentado por vontade própria. O segundo é que aparentemente não foi o docente que requereu o retorno ao cargo, demonstrando, assim, a movimentação de mais uma entidade favorável e apoiadora de sua restituição ao campo acadêmico.

Outro Informe do CI/DPF (Departamento da Polícia Federal/Centro de Informações), de 20/06/1980, com o assunto “ Reunião do Comitê Brasileiro pela Anistia de Curitiba / PR”, discorre sobre reunião realizada em 22 de maio de 1980 para tratar de problemas referentes ao II Encontro de Entidades de Anistia da Região Sul e da Organização do Boletim Informativo do CBA/Curitiba. O documento demonstra o interesse dessa entidade em denunciar a demissão do professor Newton Freire Maia, bem como de convocar outras entidades a tomar partido de tal problema. Sendo assim o informe retrata, dentre outras coisas, que o Comitê defendia as seguintes proposições:

- Denunciar o que está ocorrendo com os professores na Universidade Federal do Paraná – UFPR. O CBA/CURITIBA expandiu a Nota Oficial, anexa, para UFPR, Diretórios Estudantis, Jornais e outras entidades, sobre o caso do Professor NEWTON FREIRE MAIA, que lecionava na referida Universidade como contratado e foi despedido. (AN. INFE N° 4034/01/80/CI/DPF. p. 4).

Outra entidade que demonstrou certo apoio ao professor Maia foi a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – APUFPR. Tal afirmativa se esclarece através do Informe da AC/SNI, de 13/10/1981, com assunto: Lista Sêxtupla de Candidatos a Reitor – UFPR. Consta que, em 1° de outubro de 1891 a APUFPR realizou a primeira etapa de uma consulta de opinião para a escolha de reitor da UFPR. Entretanto, a entidade teria contrariado os artigos 7, 8, e 9 do seu próprio regulamento, uma vez que divulgou apenas o nome dos doze candidatos mais votados e não de vinte, conforme era prescrito. Os outros oito nomes não foram divulgados por constar entre eles o do professor

Milton Miró Vernalha. Essa pode ter sido uma forma de retaliação contra Vernalha, por ele ter ido contra a recontração do professor Newton Freire-Maia, tornando-se mal visto pela APUFPR. Segundo o informe:

4. A não divulgação dos oito nomes restantes da lista dos vinte mais votados, prende-se ao fato de nela estar incluído o professor MILTON MIRÓ VERNALHA, que contra-indicou a recontração de NEWTON FREIRE MAIA à UFPR, sendo, portanto, pessoa não grata a APUFPR. (AN. INFE Nº 0371/116/ACT/81. p.1).

Dentre os casos de delações identificados na UFPR destaca-se também as que foram direcionadas a José Rodrigues advogado e professor catedrático da área de Direito Civil, figura notável nos meios universitário, forense e político da sociedade curitibana. Ascendeu ao cargo de professor catedrático da cadeira de Direito Civil da Faculdade de Direito da UFPR quando foi nomeado por Decreto Presidencial expedido em 12/02/1959, tomando posse no dia 06/03/1959.

Igualmente, era muito conhecido nos órgãos de Segurança do Estado, sobretudo pelo fato de seu nome estar incluído em uma das mais extensas fichas produzidas sobre militantes comunistas. De acordo com a documentação difundida em diversas agências de informações, José Rodrigues Vieira Netto era um antigo militante do Partido Comunista, atuando como secretário político do Comitê Municipal em 1944. No ano seguinte candidatou-se ao cargo de deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro, mas não foi eleito. Posteriormente, candidatou-se novamente ao cargo, pelo mesmo partido, elegendo-se e tomando posse em 19 de janeiro de 1947. Entretanto, em cumprimento à Lei nº 211/1948, aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 12 de janeiro de 1948, por consequência da extinção do PCB, teve seu mandato cassado. (IFME Nº 003061/82 ACE/SNI - Cópia anexada - Justiça Militar/Auditoria da 5ª Região Militar em 25/09/1975).

Todavia, a cassação do mandato de deputado estadual não significou o fim de suas atividades na política, pois, ainda que na clandestinidade, o professor Vieira Netto seguiu agindo politicamente no PCB, o que lhe rendeu prisões e processos sob a acusação de subversão. A primeira prisão ocorreu em 07/08/1949, por meio da Delegacia Regional de Londrina, enquanto o professor participava do Congresso “Pró-Paz” – que já havia sido proibido pela justiça – sendo posto em liberdade no mesmo dia.

Vieira Netto foi preso outras vezes a partir de 1964 em consequência de denúncias que acusavam o professor de subversão, tendo sido indiciado em diversos

Inquéritos Polícias Militares (IPMs) e Comissões de Investigações: IMP dos Bancários Nº 288, da 5ª Auditoria Militar; IPM do Partido Comunista do Paraná e Santa Catarina; IPM do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B); e também em um processo de investigação interno realizado pela UFPR.

Logo após o golpe civil militar de 1964 as perseguições a Vieira Netto se acirraram sobretudo por causa de divergências políticas ideológicas. O professor precisou fugir para escapar da prisão, mas acabou preso assim que se apresentou aos órgãos de segurança. É o que atesta a documentação produzida no Inquérito Policial Militar Secreto realizado por determinação do general Dario Coelho, comandante da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão de Infantaria em Curitiba, datado de 4 de maio de 1964, tendo como responsável o major Waldemar Oswaldo Bianco e anexado ao INFE 005679/85.

Após a revolução fugiu, ficando cerca de três meses desaparecido, não tendo mesmo atendido ao edital convocando-o a depor, para efeito de Investigação Sumária, edital este publicado em todos os jornais de Curitiba, doc de fls 29, Sendo que por ocasião de sua apresentação ao Encarregado dessa Investigação Sumária, no dia 13 de julho de 1964, foi apresentado pelos advogados do Indiciado, um termo em que dizia estar o indiciado ameaçado pela Polícia Civil, não tendo o indiciado em seu depoimento esclarecido suficientemente tal acusação, procurando com isto sim atacar a Polícia Civil do Estado do Paraná. Que durante o seu desaparecimento, deixou de dar aulas durante 27 dias, e a 30 de abril de 1964, foi concedido ao mesmo pela Universidade do Paraná, seis meses de licença para tratamento de interesses particulares, deixando assim de ser demitido por abandono de cargo. (AN. INFE 005679/85, p. 9).

No mesmo Informe constam as sanções punitivas dirigidas ao professor, que culminaram em um mandado de prisão expedido em 7 de maio de 1964, determinado pelo major Waldemar Bianco em Ofício de nº 13, encaminhado ao general comandante da 5ª RM e 5ª DI. Por meio dele, foi executada a segunda prisão de Vieira Netto, bem como a cassação de seus direitos políticos por dez anos.

O indiciado foi preso por ato do Presidente da República, penalizado com a sanção do art 10º do Ato institucional, tendo seus direitos políticos sido cassados por 10 anos. No seu depoimento declarou que ainda espera que o Brasil seja um país socialista, para numa etapa mais remota se conduzir para o comunismo, não escondendo assim sua ideia política. Do exposto conclui-se que o indiciado José Rodrigues Vieira Netto, está sujeito as sanções impostas pelo art 7º do Ato Institucional de 9 de Abr 1964 pelo que seja a presente investigação Sumária remetida ao presidente da Comissão Geral de Investigação. (AN. INFE 005679/85, p. 9).

Poucos meses depois, como resultado de um processo interno realizado pela Universidade Federal do Paraná via Comissão de Inquérito designada em 5 de maio de 1964, versando sobre Atividades Subversivas de Professores da UFPR, foi publicado por meio do Decreto de 21 de setembro de 1964 a aposentadoria de José Rodrigues Vieira Netto do cargo de Professor Catedrático, Código EC 501, publicado no Diário Oficial de 22 de setembro do mesmo ano (INFE Nº 003061/82 ACE/SNI – Cópia anexada – Justiça Militar/Auditoria da 5ª Região Militar, em 25/09/1975 – p.16-24; Audt. 5ª RM/25/09/1975 – N.O. 1138.)

Contudo, tal resultado contou – assim como em outros processos que Vieira Netto esteve envolvido – com denúncias relacionadas ao fato de sua conduta política estar ligada ao PCB, tendo esse uma ideologia política divergente e recriminada pelo governo dos militares. Nesse caso, por se tratar de um processo interno, as delações contra o professor Vieira Netto partiram basicamente de pessoas que faziam parte do núcleo universitário da UFPR. A exemplo do professor Ildefonso Marques, diretor da Faculdade de Direito da UFPR, que dirigiu ao professor Laertes de Macedo Munhoz – presidente da Comissão de Inquérito na Universidade do Paraná - um ofício para delatar o professor Vieira Netto como comunista, conforme descrito em documento do Serviço Nacional de Informação – Agencia Curitiba ACT/SNI:

Em ofício de 8 de maio de 1964, constantes dos autos deste inquérito, o professor Ildefonso Marques, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, aponta o professor José Rodrigues Vieira Netto, catedrático de Direito Civil, como elemento notoriamente comunista e afirma que o mesmo, na ocasião, estava ausente de sua cátedra. Pelo motivo exposto, não foi ouvido pela Comissão. O ofício em questão foi dirigido ao Professor Laertes de Macedo Munhoz, presidente da Comissão de Inquérito na Universidade do Paraná. (AN. INFE. ACE 004 841/84 ACT/SNI P.10).

José Rodrigues Vieira Netto destacou-se no meio jurídico, como advogado e professor, por ser um político militante das causas dos movimentos sociais. Porém, procuramos ressaltar nessa pesquisa sua atuação nos anos em que esteve à frente da Cátedra de Direito Civil na UFPR, tendo em vista que desde os primeiros dias da ditadura militar ele foi vítima de intensa perseguição político-ideológica, tanto por meio dos órgãos repressivos, quanto da própria instituição em que lecionava. Porém, mesmo estando processado e aposentado pelos militares e por aqueles que conduziram seu processo interno na UFPR, foi indicado pelos formandos do curso de Direito de 1964 para ser paraninfo geral da turma. No entanto, foi impedido pelo reitor José Nicolau dos Santos

e pelo Conselho Universitário de participar e discursar na cerimônia. Resistindo à proibição, José Rodrigues Vieira Netto escreveu um discurso intitulado “Sobre as quatro liberdades”, imprimiu e distribuiu aos participantes da formatura. No início do discurso José Rodrigues Vieira Netto demonstra sua consternação frente a essa proibição, discorrendo as seguintes palavras:

Meus jovens Bacharéis, meus afilhados. Decidiram que estou proibido de falar-vos. Assim não estarei presente a essa festa de vossa formatura. A vida – que não me deu a alegria de um filho homem que trouxesse o meu nome e continuasse uma linhagem de atitudes, presente em três gerações – fizera-me essa compensação mesquinha de que hoje estou privado: ensinar os filhos alheios, os homens de amanhã. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 139).

Ainda no discurso, o professor Vieira Netto aproveitou para denunciar as ações repressivas do governo militar.

Tiraram-me isso, também: Professor sem discípulos, advogado perseguido, cidadão sem direitos, tive que conhecer a angustia de ficar sozinho, o amargurado dos quartos de empréstimo, a procura de um vilarejo onde vegetasse anônimo, a traição, a covardia, e a ausência de notícias – e as alarmantes notícias que faziam da prisão, do castigo, da tortura de intelectuais e operários, estudantes, soldados, professores, gente humilde, uma caçada medieval às feiticeiras. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 140).

Nos diversos IPMs em que o nome do professor José Rodrigues Vieira Netto esteve envolvido consta um relevante número de delações de indivíduos de setores variados da sociedade paranaense. Cabe destacar que a longa trajetória do professor Vieira Netto como ativo membro do Partido Comunista Brasileiro contribuiu para tais delações na medida em que o regime militar se fortalecia e criava os mecanismos necessários para facilitá-las. Dentre as denúncias, destaca-se como foco dessa pesquisa as que partiram de pessoas ligadas à Universidade Federal do Paraná (UFPR). No inquérito Militar Policial dos Bancários – processo N° 288 de 1966, consta o relato da delação de Salomão Pamplona, ex-aluno do professor José Rodrigues Vieira Netto, que o acusa de proselitismo de ideologia comunista em sala de aula.

Confirmando a grave acusação o Dr. Salomão Pamplona, ex-aluno do indiciado esclarece que o mesmo já na primeira aula se declarou comunista; e, nas subsequentes, defendia o materialismo combatendo a religião católica e o clero; prevalecendo-se da cátedra, doutrinava os alunos e os atraía ao seu escritório, inclusive reunindo-os nas dependências da Faculdade de Direito, informando que este indiciado

professor Vieira Neto, foi quem saudou o líder comunista Luís Carlos Prestes, na última visita ao Paraná, inúmeros debates e programas de Televisão o mesmo sempre defendeu as ideias da linha comunista. (AN. INFE/ACE N° 005860/85, p. 32-33).

Como resultado dessa e de outras denúncias presentes no IPM dos Bancários iniciado em 1966, foi decretada pela terceira vez a prisão de Vieira Neto sob a acusação de subversivo. Ele foi preso em 16/09/1967, em frente à sua residência e levado para a delegacia por ordem do coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado do IPM de atividades subversivas do PCB no Paraná e Santa Catarina. Inúmeros *habeas corpus* foram expedidos pelos advogados de Vieira Netto, reivindicando sua soltura, o que só aconteceu em 1968, quando o professor foi absolvido de todos os crimes que lhe foram imputados. Entretanto, em 7 de novembro de 1970 foi preso novamente devido à denúncia encaminhada ao Exército sobre atividades subversivas. Um fato curioso, é que mesmo após seu falecimento, em 4 de maio de 1973, as perseguições ao professor Vieira Netto, parecem não terem cessado, uma vez que as documentações sobre a sua pessoa, difundidas nos órgãos de segurança e informação foram atualizadas durante todo o período em que a ditadura militar esteve vigente.

O professor Amilcar Goyheneix Gigante também esteve envolvido em processo, realizado pela Comissão de Investigação instaurada em 5 maio de 1964 pela Universidade Federal do Paraná, tendo como resultante sua aposentadoria antes dos 40 anos de idade. Formado em Medicina pela UFPR em 1952, construiu sólida carreira, atuando no período em que foi investigado como professor da Faculdade de Medicina lotado no Departamento de Clínica Médica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná desde 1960. De acordo com a documentação expedida pela Comissão, Amilcar Goyheneix Gigante esteve envolvido em diversas atividades políticas relacionadas ao movimento estudantil e a práticas consideradas de “cunho esquerdista”.

Dentre estas atividades, foi destacada sua colaboração com a greve universitária ocorrida em 18 de maio de 1962, com o apoio da União Paranaense de Estudantes (UPE), e participação na reunião convocada pela Universidade do Paraná, no dia 20 de maio, para discutir o movimento, manifestando-se favorável aos estudantes. A documentação também registra que: em 1962 Gigante foi candidato a deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas não conseguiu se eleger; em 1963, esteve em Ponta Grossa a convite da UPE para realizar conferência sobre a reforma universitária. Também consta que o professor proferiu palestra no Teatro Guaíra em 12 de junho de 1963 e junto

a outros “comunistas”, incluindo o professor José Rodrigues Vieira Netto – conforme o relato do oficial do Estado Maior Regional, encarregado pelo Chefe do Estado Maior da 5ª RM e RI – esteve debatendo temas ligados à reforma agrária, à reforma universitária e a outros temas relacionados às causas sociais. As mesmas práticas ocorreram em diversas cidades, bem como na Casa dos Estudantes Universitários, na capital paranaense. Tais atividades, consideradas “subversivas” para os órgãos de segurança e informação, provavelmente abriram o caminho para que o professor fosse delatado e citado na comissão investigativa, obviamente por manifestar ideologia contrária aos militares.

No caso do professor Amilcar Goyheneix Gigante, as delações presentes no relatório da comissão partiram de dois estudantes, um do curso de Engenharia e outro da Faculdade de Medicina, que o acusaram de ser “atuante membro esquerdista, comunista”.

Consta ainda do corpo do inquérito, a declaração do estudante Tito Livio Puppi, da Faculdade de Engenharia, que a folha 154 declara ser o professor Amilcar Gigante, elemento ativo na política estudantil e que, juntamente com o professor Vieira Netto, é elemento esquerdista atuante. Ainda, a folha 170, o estudante Antônio Tozzi Neto, da Faculdade de Medicina, declara ser o professor Amilcar Gigante conhecido como elemento comunista. (AN. INFE/ACE Nº 004 841/84 ACT/SNI, p.07).

Conforme mencionado acima, o parecer final dessa Comissão de Investigação, com base nas delações apresentadas, resultou na aposentadoria do cargo que o professor Amilcar Goyheneix Gigante ocupava na UFPR, bem como na suspensão de seus direitos políticos, uma vez que o mesmo, ao ser considerado “subversivo” devido a suas atividades políticas, poderia tanto influenciar o meio estudantil, quanto candidatar-se em novas eleições.

Depois da aposentadoria compulsória na Universidade Federal do Paraná, Amilcar Goyheneix Gigante retornou a Pelotas, no Rio Grande do Sul, sua terra natal. Em 1979, após o restabelecimento dos direitos políticos e a volta às suas funções dos servidores públicos expurgados durante a ditadura militar, como determinava a Lei de Anistia, tornou-se professor titular na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), atuando como chefe do departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina. No ano de 1988 integrou a lista sêxtupla na eleição direta para a reitoria da Universidade Federal de Pelotas, da qual saiu vencedor. Porém, teve dificuldade em ser empossado, muito provavelmente por causa do amplo histórico de militância política de esquerda, o que só veio a acontecer em 11 de janeiro de 1989 – a eleição aconteceu em junho – após

manifestações realizadas pela comunidade universitária de Pelotas, incluindo a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (ADUFPEL), a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas (ASUFPEL) e o Diretório Central de Estudantes da UFPEL (DCE/UFPEL).

Outro caso de delação registrado na comunidade acadêmica da UFPR envolveu o professor Emmanuel José Appel – que no ano de 2020 completou 50 anos de instituição. Licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR em 1968 e no ano seguinte começou a trabalhar na universidade como auxiliar de ensino voluntário no Curso de Filosofia. A partir de 1º/11/1971 tomou posse como professor em regime concursado. Na metade dos anos de 1970 cursou mestrado em Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e em Filosofia Política na Universidade de São Paulo (USP). Em 1985 foi bolsista no Instituto Goethe de Berlim e no início da década de 1990 concluiu doutorado em Filosofia na USP com a tese “Marx e a Revolução Francesa”. Paralelo ao processo de formação acadêmica e à carreira docente, o professor José Appel foi um atuante colaborador na composição do movimento docente no final da década de 1970 e um dos fundadores da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (depois Sindicato Nacional, Andes-SN). Também foi secretário geral da Associação dos Professores da UFPR (APUFPR) no biênio de 1981/82 e presidente da entidade entre os anos 1999 e 2001.

Ao analisar a documentação contida nos órgãos de informações sobre as atividades do professor Emmanuel José Appel, foi possível observar que, diferente dos professores elencados acima, as atividades realizadas por ele estiveram mais relacionadas à sua militância contra a ditadura no âmbito da Universidade Federal do Paraná e da área da educação, do que a ações ou militância fora do eixo universitário.

Possivelmente, foi a partir de 1966 que o nome de Emmanuel José Appel passou a circular nos registros dos órgãos de informações como “subversivo”. O primeiro informe analisado constatou que o professor Emmanuel José Appel teria assinado o manifesto de protesto contra a prisão dos “intelectuais comunistas” durante a abertura da Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada no Rio de Janeiro.

Informou que em nome de EMMANUEL JOSÉ APPEL, existem os seguintes registros:

08 Ago 66: Publicou o jornal “CORREIO DA MANHÃ”, do RIO DE JANEIRO, em 02 Dez 65, um Manifesto assinado pelo fichado e outros, de protesto contra a prisão dos “INTELECTUAIS”, (todos comunistas),

por ocasião da abertura da Conferência da OEA, no RIO DE JANEIRO. (AN. INFE Nº 0156/116/ACT/81, p. 82).

O segundo registro apresentou certa conexão do professor José Emmanuel Appel com elementos ditos “subversivos”, com destaque para Walmor Marcelino, conhecido nos órgãos de informação como “Marinho” ou “Prado”, que frequentava reuniões sobre assuntos considerados suspeitos. Tal informação circulante entre os órgãos de informações lhe rendeu um registro negativo, pelo qual também foi considerado um “subversivo”. De acordo com o seguinte informe:

INFE: B-3. EMMANUEL JOSÉ APPEL, juntamente com sua amásia BELINHA, frequenta a casa de ROBERTO GOMES, a qual provavelmente seria sede de uma organização de Base (OB) e onde são feitas reuniões em que são tratados assuntos suspeitos. Também, frequentam tais reuniões os seguintes elementos:

- SÉRGIO FARACO (comunista, possui curso em MOSCOU – ver ACE 133/65);
- BASÍLIO AGOSTINI;
- JOSÉ LUIZ DA VEIGA MERCER;
- VALMOR MARCELINO, vulgo “MARINHO” ou “PRADO”, indicado como subversivo pelo Encarregado dos IPMs de CURITIBA (10 SET 66), punido pelo AI, comunista perigoso, autor de um livro contra o Exército (ver ACE 4795/74). (AN. INFE Nº 0156/116/ACT/81, p. 82).

No ano de 1968, enquanto ainda era acadêmico do curso de Filosofia, Appel foi fichado como membro atuante do movimento estudantil, com ressalva para o fato de que sua participação se restringia ao planejamento das atividades. Desde então, a maioria dos registros encontrados tratava de sua atuação em questões que envolveram o meio universitário e o sistema educacional, sobretudo quando esteve à frente das associações de docentes (ANDES; MUN e APUFPR).

Desse modo, frente às atividades contestatórias à ditadura militar, à reforma universitária e a outras questões que envolviam a comunidade acadêmica, o professor Emmanuel José Appel também foi alvo de delação. Entretanto, e de maneira peculiar, essa se deu publicamente e partiu de um docente da sua área de atuação, o padre Dreyer, que se sentiu ofendido por uma opinião contrária dada por Appel em uma conferência realizada em março de 1978. Nessa ocasião, o docente foi acusado de “marxista” e “agitador esquerdista” pelo padre. Tal delação apareceu descrita de forma variada nos documentos e registros de circulação dos órgãos de informações, o que dificultou, em um primeiro momento, identificar se o padre Dreyer era ligado ou não à Universidade Federal

do Paraná (UFPR), o que pôde ser confirmado ao longo da análise. De acordo com o informe:

Informe a respeito da I SEMANA DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, patrocinada pelo Diretório Acadêmico ROCHA POMBO, com a presença de estudantes e professores, realizada de 27 Fev a 03 Mar 78. A professora SUZANA MUNHOZ DA ROCHA GUIMARÃES, SDQ, iniciou atividades com a palestra “A NECESSIDADE DA FILOSOFIA”, quando ao responder um aparte do professor EMMANUEL JOSÈ APPEL, falou que a “filosofia deveria lutar pela anistia, liberdade ampla, direitos humanos e livre pensar, frisando a necessidade de um Governo Democrático, ainda que utópico, sem o que jamais se daria o valor que a filosofia merece”. Em 03 Mar 78, durante a palestra da Professora INÊS LACERDA DE ARAÚJO, o professor EMMANUEL JOSÈ APPEL ironizou uma opinião do Padre DREYER, que indignado chamou-o de “marxista” e retirou-se do local enquanto os presentes taxavam-no de “dedo-duro”, “tira”, “canalha”, criando um grande tumulto. A professora SUZANA MUNHOZ DA ROCHA GUIMARÃES e outros professores tentaram acalmar os exaltados, se pronunciando a favor do professor APPEL. As atividades foram encerradas, concluindo-se pela criação de uma comissão pró-Centro de Estudantes, encarregada de reuniões e assuntos relacionados aos problemas estudantis, tendo a referida professora participado da votação que aprovou tal medida. (Ace nº 0776/78). (AN. INFE Nº 0156/116/ACT/81, p. 62-63).

O fato de o delator estar relacionado à Universidade Federal do Paraná (UFPR) pôde ser identificado no documento que registou que a denúncia foi realizada por professores presentes na assembleia. De acordo com o Informe:

Em março de 78, durante debates numa das conferências da I Semana de Filosofia, realizada na Universidade Federal do Paraná, foi chamado, publicamente, de “marxista” e de “agitador esquerdista”, por um dos professores presentes. No referido evento, proferiu palestra, atacando a Reforma Universitária. (AN. INFE Nº 087/19/AC/80, p. 3).

Por meio de um terceiro documento, foi possível identificar que além de “colega” de trabalho, o padre Dreyer também teria sido professor de Emmanuel José Appel, conforme esclarece o informe:

(AVALIAÇÃO A-1) Realizou-se de 27/ FEV a 03/MAR/78, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, a I semana de Filosofia, sob o patrocínio do Diretório Acadêmico ROCHA POMBO. No dia 03/MAR, durante uma conferência, o nominado ironizou uma opinião do Padre DREYER, também presente, que, ofendido, taxou o nominado de “marxista” e que ele (APPEL) fora o único aluno seu que colocara para fora de uma aula por divergências

ideológicas, isto porque APPEL sempre foi um agitador “esquerdista”. (AN. INFE Nº 0156/116/ACT/81, p. 82-83).

Já na década de 1980, os registros analisados incorreram em atividades reivindicatórias relacionadas quase que especificamente às questões universitárias, mas isso não descaracterizava sua posição ideológica com base de esquerda, sobretudo de oposição ao autoritarismo da ditadura militar.

Os registros presentes no INFORME Nº 035/80/AER/UFPR mostram que o professor Appel procurou organizar todos os membros do corpo docente da UFPR para debater sobre a possibilidade de uma greve nacional, prevista para o final de 1980. Segundo o mesmo informe, em 23 de novembro de 1980, o docente teria concedido uma entrevista ao jornal *O Estado do Paraná* criticando a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), por não ter decidido em conjunto com os professores da UFPR, ou seja, em assembleia geral sobre a participação nos movimentos grevistas.

Entretanto, ainda de acordo com o informe, no dia anterior, por ser integrante do “Movimento Universidade Necessária” (MUN), ele próprio teria organizado uma reunião para informar o andamento do movimento nacional de greve aos professores da UFPR. Em outra reunião realizada no dia 25 de novembro de 1980 juntamente com integrantes do (MUN), a Coordenação de docentes da UFSC e professores da UFPR, somando um total de 150 docentes, decidiu pela participação da UFPR na greve. No dia seguinte, em reunião com os professores da UFPR, Emmanuel José Appel afirmou que a diretoria da associação dos professores da UFPR (APUFPR) estava vaga, pois seus diretores não representavam a vontade dos docentes daquela instituição. No dia 27 de novembro de 1980, contando com a presença de quinhentos professores, a greve foi aprovada por unanimidade. Em 28 de novembro de 1980, o professor Francisco de Moraes e Silva, em nome da diretoria da APUFPR, informou que a associação passaria a apoiar a paralisação. (AN. INFE Nº 035/80/AER/UFPR, p. 4).

Além disso, cabe salientar que do ponto de vista dos órgãos de informações o “Movimento Universidade Necessária” (MUN) constituía-se em um agrupamento de professores “esquerdistas” infiltrado em meio à UFPR. Neste caso, o fato de o professor Appel ser um dos principais membros do MUN seria algo desabonador em sua conduta.

O MOVIMENTO UNIVERSIDADE NECESSÁRIA – MUN, que reúne professores da UFPR com tendências esquerdistas, ganhou

expressão na metade do ano de 1979, quando compôs a chapa “UNIVERSIDADE NECESSÁRIA – MUN”, encabeçada pelo professor ADHAIL SPRENDER PASSOS, para concorrer às eleições da APUFPR. Apesar da derrotada, mas em face da boa votação recebida pela chapa, despertou o espírito de luta dos principais integrantes do MUN, no sentido de obter mais adesão de classe para suas reivindicações de cunho contestatório. O prontuariado, atualmente, desponta como um dos membros mais atuantes do MUN. (AN. INFE Nº 0156/116/ACT/81, p. 85-86).

Diante do exposto, foi possível perceber que o professor Emmanuel José Appel, não sofreu represálias por conta de delação e dos registros rotativos e expostos pelos órgãos de informação, que o atestaram claramente como subversivo – embora haja a possibilidade de encontrá-las em uma pesquisa mais aprofundada. Tanto que completou 50 anos de serviços prestados na UFPR no ano de 2020, seguindo ativamente na luta pela democratização do ensino universitário e por outras questões relacionadas à educação, dentre as quais a permanência da disciplina de Filosofia no ensino médio. Destaca-se, ainda, sua atuação política como um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), em fevereiro de 1980, sendo também um dos delegados do Partido pelo Paraná.

A partir da análise das delações acima, foi possível responder algumas questões que motivaram esta pesquisa, uma delas é: quem eram os delatores? Partimos da premissa de que as pessoas que denunciaram mantinham certo convívio com o denunciado, uma vez que os casos estudados se referiam a integrantes de uma comunidade acadêmica. Essa hipótese pôde ser confirmada, uma vez que as delações, segundo demonstram os documentos, partiram de membros da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Paraná. Também foi possível conhecer a “face” do delator, pois encontramos nos documentos analisados os nomes daqueles que denunciaram. Via de regra, podemos enquadrá-los em maior ou menor grau no seguinte perfil de delatores definido por Marionilde Brepohl Magalhães.

Um outro grupo era composto por membros de entidades e associações da própria sociedade civil, comprometidos com ideologias conservadoras e radicalmente anticomunistas, como por exemplo, a Tradição, Família e Propriedade - TFP - grupo ligado à ala ultraconservadora da Igreja Católica, o Comando Geral Democrático e o Comando de Caça aos Comunistas. Prestavam informações espontaneamente, como uma forma de colaboração ao regime. Ao mesmo tempo, sentiam-se representados por aquele governo, como se fossem o partido da situação. (1997, p. 9).

Em relação à questão das motivações, embora não tenha ficado expressamente claro no teor das delações analisadas, percebemos que em geral estavam ligadas, sobretudo, ao alinhamento ideológico, ou seja, quem denunciava estava alinhado com a ideologia da ditadura militar e um dos seus principais preceitos, o anticomunismo. O caso do professor José Rodrigues Vieira Netto foi relevante para esclarecer essa questão, pois sua histórica militância no Partido Comunista Brasileiro e seu posicionamento contrário à ditadura militar lhe rendeu intensa perseguição, desempenhada não somente pelos órgãos de segurança do estado, mas também por aqueles que faziam parte do seu convívio. Dessa forma, o ideal anticomunista dos sujeitos que denunciaram, a complacência com a ditadura militar geradora de disputas ideológicas, parecem ter sido os motivadores das denúncias registradas contra Vieira Netto. Assim, podemos relacionar esses tipos de delações com a análise de Marionilde Brepohl Magalhães, que identificou que o comunismo, ao ser difundido pela máquina propagandista do governo ditatorial como algo maligno, passou a ser idealizado pelas pessoas que se tornaram informantes como algo que deveria ser extirpado a todo custo do meio social. De acordo com essa autora:

Tal sentimento foi seguramente experimentado pelo informante, um medo que se demonstrou tão ou mais mobilizador do que suas convicções políticas. Ao lado de sua fidelidade a ideias, do comportamento arrivista quando estava em causa a possibilidade de uma ascensão profissional, ou, ao contrário, o receio de perder o emprego, não se pode desconsiderar os traços de medo que se refletiam em seus escritos: o medo da retaliação, de ser descoberto como delator, da desordem, do poder, enfim, o medo que o fantasma da subversão lhe provocava. (1997, p. 10).

Obviamente que, em se tratando de uma instituição hierarquicamente organizada como a Universidade Federal do Paraná se encontrava no contexto da ditadura militar, outras motivações mais específicas podem ter movido os delatores, como a ascensão às cátedras deixadas vagas por aqueles que foram punidos pela repressão, privilégios profissionais, ou somente com intuito de manter-se no topo da hierarquia diretiva, como nos casos dos diretores Milton Miró Vernalha e Ildefonso Marques, que delataram, respectivamente, os professores Newton Freire-Maia e José Rodrigues Vieira. Entretanto, essas informações não ficaram precisamente confirmadas e, devido à complexidade que envolve o tema das delações, preferimos abordar as questões ideológicas de combate ao comunismo como motivadoras dessas denúncias.

Por fim, identificamos por meio das análises documentais quais foram as consequências das delações para a vida dos professores denunciados. No caso do professor Newton Freire-Maia, vimos que o mesmo não foi recontratado pela UFPR, conforme ocorreu mesmo depois de ter se aposentado. Os professores José Rodrigues Vieira Netto e Amílcar Goyheneix Gigante, foram aposentados compulsoriamente e tiveram seus direitos políticos cassados por dez anos. O único professor delatado que, aparentemente, não sofreu represálias que custassem seus direitos docentes foi Emmanuel José Appel, ainda que assim como os outros tenha passado pela sinistra experiência de ser perseguido pelo Estado ditatorial. Porém, não podemos colocar toda a carga das punições como consequência das delações, uma vez que se constituiu todo um aparato repressivo que contou com uma leva de mudanças legislativas e a instrumentalização de órgãos responsáveis em realizar a “Operação Limpeza”.

CONCLUSÃO

As investigações efetivadas no decorrer deste trabalho nos conduzem a realizar algumas considerações a respeito da violência e da repressão, com foco nas práticas de delações identificadas na Universidade Federal do Paraná como mais uma prática da violência instituída no contexto da ditadura militar (1964-1985). Ao mesmo tempo, indicam elementos para a compreensão crítica dos aspectos históricos e contextuais que permearam as causas e as consequências das delações, compatíveis com os propósitos das políticas universitárias estabelecidas pelo governo ditatorial. A prática da delação surgiu como parte do aparato repressivo construído pelo Estado para ampliar a vigilância e o controle no âmbito universitário, entendido como lugar de proliferação comunista. Para isso, foi criado um ambiente não apenas facilitador das denúncias, mas voltado a moldar cidadãos dispostos a colaborar com os órgãos de segurança e informações por meio das delações, que podem ser entendidas como mais uma forma de violência da estrutura repressiva do governo militar.

Devido ao fato de a delimitação temporal da pesquisa ser o contexto da ditadura militar brasileira, no primeiro capítulo tratamos de analisar o desfecho do golpe de Estado civil-militar de 1964 e as múltiplas forças que com ele contribuíram. Em seguida, observamos que logo após o golpe o sistema político e legislativo do país sofreu uma intensa remodelação estrutural, com o intuito de conferir um caráter de legalidade à ditadura militar instituída. Essa remodelação se deu a partir da decretação de inúmeros atos institucionais, atos complementares e decretos-leis que deturparam o sistema político democrático em favor da institucionalização do Estado autoritário, pautado na espionagem, censura, projetos de expurgos, controle da imprensa, repressão e violência.

No segundo capítulo observamos que, seguindo a ordem das transformações, foi constituída uma complexa rede de controle social, a “estrutura de vigilância”, aglutinadora de dois sistemas distintos: de informação e de repressão, imprescindíveis para o *modus operandi* do Estado autoritário. Tais estruturas abarcaram órgãos civis e militares reformulados e novos, que teoricamente atuaram em regime de colaboração, ao mesmo tempo em que trabalharam de maneira subordinada ao poder Executivo, representado na figura do presidente da República. Entretanto, vimos que foram muitas as nuances geradoras de conflitos existentes dentro de cada sistema, igualmente entre os dois sistemas que formavam o complexo Informação/Segurança, causadores de excessos

que em muitos casos ultrapassaram a jurisprudência do próprio regime que os cunhou. Mas, em suma, foi através desses órgãos que surgiram os mecanismos que permitiram amplo controle social sobre as universidades de todo o país, sobretudo por meio das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs).

No terceiro capítulo realizamos uma breve contextualização histórica da formação até a federalização da Universidade Federal do Paraná (UFPR), destacando os interesses das forças sociais envolvidas nesse processo constitutivo. Em seguida, procuramos compreender as transformações ocorridas no campo educacional durante a ditadura militar. Mais especificamente, as relacionadas ao ensino superior, por meio de alterações jurídicas e legislativas, com destaque para a Lei nº 5540, da Reforma Universitária, implantada em 28 de novembro de 1968 e que consolidou o objetivo do governo militar de promover uma “modernização autoritária”. Analisou-se, com isso, o impacto do regime militar sobre as universidades e o choque dos expurgos políticos no âmbito universitário, principalmente no que se refere à resistência contra a ditadura militar e os prejuízos causados em nível de produções acadêmicas. Além disso, foram incluídas discussões a respeito da estruturação de um sistema de segurança e informação específico para as universidades, isto é, o processo de criação e implantação das Assessorias de Segurança e Informações no âmbito universitário. Também concluímos que a participação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi fundamental para manter o funcionamento do mecanismo de segurança e informação no meio acadêmico, pois constituiu uma estrutura própria de controle e vigilância composta pelo CISMEC, DSI/MEC e ASI/AESI, órgãos de segurança e informações diretamente subordinados ao seu comando. Por fim, foram realizadas investigações sobre os intensos acontecimentos ocorridos no contexto da ditadura militar, sobretudo no ano de 1968, em que se estabeleceu o AI-5, envolvendo a UFPR. Nesse período, foi possível perceber que a UFPR não passou despercebida aos “olhos” da “comunidade” de Informação/Segurança. O fato peculiar de o reitor Flávio Suplicy de Lacerda ter assumido o Ministério da Educação no governo de Castelo Branco - primeiro presidente do regime militar - parece ter colocado a Universidade do Paraná, desde o início, na mira da ditadura militar.

No quarto capítulo, ao analisarmos as práticas de delações como mecanismo de controle e violência repressiva, objeto dessa pesquisa, foi possível observar o alcance participativo dos “colaboradores” oriundos da comunidade universitária nos mecanismos de controle repressivo, sem que os mesmos estivessem ligados à Assessoria de Segurança e Informações (ASI). A partir desta análise, foi possível observar que existiram nuances

na relação entre a sociedade e a ditadura militar brasileira, o que demonstra ser um mito a ideia de que “cidadãos comuns” normalmente se opõem e são contrários a governos autoritários. Para tanto, foram feitos estudos sobre o modo de funcionamento, as motivações, os resultados atingidos pelas delações, bem como as causas e consequências, sobretudo as variadas formas de violência motivadas pelas denúncias. Concluímos que a prática da delação, estimulada por mecanismos repressivos, foi um dos instrumentos que contribuíram para a manutenção das políticas de controle da ditadura militar sobre as universidades. Vimos ainda, por meio do estudo de casos, que as práticas delatórias foram recorrentes em algumas universidades do Brasil no contexto da ditadura militar, sobretudo nos dois ciclos da “Operação Limpeza”. Cartas e outros documentos que se encontram arquivados foram apresentados por autores mencionados na pesquisa, que nos auxiliaram na compreensão do teor das denúncias e dos motivos que levaram a denunciar, bem como no desnudamento da “face” dos delatores.

No final desse capítulo foi possível comprovar, a partir da análise das fontes primárias produzidas pelos Órgãos de Informações (OIs) ligados ao Sistema Nacional de Informações (SNI), que se encontram catalogadas e arquivadas pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), a existência de práticas de delação dentro da Universidade Federal do Paraná (UFPR), motivadas, sobretudo, por questões ideológicas. Tais práticas tiveram como consequência vários tipos de violência, como a abertura de IMPs, cassações de diplomas, aposentadorias compulsórias, afastamentos e até mesmo prisões. Acreditamos que as análises realizadas podem servir de subsídio para a compreensão do funcionamento e da utilidade do mecanismo de delação no ambiente universitário brasileiro no período da ditadura militar, tendo como referência os casos ocorridos na Universidade Federal do Paraná (UFPR) neste período. Pensamos ter contribuído com a ampliação das discussões que compreendem as delações como um instrumento a serviço da ditadura militar e como mais um meio de uso da violência como forma de manutenção do sistema de controle e repressão do governo ditatorial.

Num momento em que muito se discute as ameaças que rondam a democracia brasileira, estudos relacionados à ação de repressão de governos autoritários nas universidades ganham maior relevância. O ambiente acadêmico, em variados momentos históricos, e mais especificamente no contexto da ditadura militar, se mostrou resistente às forças autoritárias e por isso tornou-se alvo de projetos que visaram o fim da autonomia administrativa e a implantação de concepções moralizantes defendidas pelos militares. Inúmeros mecanismos de controle foram implantados para esses fins. Nos dias atuais,

lideranças da extrema direita buscam a retomada desses projetos com base em discursos desmoralizantes e difamatórios contra as universidades, objetivando enfraquecer a competência universitária devido à sua relevante força de embate no cenário político. Assim, acreditamos que esta pesquisa pode contribuir para ampliar a compreensão sobre as consequências de um regime autoritário, apesar dos discursos revisionistas da extrema direita que tentam ocultá-las, representando uma ameaça aos direitos da sociedade civil brasileira.

FONTES E ARQUIVOS PESQUISADOS

1. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN)

(AN. INFE Nº 0220/116/78/ACT/SNI – Of. Nº 143/722-SI/DOPS/PR/p.20)

(AN. INFE Nº 0040/116/ACT/80. p.2)

(AN. INFE Nº 0040/116/ACT/80. p.2)

(AN. INFE Nº 0040/116/ACT/80. p.3)

(AN. INFE Nº 249/80-SI/SR/DPF/PR. p.1)

(AN. INFE Nº 257/80 – SI/SR/DPF/PR. p.1-2)

(AN. INFE Nº 265/80 – SI/SR/DPF/PR. p.1)

(AN. INFE Nº 042/80/20/DSI/MEC. p. 44)

(AN. INFE Nº 4034/01/80/CI/DPF. p.4)

(AN. INFE Nº 0371/116/ACT/81. p.1)

(AN. INFE 005679/85 – p. 9)

(AN. INFE. ACE 004 841/84 ACT/SNI P.10)

(AN. INFE/ACE Nº 005860/85. p. 32-33)

(AN. INFE/ACE Nº 004 841/84 ACT/SNI. p.07)

(AN. INFE Nº 0156/116/ACT/81, p. 82)

(AN. INFE Nº 0156/116/ACT/81, p. 82)

(AN. INFE Nº 0156/116/ACT/81, p. 62-63)

(AN. INFE Nº 087/19/AC/80, p. 3)

(AN. INFE Nº 087/19/AC/80, p. 3)

(AN. INFE Nº 087/19/AC/80, p. 3)

(AN. INFE Nº 0156/116/ACT/81, p. 85-86)

DEAP. Departamento Estadual de Arquivo Público do Estado do Paraná. Fundo DOPS.

Pasta individual número 2194.400.

Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. Petrópolis. 1985.

BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, L. D. A. N.; FERREIRA, J. (.). **O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade, volume I, 976p**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>.

CAMPOS, N. D. Flávio Suplicy de Lacerda: cruzada pela federalização da Universidade do Paraná. In: LEITE, R. L.; OLIVEIRA, R. C. (.). **Reflexões: UFPR 100 anos (1912-2012)**. Curitiba : UFPR, 2012. p. 71-100.

CAMPOS, N. D.; SOUZA, E. F. Maio de 1968 na Universidade do Paraná (UFPR). **Projeto História**, São Paulo, v. 63, p. 205-239, set./dez. 2018.

DREIFUSS, R. A. **1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, L. A. **Professores na mira das ditaduras: UFMG (Brasil, 1964-1969) e UTE (Chile, 1973-1981) no contexto das reformas do ensino superior**. São Paulo : Alameda, 2021.

FERRAZ, F. C. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERREIRA, J. As crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, C. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro : Record, 2001.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, p. 29-60, 2004.

_____. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2008.

JOFFILY, M. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 349 f. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

LVOVICH, D. Sospechar, delatar, incriminar: una aproximación al fenómeno de las denuncias contra el enemigo político en la última dictadura militar Argentina. **Ayer. Revista de História Contemporânea**, Madrid, n. 107, 2017.

MAGALHÃES, M. B. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 23, p. 203-220, 1997.

MANSAN, J. V. Subversivos : ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988). 2014. 396 f.. **Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul** , Porto Alegre , 2014.

MOTTA, R. P. S. Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias. **Acervo** , Rio de Janeiro, p. 43-66, jul./dez. 2008.

_____. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, R. P. S.; QUEIROZ, S. R. R. D. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2000.

MOTTA, R. P. S.; REIS, D. A.; RIDENTI, M. **A Ditadura que Mudou o Brasil – 50 Anos Do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MUNHOZ, S. J. Na gênese da Guerra Fria: os EUA e a repressão ao comunismo no Brasil. In: MUNHOZ, S. J.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. (.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2010.

NAPOLITANO, M. **1964, história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES, P. G. A Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Universidade de Paraíba (UFPB): a vigilância sobre as atividades acadêmicas extracurriculares (1977-1986). In: PRIORI, A.; BATISTA, E. E.; BOMBA, G. A. **Política, autoritarismo e violência no Brasil (Século XX)**. Maringá: Edições Diálogos, 2021.

OLIVEIRA, R. C. A Universidade que a Genealogia Paranaense criou em 1912. In: LEITE, R. L.; OLIVEIRA, R. C. (.). **Reflexões: UFPR 100 anos (1912-2012)**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 47-68.

PELEGRINI, S. C. A. **A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina: UEL, 1997.

PEREIRA DA SILVA, M.; CARLLO DE SOUZA SILVA, J.; PEREIRA DA SILVA, L. Segurança nacional, suspeição e sociedade disciplinar na Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). **Caminhos da História**, v. 20, n. 1, p. 81–94, 2015. , [S. l.], v. 20, p. 81-94, 2015. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3179>> . Acesso em: 17 set. 2022.

PORTELLA, J. R. B.; SZESZ, C. M.; LEITE, R. L. Contexto e traumas do maio de 1968 na UFPR. In: LEITE, R. L.; OLIVEIRA, R. C. (). **Reflexões: UFPR 100 anos (1912-2012)**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 103-115.

PRIORI, A. DOPS: repressão, violência e controle social. **Revista da ADUEM, Maringá**, Maringá, v. 1, jul./dez. 1998.

_____. Polícia política e ordenamento jurídico (Paraná: 1930-1964). In: MUNIZ, A. D. C.; MARTINS, L. C. D. P. **História política: interfaces e diálogos**. Fortaleza; Porto Alegre: Ed. UECE; EdiPucR, 2016.

_____. **Política, autoritarismo e violência no Brasil (Século XX)** / Angelo Priori, Eliana Evangelista Batista, Guilherme Alves Bomba (Org.). Apresentação dos organizadores. – Maringá, PR: Edições Diálogos; São Paulo, SP: Anpuh – GTNHP, 2021.

PRIORI, A.; BRUNELO, L. Delatores e práticas de delação no limiar da Ditadura Militar do Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e 0201, jan./abr. 2021.

REIS, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, R. P. Os informantes da polícia política e a questão do anticomunismo durante a ditadura civil-militar (Paraná, 1964-1985). 2017. 116 f. **Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá**, Maringá, 2017.

VIEIRA, C. E.; CAMPOS, N. D. Intelectuais e o processo de formação da Universidade Federal do Paraná (1912-1950). In: LEITE, R. L.; OLIVEIRA, R. C. (). **Reflexões: UFPR 100 anos (1912-2012)**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 15-45.

WACHOWICZ, R. C. **Universidade do Mate: História da UFPR**. Curitiba: APUFPR, 1983.

ZAPARTE, A. **Luta e Resistência: Memórias sobre o Movimento Estudantil no Paraná e o enfrentamento à Ditadura Civil-Militar**. 191f. Tese (Doutorado em História). Marechal Cândido de Rondon: Unioeste, 2022.

